



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ELISA ZWICK

**DA AUTORIDADE AO AUTORITARISMO: DA CENTRALIDADE FREUDIANA NA
TEORIA CRÍTICA À COMPREENSÃO DA BARBÁRIE ATUAL**

CAMPINAS
2025

ELISA ZWICK

**DA AUTORIDADE AO AUTORITARISMO: DA CENTRALIDADE FREUDIANA NA
TEORIA CRÍTICA À COMPREENSÃO DA BARBÁRIE ATUAL**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Mascaro Querido

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELA ALUNA ELISA ZWICK, E
ORIENTADA PELO PROF. DR. FÁBIO
MASCARO QUERIDO

**CAMPINAS
2025**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Z96d Zwick, Elisa, 1977-
Da autoridade ao autoritarismo : da centralidade freudiana na teoria crítica à compreensão da barbárie atual / Elisa Zwick. – Campinas, SP : [s.n.], 2025.

Orientador: Fábio Mascaro Querido.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Freud, Sigmund, 1856-1939. 2. Teoria crítica . 3. Psicanálise . 4. Autoritarismo. 5. Superego. I. Querido, Fábio Mascaro, 1986-. II. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações complementares

Título em outro idioma: From authority to authoritarianism : from freudian centrality in critical theory to understanding current barbarity

Palavras-chave em inglês:

Freud, Sigmund, 1856-1939

Critical theory

Psychoanalysis

Authoritarianism

Superego

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Doutora em Sociologia

Banca examinadora:

Fábio Mascaro Querido [Orientador]

Patrícia da Silva Santos

Wécio Pinheiro Araújo

Luiz Gustavo da Cunha de Souza

Caio Eduardo Teixeira Vasconcellos

Data de defesa: 30-06-2025

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS: 4. Educação de qualidade

ODS: 10. Redução das desigualdades

ODS: 5. Igualdade de gênero

ODS: 16. Paz, justiça e instituições eficazes

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-2963-7721>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/3544510018416750>

Prof. Dr. Michel Nicolau Netto
Profa. Dra. Patrícia da Silva Santos
Prof. Dr. Wécio Pinheiro Araújo
Prof. Dr. Luiz Gustavo da Cunha de Souza
Prof. Dr. Caio Eduardo Teixeira Vasconcellos

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Dedico às pensadoras e aos pensadores da
Teoria Crítica, às e aos seus intérpretes e a
todos e todas que mudam o mundo e o tornam
melhor por meio de suas ações.

AGRADECIMENTOS

Toda proposta acadêmica ultrapassa o quesito da realização individual, pois ela emana de um conjunto social, portanto, dele resulta. Esta tese de doutoramento em sociologia não escapa dessa premissa, pois foram muitas as mãos que para ela colaboraram. Expresso, assim, a minha mais profunda gratidão a todos que têm parte no resultado aqui apresentado:

Ao meu orientador, professor doutor Fábio Mascaro Querido, pela atenção às minhas demandas durante todo este período, tanto as burocráticas junto ao curso quanto as teóricas, relativas à escrita. A sua tranquilidade colaborou substancialmente para a evolução de minha escrita, mesmo que por vezes eu nem tenha lhe demandado muito. Aprendi mais sobre ser estudante, mas também do ofício docente.

À Priscila Gartier, secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unicamp, que sempre me atendeu prontamente com relação a orientações sobre documentos e prazos, permitindo que eu encarasse com maior tranquilidade o processo dessa escrita, que conflitou inúmeras vezes com meu trabalho e saúde.

Ao professor doutor Christoph Türcke, a quem devo gratidão pelo período de estágio sanduíche na Alemanha, pelo convite a participar dos *Lesekreis* (Círculos de leitura) e do *Doktorandenkolloquium* (Colóquio dos doutorandos) na *Hochschule für Grafik und Buchkunst* (HGB) - *Academy of Fine Arts*, em Leipzig. Anos antes de oficializar o sanduíche na Alemanha, o professor Türcke recebeu com atenção as minhas perguntas sobre a Teoria Crítica. E, nos seminários alemães, para a minha felicidade, elegeu Freud como autor para os estudos daquele ano para o qual me convidou, acolhendo de modo especial o meu projeto.

Aos colegas dos *Lesekreis* e do *Doktorandenkolloquium*, em Leipzig, a quem devo meus agradecimentos por terem contribuído para a minha evolução, desde o aprendizado de termos filosóficos alemães até as lições sobre cultura, as quais vivenciei com muita curiosidade e vontade de aprender. Embora todas as dificuldades enfrentadas, o meu aprendizado daquele período foi para além de conteúdos acadêmicos, trazendo boas recordações.

À professora doutora Rahel Jaeggi, com quem tive a oportunidade de conversar por algumas vezes na *Humboldt-Universität zu Berlin*, pela sempre calorosa recepção aos estrangeiros e pelos eventos aos quais me convidou para participar, a exemplo do grupo de discussão sobre propriedade (*Eigentum*) e os vários seminários. Sua receptividade fez-me sentir à vontade mediante as discussões correntes da Teoria Crítica, em especial por voltar-se às questões de que tratam as mulheres nela.

Aos colegas do grupo de pesquisa “Teoria Crítica e Sociologia” da Unicamp, do qual participei mais ativamente em 2017 e, depois, em 2019, quando já havia retornado do estágio. Em especial: Autran Muniz, pelos momentos de diálogo sobre a Teoria Crítica, a Alemanha e a língua alemã, que sempre me motivaram a continuar; Luísa Dezopi que, além de ter sido minha parceira mais próxima no grupo e no curso, me acompanhou por alguns dias na Alemanha e em Portugal, quando tivemos a oportunidade de integrar o Lubral 2019¹.

Em nome dos colegas supracitados, agradeço aos demais colegas do curso que me acolheram na Unicamp como ‘estrangeira’ na Sociologia, alguns se tornando mais próximos pelo grupo de pesquisa, o que permitiu nele termos realizações importantes. Foi esse *Unheimlich*, um infamiliar que nos põe muitas vezes como estranhos na nossa própria casa, que me permitiu olhar a sociologia de fora, estando dentro dela. Permitiu encontrar um lugar de fato dentro dela, numa luta dialética cujo objetivo sempre foi amadurecer meu tema de pesquisa.

Ao professor doutor Caio Eduardo Teixeira Vasconcellos, a quem conheci também como colega do grupo “Teoria Crítica e Sociologia” da Unicamp e que, generosamente, aceitou participar da qualificação e da defesa da tese. Desde o período de convivência na Unicamp até sua participação nessas etapas, as suas contribuições foram essenciais para iluminar muitos pontos obscuros para a finalização desse estudo.

Ao professor doutor Luiz Gustavo da Cunha de Souza, a quem tive a alegria de encontrar em solo frankfurtiano, por ocasião de visita realizada em 21 de dezembro de 2018 à sede do *I/S*, e que prontamente aceitou participar da banca de defesa.

Ao professor doutor Wécio Pinheiro Araújo, que generosamente aceitou o convite para participar na fase final de defesa da tese, também contribuindo para pensar o tema adiante e estreitando nossas antigas conversas sobre Teoria Crítica desde a Alemanha. Igualmente, à professora doutora Patrícia da Silva Santos, pela disponibilidade em participar da defesa da tese, assinalando contribuições para a continuidade dos estudos no tema.

À professora doutora Virgínia Helena Ferreira da Costa, a quem tive a felicidade de conhecer na qualificação e que trouxe contribuições que redirecionaram algumas escolhas para a finalização da tese, de modo que eu pude encontrar um sentido não antes visto e muito mais significativo para a sua originalidade.

Ao professor Caio Navarro de Toledo e família, pelo gentil acolhimento nos momentos prévios ao meu ingresso no doutorado, que me trouxeram maior tranquilidade durante a participação no processo seletivo.

¹ Site do evento: <https://labcomca.ubi.pt/lubral-2019-ii-international-symposium-on-philosophy-and-communication-luso-brazilian-german/>.

Ao professor doutor Ricardo Antunes com quem, mesmo antes de ser aluna na Unicamp, já troquei algumas ideias que me motivaram a adotar os caminhos da Sociologia. A sua trajetória como professor, que também iniciou na área da Administração, me inspirou nessa luta para ingressar na Sociologia. Embora eu tenha feito a escolha pela Teoria Crítica, seu exemplo e trajetória sempre me acompanharam e continuarão a acompanhar. Ao professor Jesus José Ranieri, com quem tive a feliz oportunidade de estudar um pouco sobre Hegel, o que me trouxe mais presente ainda a verdade sobre a certeza da ignorância. Em seus nomes agradeço aos demais professores com quem tive a oportunidade de aprender nas aulas do doutorado na Unicamp.

Ao professor doutor Gabriel Cohn, que aceitou o convite para palestrar no seminário organizado pelo grupo de pesquisa da Unicamp em 2017, que permitiu conhecer sua generosidade enquanto pessoa e nos aproximarmos de suas ideias sobre a Teoria Crítica, quando trouxe à baila o livro “Weber, Frankfurt...”, uma importante contribuição ensaística à temática.

Ao professor doutor Jessé Souza, com quem tive o privilégio de cursar a disciplina de “Tópicos Especiais em Sociologia II” na Universidade Federal de Juiz de Fora em 2013. Embora eu a tenha cursado como créditos para o doutorado em Administração, cumprido em 2015, foi neste contato que surgiu a minha entrada na sociologia. Os aprendizados e as notas que guardo de suas aulas, bem como os livros abordados, de algum modo, aqui se materializam.

Ao professor doutor José Henrique de Faria, a quem agradeço todo o apoio a essa segunda tese de minha carreira acadêmica. Sempre mantivemos contato desde que foi um orientador ‘extraoficial’ na Administração, por termos estendido os laços bem para além de formalidades, tendo se tornado um valioso amigo. A sua trajetória acadêmica foi e continua sendo uma motivação importante para que eu tenha escolhido os caminhos da Teoria Crítica já na minha primeira formação e os tenha ampliado, tanto na Sociologia como na Administração. Essa inspiração primeva, que se estende até hoje, me trouxe desenvolvimentos próprios, e sempre será incomparável.

À Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), pela concessão de afastamento parcial para realizar parte da tese entre 2018 e 2019. A Paulo Denisar Fraga, por compartilhar os projetos do doutorado sanduíche e os estudos na Teoria Crítica no período. Aos demais colegas da instituição que também apoiaram meu doutorado na Sociologia e que são movidos pela perspectiva libertária que permite a realização de sonhos. Em especial, aos colegas com quem desenvolvi o projeto de extensão “IV Curso de Filosofia Política”² em maio de 2024 na

² Um panorama sobre o que trata o projeto pode ser acessado em: <https://encr.pw/Yh7VT>.

Unifal-MG; e aos estudantes de mestrado com quem refleti sobre as conexões entre Teoria Crítica e Psicanálise já por duas edições em uma disciplina, ambos eventos que acompanharam os últimos passos da tese. A luta incansável de cada um por mudanças que motivam a ampliação democrática da universidade, incluindo nisso o pensar sobre a internacionalização da pesquisa acadêmica, é fundamental ao avanço do conhecimento na universidade pública em que atuo há 13 anos.

À Graça Seda, cuja escuta me permitiu compreender sobre o desejo, que insiste, persiste e resiste. Ser desejante é ser capaz de mover-se em um mundo tão cheio de obstáculos, enfrentando a prisão da apatia e da dor. No processo desse texto, com graça aprendi sobre a importância dos desejos, que levam a vida adiante. E o findo dizendo que, no lugar da palavra sofrimento, de Adorno, eu hoje escrevo que “dar a voz ao desejo é condição de toda verdade”.

À minha família, por tudo que pode contribuir em minha carreira e inspirar nesse resgate da dimensão esquecida de minha origem, a língua alemã, sobre a qual pude aprender mais um pouco ao longo desse processo, fazendo esse aprendizado se materializar aqui de modo importante. Em especial, a Lucas Magalhães Costa, que me motivou ao projeto em maio de 2024 na Unifal-MG e a alcançar a conclusão da tese para focar nos projetos futuros. Obrigada por seu companheirismo, que me confortou nos momentos de angústia e dor. *A luta muda a vida!* É frase que encontrei nesse período estampada em um muro da cidade, a qual recupera, sempre que a vejo, a importância em continuar o movimento que conduz para adiante.

„Wer heute die Lüge und Unwissenheit bekämpfen und die Wahrheit schreiben will, hat zumindest fünf Schwierigkeiten zu überwinden. Er muss den Mut haben, die Wahrheit zu schreiben, obwohl sie allenthalben unterdrückt wird; die Klugheit, sie zu erkennen, obwohl sie allenthalben verhüllt wird; die Kunst, sie handhabbar zu machen als eine Waffe; das Urteil, jene auszuwählen, in deren Händen sie wirksam wird; die List sie unter diesen zu verbreiten. Diese Schwierigkeiten sind groß für die unter dem Faschismus Schreibenden, sie bestehen aber auch für die, welche verjagt wurden oder geflohen sind, ja sogar für solche, die in den Ländern der bürgerlichen Freiheit schreiben“.

Fünf Schwierigkeiten beim schreiben der Wahrheit (Bertolt Brecht, 1934).

“Quem, nos dias de hoje, quiser lutar contra a mentira e a ignorância e escrever a verdade tem de superar ao menos cinco dificuldades. Deve ter a coragem de escrever a verdade, embora ela em toda parte seja constringida; deve ter a sabedoria de reconhecê-la, mesmo que esteja acobertada em todos os lugares; deve entender de arte e manejá-la como uma arma; deve ter a capacidade de julgar em quais mãos será eficiente; deve ter a astúcia de disseminá-la entre elas. Estas dificuldades são grandes para quem escreve sob o fascismo, mas também existem para aqueles que fugiram ou se asilaram. E mesmo para aqueles que escrevem em países de liberdade burguesa.”

Cinco dificuldades ao escrever sobre a verdade (Bertolt Brecht, 1934, tradução nossa).

RESUMO

O fio condutor que permeia essa tese é a realização de uma leitura sobre a conversão da autoridade em autoritarismo, mediada pela psicanálise e sua herança, tal como desenvolvida pela Teoria Crítica. A questão geral de pesquisa com a qual nos defrontamos é: *como a autoridade, que em si não constituiria problema, se transforma em autoritarismo? E quais as manifestações atuais dessa problemática?* Além de pensar metodologicamente a partir da perspectiva epistemológica do materialismo dialético interdisciplinar, o necessário abarcar do recurso dialético implica a união à crítica imanente, conforme acordado por Adorno. Como ponto de partida, situamos Freud como pensador de uma “psicanálise sociopolítica”, o que nos auxilia no passo seguinte, de redigir sobre a autoridade que se converte em autoritarismo pela esteira de escritos da Teoria Crítica primeva para, depois, expor o pensamento de autores atuais sobre o tema. Além da introdução e da conclusão, a tese é apresentada em três capítulos centrais, estando assim disposta: (a) na introdução apresentamos um memorial, a justificativa e originalidade da pesquisa, bem como a perspectiva metodológica do estudo; (b) no primeiro capítulo, compomos uma fundamentação do que qualificamos como “psicanálise sociopolítica”, em que realizamos uma incursão por textos de Freud considerados de cunho social, os quais fundamentam os autores da Teoria Crítica, situando o supereu (*Überich*) como conceito central; (c) no segundo capítulo, analisamos alguns conceitos/categorias presentes nas leituras de Max Horkheimer e de Theodor Adorno a partir do contexto histórico de sua época; elas são mediadas por ideias de outros autores da primeira geração, como Walter Benjamin, Erich Fromm e Herbert Marcuse, cujo intuito é verificar especificidades, semelhanças e diferenças no que tange ao tema, levando em conta elaborações fundamentadas na psicanálise; em consequência, alcançamos o conceito de “supereu social”, propondo contribuições que avancem teoricamente em relação às análises no terreno do supereu (*Überich*) a partir da Teoria Crítica; por fim, (d) ao terceiro capítulo reservamos um apanhado sobre os caminhos que têm sido percorridos para deslindar o tema na Teoria Crítica de hoje, também considerando a apropriação da psicanálise, naquilo que contribui para análises do papel do supereu que, então, é adjetivado para fins de nosso estudo, primeiramente como “supereu social total” que, depois, passa a ser acrescido do termo “verde-amarelo”, em referência às manifestações da personalidade autoritária neoliberal no Brasil.

Palavras-chave: Sigmund Freud, Teoria Crítica, Psicanálise, Autoritarismo, Supereu.

ABSTRACT

The guiding thread running through this thesis is a reading of the conversion of authority into authoritarianism, mediated by psychoanalysis and its legacy as developed by Critical Theory. The central research question we address is: *how does authority, which in itself would not constitute a problem, transform into authoritarianism? And what are the contemporary manifestations of this issue?* In addition to adopting an epistemological perspective grounded in interdisciplinary dialectical materialism, the necessary incorporation of the dialectical method also entails adherence to immanent critique, as advocated by Adorno. As a starting point, we situate Freud as a thinker of a “sociopolitical psychoanalysis”, which supports the subsequent discussion on the conversion of authority into authoritarianism through early Critical Theory writings, before moving on to the exposition of contemporary authors’ reflections on the topic. Beyond the introduction and conclusion, the thesis is organized into three central chapters, structured as follows: (a) in the introduction, we present a memorial, the justification and originality of the research, as well as the study’s methodological framework; (b) in the first chapter, we lay the foundation for what we term “sociopolitical psychoanalysis”, undertaking an examination of Freud’s socially-oriented writings, which underpin the work of Critical Theory authors, positioning the superego (*Überich*) as a central concept; (c) in the second chapter, we analyze certain concepts and categories found in the works of Max Horkheimer and Theodor Adorno, contextualized within their historical moment; these analyses are mediated by the ideas of other first-generation authors, such as Walter Benjamin, Erich Fromm, and Herbert Marcuse, aiming to identify specificities, similarities, and differences regarding the theme, always considering their psychoanalytically grounded elaborations; consequently, we arrive at the concept of the “social superego”, proposing theoretical contributions that advance previous analyses of the superego (*Überich*) within Critical Theory; finally, (d) the third chapter presents an overview of contemporary developments addressing the theme within today’s Critical Theory, also considering the appropriation of psychoanalysis insofar as it contributes to analyses of the role of the superego, which is then qualified, for the purposes of our study, first as the “total social superego”, and later supplemented by the term “yellow-green” when discussing the manifestations of the neoliberal authoritarian personality in Brazil.

Key Words: Sigmund Freud, Critical Theory, Psychoanalysis, Authoritarianism, Superego.

ZUSAMMENFASSUNG

Der zentrale Antrieb, der diese These durchdringt, ist die Realisierung einer Lesart über die Umwandlung von Autorität in Autoritarismus, vermittelt durch die Psychoanalyse und ihr Erbe, entwickelt durch die Kritische Theorie. Die allgemeine Forschungsfrage, die sich uns stellt, lautet: *„Wie verwandelt sich Autorität, die an sich kein Problem darstellen würde, in Autoritarismus?“* *„Und wie äußert sich dieses Problem aktuell?“* Neben dem methodologischen Denken aus der erkenntnistheoretischen Perspektive des interdisziplinären dialektischen Materialismus impliziert die notwendige Akzeptanz der dialektischen Ressource eine Vereinigung mit der immanenten Kritik, wie Adorno zustimmte. Als Ausgangspunkt positionieren wir Freud als Denker der „gesellschaftspolitischen Psychoanalyse“, was uns im nächsten Schritt dabei hilft, über die Autorität zu schreiben, die im Gefolge der Schriften der frühen Kritischen Theorie zum Autoritarismus wird, und dann die Gedanken aktueller Autoren zu diesem Thema vorzustellen. Neben der Einleitung und dem Schluss wird die Thesen in drei zentralen Kapiteln wie folgt präsentiert: (a) In der Einleitung präsentieren wir ein Denkmal, die Begründung und Originalität der Forschung sowie die methodische Perspektive der Studie; (b) Im ersten Kapitel erarbeiten wir eine Grundlage für das, was wir als „gesellschaftspolitische Psychoanalyse“ bezeichnen. Dabei gehen wir auf die Texte Freuds ein, die als sozial gelten und die den Autoren der Kritischen Theorie zugrunde liegen, und stellen das Überich als zentrales Konzept dar. (c) Im zweiten Kapitel analysieren wir einige Konzepte/Kategorien, die in den Lesarten von Max Horkheimer und Theodor Adorno vorkommen, auf der Grundlage des historischen Kontexts ihrer Zeit. Sie werden durch Ideen anderer Autoren der ersten Generation wie Walter Benjamin, Erich Fromm und Herbert Marcuse vermittelt, deren Ziel es ist, Besonderheiten, Ähnlichkeiten und Unterschiede in Bezug auf das Thema unter Berücksichtigung psychoanalytischer Ausführungen zu überprüfen. Als Ergebnis gelangen wir zum Konzept des „sozialen Überich“ und schlagen Beiträge vor, die theoretisch im Vergleich zu Analysen im Bereich des Überichs auf der Grundlage der Kritischen Theorie voranschreiten. Endlich, (d) im dritten Kapitel geben wir einen Überblick über die Wege, die in der heutigen Kritischen Theorie zur Erforschung des Themas eingeschlagen wurden, wobei wir auch die Aneignung der Psychoanalyse in Betracht ziehen, die zur Analyse der Rolle des Überich beiträgt. Für unsere Untersuchung wird dies zunächst als „totales soziales Überich“ beschrieben, wobei wir die Worte „grün-gelb“ hinzufügen, um auf die Ausprägungen der neoliberalen autoritären Persönlichkeit in Brasilien hinzuweisen.

Schlüsselwörter: Sigmund Freud, Kritische Theorie, Psychoanalyse, Autoritarismus, Überich.

Nas produções abaixo encontram-se alguns trechos dessa tese:

ZWICK, Elisa. *A Gestão Pública danificada: uma análise crítica à luz da dialética negativa de Theodor Adorno*. Jundiaí: Paco, 2024.

ZWICK, Elisa. Contribuições da Teoria Crítica a análise do binômio autoridade-autoritarismo. *Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS*, 2017. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/CHUmd>>. Acesso em: jan., 2020.

ZWICK, Elisa. Da análise das massas à compreensão do autoritarismo. *Anais do 45º Encontro Anual da ANPOCS (Online)*, 2021. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/DAMHi>>. Acesso em: jan., 2020.

ZWICK, Elisa. Da *Fenomenologia do Espírito* à apropriação de Marx: o que dizer aos estudos organizacionais (EORs)? *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v. 11, n. 2, p. 147-167, maio-ago., 2024. Disponível em: <<https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/629>>. Acesso em: jan., 2025.

ZWICK, Elisa. O novo coronavírus e o retorno da repressão despótica: elementos de uma leitura crítica. In: CASTRO, Bárbara. *Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia*. Campinas: Unicamp, 2020. p. 380-395. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/omp/index.php/ebooks/catalog/book/139>>. Acesso em: jan., 2024.

ZWICK, Elisa. O pensamento social de Freud: elementos da psicanálise sociopolítica à análise social e organizacional. In: Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, 12., 2025, Goiânia. *Anais eletrônicos [...]*. Goiânia: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2025. Disponível em: <http://www.anpad.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2025.

ZWICK, Elisa. Por que a guerra? 2022. *A terra é redonda*. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/tag/elisa-zwick/>>. Acesso em: abr., 2024.

ZWICK, Elisa. Reflexões sobre autoridade e autoritarismo a partir de Horkheimer e da Teoria Crítica. In: QUERIDO, Fábio Mascaro *et al* (Orgs.). *Teorias Críticas entre passado e presente*. Campinas: IFCH, 2019. p. 17-33. (Coleção Ideias 15).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O supereu na psicologia das massas	78
Figura 2: Determinantes do supereu em análise ampliada	90
Figura 3: Categorias do supereu social	143
Figura 4: O supereu social total no neoliberalismo	182

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Memorial	17
Justificativa e originalidade do estudo	34
Perspectiva metodológica	43
1. PSICANÁLISE SOCIOPOLÍTICA: O PENSAMENTO SOCIAL DE FREUD	53
1.1 Aspectos iniciais	53
1.2 Da autoridade ao autoritarismo: fundamentos	58
1.2.1 A gênese totêmica da psique autoritária	59
1.3 O supereu do totemismo ao da psicologia das massas.....	69
1.3.1 A ilusão da identidade religiosa	79
1.4 O supereu no mal-estar: uma análise ampliada.....	86
1.5 Considerações à Teoria Crítica primeva	90
2. TEORIA CRÍTICA PRIMEVA: DA AUTORIDADE DO SUPEREU SOCIAL	93
2.1 Aspectos iniciais	93
2.2 Horkheimer e a dialética da autoridade	97
2.2.1 Fromm <i>versus</i> Horkheimer nos <i>Studien</i>	98
2.2.2 Elementos psicanalíticos desde <i>Autorität und Familie</i>	103
2.3 Adorno e a personalidade autoritária	118
2.3.1 Da autoridade ao autoritarismo à luz de Adorno	120
2.3.2 Entre ideologias e personalidade: o supereu “expropriado”	128
2.4 Teoria Crítica e supereu social: notas com Marcuse	133
2.5 Supereu social: uma síntese equívoca	142
3. A PSICANÁLISE SOCIOPOLÍTICA REVISITADA NA BARBÁRIE ATUAL	149
3.1 Aspectos iniciais	149
3.2 Para além da nova configuração psíquica do supereu	151
3.2.1 O fim da internalização da autoridade: patriarcado e capitalismo unidos	153
3.2.2 A personalidade autoritária neoliberal: a nova ascensão da barbárie	161
3.2.3 A subjetivação neoliberal: supereu social total no familismo autoritário	171
3.3 Neoliberalismo à brasileira: radicalizando uma democracia que nunca foi	183
3.3.1 Supereu social total “verde-amarelo”	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
Memorial: fechamento	191
Pensar a barbárie depois	194
REFERÊNCIAS	203

INTRODUÇÃO

À guisa de introdução geral desta tese apresentamos, primeiramente, um memorial constando um breve histórico de nossa trajetória, de modo que os/as leitores/as conheçam os aspectos pessoais que levaram a explorar o tema geral eleito como: “*da autoridade ao autoritarismo*”. Acreditamos que pesquisa e história de vida de quem a faz não estão dissociadas, pois a produção da ciência segue acompanhada dos passos individuais de cientistas, e isto leva à integração em uma dada comunidade de pesquisa. Ao passo que o saber sobre uma temática se desdobra, passamos também a desdobrar-nos individualmente, disto resultando, na medida do avançar do conhecimento, o avanço da própria humanidade. Tal fato torna-se especialmente verdadeiro a quem considera o espaço da escrita uma morada importante aos ideais de mudança social. Ao estarem presentes os elementos particulares da própria vida na pesquisa é que se constituem os chamados mais significativos à *práxis* social transformadora.

Nessa primeira seção, algumas das justificativas para realização deste estudo já aparecem elencadas. Mas, elas seguem desenvolvidas na seção seguinte – justificativa e originalidade do estudo –, quando avançamos na redação sobre as contribuições originais de um trabalho cujo tema parece já esgotado, mas ao qual pudemos vislumbrar desdobramentos próprios. Depois, versamos sobre o percurso metodológico, em que cabem algumas reflexões sobre o histórico e a relevância de uma Teoria Crítica da sociedade fundada no materialismo interdisciplinar e dialético, mediada pela crítica imanente.

Memorial

Escrevo essa seção em primeira pessoa, pois é a partir do meu lugar no mundo e o que tenho feito com ele é que surgiu esta tese em sociologia como a segunda tese de minha vida acadêmica. A quem possa isso parecer um exagero, espero que esse pequeno memorial traga elementos capazes de elucidar sobre a construção dessa oportunidade em minha trajetória. De início, move-me a consideração por essa pequena passagem de Sartre, como algo que sempre me acrescentou em muito para enfrentar desafios e transpor limites:

O essencial não é o aquilo que foi feito do homem, mas o que ele faz daquilo que fizeram dele. O que foi feito são as estruturas, os conjuntos significantes estudados pelas ciências humanas. O que ele faz é a própria história, a superação real dessas estruturas numa *práxis* totalizadora (Sartre, 1960, p. 95).

Embora seja uma colocação existencialista, que aqui não necessariamente abraça nossa perspectiva epistemológica, ela bem cabe à construção inicial dessa pesquisa, em que minha trajetória de vida teve um papel central, sobre a qual é válido mencionar alguns acontecimentos. Eles se tornam, agora, uma espécie de “carta de intenções” à minha carreira como socióloga, mas que também colaboram para deixar mais claras as motivações que me conduziram até aqui. Até porque uma sociologia pensada criticamente envolve considerar que o percurso individual se funde ao social, e ambos integram o movimento de um tempo histórico, que segue matizes específicas.

A proposta dessa tese surgiu em 2016, já depois de estar findada toda minha formação em administração, da graduação ao doutorado. Até então, a minha carreira esteve formalmente vinculada a uma área cujo objetivo central é integrar pessoas a uma massa trabalhadora – diga-se, à luz de Marcuse, formar autômatos –, às quais se destina o papel de serviçais no mercado de trabalho. A grade curricular normalizada nessa formação, tanto na graduação quanto na pós-graduação – e aqui falamos de um período de formação que percorri dos anos 2000 até 2015 –, pouco esclarece sobre consciência de classe. Tampouco anuncia-se que, desde o contato com o mundo do trabalho, os humores do capital não destinam parada segura ao trabalhador assalariado. Saber que a “classe-que-vive-do-trabalho”, como definiu Ricardo Antunes (2009, p. 205-206), é posta em tensão diária na luta pela sobrevivência e, não raro, as atividades laborais para garanti-la lhe retiram possibilidades de inserção efetiva na cultura é algo que aprendi pela prática. A ocupação com as necessidades básicas retardou minha inserção na universidade, mas não a impediu, como faz com a maioria das pessoas em um país periférico. Nesse trajeto, creio que colaborou o fato de ser descendente de imigrantes alemães, visto que aos africanos que aqui chegaram sob coação ainda resta como herança ter de provar sua humanidade a todo momento³. Mas, mesmo o “defeito de cor”⁴ não tendo sido um componente do sofrimento aos descendentes germânicos, é fato que, em um país movido por estereótipos patriarcais, que condenam as mulheres a papéis secundários e salários inferiores aos dos homens, para mim sempre pesou o defeito de gênero. Em meio a isso cansei de ouvir, desde os espaços da academia até os privados, sobre “ter tido sorte”, sobre “facilidades” que a

³ Jessé Souza (2024, p. 205) bem explica essa distinção no sofrimento do branco e do preto no Brasil: “apesar da semelhança do drama e do abandono social em ambos os casos, o sofrimento do branco pobre não se compara ao sofrimento do negro pobre. O branco pobre se sabe e é percebido pela sociedade como ‘gente’ apesar das precondições adversas. O negro, ao contrário: tem, o tempo todo, que defender sua própria ‘humanidade’, ou seja, o direito de ser tratado com algum respeito e dignidade (...). O branco pobre não passa por esse sofrimento ontológico, virtualmente irremissível.”

⁴ Gonçalves (2024) intitula a sua obra como “um defeito de cor”, parte em alusão ao fato de haver, no Brasil colonial, uma norma que fazia o candidato negro a um cargo público assinar um documento abdicando de sua cor, tendo em vista que cargos, tanto militares como civis, só poderiam ser assumidos por pessoas brancas no período.

condição de mulher trás para galgar espaços, as quais estranhamente nunca conheci. Pelo contrário, ser correspondida a um estereótipo que retira violentamente a individualidade, sempre teve o efeito de desacreditação. Mulheres, no geral, não são reconhecidas mesmo por outras mulheres como pessoas que possuem um potencial intelectual verdadeiro: ele sempre está escorado em uma figura masculina. É pior quando isso passa a ser introjetado, um movimento típico dos tempos atuais.

Quanto àquela formação que me foi possível nos tempos da graduação – e que hoje entendo como semiformação via o olhar adorniano –, ela me mostrou a respeito do quanto frequentar o ensino de teorias descoladas da realidade é danoso à inquietação de quem busca interpretar o mundo pelo que ele efetivamente é. A realidade concreta, de quem nos falava Kosik (1989)⁵, demora chegar às carteiras escolares de quem aprende a ideologia dominante. Nada do que precisemos nos admirar, por óbvio. Isso porque, o ensino impresso à maioria das pessoas no Brasil, além de corresponder a estereótipos de classe, gênero e raça, ainda é o voltado à educação bancária. Isso não é estranho ao lembrarmos-nos que Paulo Freire foi perseguido na ditadura e teve de se exilar, acrescido do fato de que seus livros são mais lidos em outros países do que no nosso. Em meio a esse molde educacional, não raro no suporte deste tipo de aprendizado, que é unilateral, acontece o depósito de receitas prontas de sucesso na vida nas mentes dos alunos. Por isso, um sentimento enorme de carência na preparação efetiva para os desafios da vida real sempre esteve presente para mim, em especial na graduação. E isso me dizia da necessidade de pensar para além das aparências e superficialidades anunciadas por discursos empresariais ilusórios.

Nos anos 2000, nos cursos de graduação em administração, a base da formação de estudantes nessa área era o discurso empreendedor, que inundou as universidades como uma avalanche. Naturalizava-se o ganho fácil de fortunas que, se não assim conquistadas, era fato devido à incompetência pessoal, à falta de persistência e adoção de estratégias de negócio erradas. Jamais a frustração com o próprio sustento ou na alavancagem de um negócio fora associada às questões sociais de um país periférico, à falta de lastro financeiro do “empreendedor” ou ao efeito planificador do capitalismo mundial. As faculdades, em sua maioria privadas, pagavam grandes somas em dinheiro, obviamente oriundas das caras mensalidades cobradas dos estudantes, para ofertar palestras proferidas por “gurus” sobre como

⁵ O autor reivindica um exercício que requer a destruição do pseudoconcreto, visando que o mundo fetichizado da aparência seja enfrentado pela *práxis* humana revolucionária. Alcançar liberdade em relação à razão utilitária, para ele, possibilita a emergência da realidade em sua concreticidade e há a promoção do oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns que, em Marx, seria a ideologia.

alcançar sucesso na vida, como tornar-se um empresário destacado (sempre no masculino) e como investir capitais (de que não se dispunha). Nesses muitos “comos”, ensinamentos de “saber-fazer” importados de fundo patriarcal, escondiam-se diferentes formas de ignorância, até mesmo estupidez, sobre os “porquês” de o sucesso não estar disponível para todas as pessoas. Explicar aos estudantes que esse almejado “topo da carreira” empresarial é algo previamente decidido no jogo do capital até hoje trata-se de atrevimento geralmente restrito a docentes vinculados a alguma das áreas das ciências humanas que, quando promovem ações mais estridentes nas universidades privadas, não raro são retirados de cena. Aliás, recentemente no Brasil essas atitudes de “balbúrdia” foram condenadas publicamente, as ciências humanas sendo combatidas com o despudor típico dos períodos autoritários.

Desde muito cedo, no núcleo familiar, quando recorro da entrada nos anos 1980, vivendo no Brasil visto por uns como uma “década perdida”, as dificuldades da classe trabalhadora se faziam presentes em meu cotidiano. Perdida de fato havia sido a liberdade, que galgava os primeiros passos fora da jaula nos fins daquela década. A mim, esta foi uma época em que muitos dos sonhos de uma vida plena e tranquila se esvaziavam pelas oscilações econômicas, o que muito mais tarde compreendi como aquilo que István Mészáros chamou de “reprodução sociometabólica do capital”. Tratava-se de uma franca expressão da quebra de autossuficiência entre a produção e o controle da mesma, que representa “o vitorioso avanço do modo de controle do capital”, trazendo consigo a ampliação da reificação e da alienação (Mészáros, 2011, p. 101).

Como nascida em uma típica família de imigrantes europeus protestantes, adeptos da fé cristã e integrantes da classe operária e camponesa, descendo de exilados da primeira guerra mundial que, em busca de paz no outro lado do hemisfério, encontraram todos os desafios inimagináveis que a pobreza material pudesse trazer. Aqui, nas terras brasileiras, pelos imigrantes povoadas ao custo de inúmeras promessas de fartura, o que restava era, na maioria das vezes, a resignação à sobrevivência. Os obstáculos ofereciam, dialeticamente, ilusões de uma vida melhor àqueles arraigados à ética protestante, trocando dízimos em troca de uma ‘virtual salvação’, anunciada pela retórica de pastores luteranos nos cultos de domingo. Para acomodar os sofrimentos, a religião e a filosofia do trabalho como redenção, suplantava qualquer ímpeto concreto de buscar outras possibilidades ou de autoafirmação individual que não a do trabalho na lavoura, entendido como o único que dignifica o homem, a mulher sempre sendo a que o assessora. Ou seja, este exílio permanente, por alguns tido como voluntário, por outros nem tanto (meu avô materno, por exemplo, negava-se a aprender o português, pois sentiu-se, quando criança, abstraído à força do seu país), não deixava de carregar o lema afixado

nos campos de concentração nazistas, “*Arbeit Macht Frei*” (“o trabalho liberta”). Este é um lema não apenas do mais alto conservadorismo alemão, como também sua raiz reside fortemente na ética protestante, como prova Max Weber. Se do lado do holocausto é lema que trouxe o conhecido resultado devastador, do lado da imigração vejo que tinha uma função conformadora, também adestradora, para o trabalho duro na plantação, que resgatava e forçava à manutenção da mesma dureza da cultura original nas novas gerações.

Então, embora fossem resultado da fuga do nazismo vindouro, para mim, os redutos alemães no Brasil eram uma tentativa de refúgio malsucedida da barbárie europeia. Um espaço provisório e de exceção, que se tornou uma espécie de *Wiederholung*⁶ das suas origens. Isso, pois, dialeticamente também mantinha a barbárie em seu interior, visto que antissemitas vieram residir no Brasil e, misturando-se aos habitantes locais, não deixavam de espalhar suas convicções sobre as supostas benesses do nazismo. Aliado a isso, longe da terra natal os efeitos da imigração estavam presentes, como as famílias que se dissolveram, os costumes e a língua que foram constrangidos pela ditadura empresarial-militar no Brasil e a falta de direção que levou muitas pessoas a uma certa paranoia de sobrevivência. Nos termos de Freud (2020), “*Unheimliche*” é a expressão que melhor representaria esse momento inaugural da colonização no Brasil pelos imigrantes alemães. E no cômputo desse infamiliar se misturava o lamento de um futuro perdido diante da guerra, por um lado, e o conforto de ter encontrado um lugar que possa ser lar no lado inverso do mundo, por outro.

Unida à carga dessa pesada herança, sentida desde o fato de o alemão ser minha língua materna (às vezes esquecer a língua era um esforço que eu fazia para escapar do semblante de sofrimento que habitava o entorno da minha infância),urgia ressignificar o passado. E no avanço dos anos decorridos entre a infância e a juventude, ouvindo histórias sobre a guerra misturadas a relações familiares aclamadas pela fé cristã, a confiança no poder da educação tornou-se uma crença que figurava como opção de uma vida melhor. E educação, aqui, adquiria um peso de interpretar aquela memória reincidente, pesada. Com isso, esforços nos estudos foram animando as frias manhãs de muitos invernos sulinos. No ensino médio, estudei no curso chamado “normalista”, em que uma primeira interpretação crítica do mundo pelos livros de Paulo Freire me alcançou. Mais tarde saberia ser um autor pertencente ao eixo dos discriminados e perseguidos no Brasil autoritário, tanto quanto foram os judeus na Europa,

⁶ Vários sinônimos podem trazer uma interpretação na nossa língua: repetição, duplicação da realidade, reincidência, recorrência ao anterior. Numa perspectiva Freudiana, sabe-se a repetição ser ato de pessoa que busca superar um trauma, atitude que, ao ser empreendida socialmente requer, por óbvio, explicações mais amplas e voltadas também a aspectos culturais, além dos materiais.

que não conseguiram exílio como ele. Mas lá, Freire foi mais lido, o que é um fato nitidamente representativo do atraso educacional brasileiro, que anda de mãos dadas com o atraso político. Escrevi o trabalho final do curso, que congregava um relatório dos estágios docentes a uma teoria, utilizando a “Pedagogia do Oprimido” (Freire, 1987) como referência principal. Era coisa compreendida por poucos na prática e, para mim, uma escrita inovadora sobre educação e que, ao mesmo tempo, me causava perplexidade pelo fato de ser incompreendida na prática. Ao final daquela experiência, entendi que a docência no ensino básico não era o caminho que gostaria de seguir. Mas, foi através daquela experiência teórico-prática que eu já descobri que a minha preocupação com os aspectos da semiformação, levantados por Adorno (2010), era algo que estava latente em meus anseios pessoais e profissionais, embora esta teoria não se apresentasse para mim assim nomeada ainda.

Naquela época, além dos achados Freirianos, a arte e a música também foram objetos em meio aos quais, por um tempo, me aventurei. Junto dos estudos para normalista, e tendo herdado o violino do meu bisavô materno, cursei música no turno vespertino. O meu bisavô, a quem só conheci pelas histórias da minha mãe, lecionava música esporadicamente no Brasil, mas foi engolido pela necessidade do trabalho braçal, o que não o agradou muito, pois o fato lhe distanciou definitivamente da arte. A mim, o instrumento invocou um gosto singular pela música e o estudei por seis anos, participando de uma orquestra de câmara local. Mas também não prosperei no ofício de musicista, pois este era um empreendimento cujo patrocínio era nulo na época. Desse período, recordo ter ficado muito claro que a arte era considerada secundária quando se trata da subsistência humana pois, frequentemente, eu ouvia de pessoas próximas que “não se vive de fazer música”. Estava claro, pelo espírito do capitalismo em voga que, para fazer arte, era preciso ter o lastro de uma profissão em que se “trabalhasse mesmo”. Ora, a arte não seria também uma atividade laboral? Por que dela não se poderia viver? São questões sobre as quais uma adolescente de classe elevada provavelmente não se perguntaria, dadas as suas possibilidades naturais de acesso à cultura. Mas, já havia posicionamento na literatura pelos menos desde os anos 1930, quando se afirmou que “*Carmina dant panem*”⁷.

Do lado de cá, a necessidade de exercer uma atividade produtiva que trouxesse retornos a outrem, via o labor que representasse completamente a tradução etimológica do termo originário do trabalho, o *tripallium*, instrumento associado à tortura, era naturalizada pela ética protestante. Apenas ao ler Max Weber, mais tarde, na pós-graduação, é que se tornou claro para mim que o ascetismo enquanto uma prática da cultura e sociedade alemãs estava arraigado

⁷ A frase é referida por Umberto Eco na obra “O cemitério de Praga”, datada de 1932, ao descrever a saga dos personagens que não conseguem viver de sua arte (Eco, 2011, p. 35).

na América Latina tanto quanto na Europa, pois havia chegado de navio com os imigrantes. Isso começou a ter sentido atemporal para mim, quando, no ingresso na universidade, depois de um primeiro interesse pela graduação em filosofia, mas já flertando com a psicanálise e a sociologia, todas estas se apresentaram frequentemente como opções inúteis. “Do que serve a filosofia?”; “Estudar psicanálise é para ficar doido”; “O que faz um sociólogo?” Esses inúmeros preconceitos que se evidenciavam no conjunto social quando eu alimentava projetos que pensavam no enriquecimento do espírito demonstravam o quanto essas áreas estão distantes dos propósitos capitalistas a que um ser humano deve servir usualmente. E, naqueles difíceis e, para mim, incompreendidos tempos, as dificuldades das opções que confrontam o sistema me levaram ao que Adorno (2009) qualifica como auto adaptação (*sich anpassen*)⁸, o que faz com que as pessoas sucumbam de modo particular às necessidades do mercado de trabalho, literalmente comprando suas expectativas.

Com isso, mais claro ficava que abraçar a contracorrente é um espaço difícil a quem faltam “patrocinadores”, não apenas os da concretude material e objetiva, como em nível de subjetividade. Entretanto, fugir da máquina que mói carne humana poderia ser o único recurso para alçar um sentido à vida, e construir algo distinto pelas vias da autenticidade. Um grau de consciência crítica para alcançar esta (única) fuga possível é uma exigência que demora ser alcançada, mas que passou a habitar minha mente inquieta em certa altura de minha trajetória. Essa escolha me ajudou, aos poucos, a interpretar a situação de assalariada que, em qualquer parte do mundo capitalista, leva à naturalização de que a função da formação superior não deve ir para além da instrução para o mercado.

Embora nunca tenha sido este o meu acordo com a vida, como uma pessoa embebida pelo ímpeto de mudanças reais, para manter-me em um mercado de trabalho cujas opções são restritas em cidades interioranas, acabei por ingressar na graduação em administração. Segui por anos aprendendo sobre princípios concorrenciais capitalistas, em toda sua panaceia ideológica. Nos anos 2000 eram já naturalizados os termos “empreendedorismo”, “meritocracia”, “sucesso”, “produtividade”, “eficiência”, “eficácia” e todos os receiptuários afins para galgar postos elevados no mundo empresarial. Em meio ao aprendizado dos ditames da lógica mercantil, o não conformismo para com as promessas propagandeadas pela indústria cultural, que destilava a razão instrumental a serviço do mercado, continuou ressoando. E minha

⁸ Termo utilizado pelo autor e com uma conotação diretamente política, sendo utilizado pelo nazismo para expressar a adequação necessária de pessoas e instituições ao novo regime em voga. Refere-se a um absoluto que se transforma “em algo histórico-natural a partir do qual pode ser alcançada de maneira relativamente rápida e tosca a norma da auto adaptação” (Adorno, 2009, p. 60).

discordância com esta exigida resignação aos processos capitalistas, que significava transformar a cidadania em mero ato de consumo, como bem mostrou Carvalho (2009), despertou motivação para buscar por interpretações mais próximas à realidade vivida, estabelecer críticas a esse modo de vida que aceitamos viver em sociedade e que tem sido cada vez mais danoso.

No trabalho universitário, tanto nos estudos da graduação como depois, mais tarde, como colaboradora na universidade privada, passei a refletir sobre como aos problemas sociais eram ofertadas respostas genéricas e com pouca objetividade, focando apenas em formação técnica como a panaceia para todos os males. Aprendi que áreas destinadas a um tipo de formação que desfaz e camufla a realidade concreta, a exemplo da administração, contam propositadamente com contextualizações parciais, fundamentações teóricas frágeis, que são acrílicas e a-históricas devido a imensa importação alienígena de que se alimentam. A reboque, o pensamento crítico inquiridor do *status quo* é desprezado e recebe frequentes olhares de censura. Isso passa a ser angustiante a quem vê com outros olhos o que está diante de si.

O diagnóstico de época dos anos 2000, que pude apreender pela prática, me trouxe elementos de como a crise das Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente das privadas, converteu no Brasil a formação universitária em uma formação para o imediatismo do mercado. Essa era uma ‘estratégia de sobrevivência’ eficiente para as universidades privadas, fazendo surgir cursos com dezenas de nomenclaturas, mas com uma base curricular comum, geralmente empobrecida de reflexividade, porém recheada de conteúdo técnico. Era notável o quanto os vínculos humanistas da origem histórica das universidades, emanadas do projeto de Humboldt⁹, tão caros nas décadas anteriores, vinham sendo paulatinamente suprimidos. Era coisa que servia de duplo modo ao sistema dominante: de um lado mantinha, pelo menos para o momento, as referidas instituições em pé e, do outro, trata-se de um sistema que servia perfeitamente ao modo de mercado desejado.

Conforme nos tornamos um país colonizado intelectualmente, mesmo depois da chamada redemocratização, a dominação intelectual, que foi um processo bem anterior aos primeiros anos do século XXI, continuava em ação desenvolvendo o poder do pobre raciocínio modelar envolto aos conceitos pertencentes ao campo legítimo de uma semiformação. Nessa dinâmica, aprende-se o “como” à prática de muitas coisas e, no seu fazer repetitivo, as pessoas

⁹ Goergen (2010, p. 64) elenca que a universidade moderna, idealizada por Humboldt, visava independência e autonomia, era “dedicada à busca da verdade e do conhecimento puros.” Estado, sociedade e bem-estar comum deveriam ser a prioridade, o que se tornou um projeto socialmente bem-sucedido na Alemanha, ao passo que se mantinha distância “das impurezas históricas da sociedade”. Mais adiante, a universidade deixa de ser o âmbito do desenvolvimento da criatividade e passa a obedecer ao modelo neoliberal.

são induzidas a não buscar ou minimizar a busca do “porquê” as executam. Esse é o propósito da mera reprodução da lógica lucrativa empresarial: ter à disposição humanos que executem ações tal qual robôs, até que estes tomem definitivamente o lugar daqueles, os quais não saberão mais interpretar as razões de sua substituição. Não chegamos ainda a esse estágio, pois o sistema também se encarrega de manter o exército industrial de reserva operando.

Nesse ínterim, minhas perguntas sempre foram sobre as razões das desigualdades sociais e do sofrimento humano em um país tão rico em cultura, extensão territorial, riquezas naturais e diversidade étnica. Mas, sobretudo, surgiam questões a respeito da subserviência impensada às autoridades que exalam forças despóticas, já apontadas danosas desde a clássica obra política de La Boétie (2017 [1576]), e até mesmo anteriores. Estas sempre foram questões não respondidas em campos de estudo cujos princípios são primordialmente quantitativos e ignoram solenemente a necessidade das “experiências formativas”, que Benjamin (1987)¹⁰ dizia serem importantes para realizar encontros aprofundados que vertam em construção real de conhecimento.

Em um acúmulo de inquietações, é frequente que nos sintamos em um beco sem saída, sentimento que me afetou por muito tempo ao longo dos estudos em administração. Afinal, esta definitivamente não é a área em que se aprendem os “porquês” de uma ordem social. Em busca destes porquês, comecei a encontrar algumas respostas nas leituras sobre Teoria Crítica. Foi preciso transpor a essência disciplinar de uma área aplicada e reivindicar a necessidade do diálogo interdisciplinar, temperado com a crítica social, para melhor perceber seus próprios fundamentos danificados. E, foi partindo de uma proposta interdisciplinar que, na metade de 2011, ingressei no doutorado em administração, na mesma instituição em que alcancei o grau de mestrado.

Meu projeto de propor “reformas” ao sistema adoecido que gesta nossa sociedade foi, rapidamente, tomado pelas feições da Teoria Crítica de primeira geração quando do encontro com Adorno (2009). Como autor central ao meu estudo de tese em administração, findado anos depois (Zwick, 2015), Adorno me ensinou sobre conceitos como antissistema, semiformação, indústria cultural, entre outros, que explicam os impeditivos para que se vislumbrem reformas em um campo *a priori* danificado. Uma série de desafios inerentes a esta formação me mostraram que o caminho a seguir precisaria ser o de uma crítica mais radical. Com isso, abracei um caminho dissonante, de oposição ao que se falava na maioria dos estudos

¹⁰ “As ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo” (Benjamin, 1987, p. 198).

na área e, nesse ínterim, a sociologia começou a se anunciar como possibilidade para realizar estudos futuros.

Em 2013 cursei, como carga complementar, a disciplina de “Tópicos Especiais em Sociologia II”, com o professor Jessé Souza, à época docente na UFJF. Este sociólogo brasileiro me propiciou encontros com outros autores do pensamento social brasileiro e da sociologia contemporânea. Dentre os nomes que também me ancoraram nesse trajeto, não posso deixar de mencionar a importância que teve e ainda tem em minha carreira as obras e minha proximidade com o professor José Henrique de Faria, que se tornou meu orientador extraoficial no doutorado em Administração. Como uma das lideranças nos estudos críticos em organizações no Brasil, embora sendo exímio estudioso marxista, Faria me motivou de maneira especial no estudo de Adorno. Da escrita da tese em administração até hoje mantivemos estreito contato, não apenas pelas afinidades teóricas que herdamos do Marxismo e da Teoria Crítica, mas também pela resistência dissonante que persiste, em um campo colonizado pela lógica mercantil e de normalização da exploração capitalista. Prova disso foi seu importante ato de escrever o prefácio do estudo originário de minha tese em administração que se transformou em livro quase em paralelo ao findar a presente tese (Zwick, 2024)¹¹.

Este percurso, do qual ainda herdo ricos frutos hoje, me permitiu trilhar um caminho plural, tanto de estudos sobre o pensamento social brasileiro e teoria social, como aproximar-me de um dos autores centrais da Teoria Crítica. E isso acabou por despertar novas curiosidades de pesquisa. Retrocedendo um pouco, em abril de 2016 tive um feliz encontro com o “Seminário Aberto Teoria Crítica e Marxismo”, promovido pelo Cemarx/Unicamp. Marcou-me a fala da professora Inara Marín neste evento, que apresentara um texto sobre Reich, derivado de sua tese doutoral. E, em contato com os professores Ricardo Antunes e Michael Löwy, eu encontrei espaço para diálogos iniciais que me motivaram à escrita de um projeto de tese em sociologia. Quer dizer, embora tenha seguido o interesse de pesquisa no campo da Teoria Crítica, o campo originário marxista sempre ofertou pavimentos aos passos seguintes de minha formação, provando-se a indissociabilidade entre marxismo e Teoria Crítica via minha própria trajetória.

Ingressei no curso de doutorado na Unicamp em 2017 e participei do grupo de pesquisa “Teoria Crítica e Sociologia”, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH/Unicamp), à época liderado pelo professor Josué Pereira da Silva, no qual

¹¹ É um trabalho que já vinha sendo maturado desde que defendi a tese e o fato de publicá-la me permitiu caminhar com mais segurança até o final do presente estudo. As revisões que lá empreendi me ajudaram nas leituras daqui, visto a perspectiva metodológica de Adorno ter também me auxiliado a pensar vários aspectos na escrita de agora.

encontrei acolhimento e que muito contribuiu para os almejados horizontes de pesquisa na sociologia. Foi possível conviver nesse espaço em ricos momentos, ampliando meu conhecimento sobre os esforços interdisciplinares propostos pela Teoria Crítica. Nesse período, me acompanhou a questão de pesquisa sobre compreender as razões das relações autoritárias na sociedade, que infelizmente não cessam de se renovar. No grupo pude participar ativamente na organização do “II Seminário de Teoria Crítica e Sociologia”, que rememorou os oitenta anos do célebre texto de Horkheimer e no qual foi possível interagir sobre as buscas para o tempo-de-agora, empreendidas pela Teoria Crítica (Querido et al., 2019). Tive a felicidade de escrever um ensaio sobre a tese a partir desse evento na coletânea publicada dois anos depois (Zwick, 2019).

Desde a graduação eu almejava realizar uma imersão na cultura alemã, para responder os questionamentos sobre os quais ensaiara. À época teria tido a oportunidade, se as demais condições fossem favoráveis, de realizar um estágio estudantil nas terras germânicas. Mas foi só em 2018 que essa possibilidade se concretizou, não sem esforço quando, pelo doutorado na Unicamp delineei mais precisamente o objeto de pesquisa, podendo estudá-lo no estágio sanduíche realizado na Alemanha. Viver no núcleo do nascimento do nazifascismo tornou-se uma experiência que não apenas foi essencial para conhecer um pouco mais da língua e da cultura alemãs, mas que também permitiu aprofundar a temática a ser respondida. Estava em questão não apenas melhor me compreender como pessoa, como ampliar efetivamente e qualificar a temática a ser estudada, o que exigia imersão em obras pertinentes ao tema. Nisto, foi fundamental a oportunidade de participar dos *Lesekreis* (Círculos de leitura) e do *Doktorandenkolloquium* (Colóquio dos doutorandos) a convite do professor Christoph Türcke na *Hochschule für Grafik und Buchkunst* (HGB) - *Academy of Fine Arts*, de Leipzig (Alemanha)¹². Conhecido por ser um dos descendentes diretos da herança adorniana, o professor Türcke recebeu-me com muita atenção nas atividades realizadas no período do estágio sanduíche. Unida a essa experiência, que se deu de fevereiro de 2018 a setembro de 2019 na HGB, a imersão diária na cultura também me trouxe registros inesquecíveis. Desses registros, emana a sensação de que cursar um doutorado sem experienciar um período, por mais breve que seja, em outro país, é fundamental, pois esse é um momento em que se abre um leque inimaginável de conhecimentos sobre o mundo, não apenas no que tange ao objeto de estudos,

¹² Os textos que se fizeram objeto de estudo em nossa tese, que debatemos no *Lesekreis* foram: (Freud, 1991 [1932]; Reich, 1986, 2001 [1933]; e Freud, 2017, 2015 [1921]). Também apresentamos uma prévia do tema da tese no *Doktorandenkolloquium* (Colóquio dos doutorandos) do professor Türcke em setembro de 2019, no encerramento do estágio, coletando percepções do docente e dos colegas a respeito do tema.

mas ao modo de vida de que se passa a tomar parte e ajuda a compreender o objeto. A imersão no estrangeiro é algo ímpar, que veicula o encontro com os parâmetros da *Bildung*, tal como anunciado pelos pensadores da Teoria Crítica.

O contato *in loco* com os eixos centrais da Teoria Crítica atual também ocorreu quando, em paralelo à HGB, frequentei espaços em que se fizeram presentes estudos com os professores Rahel Jaeggi e Alex Demirović que, sem cessar, chamavam a comunidade estudantil para debater as crises do momento. As temáticas em voga no período e que mais me marcaram foram a crise imobiliária (amplificada pela onda de imigração devido a conflitos internacionais, visto que naquele momento acontecia a recepção de refugiados da Síria em território alemão, ocupando diferentes espaços da cidade, entre eles o antigo aeroporto de Tempelhof¹³) e as discussões sobre a volta dos governos autoritários em vários países do mundo. Esta questão é o cerne dessa tese e muitas das reflexões do sanduíche estão diluídas na presente escrita, o que passou a fazer maior sentido nos últimos momentos, quando assistimos ao segundo mandato de Trump nos EUA.

No que tange à primeira temática, se atribuía o aumento vertiginoso dos preços dos aluguéis em Berlin no ano de 2019 ao fato do aumento de refugiados de guerra, deixando a muitos habitantes locais desabrigados, sem opções de moradia. Foi um tenso¹⁴, mas rico período, que também enfrentei quando da chegada na Alemanha como estudante, enfrentando filas de visitaçã a imóveis, sendo questionada a que vinha permanecer ali, às vezes sentindo isso como um inquérito visando saber que tipo de ameaça eu oferecia. Em meio a essas temáticas, desdobradas na vida concreta e intensa daquele período, tomei parte da renovação dos propósitos fundantes da Teoria Crítica: (i) apresentar o diagnóstico de época preciso de um tempo, analisando as manifestações que incidem negativamente sobre a vida humana e que a limitam; e (ii) pleitear caminhos à emancipação do indivíduo que, hoje, encontram-se cada vez mais estreitados à medida que as forças de mercado se camuflam à diversidade de nosso caleidoscópico modo de vida. A persistência desses propósitos tem como pré-condição fundamental a postura crítica, a qual testemunhei sendo exercida em diferentes ocasiões, em especial nas disputas que se travavam em 2019 em prol da diminuição de preços dos aluguéis

¹³ Berlim-Tempelhof, hoje transformado no Tempelhofer-Feld (parque de Tempelhof), foi o aeroporto de que os nazistas se serviram intensamente no período da segunda guerra mundial, fazendo decolar toda frota de combate aéreo para atacar os inimigos, bem como palco de muitos discursos e movimentação de tropas.

¹⁴ Aos estudantes, mesmo na minha categoria, era um desafio encontrar moradia naquele período, diante da pouca oferta e dos aumentos diários dos preços. Além disso, era frequente a concorrência por um único imóvel em Berlin, chegando um a ter 20 visitantes em uma tarde afim de alugá-lo, ao que vencia o melhor “currículo”, para o que muitas vezes o pagamento de taxas extras era necessário, instaurando-se uma especulação da especulação.

em Berlim, que não cessavam de aumentar, sujeitando duramente a classe estudantil e a população oriunda da imigração, ou exilados de guerra, a condições desumanas.

Do outro lado, causava imensa preocupação e medo o flerte com o fascismo no Brasil de 2018, com o que a comunidade acadêmica alemã e grupos de brasileiros que eu frequentei na época mostravam-se preocupados. Aos estudantes voltados à Teoria Crítica estava claro onde poderíamos parar, pois, envolto em um obscurantismo crescente, o país havia se transformado em um lugar perfeitamente comparável aos momentos prévios da emergência do nazifascismo alemão, em 1933. Era preocupante a crise política que se instaurava com a ascensão da extrema direita ao poder que, depois, retiraria com afínco da classe trabalhadora, por quatro anos, muitos direitos e acessos conquistados ao longo de séculos. Universidades foram frontalmente ameaçadas e os professores, já adoecidos pelos critérios produtivistas, sofreram hostilidades mais terríveis ainda, além de cortes ostensivos de recursos à pesquisa. Com a vitória do projeto extremista, seguiram ataques aos direitos trabalhistas, à saúde e à formação, mediante o corte de subsídios à pesquisa e à educação, bem como congelamento de salários, embora as exigências de produção nas universidades permanecessem. Nada que não tenha sido o prometido pela liderança que ascendeu ao poder máximo do país, representando os caracteres de toda uma linhagem de pensamento fascista. No confronto disso, obras sobre os métodos fascistas davam conta de interpretar o que estava acontecendo no país naquele período¹⁵.

Unido a isso, no percorrer das avenidas berlinenses ou de qualquer outra cidade da Alemanha que preserve a memória do holocausto, em museus ou a céu aberto, a urgência dos dois propósitos da Teoria Crítica estava presente. Para mim, os memoriais da segunda guerra, que contracenavam com as paisagens levantadas depois, são apresentados como expressão de um passado presente. Eles relembram insistentemente sobre a importância da orientação para a emancipação e do comportamento crítico. Em se tratando da eminência em repetirmos o ciclo havido na Alemanha, as comparações eram inevitáveis. E eu pensava: tudo o que estava

¹⁵ Em meio aos autores mais contemporâneos sobre o tema, destaco a recente obra de Stanley (2020), que elenca as dez características fundamentais do fascismo para alcançar o poder: 1) a invocação de um passado mítico; 2) intensa propaganda para desarticular o Estado de Direito; 3) o anti-intelectualismo, atacando em especial a autonomia das universidades; 4) a irrealidade, calçada em pronunciamentos de um “líder” ou partido, únicos que se dizem verdadeiros, fabricam medo e raiva; 5) ideia de hierarquia, sustentada como imutável, a qual sustenta uma ilusão em massa; 6) a vitimização do homem branco oriundo do passado mítico patriarcal; 7) a ideia de lei e ordem, que coloca jovens negros, por exemplo, na condição de que sua própria existência é um crime; 8) ansiedade sexual, fabricada pelo temor em sofrer agressões sexuais, especialmente de negros; 9) Sodoma e Gomorra, em alusão à aversão às cidades e exaltação da cultura do homem rural; e 10) uso do lema „*Arbeit Macht Frei*”, referindo-se ao fato de que os mercedores do apoio do Estado são apenas os membros da nação escolhida. Todas essas características foram, com traços nacionais peculiares, atendidas durante os quatro anos que sucederam o governo de extrema direita no Brasil.

presente do passado na Alemanha atual – nos memoriais, nos museus, nas marcas de tiros nos prédios seculares –, no Brasil de 2018 anunciava-se como futuro diante das armas em punho nos palanques eleitorais. Para mim, à época, era constante o temor de não poder retornar, mesmo que Freud tivesse dito que o avanço do nazismo em relação à idade média foi que somente os livros tinham sido queimados. Esse era o perigo, por óbvio apontado por ele com ironia, sabendo de todo o sofrimento passado pelo povo judeu. O problema era esse: a ironia é uma resposta nos tempos de exceção. Não é demais lembrar que a queima de livros foi promovida pelos próprios estudantes universitários, aqueles que, cooptados desde 1931 pelo regime nazista, e tropas nazistas, o fizeram logo que Hitler assumiu o poder em 1933, tendo sido este o ato que prenunciou a queima de pessoas mais tarde. A barbárie também emana de centros de conhecimento.

Diante desse contexto, nas terras germânicas a memória do holocausto alemão não era sentida como algo distante, mas ameaça constante do que todo um povo ainda poderia enfrentar. Esse eminente assassinato da liberdade, a violência política e social paulatinamente informada à população – e, tal como no nazismo, irracionalmente desejada! – eram ameaças iminentes e que me causavam perturbações, às vezes rememorando cenas lidas sobre a ditadura no Brasil, que se uniam ao contato com *Auschwitz*. Aos perseguidos políticos, tanto cá como lá, o destino poderia se repetir, independentemente do método empregado. Na Europa dos anos 2018, os registros das afrontas à vida estavam, em grande parte, dialeticamente encerrados no passado dos campos de concentração, mas também vivos no presente nos memoriais espalhados pelas cidades. Os primeiros, como os da distante *Oświęcim*, na Polônia, conhecidos mundialmente como *Auschwitz-Birkenau*¹⁶, ou no campo de *Sachsenhausen*, à época na cidade

¹⁶ “O campo de concentração de Auschwitz é reconhecido no mundo como símbolo de terror, genocídio e holocausto. Foi fundado em 1940 pelos nazistas em um subúrbio da cidade polonesa de Oświęcim, ocupada pelo exército alemão, tal como outras regiões da Polônia. O nome da cidade foi alterado de Oświęcim para Auschwitz, passando o campo a ser denominado com o mesmo nome. Nos anos seguintes, o campo foi ampliado e dividido em três partes: o campo central Auschwitz I, o campo de Auschwitz II-Birkenau e o terceiro, Auschwitz III-Monowitz, existindo nos arredores mais de 40 campos próximos. Na primeira fase de sua existência, os poloneses é que foram os alvos principais de deportação e assassinados. Com o tempo, passaram a ser mortos os prisioneiros de guerra soviéticos, os ciganos e pessoas de outras nacionalidades. A partir de 1942, Auschwitz tornou-se o centro do maior extermínio em massa de judeus europeus que ocorreu em toda a história da humanidade como parte do projeto nazista da ‘solução final’. A maioria dos Judeus deportados ao campo – homens, mulheres, crianças – eram imediatamente enviados às câmaras de gás de Birkenau e exterminados. Estima-se que pelo menos 1,1 milhões de Judeus oriundos de toda Europa ocupada tenham sido deportados para este campo. Eram Judeus das mais diferentes localidades da Europa, sendo aproximadamente 150 mil da Polônia, na maioria prisioneiros políticos, cerca de 23 mil ciganos, mais de 15 mil prisioneiros de guerra soviéticos, bem como prisioneiros oriundos de outras nações. A maioria morreu neste campo. Ao final da guerra, na intenção de eliminar as provas deste crime horrível contra a humanidade, a SS desmantelou e demoliu as câmaras de gás, os crematórios e outras construções, bem como queimaram documentos. Os prisioneiros capazes de locomoção foram evacuados para outros campos na Alemanha. Os que foram deixados para trás [aproximadamente 7 mil] foram libertados pelo Exército Vermelho [em janeiro de 1945]” (Momot, 2007, p. 3, tradução nossa).

de *Oranienburg*. Ou de outras tantas fábricas da morte, que transformaram aproximadamente seis milhões de vidas em fumaça de chaminé. Estes campos, hoje ainda cercados, foram transformados em museus que exigem o pagamento de ingresso para o acesso dos turistas, pessoas que intencionalmente escolhem voltar algumas casas na história, sem que sofram danos aparentes nos seus corpos. A miséria humana foi enlatada e passou a ser comercializada, num franco sinal de que a indústria cultural não teme abraçar a tragédia para alçar grandes dividendos, pois é justo ela que resulta em maiores audiências.

Mas há que se preservar a memória, sob pena de reeditar a mesma história. E aqui reside a importância da crítica de Benjamin (1987) quanto à estetização da política contra a qual defende a politização da arte, numa antecipação desse fenômeno. As experiências vividas que, para Benjamin, se apresentam como acontecimentos autônomos, precisariam ser consideradas fora do mundo comercial. Apenas passar pelo cenário da tragédia configuraria, na versão do autor, ausência de uma experiência absoluta que leva à pobreza da linguagem, e que se torna incapaz de invocar palavras que despertem para a vida experiências ao sujeito e o engrandecem.

Para Benjamin, nesse contexto da vivência comercial, o sujeito não é capaz de filtrar o que lhe traz riqueza verdadeira, alimentando o espírito. Sem uma experiência substantiva, os indivíduos não têm como distinguir nem evitar a presença dos elementos do fascismo. No bojo de uma “estética da guerra”, a humanidade “em sua autoalienação atingiu o ponto que lhe permite viver sua própria destruição como um prazer estético de primeira ordem” (Benjamin, 1987, p. 194; 196). Ao deparar-me com a estátua situada fora da estação central *Friedrichstrasse*, no centro de Berlim (que representava o *Kindertransport* – o transporte de crianças – inaugurado em novembro de 1938), na consciência do que fala do filósofo, frequentemente me invadia o sentimento sobre o momento de despedida de muitas crianças, que jamais encontraram suas famílias novamente e rumaram a diferentes destinos – vida ou morte, não se sabia. Algo angustiante, mas que, ao mesmo tempo, passa despercebido por muitos que ali circulam no cotidiano apressado desta capital cosmopolita.

A conexão com essas memórias e o aprendizado sobre o que a capacidade humana foi capaz de promover, aliado ao trato dessa realidade nos tempos de agora, me levou a facear a vida com outro olhar. A angústia de uma liberdade ausente, sentida a cada passo em um campo de concentração, me fez ansiar por cada minuto de vida que há pela frente. Da experiência em ter percorrido *Auschwitz*, e assistir perplexamente a história ser narrada por um guia turístico, criou-se uma cisão entre o antes e o depois. É uma experiência que muda a percepção da vida para sempre, pois a sua efemeridade salta violentamente aos olhos e o corpo todo pulsa diferente sob essa ameaça, que está vivamente preservada nas suas estruturas. E elas registram cada passo

da morte ali cometida. Tão insustentável quanto a exploração que o nosso também destrutivo modo de produção promove é a sensação de querer voltar ao passado e evitar tal história. Foram muitos os momentos em que me invadiu o sentimento de impotência por não poder fazê-lo.

No cotidiano das cidades europeias de hoje, em sua dialética, essas memórias perturbadoras também querem constranger desde os passantes cosmopolitas de Berlim até os camponeses das mais pacatas cidades. Por exemplo, àqueles que, gratuita e desavisadamente, são convocados a pisar nas *Stolpersteine*¹⁷. À vida apática e atomizada contemporânea do cidadão moderno, preso à esfera de produção e de consumo, também agarrado em redes sociais, são trazidos inúmeros *flashes* dos acontecimentos de um dos períodos mais nefastos da história humana. Nas cenas urbanas do holocausto, proporcionadas pelo capitalismo avançado, percebi que não deixa de haver o incremento pelo mote afixado na entrada de vários dos campos de concentração, já mencionado: “*Arbeit Macht Frei*”. Parece claro que a vida que circula em torno da esfera produtiva e de consumo coabita no mesmo espaço da recente morte de muitos, o que torna presente o aviso de Horkheimer (1939, p. 115): „*Wer aber vom Kapitalismus nitcht reden will, sollte auch vom Faschismus schweigen*“¹⁸.

Todos esses chamados à experiência, tanto os vividos na Europa, quanto aqueles do tenso contexto brasileiro que abriram essa escrita, estendendo-se até os fatos recentes do oitavo de janeiro de 2023¹⁹, para mim repavimentaram a necessidade de uma educação política após *Auschwitz*, tal como enfatizou Adorno: “A exigência de que *Auschwitz* não aconteça novamente é a primeira na educação. Ela está posta diante de qualquer outra e não acredito que seja necessário justificá-la” (Adorno, 1977, p. 674, tradução nossa)²⁰. A escrita, em especial para fins acadêmicos, precisa expressar a voz do sofrimento do mundo, propósito que apenas a busca por uma formação crítica consegue expressar, visto ser ela que atinge a essência da humanidade, trazendo a esperança de que algo mude.

¹⁷ As chamadas “pedras de tropeço” constituem um projeto de Gunter Demnig iniciado em 1992, tendo contato com o apoio do estado alemão apenas em 2000. O projeto visa preservar a memória do Holocausto instalando tabuletas nas calçadas, em frente das moradias dos que foram capturados pelo regime nazista e enviados aos campos de concentração (Pieper, 2019).

¹⁸ “Quem, no entanto, não quiser falar sobre o capitalismo, deve também se calar a respeito do fascismo” (excerto de Horkheimer em „*Die Juden und Europa*“, 1939, tradução nossa).

¹⁹ Data em que “a pretexto de expressarem seu descontentamento com o resultado das eleições, vândalos invadiram o Congresso, o Palácio do Planalto e a sede do STF, deixando um rastro de destruição” em Brasília, que visava abalar a estrutura da democracia nacional. “Além dos inestimáveis prejuízos ao patrimônio histórico, cultural e artístico nacional, as ações criminosas revelam a chaga do autoritarismo e do golpismo que ainda permeia setores da sociedade. A indignação com os resultados das eleições [presidenciais] de 2022 jamais poderia servir de pretexto para o cometimento de crime” (Capez, 2023, p. 2).

²⁰ „*Die Forderung, daß Auschwitz nicht noch einmal sei, ist die allererste an Erziehung. Sie geht so sehr jeglicher anderen voran, daß ich weder glaube, sie begründen zu müssen noch zu sollen*“.

Mas, tenho em conta o fato de que mesmo a *Bildung*²¹, num sentido que remete a uma análise mais ampla da própria cultura, não pode evitar a constituição de regimes totalitários, devendo na formação sempre ser observado criticamente a suposta neutralidade da cultura (Duarte, 2007). E isto, na academia, implica começar por estabelecer um diálogo sério com propostas que visam colocar a ciência como neutra, que estabelecem claramente esse princípio como justificativa e originalidade do estudo científico, como já alertou Japiassu (1975). Para enfrentar uma semiformação que possa vir como resultado da parcialidade do sistema educacional, é primordial percorrer as avenidas que registram o tempo passado. É mister saber sobre e compreender a criação de mitos científicos como atos políticos. Interpretar o passado histórico no mesmo momento em que é sentido no íntimo do nosso ser, voltando à dor que deixaram os antepassados é um passo essencial para refletir sobre os limites do humano.

Mortes humanas são irreparáveis. Mas o futuro pode ser outro se colocarmos sob escrutínio as ideias que levaram às práticas bárbaras do passado, em que essa lupa sirva para as confrontar fortemente em seu caráter danoso. Fazê-lo para que a história não se repita. É nesse sentido que a Alemanha e a Europa se tornaram rica fonte de entendimento sobre o passado para mim, sendo esta busca não apenas restrita aos breves momentos de minha convivência nos anos de 2018 e 2019 em Berlin, Leipzig e arredores, mas desde quando autores como Freud e os teóricos críticos passaram a habitar minhas estantes e o meu cotidiano de pesquisa, de ensino e na extensão universitária. Nesta última, infelizmente ainda a face considerada a mais pobre do tripé universitário, é que construí, recentemente, com os colegas de um projeto intitulado “Curso de Filosofia Política”, o amadurecimento necessário para dar passos importantes (e quase finais) à escrita aqui apresentada. Foi uma experiência que me mostrou o quanto são ricas as possibilidades de estar na universidade quando empreendemos esforços para levar o que de mais profundo estudamos, e buscamos compreender em sua complexidade, para muitas pessoas que não têm vivência acadêmica e o precisamos tornar acessível sem perder em rigor. As interações sociais em prol do conhecimento é que nos ensinam o quanto são limitadas as relações que construímos ao longo da história humana, que as heranças do passado não podem ser esquecidas; as pessoas que compõem essa interação nos ensinam, do ponto de vista prático, sobre a clareza com que Adorno (1995) nos advertiu quando falou sobre o desespero de lutar contra a barbárie através da educação, visto a barbárie ser a marca civilizacional fundante.

²¹ Cabe lembrar que no alemão há uma distinção até mesmo etimológica entre formação e cultura. A formação (*Bildung*) está relacionada a uma profundidade de sentimentos, mergulho nos livros e formação da própria personalidade, enquanto a cultura (*Kultur*) está delimitada a produtos humanos, como obras de arte ou livros, que expressam a individualidade de um povo (Souza, 2000; Elias, 2011).

Contudo, para mim, trazer à tona as heranças “lusio-germânicas”, é algo que se tornou esclarecedor sob o olhar psicanalítico, que envolve a política e toda diversidade social. São interações e intenções como essa que merecem ser valorizadas e debatidas no mais amplo conjunto social, de modo que, na e pela universidade, alcancemos um avanço coletivo. A partir dessas experiências diversas, tanto as circunscritas no tempo de agora como as coletadas nos livros, nos tropeços nas pedras e nas calçadas, bem como em momentos de cura pelas falas com o *Outro*²², é que desenvolvo esse texto. O pano de fundo reside na convicção de que é preciso trazer à lume análises sobre a fundamentação de práticas autoritárias. Elas, que se vestem sob nomenclaturas como fascismo, nazismo e tantos outros “ismos”, continuam atuando pela repetição de jargões elevados à condição de verdade, pela propaganda que hoje avança com o auxílio virtual. Pleitear a mudança dos rumos dessa dominação total exige constância e coleta de desdobramentos outros à Teoria Crítica, acareando sua filosofia primeva com os fatos atuais, o que inclui continuar a pensar o que será da educação depois da barbárie como modo de vida normalizado hoje. E a maneira que encontrei, nesta tese, para desenvolver desdobramentos próprios foi considerando o que Adorno chamaria de justificativas²³, já no seu momento amadurecido, as quais se impuseram para que a autoridade se transformasse em autoritarismo, de um ponto de vista singular. E este ponto, para mim, é a psicanálise e o que se fez e faz dela pelos métodos da Teoria Crítica, visando construir um mundo melhor.

Justificativa e originalidade do estudo

Esta tese se justifica, primeiramente, diante da urgência de enfrentar as inúmeras manifestações de barbárie que assistimos no tempo de agora, em inúmeros lugares disposta como o único modo de vida possível. É imperioso retomar as leituras da Teoria Crítica primeva não apenas para perceber a diversidade de suas elaborações sobre as formas de dominação e assujeitamento do outro. E em adição, para compreender em quais pontos dessa diversidade se

²² Dentre todos os *outros* que se possa pensar como ocupantes desse lugar, o “outro eu” do passado conta, aqui, de modo especial na introdução dessa temática. Algo que é perfeitamente cabível em se tratando da relação com a escrita ser, também, uma relação em prol da compreensão de si próprio para assumir outro lugar no futuro.

²³ Fleck (2016) chama atenção de que Adorno, em sua obra tardia, “*Dialética Negativa*”, critica o conceito de fundamento, uma vez que é termo que, em sua própria etimologia, remete a algo que deva existir previamente àquilo que se vai analisar, impondo-lhe uma verdade *a priori* para fazê-lo. O rechaço à ideia de que uma teoria deve ser previamente alicerçada, o que remete às teorias normativas é, segundo analisa o autor, o que leva Adorno a adotar o termo justificativa. Caminha-se, então, rumo a uma ciência mediada pela não neutralidade e, nessa perspectiva, podem-se compor análises da realidade social que explicam e criticam a sociedade ao mesmo tempo, o que faz com que haja a denúncia do sofrimento.

ancoram autores(as) que hoje capitaneiam as elaborações descendentes sobre o tema. Essa necessária atualização do diagnóstico da época em que experienciamos reprises da história passada sendo operadas deve, obviamente, considerar as inovações ofertadas pelo chamado progresso²⁴ que, não necessariamente se revelaram avanços em termos das relações sociais humanas, mas cujo aparato tecnológico trouxe especificidades nunca antes vividas. Em meio a tantas mudanças, as que emanam do mundo virtual das redes sociais são preocupantes em termos das realidades que têm construído, bem como na velocidade em que acontecem.

Essas peculiaridades próprias do momento contemporâneo têm permitido a reedição, com maior agilidade e, talvez, em um grau distinto de arbitrariedade, de velhas práticas sociais e políticas de dominação que visam objetivos conhecidos e já denunciados na Teoria Crítica da primeira geração: manter uma certa coesão no tecido social para atender ao poder concentrado nas mãos dos detentores dos meios de produção. Trata-se da riqueza que faz uso do poder, e vice-versa, para fins de dominação e manutenção do *status quo*, em termos políticos e sociais, tanto do poder em âmbito privado, quanto em relação ao público²⁵. Concentrar a riqueza de um lado e disseminar a pobreza para infinitos lugares é uma lógica que se ampliou pelo planeta e a isto é inegável a contribuição, em proporções vertiginosas nas últimas décadas, dos ditos “avanços tecnológicos”, obviamente bem sustentados por um aparato ideológico. Nesse contexto mundial, contamos agora com a fragmentação em diferentes sistemas, que vão desde as chamadas “bolhas virtuais” – que assim funcionam nas redes sociais – às formas reais de cercar o mal-estar, ilustradas pela vida condominial, como apontou Dunker (2015). Aos que ficam de fora, tanto das redes sociais quanto da divisão social real, são negados inúmeros acessos, pois representam o não idêntico (Adorno, 2009), ou seja, o retrato de todo tipo de exclusão.

Nesse ínterim, progredir em termos de uma crítica que contribua efetivamente aos dias de agora implica colocar à sociologia o desafio de persistir na contestação à servidão

²⁴ Adorno debate sobre o conceito de progresso apontando que, ao invés da emancipação, o que dele resulta é a coisificação das consciências, infringindo sacrifício ao *Outro*, a quem ele pretende dar lugar efetivo. O filósofo opera seu raciocínio pela crítica imanente e aponta que o uso pedante do conceito leva à frustração do que promete, e de que, na realidade, quando o termo é empregado, o anseio dos que o fazem é o de evitar a catástrofe. Por conseguinte, o progresso real só ocorrerá ao acontecer o progresso da própria humanidade em termos de vida objetiva, e não meros avanços técnicos.

²⁵ Em relatório sobre a desigualdade (Taneja, 2024, p. 26; 36), a Oxfam aponta que o mundo ingressou em uma nova era de poder monopolista global, em que “os magnatas bilionários e as poderosas empresas financeiras dominam a propriedade dos monopólios empresariais, os quais, por sua vez, dominam cada vez mais as nossas economias, transferindo e concentrando riqueza e poder extraordinários nas mãos de uns poucos ultrarricos”. Em números, isso resultou que “para cada US\$ 100 de lucro gerado pelas 96 principais empresas entre julho de 2022 e junho de 2023, US\$ 82 voltou a seus acionistas na forma de recompra de ações e dividendos”, sendo que “das mais de 1.600 maiores empresas do mundo, apenas 24% têm compromisso público pela igualdade de gênero”.

moderna ao capital, servidão esta que é articulada desde os espaços laborais até os da formação educacional. No tocante à educação, tem-se um preocupante quadro na formação superior brasileira diante daquilo que Chauí (1999) definiu há mais de duas décadas como “universidade operacional”²⁶ e que se tem aprofundado. Trata-se de uma realidade que também se configura a nível mundial. As universidades estão imbuídas de uma servidão voluntária aos desígnios da acumulação, o que se camufla e se infiltra nas mais diversas esferas da vida, e que passa despercebida a todos que não são munidos da crítica. Isso torna urgente o apontar das consequências do que, por Marx, diríamos ser uma dominação totalitária, que impõe contextos de exceção, frequentemente relacionados ao aprofundamento das crises do modo de produção.

Da infinidade de recursos adotados para manter o capitalismo vivo às mudanças dele resultantes, em diferentes âmbitos, encontramos-nos sob a regência de determinações tanto objetivas quanto subjetivas. Do lado objetivo, o das alterações concretas na realidade social, assistimos a novos holocaustos, pelas guerras que destroem em massa vidas, cidades e culturas²⁷, sustentadas por razões semelhantes às do holocausto da segunda guerra. Do lado subjetivo, além da dominação virtual em concentração e influência ascendentes, em que uma formatação ideológica continua a se desenvolver por meio do emprego dos mesmos mecanismos psicanalíticos já denunciados por Adorno (2005), as mais terríveis colheitas têm surgido. A autocracia das redes sociais afeta vidas diretamente, em especial as dos jovens, cuja existência de muitos é ceifada diante da insuportável violência que sofrem quando atacados em sua saúde mental.

Questionar esses modos de dominação que regem a organização social e o modo de vida que por eles se estabelece, deslindando a faceta psicanalítica que sustenta tal controle, é um direcionamento que se desenvolveu com consistência em meados dos anos 1930. É de lá que se implementam as primeiras técnicas de manipulação midiática que se desdobraram no

²⁶ Caracterizado como um modelo em que temos uma “universidade [que] não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas” (Chauí, 1999, p. 8).

²⁷ A criação do que hoje conhecemos como Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, não inibiu a adoção de saídas bélicas ao redor do mundo. Sobre as guerras de hoje, a primeira ofensiva entre Rússia e Ucrânia foi em 24 de fevereiro de 2022 e o deflagre da guerra entre Israel e Hamas deu-se em 7 de outubro de 2023. Sobre essa primeira manifestação chegamos a escrever um texto rememorando o diálogo entre Freud e Einstein (Zwick, 2022). Quanto ao conflito em Gaza, segundo Eardley e Murphy (2025), em 19 de janeiro de 2025, depois do acordo de cessar-fogo por 15 meses, o conflito entre Israel e o Hamas teve um saldo de mais de 46 mil pessoas de Gaza mortas, sendo estimado que 70% das vítimas sejam mulheres, crianças e idosos. O acordo não teve muito efeito. Dentre o saldo dessa guerra também está a destruição aproximada de 70% das edificações e das estradas da Faixa de Gaza, o deslocamento e insegurança alimentar aguda de 90% da população durante a guerra, a morte de mais de mil profissionais de saúde e o encerramento de centros públicos que tratavam da saúde mental, deixando desamparadas cerca de um milhão de crianças que precisam do serviço na reestruturação do local. São dados que corroboram a reivindicação pela paz, feita por Einstein, tão atual agora quanto em 1926.

que assistimos hoje, tendo chamado a atenção de um grupo de intelectuais críticos. Através deles, o surgimento de uma Teoria Crítica²⁸ da sociedade permitiu que se levantassem interpretações lúcidas sobre elementos contextuais específicos e altamente preocupantes que colaboraram para a regressão da sociedade, continuam atuando e causam efeitos perversos e destrutivos. O período na Europa que precedeu esse movimento intelectual foi demarcado pela queda de impérios e a ascensão de movimentos revolucionários de esquerda, redefinindo geograficamente o poder no globo terrestre. Tendo sido atingida nevrálgicamente pelo rescaldo da Primeira Grande Guerra, no centro da Europa a Alemanha viveu sob os auspícios da República de Weimar entre 1919 e 1933. Essa manifestação após a Primeira Grande Guerra intencionava a reerguida econômica e cultural do país, mas acabou por abrir as portas ao nazismo a partir de 1921.

A República de Weimar havia se instalado na Alemanha pouco antes da fundação do *IfS* e a revista sustentada pelos intelectuais críticos do instituto reunia os principais textos de interesse histórico e institucional dos pesquisadores a ele vinculados, num enfrentamento franco à situação que se anunciava. As ideias questionadoras da situação social, formuladas a partir de meados dos anos 1920 até a década de 1930, no pré-guerra, localizam-se em um período que coincide com a vigência do então novo periódico do *Institut für Sozialforschung - IfS* (Instituto de pesquisa social), a *Zeitschrift für Sozialforschung* (1932-1939/1941)²⁹ (Revista de pesquisa social). A República de Weimar se revelou um atalho para o horror do holocausto, quando o ser humano faceou a morte como nunca, tendo sido exaustivamente combatida pela classe

²⁸ A expressão “Teoria Crítica” provém do texto seminal de Horkheimer (1937), quando a diferenciou da “Teoria Tradicional”, demarcando a perspectiva intelectual do *Institut für Sozialforschung*, também conhecido pela expressão “Escola de Frankfurt”. Esta é fundada em 1923 quando Félix Weil, na companhia de György Lukács, Karl Korsch, Friedrich Pollock, Karl Wittfogel, Richard Sorge, entre outros, organizou a *Erste Marxistische Arbeitswoche* (Primeira Semana Marxista do Trabalho) para debater questões do mundo contemporâneo, o anseio por autonomia e independência do pensamento (Jay, 2008 [1944], p. 41; Matos, 1995). Apesar da expressão “Escola de Frankfurt” ter se popularizado nos meios intelectuais, convém observar que *Teoria Crítica* é o termo mais adequado para se referir a essa linhagem intelectual em sua totalidade e variações, ao passo que “Escola de Frankfurt”, a rigor, é um termo retrospectivo que surgiu no pós-guerra, quando do retorno de alguns de seus pensadores do exílio à Alemanha. A Teoria Crítica pode ser dividida em três gerações, sendo que os teóricos da chamada segunda e terceira gerações se afastaram em grande medida das concepções dos fundadores do Instituto, embasadas no pensamento de Marx, em que se destacam pensadores como Horkheimer, Marcuse, Adorno e Benjamin. Na segunda geração destaca-se a presença de Habermas, principal nome. A terceira geração, à qual a Teoria Crítica teria chegado hoje, é representada por pensadores como Axel Honneth (Nobre, 2003, p. 7-9). Também participam de modo singular Christoph Türcke, Rahel Jaeggi e autoras que se dedicam às discussões de gênero, avanços da sociedade neoliberal, entre outras questões atuais.

²⁹ Revista criada por Max Horkheimer, após assumir a direção do *IfS*. Ela substituiu a antiga revista fundada pelo diretor anterior, Carl Grünberg, chamada *Archiv für die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung* (1911-1930), também conhecida como *Grünberg-Archiv*, cuja existência, como se nota, é precedente ao *Institut*. O volume do ano VIII/1939 da *Zeitschrift für Sozialforschung* saiu em 1940 sob o novo título de *Studies in Philosophy and Social Sciences*, mas com menção ao título anterior, assim figurando na edição final do volume IX/1941.

trabalhadora sob a liderança revolucionária de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Brutalmente assassinados em 15 de janeiro de 1919, os dois principais líderes da Liga Espartaquista, dentre outras reivindicações em prol dos trabalhadores, lutavam contra o uso dos créditos de guerra pela Alemanha para continuar na Primeira Guerra Mundial.

Esta frustração dos atos revolucionários abriu portas à força do sistema repressor vindouro. E, antecedido pela convulsão derivada da quebra da economia norte-americana em 1929, o nazifascismo colocou o mundo em crise, atingindo de maneira incendiária todo o contexto político europeu³⁰. A massa trabalhadora, imbuída pelo desespero das condições de vida que se agravavam, abraçou desmedidamente os princípios propagados pelo líder nazista, que ascendeu rapidamente graças ao clima de revolta instaurado pela derrota da Alemanha na primeira grande guerra. Uma reação significativa deveria conter a ascensão do nazismo, o que os pensadores da Teoria Crítica acreditavam ser possível somente com a adoção de atos revolucionários. Evocar “um mundo inteiramente outro [*ein ganz Anderes*] (...) teve um ímpeto social-filosófico”, o que Horkheimer reconheceria, quatro décadas depois, como convicção que o levou “a uma avaliação mais positiva de certas tendências metafísicas” (Horkheimer, 2008 [1968])³¹. Embora justificadas como armas para combater o horror, tais tendências reativas empreendidas naquele momento histórico se provaram insuficientes, não contendo encaminhamentos futuros à sociedade nem às pesquisas científicas³².

³⁰ O nazismo alemão foi de um fascismo radical ao ponto de ter cometido as maiores atrocidades mundiais, sob a aprovação popular. A República de Weimar, que lhe precedeu, inaugurada sob uma democracia liberal que instituiu o “sufrágio feminino e o mais avançado Estado previdenciário do mundo”, não fez com que as características autoritárias do passado, apoiadas pela burguesia, desaparecessem. Sob a fachada de programa socialista que defendia a primazia da classe trabalhadora, que até incluiu um projeto de reforma agrária, o nazismo se consolidou nas massas sob a liderança carismática de Hitler e passou a operar milhares de mortes (Mann, 2008, p. 191 e ss.).

³¹ As traduções das citações dos textos consultados em alemão e espanhol são nossas.

³² Silva (2017, p. 68-69) analisa criticamente as pesquisas do grupo frankfurtiano como essencialmente “vinculadas a uma concepção empirista de ciência”, de modo que eram insuficientes quanto ao propósito anunciado por Horkheimer no seu discurso de posse como diretor do *Institut*: “interpenetração e desenvolvimento dialéticos e contínuos da teoria filosófica e da prática científica especializada”. O autor questiona se teria havido um entusiasmo de Horkheimer pela pesquisa empírica norte-americana a ponto de dar vazão à teoria tradicional, o que parece ser reconhecido pelo próprio filósofo nesta passagem do prólogo à obra de Martin Jay (2008). Por mais que a Teoria Crítica tenha se empenhado, no saldo da história realmente mostrou-se ainda uma manifestação a qual pouco se tem dado relevância. Mesmo nos esforços acadêmicos atuais, continua congregando perspectivas de estudo vinculadas a uma pequena parcela de cientistas e enfrenta o quadro massificador ampliado da produção técnica, ainda reconhecido como o “verdadeiro” procedimento de se fazer ciência. É algo que fica claro, por exemplo quando, à formação estudantil, mesmo sendo de caráter interdisciplinar, adotada em algumas universidades brasileiras atualmente, disciplinas que exigem conhecimento apurado em matemática é fato que passa a retirar muitos potenciais pesquisadores de ciências qualitativas da possibilidade de seguir os estudos, simplesmente pelos currículos terem se firmado a partir de um itinerário disciplinar rígido, formatado por um conjunto de pesquisadores que desprezam áreas que possuem uma inclinação epistemológica distinta, e lhes impõe obrigações adversas. Trata-se de uma realidade comum de ser encontrada em bacharelados interdisciplinares implantados no país via o “Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras” (REUNI), resultado da união dos modelos de ensino Norte-Americano (Flexneriano, de ordem capitalista e oriundo da biomedicina positivista) com o Modelo Unificado Europeu (derivado do processo de

No entanto, já desde sua origem, estabelecer uma Teoria Crítica da sociedade foi uma proposta de resistência que emergiu das condições históricas engendradas pelo processo de dominação de pequenos grupos economicamente poderosos por sobre uma grande maioria. Esta, não raro, é despossuída até mesmo dos meios para assegurar a própria sobrevivência (*Lebensmittel*), permanecendo a pobreza ainda como uma das grandes mazelas irresolvidas da humanidade. Além disso, a história contada na versão dos vencedores colocava a classe trabalhadora alemã à época como responsável por seus infortúnios, cegando-a sobre suas potencialidades iminentes. E foi pelo diagnóstico da real proximidade entre os discursos que formam massas de manipulados que se curvam ao poder do capital e os que motivaram o levante da classe trabalhadora para aderir ao nazifascismo, que o tema do autoritarismo, em especial a “denúncia e a análise da ameaça fascista”, marcou um dos principais interesses do *IfS* nos anos 1930, como sustenta Jay (2008, p. 194).

Ligada ao quinto departamento do *IfS* na década de 1920 (Slater, 1978), a sociologia frankfurtiana destinou-se a pensar possibilidades de enfrentamento crítico de questões sociais irresolutas, que se faziam prementes nos movimentos sociais e intelectuais da época. Embora as ideias da Teoria Crítica se mostrassem incapazes de combater, em tempo real, a barbárie totalitária que se difundia sobre o tecido social da primeira metade do século XX, suas obras adquiriram importância tanto metodológica quanto política. Isso fez com que a Escola fosse reconhecida pelo combate ao totalitarismo nazifascista que adquiria proporções vertiginosas na Europa. Sua conversão a um marxismo heterodoxo³³ tem como pano de fundo a busca por interpretações que o pensamento marxista tradicional não pôde oferecer sobre novos temas postos pela exigência de contrapor adversidades candentes da Alemanha desse período.

Bolonha). Esta é uma inclinação na formação do ensino superior no Brasil que visa atender a lógica mercantilista de formação profissional (Veras, Lemos e Macedo, 2015).

³³ Em coletânea organizada por Maurício Tragtenberg que une textos de Herman Gorter, Jan Waclav Makhaïski e Amadeu Bordiga, o marxismo heterodoxo é por ele assim introduzido: “definimos marxismo heterodoxo uma leitura de Marx não regida pelos moldes ‘ortodoxos’ definidos pelo chamado ‘marxismo-leninismo-stalinismo’ ou ‘marxismo-leninismo-trotskismo’, que fundamentam as análises dos PCs [partidos comunistas] vinculados ao modelo da URSS e fundamentavam até a pouco as análises dos integrantes da IV Internacional antes de sua divisão em três correntes e posterior subdivisão em duas tendências. O ‘marxismo heterodoxo’ coloca em discussão dogmas aceitos acriticamente pelos militantes e teóricos dialéticos, especialmente a noção de ‘ditadura do proletariado’”, isto pelo fato de Marx e Lênin apresentarem diferentes noções a esse conceito. Ainda para Tragtenberg, o “marxismo heterodoxo coloca em discussão a noção de Partido hegemônico” (Tragtenberg, 1981, p. 7). Se recorremos à raiz do termo ortodoxia, cuja heterodoxia visa enfrentar, vemos que se refere à constituição da fidelidade à uma doutrina religiosa rigidamente cercada por dogmas. O fato de ser firmado um marxismo heterodoxo se deve a que os teóricos que assim passam e se denominar visavam mais a discussão dos interesses, objetivos e determinações da luta proletária do que a defesa de uma posição de poder no ambiente teórico, desprezando enfoques doutrinários, na tentativa de, com isso, serem capazes de elaborar teoricamente sobre o que se dava na mutante realidade que sucedeu Marx, porém não desconsiderando o seu pensamento. Sobretudo, esta não é uma divisão que constava no norte de discussões de Marx, sendo algo pertencente a um campo de disputas posteriores a respeito da melhor apropriação do seu pensamento, em que se inserem os autores aqui analisados.

Como descreve Anderson (2019), a produção do “marxismo ocidental”³⁴, que congrega o pensamento dos autores da Teoria Crítica, é pertencente a um momento em que o universo está alterado e é lócus de uma configuração totalmente nova aos desdobramentos do materialismo histórico: “os temas e as preocupações característicos de todo aquele conjunto de teóricos que amadureceu politicamente antes da Primeira Guerra Mundial sofreram um deslocamento drástico, em uma mudança que foi ao mesmo tempo geracional e geográfica” (Anderson, 2019, p. 48). Saber a linha do tempo e a origem territorial de nossos autores, como aponta Anderson, é importante para situarmo-nos sobre o lugar e o tempo de onde emana seu pensamento. Assim, os nomes da Teoria Crítica primeira, tempos e lugares a que nos referimos no capítulo segundo do nosso estudo, de modo mais detido, são: Max Horkheimer (1895-1973), nascido em Stuttgart (Suábia); Theodor Adorno (1903-1969), originário de Frankfurt (Alemanha). De modo mais sucinto, irão aparecer os nomes de Herbert Marcuse (1898-1979), nascido em Berlim (Alemanha); Erich Fromm³⁵ (1900-1980), também nascido em Frankfurt e, ainda, Walter Benjamin (1892-1940), nascido em Berlim. Este último inspirou a Teoria Crítica de Adorno e aparece em nosso estudo via algumas importantes reflexões.

Já os autores centrais de nosso tempo e que atuam teórica e politicamente no contexto europeu, trazendo elementos importantes e que aparecerão sendo discutidos no nosso terceiro capítulo são: Jéssica Benjamin (1946 -), nascida em Washington D.C (EUA); Samir Gandesha (1960 -), nascido em Nairobi (Kenya); Wendy Brown (1955 -), nascida na Califórnia, (EUA). Fazemos presente também o pensamento do filósofo Christoph Türcke (1948 -), nascido em Hamelin (Alemanha), em algumas ideias que fazem intersecção com o nosso tema.

Embora os „*Studien über Autorität und Familie*“ (estudos sobre autoridade e família), centrais para o início das nossas reflexões na Teoria Crítica, sejam de 1936 e tenham um papel programático na temática da autoridade, esta foi uma obra coletiva, importante e volumosa em seu conjunto, mas com textos menores³⁶. A maior parte das obras de grande relevo da Escola sobre este tema – ou nas quais ele se reflete com maior consequência – foram escritas no pós-guerra, excetuando-se unicamente a produção de Walter Benjamin, que morreu em

³⁴ Lembrando que o marxismo ocidental, que enfrenta uma definição mecanicista do marxismo, é assim definido e localizado em oposição aos desdobramentos do marxismo soviético, afiliado ao stalinismo, mais conhecido como marxismo-leninismo.

³⁵ De todos os quatro, Fromm é o que não consta na lista de Anderson (2019), por não ser considerado vinculado ao marxismo ocidental.

³⁶ O maior é o de Horkheimer, primeiro artigo do volume, dedicado à cultura, à autoridade e à família (Horkheimer et al., 1936, p. 3-76). Além disso, o núcleo teórico que integra a primeira seção da coletânea tem apenas três artigos, sendo o segundo de Fromm e o terceiro de Marcuse. Wiggershaus (2002, p. 181) sublinha que estes não usam nunca os dados coletados nos questionários e relatórios apensados à obra – cujas seções dois e três são ambas mais extensas do que a da parte teórica – e que o próprio Horkheimer inicialmente vacilou em assumir autoria no volume.

1940. Contudo, a base do assunto é claramente anterior, quando percebemos que os escritos de Horkheimer, Fromm e Marcuse se destacam na coletânea de 1936. Também os estudos posteriores de Adorno, do momento pós-segunda guerra, como os “*Estudos sobre a personalidade autoritária*” (1950) e a “*Dialética do esclarecimento*”, escrita com Horkheimer em 1944, entre outros, fazem parte da temática e são profícuos às nossas análises.

O projeto do *IfS* preconizou um trabalho intelectual coletivo, tendo em vista que a empreitada a que se propunha excedia as possibilidades do trabalho individual (Wiggershaus, 2002, p. 207). Neste ínterim, uma das originalidades da temática da autoridade no *IfS* decorre da própria situação de crise em que se encontrava o movimento socialista internacional, em meio ao qual colocou-se a tarefa de tentar compreender por que os trabalhadores não cumpriam com aquela que o marxismo entendeu ser sua missão histórica de classe, qual seja, fazer a revolução. Embora autores como Pollock e sua análise sobre o “Capitalismo de Estado” tenham tido um papel relevante ao discutir economia e política, a realidade da época motivou distintos direcionamentos, resultando em um amplo cenário de pesquisas e teorizações focadas nos espaços da sociedade e da cultura e não apenas na análise econômica³⁷. Essa nova abordagem social e epistemológica do *IfS* frente ao marxismo tradicional foi incluída, com certo destaque, na moldura que Merquior (1996, p. 450) atribuiu ao marxismo ocidental enquanto um “marxismo da superestrutura”³⁸. Esta não deixou de ser, portanto, uma moldura necessária de se colocar à fotografia daquele momento, mas cuja interpretação – diagnóstico – não foi a única.

Além da consciência sobre estes movimentos e da importância em retomá-los hoje, remeter à essa temática do autoritarismo, também implica considerar a peculiaridade da postura interdisciplinar da Teoria Crítica, preconizada por Horkheimer para o trabalho coletivo do *IfS* e localizada na contracorrente da rigidez disciplinar e hierárquica do ensino universitário formal alemão. Tal direcionamento, marcadamente autônomo, levou na época a desdobramentos teóricos que resultaram na abordagem de temas negligenciados nos currículos superiores alemães, a exemplo da “história do movimento trabalhista e [d]as origens do antissemitismo” (Jay, 2008, p. 44). São temas de grande relevância até o tempo de agora, quando essas práticas, que pareciam adormecidas, têm sido reeditadas sem que se consiga, novamente, combatê-las.

³⁷ A avaliação da mudança do cenário do capitalismo dos tempos da obra de Marx para os anos 1930, que justificava novos objetos e modos de abordagem, é bem registrada na abertura do ensaio de Benjamin (2010), “*A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*”, que ele iniciou a redigir em 1935.

³⁸ Lefebvre considera que a análise dialética em Marx está pensada a partir do fundamento material e histórico do modo de produção social, a infraestrutura, condicionante das demais formas ideológicas e do modo de vida como um todo. Para ele, “não há produção sem contradição, sem conflito, a começar pela relação do ser social (o ‘homem’) com a natureza através do trabalho”, que é o elemento central que se reflete em toda teoria de Marx (Lefebvre, 1983, p. 19).

Assim, mesmo depois de passados mais de um século da abertura do *IfS*, a tarefa da Teoria Crítica da primeira geração mantém sua atualidade. Diante das manifestações sociais atuais, algumas aqui já relatadas, avaliamos que a missão histórica da classe trabalhadora continua bloqueada por parâmetros políticos e sociais anunciados como novos³⁹, mas que reeditam velhas práticas associadas a um ideal conservador de sociedade. Trata-se de um *velho* que, ironicamente, tem adquirido a feição de algo *novo*. Dentre tais parâmetros, também se agrega o papel difuso que assumiram os movimentos sociais, do que já se tem registro desde os anos 1980⁴⁰, embora na prática social já assim se comportavam anteriormente. Nesse sentido, se formos dizer que há uma reedição desse diagnóstico da primeira geração da Teoria Crítica que, em termos de essência, mantém muito dos caracteres originários nas suas críticas ao capitalismo e ao fascismo, isto exige verificar quais similitudes ocorrem com os anos em que surgiu o *IfS* e, em especial, para com os escritos sobre o tema da autoridade. Tão importante quanto isso, é a verificação das distinções, que talvez não possamos avaliar em seus pormenores, mas na nossa leitura unimos elementos sobre a constituição da psique hodierna e como agem as estruturas psicológicas que são inerentes a esse diferente tempo histórico.

Contudo, a temática da autoridade ao autoritarismo, em um contexto em que os movimentos sociais carregam a grande dificuldade de fazer com que o indivíduo se reconheça pertencente a classes sociais desfavorecidas, se torna um objeto complexo de análise. Embora à primeira vista não pareça, é uma temática recheada de novidades, pois as análises atuais unem tanto caracteres sócio-históricos às novas formas com que se manifestam, quanto analisam as transformações profundas que isso gerou. E isto não pode ser feito em desatenção às atualizações formuladas por pensadores e pensadoras da Teoria Crítica atual, embora possamos detectar o seu distanciamento do marxismo, mesmo o heterodoxo, e avaliar em que esfera isso contribui. E, também, não podem ser desconsideradas as proximidades e retomadas da Teoria Crítica primeva. Aqui, temos que a originalidade desta tese reside em fazer um trânsito pouco usual: considerar desde os movimentos inaugurais da Teoria Crítica, nas figuras de autores centrais, e o que deles reside ou se modificou em interpretações atuais sobre a temática da

³⁹ Exemplo disso no Brasil são expressões como “novo”, “renovação” utilizadas em nomes de partidos políticos.

⁴⁰ Evers (1984, p. 14) pergunta: “será que a ‘novidade’ destes movimentos consiste no fato de terem por objetivo a reapropriação da sociedade por si mesma? O autor apresenta quatro teses em resposta: a primeira refere-se ao deslocamento do potencial de transformação da política para o âmbito sociocultural; na segunda aponta a dispersão da primeira, em que há uma face oculta por trás dela e que leva a pensar a sociedade não capitalista; na terceira detecta a dicotomia alienação-identidade em meio à difusão diagnosticada; a quarta tese é encerrada pela afirmativa de que os novos movimentos, embora alternativos, não resultam em emancipação, gerando sujeitos correspondentes. Para o autor, o que se torna necessário é o trabalho em vários *fronts*, ao que deixa como questão passar de Marx a Freud. Isso quer dizer que retomar os clássicos da primeira geração da Teoria Crítica é tarefa indispensável e necessária para compreender as novas manifestações do autoritarismo.

autoridade ao autoritarismo, sob o enfoque da psicanálise. Trata-se de uma conduta epistemológica que nos acompanha ao longo desta tese.

E neste percurso, para alcançar a compreensão do que qualificamos como “barbárie atual”⁴¹ prevemos o desvendar de um circuito de violência e dominação que atua pela ameaça constante via um bombardeio de eventos que reduz a condição humana à sobrevivência, cujo remetente, por vezes, já não se identifica. É uma barbárie que, mesmo às vezes parecendo emergir de um emissor desconhecido, ocorre em nível de execução concreta quando se materializa no extermínio em massa de pessoas ou seu aproveitamento à produção desenfreada de mercadorias. E, também, ocorre por ações que capturam subjetivamente as pessoas, impondo ideologicamente a violência orquestrada, sendo ela velada ou não. Independentemente de sua qualificação, a barbárie atual se reproduz de modo totalizante por estar associada a elementos psicanalíticos, os quais precisam ser compreendidos em suas ações no tempo de agora. Ou seja, os diferentes atos de violência empregados para a dominação da população em favor de determinados interesses reside em um método preciso, nem sempre estando ao primeiro olhar visível, por atuar em direção ao inconsciente, tanto individual como coletivo. O resultado, ao final, é sempre o mesmo e se traduz na aniquilação de possibilidades de vida plena. E, assim, ao desvendar a complexidade das ações da autoridade ao autoritarismo hoje, temos um tema que exige conexão aos necessários prolegômenos para apontar com maior lucidez os elementos que compõem as suas manifestações na atualidade.

Perspectiva metodológica

As manifestações em massa adquiriram outros contornos a partir de mudanças na estrutura familiar e social, dos avanços na modernização da comunicação e até mesmo das inovações nas técnicas de guerra, ensejando a criação de novas possibilidades de vida e de morte. Essa foi uma das constatações que despertou a realização dos inúmeros estudos de que

⁴¹ Segundo Engels (2019, p. 34; 35), a partir de uma classificação que adota de Lewis A. Morgan, o período da barbárie, em sentido histórico, pertence ao segundo estágio cultural pré-histórico da humanidade, sendo dividido em três estágios: inferior, intermediário e superior. A barbárie corresponde à “época em que se consolidaram a pecuária e a agricultura, o aprendizado de métodos de produção intensificada de produtos naturais mediante a atividade humana”. É na última fase do terceiro estágio da barbárie que se “faz a transição para a civilização por meio da invenção da escrita alfabética e de seu uso para produzir registros literários”. A obra *Ilíada*, de Homero, com os desdobramentos da epopeia e da mitologia, é um dos “legados que os gregos trouxeram da barbárie para a civilização”. Quando se trata de falarmos sobre a barbárie atual, seria, portanto, algo que retoma alguns momentos daqueles estágios elencados pela descrição histórica, com especial observância à questão mitológica, que compreendemos comparados em Freud.

se tem registro na Teoria Crítica, cujos autores da primeira geração pesquisaram a partir da chave marxiana do materialismo histórico, de base dialética e com abordagem interdisciplinar. Ao investigar a constituição social do ser humano em que, de um lado figuram determinantes concretos e, do outro, condições psíquicas individuais e sociais, desvendaram especificidades das relações sociais que passeiam das fronteiras do concreto até as abstrações, as quais estão circunscritas às condições da vida cotidiana, engendrada histórica e economicamente.

Rebocando a missão da Teoria Crítica inaugural, que visa emitir diagnósticos de época precisos ao tomar a realidade concreta por base está, portanto, a compreensão do materialismo interdisciplinar, cunhado por Horkheimer, como perspectiva epistemológica, conduta capaz de elevar o espírito humano à reflexão sobre as condições reais criadas para limitar seu pleno desenvolvimento. Ao desvendar estruturas de dominação, essa perspectiva incorporou um modo de exposição próprio sobre o capitalismo e aquilo que se alcançou através dos diferentes, mas hierarquizantes, modos de produção e circulação nele inseridos. Tornou-se objeto científico saber melhor sobre o escalonamento da barbárie, promovida pelo capitalismo, cujas práticas são naturalizadas às custas de inúmeros silenciamentos garantidores do acobertamento das desigualdades, onde cresce a exploração e a alienação totalizante de corpos e mentes. Este foi objeto que, desde 1923, foi analisado em distintas faces, mas sempre com direcionamento emancipatório.

A partir desse intróito teórico e epistemo-metodológico, o fio condutor que permeia essa tese é a realização de uma leitura sobre a conversão da autoridade em autoritarismo, mediada pela psicanálise e sua herança, desenvolvida pela Teoria Crítica. Os chamados textos sociais desenvolvidos por Freud são o nosso ponto de partida, seguidos por aqueles que nos permitem apresentar, como passo seguinte da pesquisa, uma análise de apropriações feitas pelos autores da Teoria Crítica sobre a temática. Ela será debatida com foco em textos de autores que entendemos como centrais para viabilizar a leitura seguinte à da psicanálise sociopolítica, para compreender o caminho da autoridade ao autoritarismo na primeira fase da Teoria Crítica. Este caminho nos permite levantar e debater aspectos psicológicos, sociais e políticos que têm afetado historicamente a vida em sociedade e que conduzem à nomeada conversão à barbárie atual. Esta é manifesta quando se instituem comportamentos que se normalizam como práticas corriqueiras, embora o flagrante de sua desumanidade extremada. A ascensão de governos despóticos, a promoção de guerras, a prática de políticas de austeridade entre Estados, a naturalização de conflitos éticos que atacam um *Outro* – tornado inimigo indesejado –, são alguns dos exemplos encontrados nas relações sociais e políticas instituídas na contemporaneidade. São elementos que, em seu conjunto, possuem um fundo psicopolítico que

reforça práticas autoritárias, causando uma organização social que vê problemas na diferença, desde o âmbito individual até os determinantes sociais mais amplos.

Inerentes aos processos históricos da dominação, propulsores da formação que alçou a humanidade à chamada modernidade, as práticas atuais de conversão da autoridade em autoritarismo se expressam em diferentes nuances pela extensão do planeta. As relações capitalistas de (super)produção constituem-se no núcleo central em torno do qual passou a se (des)organizar a dinâmica social⁴². A dialética inerente a essas relações, nos tempos de Marx e Engels (1999) apontada como a luta entre burguesia e proletariado, adquiriu inúmeras gradações. Por um lado, essa luta é organizada através de uma administração que visa adequar um contingente de pessoas a uma totalidade, cuja razão é planificadora. Por outro, figura uma completa imersão no caos, típica do modo de vida hodierno, mesmo nas sociedades que capitaneiam o desenvolvimento mundial. É a partir dessa lógica, que estamos a reeditar no contexto neoliberal, temos como resultados a ascensão de relações autoritárias, percebidas hoje desde as microesferas sociais. As alterações nas relações familiares, unindo-se a elas as possibilidades maiores para o acesso às redes sociais, têm papel decisivo na construção de uma nova era de (des)conexões humanas, característico da incapacidade das pessoas em estabelecer vínculos reais e duradouros. Essas são impressões que se difundiram até o modo de gestão de Estados, os quais têm assumido um caráter especialmente destrutivo, em grande parte em meio ao protagonismo das redes sociais virtuais. Podemos compreender também este caráter, destrutivo da vida no planeta, através da análise das forças majoritárias em muitos Estados, geralmente quando associadas à expansão das desigualdades, por um lado, e à concentração de riquezas, com o aumento de lucros privados/empresariais, por outro⁴³. Os rendimentos financeiros dessa ordem foram e têm sido conquistados e mantidos graças a ataques aos propósitos democráticos, ainda resistentes em muitas nações, no entanto, os fragilizando a cada nova cena histórica.

A repetição do que se desenvolveu em momentos históricos passados e países distintos, advindo de rupturas em realidades de suposta consolidação do sistema de Estado democrático de direito, revela, em suas fendas, a verdadeira essência autocrática daquilo que se

⁴² Já em 1848 Marx e Engels (1999, p. 17) denunciavam a superprodução como uma epidemia que abala a sociedade, reconduzindo-a “a um estado de barbárie momentânea; dir-se-ia que a fome ou a guerra de extermínio cortaram-lhe todos os meios de subsistência; a indústria e o comércio parecem aniquilados. E por quê? Porque a sociedade possui demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio (...), e todas as vezes que as forças produtivas sociais se libertam desses entraves, precipitam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa”.

⁴³ Para Mbembe (2003), em uma chave foucaultiana, trata-se da necropolítica, que envolve a existência de formas na contemporaneidade que entregam a vida ao poder da morte, de modo que há uma reconfiguração profunda das relações entre sacrifício, terror e resistência.

pretendeu constituir como melhor modo de coordenação da vida em sociedade. Embora possa-se pensar, ao não emergirmos atentamente no objeto, que a conversão da autoridade em autoritarismo seja sempre um acontecimento repentino, resta evidente constatar que este é apenas o resultado de um processo paulatino de conversão de relações de autoridade, danificadas⁴⁴ desde a sua fundação. O disposto na base da formação social possui íntima conexão aos aspectos psicossociais – a argamassa que sustenta o edifício social –, tendo-se, nesta ligação, um importante ponto de atenção sob o olhar da psicanálise.

Assim, a despeito do inegável papel que a instabilidade econômica dos momentos de crise do capital cumpre na conversão da autoridade em autoritarismo, a face autoritária das relações humanas, em termos subjetivos, também se atualiza no instante em que se move o caleidoscópico da história e as novas crises de toda ordem se complexificam. O caráter subjetivo da psique moderna, em suas incontáveis variações – que vão desde as manifestações subjetivas individuais, presentes nas doenças psicossomáticas adquiridas na esfera produtiva, onde está a massa assalariada, até o modo relacional doentio construído em instituições de diferentes naturezas que promovem o adoecimento – apresenta o padrão autoritário típico da desatenção às diferenças. A constituição desse caráter está embebida nas nuances de tempos acelerados, mediado por algoritmos e pela fábrica de sensações, que se transformou no modo intuitivo moderno (Türcke, 2010)⁴⁵.

Para desvendar este que constitui um caminho em que passeiam vários elementos de ordem psíquica e social, a questão geral de pesquisa com a qual nos defrontamos é: *como a autoridade, que em si poderia não constituir um problema, se transforma em autoritarismo? E quais as manifestações atuais dessa problemática?*⁴⁶ Tratar o tema via uma leitura sociopolítica da psicanálise exige uma conduta que abarca o já nomeado caminho interdisciplinar da Teoria Crítica, trilhado pela primeira geração à luz de Freud. Para além de ofertar subsídios na

⁴⁴ No sentido do que Adorno (1992a) chamou de *vida danificada* (*beschädigten Leben*): trata-se do que vivemos como resultado de uma sociedade administrada, onde a consciência humana é moldada para se adaptar às exigências técnico-econômicas. Ao suprimir a subjetividade, aniquilando a autonomia do indivíduo pela assimilação sistemática da racionalidade instrumental, a vida se torna danificada e passível de manipulação. Nesse contexto, a adesão à lógica da mercadoria, onde as preocupações se dão apenas no nível dos valores imediatos do consumo, passa a ser a forma mais reconhecida de assunção e condução da vida.

⁴⁵ As análises de Debord (2007) em *A sociedade do espetáculo*, obra originariamente publicada em 1967, que são escritas ao modo das *Passagens* de Walter Benjamin, contribuem singularmente à teoria social. No entanto, nas reflexões dispostas em *Sociedade excitada: filosofia da sensação*, Türcke (2010) percorre o trajeto da percepção até o espetáculo e conclui pela excitação que move a vida humana, tornando-se uma obra do rigor filosófico típico deste que é considerado um dos maiores renovadores da Teoria Crítica da primeira geração.

⁴⁶ Em sua primeira parte, esta questão foi levantada em uma das reuniões com o professor Christoph Türcke em Leipzig, em 2019, quando reunimos textos de Horkheimer e Adorno para debater o tema da autoridade, ao que tivemos uma longa conversa com o professor sobre os escritos de 1936. E, posteriormente à qualificação, para atualizar o tema, definimos que essa operação demandava tomar por direcionamento autores(as) que figuram no cenário da Teoria Crítica atual e trazem seus desdobramentos sociais mais candentes.

exploração do tema ao envolver distintas áreas do conhecimento em diferentes níveis, é um caminho que possibilita leituras mais integrais da sociedade⁴⁷.

A começar pelo conjunto do pensamento freudiano alocado na esfera de estudos sociológicos, encontramos como pressuposto central o fato de que o problema da dominação mantém uma face psicológica que precisa ser explorada. Esta foi a convicção que moveu os autores da Escola de Frankfurt, para os quais Freud não se tornara mera influência, mas “uma interioridade constitutiva”, o que permitiu “pensar seu objeto, pensar a si mesma, e pensar o próprio freudismo enquanto momento da cultura”. É mister considerar que a Teoria Crítica só se reconhece, hoje, “*através*” e “*contra*” Freud, estando em permanente “relação de imanência” com o fundador da psicanálise, pois com ele passou a refletir sobre “a crítica da cultura, a teoria da personalidade, o estatuto do conhecimento” (Rouanet, 2001, p. 11).

Como autor de suma importância quando se trata dessa gênese dos fenômenos da psique que se tornam manifestações sociais, são três os eixos dos estudos de Freud que a análise de nosso tema leva em conta, embora em graus distintos: (i) os escritos sobre o inconsciente, considerados uma das maiores contribuições da obra freudiana, surgidos na aurora do séc. XX; (ii) o âmbito da religiosidade, que abarca o desenvolvimento da neurose coletiva nos processos civilizacionais e de socialização; e (iii) sua abordagem sobre a vida em grupo, em que Freud estabelece uma relação pioneira entre indivíduo e sociedade e que se traduz na análise das massas.

Nosso intuito não é apresentar pormenorizadamente essas três frentes, que resumem, talvez não sem uma certa simplificação, a amplitude da obra do pai da psicanálise. Fazemos um debate sobre os elementos que nelas mais se destacam, aos quais os autores nomeados da Teoria Crítica dedicaram análise especial ao implementar sua visão própria e crítica da sociedade. Por isto, elegemos como procedimento situar, primeiramente, a centralidade freudiana na Teoria Crítica, o que, para nós, envolve defender um Freud possuidor de uma leitura social e progressista, ao que afirmamos: Freud é um sociólogo progressista! Embora Freud tenha uma visão contestadora do progresso em si quando analisa seu mal-estar, a sua crítica se dá justamente para refletirmos sobre o progresso que destrói a humanidade. Nisso podemos equipará-lo a Adorno, que muito toma da psicanálise para pensar a catástrofe

⁴⁷ Precisamos nos embasar na ideia de fundo materialista de pensar pelo conceito para além do conceito, firmada por Adorno via declarações como „*Nur Begriffe können vollbringen, was der Begriff verhindert*“ (apenas os conceitos podem elucidar o que o conceito impede) (Adorno, 1966, p. 59). Como do sistema do conceito pode ficar algo de fora, a perspectiva interdisciplinar auxiliar no pensamento mais integral sobre uma realidade e, embora o nosso foco seja a conexão de uma disciplina – sociologia – com a psicanálise e a política, o que está por trás dessa relação é o elucidar mais integral do conceito de que se quer tratar, seja ele, nessa tese, o vinculado à elucidação do trajeto da autoridade ao autoritarismo, ou tão somente a barbárie atual.

social. Então, quando definimos Freud como progressista é pelo fato de os eixos de sua análise constituírem a base aos diálogos contestadores da ordem nazista, elaborados posteriormente na primeira geração daquela escola, que enxergam nitidamente um problema na dominação, apontando a necessidade de outras lentes para a lida científica⁴⁸.

Aos desdobramentos que apresentamos de Freud não seguimos os eixos apontados, e isso se deve à busca, por intermédio de sua obra social, em estabelecer a leitura imanente própria que o tema exige. Para tanto, além de pensar metodologicamente a partir da perspectiva epistemológica do materialismo dialético interdisciplinar, lembramos que o necessário abarcar do recurso dialético implica a união à crítica imanente, conforme acorda Adorno (2009). A dialética, conforme Fleck (2016, p. 69; 76) segue a “ausência de um critério externo ao objeto para julgá-lo”, onde a crítica imanente positiva do filósofo, que corresponde à crítica da ideologia, se transforma em negativa, alçando a crítica do sofrimento, sob o qual não se quer mais padecer. A defesa e emprego da crítica imanente reivindica a mediação das análises por elementos da realidade concreta, fortalecendo o caráter emancipatório da crítica, que está na possibilidade de olhar para si, sendo a crítica imanente, em sua autorreflexividade, não totalitária. Em meio a isso, preserva-se a razão crítica e autocrítica da crítica imanente, não assujeitando instrumental e passivamente o objeto. O sujeito está mergulhado no mesmo mundo contraditório que critica, não havendo ontologicamente condição de se colocar de fora, em condições ideais, para analisá-lo⁴⁹. Em Adorno permanece a grita do sofrimento, a dor do outro cuja alteridade ontológica não se pode calar. A crítica imanente pressupõe, na verdade, uma espécie de espaço irresoluto onde se manifesta a contradição permanente entre objeto e conceito, sendo um modo de resistência às filosofias da identidade, o que Adorno reflete a partir do embate com Hegel. E sendo que “a psicanálise é talvez o exemplo privilegiado da crítica imanente”, ao passo que Freud “examinou o conteúdo de verdade das formações psíquicas” (Rouanet, 2001, p. 106), temos um procedimento adequado para desvendar o conteúdo barbárie atual.

⁴⁸ Uma das frases mais emblemáticas de Freud no tocante a essa postura progressista, que entendemos fazer parte da dialética do conceito de progresso que nele notamos é quando afirma: „*Es ist nicht bequem, Gefühle wissenschaftlich zu bearbeiten*“, na tradução ao português: “não é fácil tratar sentimentos cientificamente” (Freud, 2010b, p. 43). Aqui o criador da psicanálise aponta a complexidade em considerar o ser humano inserido na era industrial, o que lhe trouxe uma série de sequelas, às quais devem ser dedicado um olhar apurado e que coloque não só o indivíduo, mas todo complexo social sob uma lente psicanalítica.

⁴⁹ Neste ponto Adorno, em certa medida, relembra Hegel e se afasta da crítica da razão pura de Kant, que quer saber de modo apriorístico as condições do conhecimento antes de conhecer qualquer objeto. Se afasta também da *epoché* de Husserl, a redução fenomenológica que pressupõe subjetivamente uma “contemplação desinteressada” (Abbagnano, 1998, p. 339) frente aos pressupostos e aos conteúdos que analisa.

A Teoria Crítica, foco do nosso direcionamento, quando versou sobre a realidade dos rumos da sociedade no conjunto de seus autores já no período anterior à Segunda Guerra Mundial, nos revelava muitos direcionamentos que servem ao contexto atual. Os autores tratavam de um cenário que se apresentava tão fértil para estudos sobre a sociedade autoritária, quanto infértil eram as perspectivas de humanidade. Apontar a barbárie do humano que inverte a humanidade e torna todo um conjunto social insensível à condição do outro, que é aniquilado em suas tentativas de luta contra a hostilidade sofrida, é mérito alçado apenas por uma Teoria Crítica da sociedade que desmascara a versão da história contada pelos dominadores. Procedia-se a análise teórica e prática de um mundo destruído, escancarando as evidências concretas da coleção de irracionalidades cometidas, no entanto normalizadas por inflamados discursos nazifascistas.

Este mundo às avessas e espinhoso passou a ser descrito a partir do olhar materialista histórico e dialético não ortodoxo, onde se tematizam distinções entre o que parece daquilo que realmente é. Significou operar a lógica marxiana de compreender a diferença entre *aparência* e *essência*, se formos lembrar dos elementos hegelianos, adotados por Marx na construção de seu método⁵⁰. É uma distinção que carece, aqui, ser levada adiante, e nos coloca exigências à exposição do conjunto processual que pavimenta o percurso da autoridade ao autoritarismo. Contudo, a hipótese central que levantamos é a de que *a autoridade não é, propriamente, um conceito antitético ao de autoritarismo ou que estabelece com ele distinções apenas de grau. E compreender devidamente suas diferenças, tanto nos aspectos históricos quanto atuais, demanda uma leitura imanente que abarque as causas da transformação da autoridade em autoritarismo*. O porquê da autoridade se transformar em autoritarismo, muito mais do que mera expressão de caráter, é algo engendrado no drama da luta humana pela sobrevivência na terra, cuja raiz está plantada no primeiro racional que deu um passo em direção à cultura. Freud, como pensador da cultura, é quem dá continuidade, portanto, àqueles

⁵⁰ Hegel utiliza o conceito de *Scheinen*, no sentido de aparecer ou refletir, como um modo a referir a experimentação, pelo sujeito, da certeza da verdade do objeto ou apenas da tomada de consciência desse saber, categorizado como certeza sensível: o lugar da “consciência ingênua, quase animal, que pensa possuir a verdade do objeto na certeza de indicá-lo na sua aparição no aqui e no agora do espaço e do tempo do mundo.” (Vaz, 1981, p. 14). O sentido do aparecer relaciona-se com espelhamento, o que também justifica o fato da filosofia de Hegel ser denominada *filosofia especulativa*. Significa que Hegel anuncia sua própria filosofia, objeto de tantos questionamentos e diferentes interpretações, devidos à suas dificuldades, como algo que pode estar ao alcance do conhecimento comum. Existe o apontamento a uma possibilidade de que pelo senso comum é possível encontrar a essência quando o Entendimento no nível da certeza sensível vai à reflexão (*Scheinen*). Para Hegel, é no processo que reside a verdade, não havendo uma verdade absoluta e última quando ainda não se percorreu todo o caminho da construção do conhecimento. A consciência do espírito precisa mediar com os diferentes níveis de consciência mantendo aquilo que superou (*Aufhebung*). Na ideia de processo existe uma fundamental carga materialista, o que é apropriado pela filosofia de Marx e não deixa, por conseguinte, de sê-lo pela Teoria Crítica.

elementos da análise materialista levantados por Marx. A união desses dois autores tornou-se, assim, o momento mais profícuo da Teoria Crítica de primeira geração para estabelecer um diagnóstico de época que tanto precedeu como sucedeu a Segunda Grande Guerra.

Desenvolver o tema “*da autoridade ao autoritarismo*”, sem que seja algo despropositadamente anacrônico, genérico ou distante de algum objeto, nos exige focar como campo de investigação a realidade desenhada por textos e conceitos que permitiram identificar ideias-chaves e sua articulação interna nos autores, perfilando as influências e conexões que abarquem a apreensão da gênese e da evolução dos significados que lhes são atribuídos no período inaugural da Teoria Crítica. E não é demais lembrar que o tema do autoritarismo não foi uma curiosidade intelectual dos autores aqui tomados como base. Ele foi um testemunho intelectual da experiência de vida no momento político-social mais grave e destrutivo do século XX, que foi por eles sentido de modo particular e decisivo para a continuidade ou não de suas vidas⁵¹.

Considerado o contexto histórico que tomamos para calçar o debate, qual seja, a ascensão do nazismo e as suas mais trágicas consequências, cujos registros do período e lugar são amplamente documentados, nosso movimento constitui-se em expor também uma leitura que organize uma teorização crítica sobre os registros da Psicanálise e da Teoria Crítica, resgatando a produção do que tange ao tema e, depois, remetendo aos debates que lhe são pertinentes hoje. Apresentar a íntima relação entre o desenvolvimento subjetivo do indivíduo e os reflexos objetivos expressos e impressos nas instâncias socialmente construídas no projeto inaugural da Teoria Crítica é a direção que nos leva à compreensão da atualidade dessas manifestações.

Também compõe nossa análise uma dinâmica horizontal, à qual cabe uma dinâmica vertical: a interpretação do jogo dialético entre autoridade e autoritarismo, seja como jogo entre afirmação e negação dos indivíduos, seja como jogo entre civilização ou cultura e barbárie, ou como jogo mais geral entre autoconservação e sacrifício. Nisto, temos ciência de que importa não apenas um trânsito progressivo-cumulativo-retilíneo à pesquisa, mas também um jogo de contrastes regressivos. Engloba a pergunta do que de descobertas posteriores manifestava-se já

⁵¹ Pelo lado negativo, é o caso de Walter Benjamin. Nos caminhos diletantes de escritor livre que se tornara, Benjamin foi membro da Escola de Frankfurt a partir de 1934, tendo enfrentado uma série de dificuldades para obter reconhecimento de seus escritos, tanto na Escola como anteriormente. O fato de não ter galgado um posto oficial na academia nem ter sido devidamente valorizado pelos próprios amigos da Escola lhe trouxe uma série de dificuldades financeiras, o que teve papel contribuinte para que abreviasse a sua vida. Isso pois, em 1940, quando Benjamin tentou atravessar a fronteira entre a França e a Espanha em meio a guerra para escapar dos nazistas, não conseguiu fazê-lo. Então, ele decide por tomar morfina e cometer suicídio diante do temor de parar nas mãos dos nazistas (Gagnebin, 1999).

anteriormente, dentro de um período histórico. Considera-se, portanto, o raciocínio de Marx na construção do método para a escrita d’*O Capital* como procedimento que também nos assessoraria, mas sem qualquer ortodoxia. Para ele, o método de pesquisa se torna distinto do método de exposição, constituindo-se a dialética marxista em uma matriz progressiva-regressiva, o que é diagnosticado por Schmidt (1973)⁵². De modo semelhante, Carone (1989) defende que

O método de exposição é um movimento de pensamento que passa por várias determinações do conceito de capital, das mais simples e imediatas às mais complexas e profundas. (...) É um movimento *progressivo-regressivo*. É progressivo porque as determinações da esfera da circulação não nos dão a plena riqueza das determinações do capital, de forma que as determinações essenciais são as da produção, que não são imediatas. É regressivo porque o ponto de partida da exposição é o capital em geral e o ponto de chegada também. Mas é evidente que só com as determinações mais superficiais, apropriadas sucessivamente, não se alcança a essência do conceito “capital” (Carone, 1989, p. 27, grifo nosso).

Até porque os movimentos da história contêm, em seu anacronismo, elementos tão distintos quanto a criatividade humana é capaz de dispor, exigindo empreendimentos de pesquisa próprios, que engendrem exposição concisa e, ao mesmo tempo, abarcadora do tempo histórico por completo. Conhecer as especificações do objeto, as diferentes formas que assume no decorrer do tempo, realizando conexões entre elas é a parte que cabe aos desdobramentos apresentados sobre ele. A segunda etapa, a da exposição é, então, uma descrição decorrente da primeira investigação, a ser tão racional e minuciosamente reconstituída quanto for a apropriação antes efetivada.

Na busca pelos estudos que esboçam definições à autoridade coladas a um momento histórico em que o seu próprio conceito degenera no de autoritarismo, devemos considerar que, derivada da dialética como tradição milenar que envolve muitos matizes, isso se aplica também à sua relação com as várias ciências, incluindo a sociologia (Gurvitch, 1971), bem como as demais ciências sociais (política e antropologia) e a psicanálise⁵³. Como já disposto, a pesquisa

⁵² Alfred Schmidt foi assistente de Adorno e Horkheimer, tendo sido discípulo e sucessor deste último na cátedra de filosofia social. Como representante de um marxismo *não ortodoxo*, trouxe para a filosofia uma compreensão contraposta ao estruturalismo francês, deslindando a perspectiva metodológica de Marx ao descrever o movimento “progressivo-regressivo”, termos atribuídos ao marxismo de Sartre e Lefebvre. Segundo ele, “o avanço subjetivo do conhecimento, em relação ao seu conteúdo, é objetivamente um retrocesso (...). O avançar da filosofia é um retroceder a fim de lhe colocar fundamentos, por meio do que só resultaria que aquilo com que se começou não é algo aceito por pura arbitrariedade, mas representa, de fato, por um lado, a verdade e, por outro, a primeira verdade”. Trata-se, portanto, para o autor, de observarmos o que é *real e concreto*, como nos disse Marx, descrevendo os conceitos em seu movimento histórico e os apresentando como um processo de conhecimento que tem um ponto de partida – a mercadoria – e um resultado – a dominação total provocada pelos fatos imediatos (Schmidt, 1973, p. 74-75, *tradução nossa*).

⁵³ Embora a importância comprovada da inclusão da psicanálise no rol das ciências humanas e sociais, são recentes os ataques a ela sob a acusação de pseudociência. São ataques que partem de perspectivas epistemológicas bem distintas dela, frequentemente utilizando de má-fé e de terminologias sensacionalistas para criar polêmicas cujo endereço são as massas, não obstante as desinformadas. Afinal, todo superficialismo tem esta incrível propriedade

iniciada pela Teoria Crítica afinou-se com o materialismo interdisciplinar, segundo o que Horkheimer apresentou em seu programa no momento de sua posse como diretor do *IFS*. É uma perspectiva que valoriza as contribuições das várias ciências, especialmente as humanas ou sociais empíricas, submetendo-as a uma unidade reflexiva ou, propriamente, crítica. Portanto, na nossa perspectiva metodológica, pela abordagem materialista dialética interdisciplinar e o emprego da crítica imanente, tomamos em mãos a riqueza desta constituição originária dos fundamentos teóricos da Teoria Crítica para conduzir nossa pesquisa. É o que nos auxilia na compreensão das manifestações sociais atuais, estabelecendo diálogos contemporâneos necessários, que remetem aos autores atuais, apresentando uma conexão ainda pouco explorada. Ela, por fim, nos conduz a propor um desdobramento próprio ao conceito de supereu, que permeia nossa análise, de modo que as adjetivações propostas a ele avançam conforme nosso debate se desenvolve para compreender a barbárie atual, revelando nuances da autoridade ao autoritarismo, em que o segundo elemento é vencedor e capitaneia a história.

de capturar massas munidas dessa natureza interna do desaviso. Em defesa do campo da psicanálise, vale citar as posições de reconhecidos estudiosos atuantes na área, como Elia (2023) e Dunker e Iannini (2023), dedicados tanto a pesquisas de campo como ao terreno universitário, tendo construído ampla experiência como interlocutores na área. Ao sustentar a psicanálise como ciência, Elia (2023, p. 28) a fundamenta enquanto área que atua de “modo peculiar em termos de *método*”, colocando-se em posição externa à pobreza de qualquer debate vindo de fora e que não a valoriza devidamente, por considerar que sua dignidade epistêmica não depende de reconhecimentos alheios aos seus pressupostos. As críticas externas advêm, geralmente, do campo de um positivismo conservador, defensor de uma hierarquia científica a ser questionada, em especial quando se trata do fazer da Teoria Crítica. Para nós, a insistência em não reconhecer a psicanálise como ciência deve ser tratada como um movimento acientífico, anti imanente e débil, que busca exercer em carga máxima – e autoritária! – uma discriminação epistemo-metodológica, na qual um campo insiste em invalidar os pressupostos do outro a partir da apresentação de premissas de sua alçada, e que, por assim fazê-lo, deposita seus próprios desenvolvimentos – de um positivismo ressentido – em terreno duvidoso.

1. PSICANÁLISE SOCIOPOLÍTICA: O PENSAMENTO SOCIAL DE FREUD

„Der Gegensatz von Individual - und Sozial - oder Massenpsychologie, der uns auf den ersten Blick als sehr bedeutsam erscheinen mag, verliert bei eingehender Betrachtung sehr viel von seiner Schärfe“ (Sigmund Freud, 2015, p. 33)⁵⁴.

1.1. Aspectos iniciais

Formado em medicina, com especialidade em neurologia, Sigmund Freud (1856-1939) tornou-se um pensador que rompeu epistemologicamente com a própria área de formação, fornecendo ao mundo a partir disso uma das descobertas mais instigantes do século XX e que o elevou à nobre qualidade de “Pai da Psicanálise”: o inconsciente. A influência de suas análises sobre o tema constituiu-se tamanha que até hoje a sua teoria dialoga de modo interdisciplinar com diversos campos do conhecimento. Postulando o protagonismo do analisando, Freud perseguia a pergunta sobre a auto investigação do sujeito na descoberta do seu sofrimento. A psicanálise seria, para ele, uma teoria dialética que transcende o espaço da clínica individualizada e toca em aspectos da vida em sociedade, constituindo-se como importante ferramenta para a análise das manifestações humanas (Endo e Souza, 2013).

Apesar de trazer tão importantes contribuições à ciência da época, a barbárie do contexto europeu obrigou Freud a fugir do nazismo na Áustria, o que acontece no limiar da Segunda Guerra Mundial, em 1938, quando consegue se abrigar em Londres com boa parte da sua família. Mas a tragédia da humanidade fora experienciada em seu próprio ser já no período da Primeira Grande Guerra, fazendo com que sentisse a barbárie de modo profundo e singular, tendo isso marcado e redirecionado o seu pensamento⁵⁵. Esses desdobramentos concretos da vida levaram Freud a dedicar muitos de seus escritos à questão mais proeminente da existência

⁵⁴ “A oposição entre psicologia individual e social ou psicologia das massas que, ao primeiro olhar nos parece bastante significativa, perde muito de sua consideração em um exame mais apurado” (tradução nossa).

⁵⁵ Segundo o biógrafo de Freud, Peter Gay, os três filhos homens de Freud (Martin, Oliver e Ernst) serviram na primeira guerra e, embora nenhum deles tenha se ferido gravemente, isto fora para ele fato de preocupação e angústia durante aqueles anos. Sua filha Anna passara por situação de hostilidade na Inglaterra em 1916, tendo recebido ajuda para retornar para perto do pai. Além de subjetivamente, a guerra também afetou materialmente o trabalho de Freud, tendo acumulado prejuízos com o impedimento dos atendimentos, cancelamento de congressos e redução da sua mobilidade pela Europa. Este conjunto de prejuízos o fizeram escrever, já em 1915, uma série de artigos em que trata do caráter regressivo da guerra, da autodestruição humana e da morte (Gay, 2012, p. 357-364).

humana: a luta para manter a vida e a força da destruição⁵⁶. Embora possa não ter sido assim percebida diretamente pelos seus pares, muitas das obras de Freud descortinam e apresentam a esfera política e a violência social generalizada como problemas do desejo e, por conseguinte, como problemas sexuais.

Por óbvio, essa chamada abordagem social da psicanálise que, por um lado, eleva Freud à categoria de pensador social e o qualifica como sociólogo, como assevera Haber (2012) e, por outro, o aloca como pensador político quando, por exemplo, ele também debate o tema da guerra com Einstein⁵⁷, é a que nos interessa nesse estudo. Para fins de explorar nosso objeto mais precisamente, neste capítulo o veio de investigação que concebe Freud como um pesquisador social será defendido e o trataremos como integrante da elaboração de uma “psicanálise sociopolítica”⁵⁸. Essa abordagem, que conduz os rumos subsequentes de nosso trabalho será, aqui, descortinada com base em textos do criador da psicanálise e de autores que refletem sobre o seu pensamento. Com isso, coletamos uma série de reflexões sobre o nosso tema “da autoridade ao autoritarismo” apresentando a centralidade de Freud neste debate que, depois, nos autores da Teoria Crítica, passa a galgar outros estágios de análise, merecendo atualizações conforme fatos que marcam as sociedades ao longo do tempo.

Tomaremos a produção das obras sociais centrais de Freud (gotejadas pelas secundárias, conforme o tema exigir), nem sempre na cronologia apresentada, mas perseguindo o propósito de explorar o nosso objeto e comprovar as hipóteses levantadas. Assim, eventualmente, poderemos fazer saltos anacrônicos e já tratar de intérpretes que amparam a perspectiva ontoepistemológica que seguimos, da primeira geração da Teoria Crítica. O nosso objetivo central neste capítulo é descrever e analisar a psicanálise sociopolítica de Freud tendo

⁵⁶ O que mais tarde Marcuse (2010) irá definir, na seção final de *Eros e Civilização*, como a luta entre Eros e Thanatos.

⁵⁷ Conforme o conhecido texto “*Warum Krieg?*” Ou “Por que a Guerra” (Freud, 2012c), motivado pelos debates promovidos através da “Liga das Nações” que fez surgir, na Paris de 1926, “o ‘Instituto Internacional de Cooperação Intelectual’” (IICI), para “fortalecer a colaboração entre intelectuais de cultura e nacionalidades distintas, a fim de criar condições propícias ao surgimento de um novo humanismo, com o escopo de respaldar os esforços da SDN [*Sociedade das Nações*] em prol da paz” (Seitenfus, 2005, p. 9). Nesse âmbito é que ocorre essa importante interlocução sobre a guerra, registrada nas cartas trocadas entre Albert Einstein e Sigmund Freud e publicadas em 1933 em três línguas (alemão, francês e inglês). No entanto, foi um texto proibido de circular à época na língua originalmente escrita, o alemão, visto a ascensão do nazismo neste mesmo ano.

⁵⁸ Poderíamos tratar apenas de um “Freud sociólogo”, como o fez Haber (2012, p. 16), que apresenta a obra de Freud como a que apresenta “sistematizações parciais e pontuais – sistematizações no máximo compatíveis entre si e complementares em alguns pontos essenciais” (*systematisations partielles et occasionnelles – des systematisations au mieux compatibles entre elles et complémentaires sur certains points essentiels*). Mas entendemos que pensar sociologia é ciência feita em interface com a política, assim como a política é um evento social. E tanto sociologia quanto política estão impregnadas da psicanálise quando nos remetemos à análise teórica do tecido social e seus desdobramentos totalitários. Portanto, a leitura social pensada pela intencionalidade política e com base na interpretação psicanalítica revela mais claramente as formas de dominação presentes nas diferentes sociedades para a constituição de um pensamento único, que converge às manifestações autoritárias aqui sob júdice.

em vista a análise crítica da autoridade ao autoritarismo. A pergunta de pesquisa que visamos responder é: que leitura podemos fazer de Freud para qualificar uma psicanálise sociopolítica capaz de subsidiar a análise crítica da autoridade ao autoritarismo?

O embasamento psicanalítico se une à sociologia e à política nos autores que fundam a Teoria Crítica, cuja tarefa era alçar interpretações sobre as convulsões sociais europeias nos anos 1920. Eles absorveram de Freud categorias⁵⁹ e/ou conceitos de análise partícipes da dominação social totalizante, sendo representantes das explicações originárias dos desdobramentos da ciência da psicanálise em sua referência a questões sociais e políticas. Guardadas as proporções temporais nas considerações de cada conceito em Freud, vale destacar alguns que contribuem singularmente à Teoria Crítica: inconsciente, totens e tabus, impulsos⁶⁰, agressividade, repressão/recalque, ressentimento⁶¹, desejo (ou libido), sexualidade, neurose (obsessiva), ambivalência, projeção, narcisismo, culpa e, em destaque, o supereu. Nosso objetivo específico não é tratar de todo esse arcabouço conceitual e expor sobre os desdobramentos metateóricos de Freud, mas reunir análises que debatem alguns desses conceitos que, depois, nos facilitam a pensar como eles desembocam no último supracitado – supereu –, com foco na trajetória sociológica do autor. Mais detidamente, poderemos perceber como a análise do supereu está pavimentada por outras categorias freudianas e no que isto contribui para a análise psicanalítica da autoridade ao autoritarismo. Quando tematizamos o supereu como nossa categoria central é por ela se constituir na instância da elaboração de uma moral civilizada, à qual Freud aponta o sentimento de culpa como fiadora. Entendemos este ser um recorte capaz de explicar o que leva à transmutação da autoridade no autoritarismo, uma

⁵⁹ A partir da visão de Marx (1982), as categorias são concebidas não como malabarismos do espírito, mas como formas de modos de ser, determinações da existência. Abarcamos também a descrição feita por Bernardes (2011), para quem as categorias seriam formas basilares do pensamento para que seja conhecida uma certa realidade e que remetem a uma fundamentação do que é real, perpassando níveis distintos de entendimento e que levam a deduções abrangentes. Enquanto os conceitos seriam mais aderentes à significação da palavra, denominando suas características, estando mais alocados no terreno do empírico-material, permitindo deduções restritas. Assim, a depender de como Freud extrai sua compreensão da realidade que analisa, as categorias podem se transformar em conceitos e vice-versa.

⁶⁰ Recentemente foi instituído o debate no âmbito da psicanálise sobre a tradução mais adequada para o termo alemão *Trieb* ser, no português, impulso e não pulsão. Seguiremos tratando de impulsos por acordar que a leitura ofertada pela tradução direta do alemão contempla a teoria freudiana mais integralmente ao passo que se dá sem o intermédio da tradução anglo-saxã ou da francesa, mantendo a fidelidade necessária ao original, conforme explica Zwick (2010, p. 189-191).

⁶¹ A lista de pessoas que são alvos do que podemos chamar de “ressentimento autoritário”, vigente no estágio humano atual, vai desde as atingidas pela discriminação racial, de gênero e classe, até a religiosa. Também envolve concepções políticas e determinadas profissões, como professores, cientistas, jornalistas, artistas, escritores. Ao tratar de políticas do ressentimento, Maria Rita Kehl descreve que “o ressentimento é uma constelação afetiva que serve aos conflitos característicos dos indivíduos e dos grupos sociais no contexto das democracias modernas”, sendo mais desenvolvido em contextos sociais muito díspares, com elevados desdobramentos de injustiça.

vez que a própria dimensão de controlabilidade do supereu é que o torna elemento incontrollável pelo excesso que lhe é exigido.

As conceituações de Freud colaboram para conceber a psicanálise como uma *metateoria* a partir de uma construção *genealógica*. Os escritos desenvolvidos sobre fatos históricos da constituição da psique humana, desde a formação dos tabus, as manifestações das hordas primitivas ou das próprias neuroses revelam, em detalhes, o material social (objetivo e subjetivo) que compõem a constituição da alma humana. Assim, além de um pensador que revelou o inconsciente, Freud não descuidou da objetividade material que afeta esta construção, tornando-se um teórico materialista. Os desdobramentos que realiza em sua *metateoria* revelam, desde a constituição da psique do ser humano primevo até operações formadoras de relações sociais calcadas na dominação e na segmentação social. Tais desdobramentos trazem à lume como é assegurada, na fase mais avançada do capitalismo, a programação, a propagação e a manutenção de ideologias⁶² que solapam o lugar do outro no tecido social, dialeticamente instituído pela ideia de identidade⁶³.

Vale lembrar, os textos de Freud atribuídos à corrente sociológica são apresentados por Teixeira (1991, p. 2) como aqueles que pensam uma “sociologia do inconsciente”, e cujas “heresias” das análises freudianas propõem bases de resistência que permitem interpretar as manifestações da sexualidade, associando e estendendo-as às questões sociais. O autor concorda com a difusão das obras “sociologizantes” de Freud via os autores da Teoria Crítica⁶⁴, bem como através de Wilhelm Reich e Carl Gustav Jung, um dos discípulos com que estabeleceu diversas contendas. Já Endo e Sousa (2013) localizam cinco obras centrais como textos sociais de Freud: “*Totem e tabu*” (1913), “*Psicologia das massas e análise do Eu*” (1921), “*O futuro de uma ilusão*” (1927), “*O mal-estar na cultura*” (1930) e “*O homem Moisés e a religião monoteísta*” (1939). A esta lista Teixeira (1991) havia acrescentado “*Além do princípio de prazer*” (1920) e o “*Ego e o Id*” (1923), antecedido do ensaio intitulado “*Moral sexual ‘civilizada’ e doenças nervosas modernas*” (1908)⁶⁵.

⁶² Mais especificamente no que se refere à ideologia burguesa, que faz as vezes de formar aquilo que Marx chamou de *falsa consciência*, correspondente a um conjunto de ideias que o indivíduo que não pertence à classe burguesa absorve da mesma, acreditando serem suas ideias e seu modo de vida. O trabalho de propagação da ideologia burguesa é exatamente o de difundir conhecimentos a outra classe social sem lastro crítico, de modo a ocultar a real razão das desigualdades sociais. Fica, com isso, obscurecida a divisão da sociedade entre quem produz e vende a força de trabalho, o proletário, e quem é dono dos meios de produção, o burguês.

⁶³ A identidade se torna “a forma originária da ideologia (...) transforma-se na instância de uma doutrina da adaptação na qual o objeto pelo qual o sujeito tem de se orientar paga de volta a esse sujeito aquilo que ele lhe infringiu” (Adorno, 2009, p. 129).

⁶⁴ Dos autores que nós abordamos aqui, Teixeira (1991) considera Marcuse e Fromm.

⁶⁵ Teixeira (1991, p. 52) ainda menciona como outras obras de Freud de interesse sociológico: “*O papel da sexualidade na etiologia das neuroses*” (1908), “*Alguns tipos caracteriais encontrados no trabalho analítico*”

A nossa análise neste capítulo será detida no pai da psicanálise, centrando-se na validação de duas hipóteses. A primeira hipótese é a de que Freud, em seus desenvolvimentos como pesquisador social, contribuiu para os fundamentos do que chamamos de psicanálise sociopolítica ao conjugar elementos capazes de ler as bases psicanalíticas da sociedade para pensá-la politicamente. Com isso, Freud revela a trajetória de construção subjetiva da dominação humana, que resulta nas manifestações autoritárias enquanto aprimoramento das relações sociais estabelecidas desde o homem primevo.

A leitura de Freud sob o prisma da psicanálise sociopolítica nos permite levantar como segunda hipótese a de que os processos subjetivos que sustentam a formação do indivíduo moderno (autoritário) estão dialeticamente dominados, por um lado, pela gênese totêmica do indivíduo primevo, que resiste no inconsciente individual e coletivo, e, por outro, pela sociedade da administração total, que se expressa na composição do capitalismo. A análise do supereu – iniciada por Freud e um dos desdobramentos da psicanálise nos autores da Teoria Crítica – é o elemento central que permite visualizar os processos que levam da autoridade ao autoritarismo.

Do caminho inaugural do humano até a atualidade da sua constituição subjetiva resulta um conjunto de manifestações que levam da autoridade ao autoritarismo, provando a (des)humanidade se manifestar em um contínuo histórico, sempre e através de categorias reincidentes. Seus desdobramentos percorrem o tempo e o espaço e mantiveram-se ilesos nas sociedades, camuflando-se às feições de cada época e lugar, graças ao trabalho do inconsciente que, em seus desejos obscurecidos, solda padrões de ação à psique humana. Esta dialética totêmico-moderna que, por um lado, se exime de qualquer síntese por resultar em manifestações diversas e, por outro, representa como síntese a dominação, pode ser reconhecida ao observarmos a dinâmica movente entre as categorias e conceitos de análise levantados.

Trata-se de uma compreensão dialética que está manifesta na história humana do inconsciente, que Freud destrinchou. Diante da suposição de que as manifestações das categorias ou conceitos não são nada mais do que o modo como as organizações sociais acabaram soldando, consolidando ou solidificando as primeiras manifestações de vida em sociedade, nossa investigação trata das expressões individuais e sociais que levam ao percurso da autoridade ao autoritarismo. Iniciamos pelos fundamentos da temática, apresentando a

(1910), “*Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor*” (1922), “*A repressão*” (1915), “*O inconsciente*” (1915), “*O tabu da virgindade*” (1918), “*A dissolução do complexo de Édipo*” (1924) e “*A sexualidade feminina*” (1931). O próprio Freud (1992, p. 166) aloca como obras de importância social uma coleção de breves artigos sobre a teoria das neuroses, de 1906.

análise freudiana dos totens e tabus, que auxilia na compreensão dos elementos civilizacionais primevos; posteriormente abordamos a psicologia das massas que lhe é derivada; findamos tematizando os aspectos ilusórios enxertados pela da religião e o mal-estar resultante, todos elementos que embasam a configuração do supereu.

1.2. Da autoridade ao autoritarismo: fundamentos

Qualquer instância social que vise a um fim comum se constitui a partir de uma relação de autoridade. Em se tratando de um elemento fundamental de liga social, também é na autoridade que está centrada grande parte do mal-estar plantado nos desdobramentos do processo civilizacional, como alertou Freud (2010b). Isto se prova quando a relação de autoridade descamba ao autoritarismo, seja num ambiente microsocial, como na família, ou macrossocial, como na política. Afinal, não há como concentrar todos os desejos de realização humana sob uma organização unívoca de condutas sem pensar que isto remete ao sentido etimológico e filosófico originário do termo *despotismo*: o poder tirano de um pai, que detém a decisão sobre a propriedade e o dinheiro, o que encontrava justificativa integral em regimes patriarcais. Essa configuração social, mais provavelmente emanada do domínio resultante do emprego da força física, tornou inevitável que haja imposições para a manutenção dos desejos de certos grupos. Os dominantes se constituíram também por outras diferentes razões, além do emprego da força, as quais visavam a perpetuação da situação de domínio, o que permitiu controlar as determinações materiais da subsistência humana, bem como os laços subjetivos que as asseguram.

Tais ditames exteriores aos desejos particulares do indivíduo, que o coisifica e o torna mero objeto que age apenas para obedecer a autoridade do outro, são sentidos como autoritários em correspondência ao grau de desconforto, opressão, repressão e, até mesmo, de ressentimento que geram no tecido social. Assim afirma Mucchielli (1979, p. 13) quando interpreta, respectivamente, os conceitos de alienação e coisificação em Marx e Lukács: “é essencialmente uma violência feita ao sujeito como tal, que tem consciência e liberdade. Haveria, então, uma violência imanente a toda Autoridade, pois seu exercício é a negação do humano”. Disto inferimos que, quanto mais a arbitrariedade se torna imanente aos preceitos da autoridade, maiores chances existem em causar desconfortos e, por conseguinte, a promoção de atos autoritários típicos de uma relação despótica se manifesta. As relações humanas passam a ser alimentadas por um circuito violento de produção e reprodução de padrões que encarceram

cada vez mais os desejos particulares em nome de um coletivo, cujas intenções são obscurecidas e renovadas a cada vez que a prática da autoridade se acha transformada em autoritária.

Diante da constatação de que na luta pelo poder a usurpação do espaço da autoridade promove o exercício do autoritarismo e de que tomam lugar especial na vida em sociedade as relações de dominação, temos um importante objeto a ser elucidado em sua gênese. Isso pois, há um encarceramento em padrões facilitados pela gênese constituidora da psique humana, fazendo governar a repressão dos impulsos desde que (e para que) os humanos se reúnam em grupos. Estabelece-se um controle sociopolítico que serve aos detentores do domínio e que solapa o modo de vida de muitas sociedades em detrimento de normas favoráveis à concentração de poder. Isso é algo que fica nítido nos processos de colonização empreendidos ao longo da história da humanidade, que extinguiram modos de vida e culturas.

Passam a fazer sentido, a partir dessa leitura, as considerações de Freud sobre as formas genuínas para que na vida social moderna, correspondente ao modo de produção capitalista, o indivíduo apresente enfermidades psíquicas. A razão central para tal é o danoso sufocamento da vida sexual, imposto pela moral sexual civilizada (Freud, 1992), que planificou a vida humana em direção a um único sentido: produzir em alinhamento industrial, tornando o corpo uma ordem mecânica de atos repetitivos. Uma vez tendo sido os anseios individuais reduzidos e padronizados, quando não apagados, este transformou-se no terreno fértil para a formação de inúmeras manifestações de barbárie no tecido social. Explorar os fundamentos da autoridade ao autoritarismo, assim, exige uma análise mais detida, colocando em paralelo a obra social de Freud que contribui à nossa temática.

1.2.1. A gênese totêmica da psique autoritária

A contribuição marcante de Freud no âmbito sociopolítico foi a escrita de „*Totem und Tabu: Einige Übereinstimmungen im Seelenleben der Wilden und der Neurotiker*“⁶⁶. A obra foi escrita em 1913 e por ele qualificada como integrante da “psicologia dos povos”, demarcando, ao retratar o fundamento da gênese da psique humana, o alcance interdisciplinar da psicanálise. Trata-se de um escrito que expressa a ida de Freud para além das fronteiras da psicanálise, associando a ela uma interpretação antropológica, comportamento típico de um pensador que pretende romper com o conhecimento disciplinar de um tema, o que, na década de 1910 causaria certo desconforto aos seus pares (Endo e Sousa, 2013).

⁶⁶ Na tradução para o português (Freud, 2013): “*Totem e tabu: algumas correspondências entre a vida psíquica dos selvagens e a dos neuróticos*”.

Os “tabus” são proibições explicadas genealogicamente, as quais são mantidas por tribos ou grupos sociais encontrados na história humana, cuja origem Freud supõe que sejam os “totens”, figuras às quais os indivíduos integrantes desses grupos deviam respeito, cultuavam e temiam. O totem e o tabu são duas construções sociais que Freud associa à psicanálise, respectivamente, como “representação psíquica ambivalente do pai [e] obediência a dívida (...) a esse mesmo pai primevo” (Endo, 2013, p. 20). É nesta antropologia psicanalítica que Freud passa a considerar a íntima relação entre história pessoal e social, as manifestações do inconsciente sendo nada mais do que reflexos daquilo que os humanos construíram ao longo da sua trajetória comum.

Neste estrangeirismo provocativo, em que Freud une, pelo menos, concepções da antropologia, da história, da psicologia, do direito e da sociologia, ele encontra explicação à constituição dos totens como a origem da transmissão psíquica eficaz entre gerações. E, por conseguinte, da formação da cultura, conforme analisa Endo (2013, p. 24). Este procedimento bem lembra o próprio texto que Freud (2020) vai produzir em 1919, „*Das Unheimliche*“, por vezes traduzido como “o estrangeiro” e, mais recentemente, como “o infamiliar”⁶⁷. Em verdade, é onde Freud aloca algo angustiante à esfera do que não é familiar, parece distante, mas que, ao mesmo tempo, está próximo do indivíduo, embora conscientemente inacessível. Trata-se de algo tornado desconhecido como uma espécie de defesa diante do medo em se lidar com o que é tão íntimo. Na sua reflexão interdisciplinar, o peso da discussão sobre as correspondências que haveria entre a vida psíquica dos selvagens e a dos neuróticos, direcionamento dado no próprio subtítulo de “*Totem e tabu*”, de certa maneira encontra-se nesse âmbito do “infamiliar”. A capacidade de desvendar o que parece distante e ao mesmo tempo está próximo é um exercício de análise que permanece imanente a esta obra de 1913. As formulações de cunho interdisciplinar resultantes são expressões do ímpeto investigativo de Freud, que as conduz de modo a enfrentar dados estanques à sua volta, desbravando o difícil caminho do pioneirismo em um tempo de produção científica essencialmente positivista, o que corrobora com Endo (2013).

⁶⁷ Ao adotar a tradução “*O Infamiliar*” para „*Das Unheimliche*“, bastante aceitável a este intraduzível termo, Iannini e Tavares (2020) elencam as próprias investigações filológicas e lexicais de Freud sobre o termo. Segundo os autores, Freud remete, dentre outras variantes, a *Heimat* – pátria ou lar – e, por conseguinte ao familiar. Negado pelo prefixo „*un*“, a tradução como “infamiliar” é a expressão que representa tanto a etimologia da palavra quanto evoca sua discussão psicanalítica.

No prólogo da obra, Freud (2013, p. 32) relaciona o tabu ao “Imperativo Categórico” kantiano⁶⁸, pensando-o como uma espécie de fórmula à moralidade, que exige adesão compulsória. O tabu é configurado como um modo comportamental advindo da constituição interna do humano, em que ética e pensamento racional estão predeterminados por uma ideia do que é o certo a ser feito. Já o totemismo deixou de ser reproduzido em sua originalidade e sua reprodução é por Freud localizada no âmbito do infantil. Cabe lembrar, entretanto, que o totemismo carregava consigo padrões familiares distintos dos nossos, visto fazer parte dele a norma social que encerra os sujeitos em uma ideia de família não regida exclusivamente pela consanguinidade. Mas é a exogamia⁶⁹ vinculada ao *totem* uma peculiaridade que faz com que o interesse do psicanalista se volte à análise dos *totens* (Freud, 2013, p. 40).

Quando Freud trata, na primeira seção de “*Totem e tabu*”, do horror ao incesto, destina a este fato um olhar antropológico que traz a lume a importância da constituição das relações familiares sob uma moralidade elaborada socialmente. Embora possa haver fatores biológicos que impeçam que relações sexuais entre consanguíneos sejam profícuas no sentido da procriação, as implicações da natureza biológica não são a sua pauta. Assim, para algo que já se tinha comprovações do ponto de vista biológico, ele acrescenta dados culturais. Ele analisa os fatores psicossociais dessa proibição, remetendo ao importante papel do totem como regulador das relações sexuais: “O papel do totem (do animal) como antepassado é levado muito a sério. Todos que descendem do mesmo totem são parentes consanguíneos, são uma família, e nessa família os graus mais remotos de parentesco são reconhecidos como obstáculo para a união sexual” (Freud, 2013, p. 43).

Nesse ínterim, o tema do incesto, qualificado como um traço infantil que corresponde à “vida do psíquica do neurótico” (Freud, 2013, p. 56), acaba enveredando para considerações sobre as relações intrafamiliares no geral, tanto que Freud passa a analisar a relação entre genro e sogra, e de pais para com os filhos. Nestas dinâmicas, a neurose se apresenta devido a desejos incestuosos não atendidos, mas que permanecem latentes no inconsciente, fato este que desencadeia reações opostas ao desejado, nos moldes de um sistema de defesa. Em nota introdutória à “*La moral sexual ‘cultural’ y la nerviosidad moderna*”, de

⁶⁸ O Imperativo Categórico ou Universal de Kant abarca concepções pelas quais o senso moral e o dever são os princípios basilares que regem as ações humanas. Aqui já temos uma pista importante às considerações sobre o *Supereu*, de que trataremos depois.

⁶⁹ Esta regra legitima socialmente que pode haver união/relações sexuais apenas entre pessoas sem parentesco consanguíneo, condenando o incesto. Quando se fala em exogamia, portanto, é o incesto que está sob júdice.

1908⁷⁰, Strachey (1992, p. 162) afirma que a análise sobre a ideia da oposição entre cultura e impulsos data de 1897, quando Freud escrevera ao amigo Fliess que o incesto é antissocial e o estabelecimento de padrões culturais exigiria a sua renúncia. O desenvolvimento livre da sexualidade que foi reprimida pela cultura será a pauta de muitos textos posteriores de Freud⁷¹, o que nos faz ver a relação entre repressão dos impulsos para a construção da cultura como um dos pilares mais importantes para analisar a transição da autoridade ao autoritarismo. E, nisto figura central é o modo pelo qual a sociedade passa a se organizar segundo uma estrutura familiar projetada para ser uma união bem-sucedida segundo padrões ditados por homens.

Doravante, para Freud (2013), a neurose se instala, isto ocorrendo em uma intensidade ingovernável, trazendo à tona todo o inconsciente recalcado, onde se expressam sentimentos e práticas de revolta, inconformismo e contradição, para dizer o mínimo. Isso não se dá rompendo a previsão do horror ao incesto, instituído pelos totens e tabus na cultura do homem primevo e que nele permanece intacto. A forma da neurose se manifestar é pela via da barbárie, estabelecendo-se um conjunto de relações hostis entre pessoas de uma mesma família sem explicações convincentes, mas que estão recalçadas no inconsciente.

O tabu é diretamente correspondente ao “horror sagrado” (Freud, 2013, p. 58), a algo que inadmitte argumentação em contrário por ser proibida a sua menção. Permanece, portanto, inalterada a sua função na sociedade enquanto a crença por sobre o tabu não se rompe. Freud associa a criação do tabu à dos sistemas penais, aos quais mais tarde Michel Foucault dará uma interpretação própria, em certa medida aqui convergente, pois o criador da psicanálise também confere a eles um caráter de proibição e punição. O interessante nisto é que ele já percebe o surgimento dos tabus como forma de controle social de atos de violência ou daquilo que culturalmente vai sendo considerado vergonhoso, como no caso das restrições às relações sexuais entre pessoas da mesma família (tribo).

Relegar algo ao campo do intocável, atribuindo a ele o caráter de tabu, foi uma saída da humanidade para lidar com conflitos de modo a não dissolver as sociedades, mas uni-las em torno de uma crença ou culto comum. Embora isso seja uma falsificação, não há algo mais forte do que a vergonha do inominável – aquilo que se fez e que se nega para esconder o realizado,

⁷⁰ No original „*Die 'kulturelle' Sexualmoral und die moderne Nervosität*“. A tradução mais conhecida deste título para o português é “*Moral sexual 'civilizada' e doenças nervosas modernas*”. Nos servimos, aqui, de uma versão do alemão, publicada em 1966 (Freud, 1966, p. 141-167), e da tradução direta para o espanhol, publicada em 1992 (Freud, 1992, p. 159-181).

⁷¹ Strachey (1992, p. 162) menciona que o debate estaria no texto “Sobre a mais generalizada degradação da vida amorosa” (1912), na introdução de “O futuro de uma ilusão” (Freud, 2010 [1927]), no encerramento da carta a Einstein, “*Por que a guerra*” (1933), cabendo ao nosso tema também um exame mais específico na obra “*O mal-estar na cultura*” (1930).

pois reconhecê-lo revela fraqueza e moveria à necessidade de mudança no sistema de dominação – para unir pessoas em um núcleo favorável à redenção pelo desaprovado ato cometido. Por mais que o resultado do cultivo de tabus seja o aumento da repressão, a chave de análise antropológica freudiana revela um potencial criador, uma vez que ordena práticas sociais. Como visto, Freud aponta que há uma dialética na solidificação dessas relações sociais, uma vez que os mesmos elementos capazes de promover e consolidar estruturas sociais hierárquicas são os provocadores das neuroses.

Ainda ao falar da moral sexual civilizada, sobre a qual redige no texto de 1908, Freud faz alusão aos estudos de Von Ehrenfels⁷² e afirma que é sob o império de uma *dupla moral* que os indivíduos são afetados em termos de saúde e vitalidade. Em síntese, a moral sexual civilizada consiste em pregar a monogamia sendo relativizada para os homens e mantendo-se rigorosa às mulheres, deixando-as limitadas na busca da realização de seus desejos sexuais. Disto resulta que, à civilização que se quis edificar, houve sérios prejuízos quando ela constrói essa dupla moral de comportamento sexual como modo de vida, pois a verdade é ocultada e um autoengano prevalece. Freud demonstra, com isso, uma sensibilidade de leitura político-social de relacionamento entre os sexos pouco considerada naquela época, conferindo uma interpretação sociocultural ao drama enfrentado pelas mulheres no limiar do século XX, que compreende uma leitura crítica sobre o patriarcalismo⁷³.

Por outra faceta, essa neurose moderna, que se relaciona à moral sexual alavancada pela cultura patriarcal, também encontra lugar no progresso tecnológico, alcançado graças ao emprego das forças intelectuais ou do espírito. É assim que, nas grandes cidades, “se impõe um esforço cada vez maior”, realidade em que “os nervos embotados buscam maiores estímulos para se recuperar (...) e resultam ainda mais cansados” (Freud, 1992, p. 165, tradução nossa). Esta associação entre a sexualidade – cujas relações são mediadas pelo padrão de família monogâmica – e progresso revela a tomada de lugar, pela industrialização, do lugar das relações pessoais e familiares, para o foco no trabalho que, intelectual ou braçal, retira do tempo da intimidade tanto os homens quanto as mulheres⁷⁴.

⁷² Christian Von Ehrenfels (1859-1932) foi um filósofo austríaco que lecionou em Praga, tendo publicado em 1907 a obra “*Ética sexual*” que influenciou Freud às análises sobre a dupla moralidade constituinte da moral sexual civilizada.

⁷³ Aqui encontramos um ponto fundamental que será destrinchado pelas teorias feministas ao buscar a igualdade de direitos entre os sexos.

⁷⁴ Em diálogo com essa ideia sobre a estruturação da sociedade patriarcal, mais tarde Adorno e Horkheimer (1985, p. 68) irão afirmar, na análise da passagem de Ulisses pela hetaria, que “O casamento não significa apenas a ordenação da vida segundo relações de reciprocidade, mas também a solidariedade diante da morte. Nele a reconciliação cresce em torno da submissão, assim como, em toda a história até agora, o humano só floresceu sobre a barbárie que a humanidade justamente oculta.”

Trata-se de uma configuração sociocultural tão antiga quanto o domínio do gênero masculino sobre o feminino, quanto a qual Freud (2013, p. 74) aponta essa sua origem patriarcal:

De acordo com o modelo das proibições obsessivas (...) os tabus seriam proibições antiquíssimas, um dia impostas de fora a uma geração de homens primitivos, o que significa, portanto, que elas provavelmente lhes foram inculcadas de maneira violenta pela geração mais antiga (...). As proibições se conservaram de geração a geração, talvez apenas em consequência da tradição baseada na autoridade parental e social.

Na fortaleza em que se engendram, que é apenas aparente, os tabus são, na realidade, uma proteção que objetiva resguardar de suas inseguranças e do medo de perder o domínio que possui o grupo (dos homens), que é o beneficiado. Freud (2013, p. 72) acrescenta outro aspecto formador de tabus, a fobia de contato, mencionando que esta fobia foi resultante do medo de doenças contagiosas enfrentadas pelo humano primitivo, uma reação para manter a vida. Tendo realizado este diagnóstico, ele corresponde a neurose obsessiva ao tabu, visto ambas se constituírem em proibições que criam “uma situação não resolvida, uma fixação psíquica” e se desdobram no “conflito permanente entre proibição e impulso”. O resultado é o “comportamento *ambivalente* do indivíduo em relação a um objeto” ou a uma ação sobre ele. Trata-se de entender que há na neurose e no tabu um mesmo princípio propulsor: a autoconservação, que visa manter a vida pela luta contra obstáculos vistos como intransponíveis, diante dos quais os humanos elaboram sanções, negações e andam em círculos repetitivos acompanhados de seus medos. A autoconservação, portanto, se torna um dilema, pois nela o indivíduo se aprisiona a uma série de armadilhas que não lhe permitem avançar rumo à construção de relações sociais saudáveis e harmoniosas.

Em meio a isso, as relações de domínio são elaboradas pelo fato de o gênero humano carregar como indissociável a convivência em sociedade para a construção da vida seguindo um critério de segurança. Essa estrutura em sociedades colabora à ampliação da neurose individual quando verificamos ser grande o peso da autoridade em constituir e reproduzir tabus ou proibições que levam à neurose obsessiva. À força da proibição, Freud relaciona o caráter obsessivo presente na parte da ambivalência, que é inconsciente. Esta força, movida pela tradição é tamanha que carrega em si o potencial de fabricar a neurose obsessiva, a própria expressão do recalque ou da revolta em não se poder, em uma nova geração, no caso de costumes repassados geracionalmente, agir conforme os impulsos e fazer algo diferente do costumeiro.

Assim, sendo fundados sob os auspícios da autoridade primeva, que detém modelos e condutas aparentemente integradoras, os tabus se revelam como engendrades à construção de relações de autoritarismo. O seu caráter dialético os faz serem soldadores e dissolvedores de

relações sociais, isto nos dizendo também algo importante da relação entre autoridade e autoritarismo. Basta vermos que a reação aos tabus é a fabricação de diferentes estados patológicos, que são expressões tóxicas que o indivíduo encontra como escape para lidar com uma repressão de cunho autoritário – porque violenta e doentia – que lhe é imposta. A reação patológica ocorre pela insuportabilidade do indivíduo na lida com o espectro autoritário, pois é comum que na relação hierárquica imposta haja explicações e atitudes conservadoras da parte que se acha dominante para justificar o seu próprio *status*. O autoritário age dominando o outro sem peias, anula sua subjetividade e o desconsidera como um humano possuidor de desejo.

As proibições do tabu originário funcionando pelas mesmas leis do totemismo⁷⁵ tornam o transgressor da lei que regula a maioria um tabu. Ele é encarado com o sentimento da inveja e, segundo Freud, a possibilidade de se tornar um exemplo a ser imitado é suprimida diante da ordem de evitar o contágio com ele. O contágio tem o potencial de vir a provocar uma nova ideia em uma organização ou em uma família, a qual surge pelo desejo movido para a frente, por parte de um indivíduo que mantém coragem em rumar para outro destino, enfrentando os tabus, ou práticas historicamente ali instituídas. Eleger a fobia de contato para combater o desejo alheio é, portanto, uma reação das forças autoritárias conservadoras que se formaram em torno da iminente ameaça da perda de poder por sobre o grupo.

Enfrentar a tradição se constitui, realmente, em algo confrontador para grupos que se opõem a contextos de hegemonia, sendo o processo de transformar esse indivíduo em tabu e isolá-lo uma reação defensiva adotada pela maioria, que segue a ‘toada’ dominante. E isto, não raro, ocorre mesmo que seja “um extremo infortúnio estar sujeito a um único senhor”, vez que “o povo tolo inventa as próprias mentiras – para depois nelas acreditar”, como La Boétie (2017, p. 34; 64) já diagnosticou alguns séculos antes de a humanidade alcançar a modernidade. Aqui vemos a importância de empreender a ruptura com tabus que adoecem, de modo que novas práticas tomem conta dos grupos. Superar a evitação do contágio é, assim, um passo de confronto com estruturas de poder hierárquico-autoritárias. Os tabus que elas carregam carecem de rupturas em direção à liberdade para reconhecer o lugar do outro. Porém, como afirma nosso autor anterior, “é inacreditável como o povo, uma vez subjugado, deixa sua liberdade cair em tão repentino e profundo olvido que não pode ser instigado a reavê-la, servindo tão deliberadamente e com tal zelo que é como se não tivesse perdido a liberdade, mas sim ganhado a servidão” (La Boétie, 2017, p. 49).

⁷⁵ “Não matar o animal totêmico e evitar relações sexuais com os membros do sexo oposto pertencentes ao mesmo totem” (Freud, 2013, p. 74).

Psicanaliticamente falando, para Freud, romper com a servidão – tanto a que está relacionada a redes de práticas como ao domínio de pessoas – é um passo que exige a resolução das neuroses obsessivas, pois uma vez liberto desse circuito, o analisando poderá galgar outros espaços de vivência que não o de uma doença que o consome. Nesse ínterim, a análise da ambivalência dos sentimentos colabora para pensar o jogo entre autoridade e autoritarismo, sendo interessante perceber o quanto as lideranças monárquicas, sobre as quais Freud (2013) lia, estão fortemente demarcadas pelo tratamento ambivalente. Reis que ascendem pelas mãos de seus súditos têm sua instauração e perpetuação no poder ligadas a cerimoniais que os elevam à condição de divindade, mas, por outro lado, padecem terrivelmente da hostilidade do povo, sob a própria carapuça do cerimonial que os instituiu. A ambivalência reverbera às neuroses particulares quando, da relação do filho com o pai, a depender do grau de ligação deste para com aquele, se desenvolvem neuroses difíceis ao analisa enfrentar⁷⁶. E isto também se manifesta num grau social amplificado, o que é novamente corroborado por Freud (2013) como tendo um calço importante na reprodução das relações familiares. É claro que, nos povos antigos, o totem cumpria um papel importante para constituir esta unidade de reprodução das neuroses, tanto no âmbito micro quanto macrossocial, visto a família não seguir consanguinidade. Mesmo tendo havido a supressão da figura dos totens em si nas relações contemporâneas, o que resta deles não produz efeitos tão distantes de outrora, pois o princípio do primitivismo se mantém no inconsciente.

A existência dos totens e tabus como mediadores das construções sociais remete à compreensão de outro princípio primevo de interação: a “compulsão à repetição”, conceito de base freudiana ao qual Türcke (2012) acrescenta o esclarecimento de que os “seres humanos são reincidentes”⁷⁷. O impulso à repetição traumática seria uma espécie de legítima defesa: “o artifício desesperado de um sistema nervoso altamente sensível”⁷⁸. A repetição é o ato de retomar o horrível para se livrar dele, de tornar suportável o insuportável, o que, para o filósofo, se equipara ao mesmo ato que permite tornar compreensível o incompreensível. Türcke (2012) acrescenta, afirmando o princípio dos totens, que “o homem é o animal que sacrifica”⁷⁹. Nos primeiros seres humanos, que se reuniam em torno de algo para amenizar o sofrimento, havia a eleição de um objeto significativo para representar o sagrado. Ao mito fundador da humanidade – a ritualística sacrificial para alçar a redenção – aponta-se a necessidade em

⁷⁶ “*A interpretação dos sonhos*” é confessadamente uma obra que Freud (2012a, 2012b) elabora para entender essa relação, sendo escrita a partir da perda do próprio pai e onde o teórico parte da análise de sonhos que ele teve.

⁷⁷ „*Menschen sind Wiederholungstäter*“ (Türcke, 2012, p. 13, tradução nossa).

⁷⁸ „*der verzweifelte Kunstgriff eines hochempfindlichen Nervensystems*“ (Türcke, 2012, p. 16, tradução nossa).

⁷⁹ „*Der Mensch ist das opfernde Tier*“ (Türcke, 2012, p. 14, tradução nossa).

sempre se reeditá-lo, eventualmente mudando de forma, mas preservando-se o conteúdo primevo.

Na esfera da ambivalência, os tabus figuram como formas de proteger os que neles se incluem e hostilizar os oponentes a eles. Como oponentes dos vivos, os mortos passam a ser merecedores de esquecimento, sendo a eles destinados toda espécie de abominação. Isto, para Freud, revela diferentes sistemas de evitação – do nome do morto, da sua história, da sua própria personalidade (sempre transformada em algo mau), dos seus pertences, entre outros. O medo em relação àquilo que é demonizado, que pode ser uma pessoa já falecida, uma ideia ou crença de outrem, tornou-se um combustível central ao tabu, visto que serve como uma espécie de crença geral, funcionando até mesmo como chantagem para que a prática vinculada a ele não seja extinta. Na psicanálise freudiana, estes que são demônios, delírios ou fantasias, são desvendados como as “projeções dos sentimentos hostis que os sobreviventes nutrem em relação aos mortos” (Freud, 2013, p. 111). E, embora a análise da relação com os mortos em tribos antepassadas seja apenas um exemplo que ele analisa para compreender a vida psíquica primitiva, dele podemos extrair várias conclusões contributivas à tese aqui em construção.

A projeção, como um processo defensivo contra aquilo que não se quer aceitar, pode ser manifesta socialmente, o que, psicanaliticamente, é qualificado como neurose obsessiva coletiva. A projeção permite o recalçamento da hostilidade inconsciente, visto destinar ao outro, sempre um distinto de si em termos de ser ou pensamento, entre outras características, sentimentos hostis de uma censura obsessiva, não raro persecutória, emanados de uma dor inconsciente que pertence ao próprio causador dessa hostilidade. Por não se reconhecer sujeito em sofrimento, este hostil continua a reproduzir esse sentimento até que se torne ação autoritária frente ao outro, cujo desfecho, se não lhe são dados limites, resulta em pura barbárie.

Assim, a neurose obsessiva coletiva é uma projeção desenvolvida a partir da psique individual, mas com contribuição indelével do contexto social de uma época, para a qual a herança dos antepassados é muito forte, visto o condutor geracional ser um ciclo. Torna-se, com isso, inescapável o fato de que as práticas de antepassados afetem o presente, independentemente se foram práticas positivas – impulsos de vida – ou negativas – impulsos de morte. A herança emocional é interpretada podendo, então, ocorrer que “a consciência de culpa dos neuróticos se baseia apenas em realidades psíquicas, não em realidades factuais” (Freud, 2013, p. 229). Os distúrbios modernos, elementos da realidade sobre a qual Freud se debruçou, como a ansiedade e outras doenças psíquicas, colaboram na fabricação de sistemas de poder autoritários, visto sua maestria em capturar as fragilidades da psique humana. Trata-

se de fato que deve ser arrolado no avanço analítico da psicanálise sociopolítica, uma vez que as desordens psíquicas individuais precisam ser relacionadas de maneira contundente ao modo de interação social de um tempo histórico.

Os tabus mantêm uma relação direta com a ambivalência e com a projeção, que se encontram no fundamento das relações que vão da autoridade ao autoritarismo. Ao passo que os povos primitivos, criadores dos tabus originários, estão imbuídos da ambivalência em grau extremo, para os humanos ditos civilizados, esse grau seria reduzido. Resta aos neuróticos, segundo Freud, uma importante herança da constituição arcaica dos tabus como formadores de algo que está entre o sagrado e o profano. Nisto, a

compreensão do tabu também lança uma luz sobre a natureza e a origem da *consciência moral* [*Gewissen*], (...) [e] podemos falar de uma consciência moral do tabu e de uma consciência de culpa [*Schuldbewusstsein*] (...), que é tão evidente quanto é desconhecida a sua origem (Freud, 2013 p. 118).

Em oposição à criação dos espíritos ou dos tabus, Freud (2013) supõe que a saída do ensimesmamento ao nascimento dos espíritos teria levado o humano primevo ao sacrifício de uma parte da sua arbitrariedade, numa manifestação cultural que denota um primeiro reconhecimento da necessidade (*Ananke*)⁸⁰. Surge a contraposição ao narcisismo, por medo da morte, ao mesmo tempo que a nega. Neste processo, a “‘superstição’, tal como a ‘angústia’, o ‘sonho’ e o ‘demônio’, é uma das provisoriedades psicológicas que se dissolveram diante da investigação psicanalítica” (Freud, 2013, p. 153).

Relacionado aos elementos de ascensão do homem primevo, há no totemismo um núcleo, além da relação vinculada à figura paterna, que mostra ser consequência da escrita primitiva. Fato este em que Freud nos coloca na reflexão também sobre o aspecto da atribuição de nomes para o reconhecimento do outro, como elaboração de um importante passo evolutivo. Designar substantivos para pessoas e objetos, nomeando-os pelo reconhecimento de suas distintas características, é um movimento cultural que acompanhou as práticas do totemismo das tribos primitivas, inaugurando um modo de relação afetiva que, antes, não existia. A distinção dos povos se dando pela escrita e pela identificação via um totem é um passo que a civilização galgou e que remonta a formas de organização social via criação de uma identidade que unia as pessoas em torno de uma compreensão comum. Sem qualificar um objeto ou uma pessoa em seu movimento histórico, não se desenvolvem sentidos e a cultura não se realiza. Neste ponto, chegamos no que TÜRCKE (2012) atribui ao aspecto da *atenção* como

uma construção especificamente humana, surgida na espécie no período paleolítico como primeiro sinal do entendimento. Enquanto os macacos aprenderam apenas as

⁸⁰ A descrição sobre necessidades (*Ananke*) é feita de modo mais detida em “*O mal-estar da cultura*” (Freud, 2010), obra também traduzida como “*O mal-estar na civilização*”.

propriedades dos objetos, os humanos construíram interações triádicas (reconhecendo objetos e pessoas), criaram intenções e *apontaram* para o que lhes era importante e, “com essa transição, abriu-se o espaço mental como o espaço imaginário do sagrado”⁸¹. Uma vez que o ser humano é, por excelência, um animal que aponta, isso lhe permite constituir relações de reconhecimento e eleger o que é importante (Zwick, 2019, p. 474).

Daquilo que é importante para si, passa a se formar uma ideia de bem comum, mas também formas de enfrentamento que envolvem desejos inconscientes. Para compreender os direcionamentos do desejado pelo humano é necessário adensar a análise dos esquemas totemistas na formação da psique, visto essa recorrência à gênese integrar a crítica imanente necessária à interpretação das massas no contexto hodierno.

1.3. O supereu do totemismo ao da psicologia das massas

Ao passo que o indivíduo edificou a dimensão supracitada como epistemologia inaugural da vida social, embebida na criação da linguagem e da atenção, esta passou a ser uma elaboração cultural objeto de análise para Freud. Embora só mais adiante ele categorize melhor as complexidades do mal-estar intrínseco às relações humanas, o fato do totemismo ser um ponto de partida para a análise da formação da moral merece importância, visto que seu papel se encontra com os desenvolvimentos do supereu.

Já mencionamos da importância que assume o supereu à construção da moralidade do sujeito moderno que, quando associado a um contexto de autoridade que se realiza de modo danoso, passa a inaugurar outras formas de comportamento. Assim, toda prática de autoridade rompida pela instalação da violência transmuta em um grau incontornável de neurose, que é o modo de fazer falar o inconsciente recalçado/reprimido via a grita autoritária. As reações autoritárias são, portanto, uma manifestação de um *eu* incapaz de qualquer controle razoável na sua lida tanto interna como para com outros indivíduos, o que se amplia em proporção direta ao grau de domínio que possui no grupo social. A neurose que a isso permite, tal como foi qualificada – como propulsora de atos autoritários – não resulta em qualquer ato positivo, mas recai em barbárie.

Frequentemente, para Freud, o desenvolvimento da moralidade está associado tanto às neuroses como à sexualidade. Tem-se, portanto, como o tripé dos desdobramentos do supereu: a *moral*, que confere ao supereu o caráter de conformidade social necessário que,

⁸¹ „Mit diesem Übergang öffnete sich der mentale Raum als der imaginäre Raum des Heiligen“ (Türcke, 2012, p. 60-61, tradução nossa no texto citado).

quando se lhe apresentam resistências, encontra na *neurose* a cumpridora de um papel regulador; por fim, a *sexualidade*, como força que move as relações, tanto motivadoras de impulsos de vida como de morte, como focos de repressão e recalques. Em seu caráter impulsional, a sexualidade também facilita com que o indivíduo se mova no terreno do infamiliar – aquilo que permanece obscuro, mas latente, podendo vir à tona –, levando para a frente, na coletividade, o que seria um comportamento civilizado ou culturalmente aceitável.

Enquanto um dos aspectos centrais que calçam a relevância sociológica da teoria psicanalítica, a repressão dos impulsos é geradora de prejuízos à psique do indivíduo pelo fato das relações de afeto não serem cumpridas nos grupos familiares. E isso reverbera na construção da sua vida em sociedade. Por conseguinte, há uma tentativa de compensação do sofrimento individual na elaboração de relações sociais, sendo frequente o cultivo de relações que adoecem e resultam em frustrações profundas. Elas seriam, sob o espectro de uma ordem social funcional, avaliadas como relações inaceitáveis, por serem disfuncionais. A figura do supereu (*Überich*) joga um importante papel nesta avaliação, visto representar também, na chave de supereu social, que apresentaremos em seguida, as normas conjunturais que reprimem os impulsos e que visam inibir condutas “equivocadas”, com o objetivo de conduzir os indivíduos de volta a uma suposta normalidade. Isso significa que o supereu tem função na coesão social, como recurso decisivo para assegurar padrões de civilidade moralmente impostos.

Em um dos seus últimos escritos, Freud irá refletir que, enquanto o *supereu* (*Überich*) controla as satisfações e está contraposto ao *eu* (*Ich*) ao passo que representa a referência aos pais e à tradição parental ou ao meio social, o *isso* (*Es*) carrega os impulsos (*Triebe*), sendo a mais antiga das instâncias psíquicas dos impulsos que se originam da organização física. O *eu* é o responsável pelos movimentos conscientes de autoconservação, aspirando ao prazer. E, ao passo que é uma instância distinta de influência parental,

no curso do desenvolvimento individual o supereu acolhe contribuições da parte de posteriores continuadores e substitutos dos pais, como educadores, modelos públicos e ideais respeitados na sociedade. Vê-se que o *isso* e o supereu, apesar de sua diferença fundamental, apresentam a coincidência de representar as influências do passado: o *isso*, as do passado herdado, e o supereu, no essencial, as influências do passado tomado de outras pessoas, enquanto o *eu* é determinado principalmente por aquilo que ele próprio vivenciou, ou seja, por coisas acidentais e atuais (Freud, 2014, p. 46-47).

Dito isso, cabe observar o quanto, nas convenções sociais, comumente às crianças é ensinado o respeito aos mais velhos, sob o argumento de que são eles que arduamente lhes deram as condições para usufruir uma vida confortável, que sem tal esforço não poderiam tê-la. E isto passa a ser um mote até mesmo para assegurar a união familiar. No entanto, o argumento da moralidade é frágil e esta relação familiar facilmente escapa da autoridade

estabelecida quando, por exemplo, se experienciam já na família, relações violentas e danosas sob a própria esfera da sexualidade. E a autoridade projetada inicialmente no núcleo familiar não se realiza, convertendo-se em autoritarismo quando o supereu deixa de atuar do modo pré-definido, como um sistema de domínio controlado, e se inaugura como outra forma de comportamento relacional, essencialmente danoso. Contudo, não deixa de haver aí certa reprodução dos desdobramentos do sistema totêmico.

Envoltos nesse contexto, estão processos que encarceram os indivíduos na esfera da consciência de culpa. Quando fala da consciência de culpa dando-se a partir da neurose, que põe a realidade psíquica acima da factual, Freud (2013 p. 229) pergunta: “será que as coisas não poderiam ter sido parecidas entre os primitivos?” Voltando ao fato de que os primitivos “chamam o totem de seu ancestral e pai primordial” (Freud, 2013, p. 195), é importante observar que se trata de algo que o pai da psicanálise atribui à mesma formação que circunda o universo da criança quando vive o complexo de Édipo⁸². Mediante essa análise, ele pretende provar que o sistema totêmico resultou do complexo de Édipo assim como o procedimento realizado pela criança, aprofundando a relação do totemismo com o complexo. Do parricídio – assassinato do pai – pela “refeição totêmica”, ofertada via um ritual sacrificial, Freud conclui que se tratava de uma oferenda para apaziguar os deuses nos quais se acreditava, além de servir para realizar a socialização entre o povo. Assim, para ser um indivíduo reconhecido como integrante desse povo, era preciso tomar parte dos rituais dele como obrigação social.

O parricídio dá lugar ao sacrifício de um animal que tem sua morte comemorada com festa. Psicanaliticamente posto, significa não haver penúria sem que haja seu oposto, a comemoração do sacrificado. Freud (2013) relata que, no intuito de exaltá-lo, são retirados do animal vários adornos que representam sua força e grandiosidade. Isto funciona nos moldes de uma exaltação narcísica da conquista alcançada, já que os assassinos portam no corpo esses adornos, significando este ato a vitória da vida diante da morte, o que é vangloriado exibindo-se o que de mais precioso a presa carregou em seu ser. A caça e a reunião das tribos para o consumo de um animal tinham, portanto, no totemismo essa construção de fundo, não sendo

⁸² Freud interpretava muitos fatos da psique humana à luz da mitologia grega e, quando adota os termos “complexo de Édipo”, refere-se à tragédia do Édipo Rei, de autoria do dramaturgo grego Sófocles, que viveu entre 497 ou 496 a.C. Na história, Édipo se casa com sua mãe, Jocasta, depois de ter matado o pai, tendo com ela quatro filhos e ao a mãe descobrir que ele é seu filho, comete suicídio. Édipo se pune pelo fato de não ter reconhecido a mãe, cegando-se. O complexo, para Freud, configura uma fase da infância que ele atribui ao desenvolvimento sexual masculino, ocorrendo quando entre 3 e 5 anos a criança cria um desejo incestuoso, considerando o pai um rival e se apaixonando pela mãe. Se a criança não superar o complexo, Freud considerava que poderia haver desestruturação da personalidade, dependência ou opressão.

meramente um cerimonial que visava às necessidades físicas de alimentar-se, mas era algo que também atendia necessidades espirituais.

Em “*Totem e tabu*” Freud já nos dá indicativos da base descritiva sobre Édipo e o parentesco familiar, o que será desenvolvido posteriormente em “*Psicologia das massas e análise do eu*”, quando, ao complexo de Édipo, em sua pré-história, ele localiza a identificação (*Identifizierung*) como primeira instância de ligação emocional. Mas Freud também desenvolve, em 1921, passagens que em 1913 antecipou sobre a consciência de culpa:

não poderá ter escapado a ninguém que sempre nos baseamos na hipótese de uma psique de massa na qual os processos psíquicos transcorrem como na vida psíquica de um indivíduo. (...) A consciência de culpa referente a um ato pode sobreviver por muitos milênios e permanecer eficaz em gerações que nada podiam saber desse ato (Freud, 2013, p. 227).

Contudo, se em “*Totem e tabu*” Freud mantinha uma leitura antropológica dos caminhos percorridos à maturação do indivíduo e ao progresso social, ilustrando a passagem da natureza à cultura, em “*Psicologia das massas e análise do eu*” ele discorre sobre “as consequências propriamente políticas do que tinha sido elaborado no livro de 1913”, revelando uma tendência das sociedades modernas em organizarem-se regressivamente pelas massas (Safatle, 2009, p. 63). Da visão antropológica à política, reverbera como ponto relevante que a compreensão da constituição do humano perpassa pela compreensão de sua história, tanto social quanto particular, mas também das relações que é capaz de estabelecer com os demais em sociedade enquanto “animal político”.

Para fazer esta leitura, que integramos como parte qualificadora de sua psicanálise sociopolítica, Freud baseia-se amplamente em “*Psychologie des Foules*”, de Le Bon⁸³ e, mais adiante, debate na obra de 1921 com outros autores que escreveram sobre o assunto, como McDougall⁸⁴, Trotter⁸⁵ e Tarde⁸⁶. Embora percebendo que Le Bon desconsidera o conceito de recalque em suas análises, Freud (2017; 2015 [1921]) sustenta através dele a impulsividade das massas, concordando que é nelas que os indivíduos se sentem confortáveis para se manifestar instintivamente, sem o prejuízo de serem reconhecidos. Dessa entrega aos instintos, em um movimento civilizatório-regressivo, é característica a remoção da superestrutura psíquica, ou do supereu. Justamente “fabricado” pelo medo social em agir diferentemente do esperado, o

⁸³ “*Psychologie des Foules*” ou “*Psicologia das massas*”, de Le Bon foi obra publicada em 1895 na França. Considerado um polímata – pessoa de conhecimento disciplinar diverso –, Le Bon se dedicou como pesquisador em áreas como física, sociologia, antropologia e medicina, além da psicologia.

⁸⁴ McDougall (1871-1938) foi psicólogo, tendo publicado a obra “*The Group Mind*” (A mente grupal) em 1920, no Reino Unido, que também seria analisada por Freud em 1921.

⁸⁵ Trotter (1872-1939) foi um médico cirurgião do reino unido, tendo escrito em 1916, como obra que influenciou Freud, “*Instincts of the Herd in Peace and War*”, ou “Instintos do rebanho na guerra e na paz”.

⁸⁶ Gabriel de Tarde (1843-1904), filósofo, jurista, psicólogo e sociólogo, publicara na França em 1890 o livro “*Les lois de l’imitation*”, traduzido como “As leis da imitação”.

supereu recrudescer a medo algum, visto a massa conduzir os indivíduos à formação de uma alma coletiva, em que desaparecem as singularidades, tudo se convertendo em homogeneidade.

Essa planificação do pensamento que mora nas massas se torna um projeto perigoso, por permitir a adoção de um senso comum pouco racional que, mesmo resultando de manifestações efêmeras, é despossuída de uma consciência moral que pode ser medida em grau inverso à sensação de poder do líder que captura a autonomia individual. Mas, em lugares como esse, em que o efêmero está presente, não há possibilidades inequívocas de se conhecer as essências e, por conseguinte, há uma perda da capacidade para julgar as atitudes. A espetacularização suprime o que seria mais racional e os estímulos imagéticos preenchem as manifestações em sociedade, sendo eles os detentores da tomada de decisão. A violência que adquirem as massas se torna viva e abundante graças à supressão do supereu enquanto instância da moralidade que, anulada pelas sensações de uma euforia temporal, dá lugar a diferentes formas de convulsão social.

Mesmo considerando Le Bon um autor carente de originalidade, por sua obra conter uma revisitação a clássicos, reproduzindo o que muitos deles já diziam, Freud chega a uma primeira conclusão importante a partir desse autor, mais tarde também explorada pelos pensadores da Teoria Crítica: “na massa o indivíduo é colocado sob condições que lhe permitem se livrar dos recalques de suas noções de impulso inconscientes” (Freud, 2017, p. 44). Por estar imbuída de sentimentos exagerados e simples, as dúvidas não acometem as decisões da massa e isso se constrói a partir do esboço de “imagens mais fortes, exagerar e repetir sempre a mesma coisa” (Freud, 2017, p. 51). Adicionalmente, agem na supressão do supereu dois outros elementos, que Freud apresenta como “contágio” e “sugestionabilidade”. Eles são recursos analisados por Le Bon também como aniquiladores da personalidade consciente do indivíduo quando integrante de uma massa. O contágio mental – que funciona como hipnose –, a sugestionabilidade – que se utiliza da despersonalização – e a regressão são, portanto, segundo as indicações de Le Bon, elementos de uma fórmula triádica que suspende as faculdades mentais, de modo que a massa se torna “tão intolerante quanto crédula na autoridade” (Freud, 2017, p. 51).

Para complementar as fragilidades do autor anterior, Freud irá encontrar em McDougall o reforço para pensar o contágio emocional e a sugestionabilidade através da concentração de poder, que se forma por meios organizacionais, diferentemente das massas efêmeras consideradas por Le Bon. É sabido que nas massas reside também uma fonte de descobertas como a linguagem, a canção popular, o folclore e, quanto mais se cultivam tradições em comum, maior a probabilidade de causar a união grupal e sua permanência.

Através de McDougall alguns elementos são levantados por Freud, que convergem à análise da importância em dotar as massas de atributos dos indivíduos, para que nela eles se reconheçam.

Essa insinuação da identidade está nítida quando Freud se volta às leis da imitação, de Gabriel de Tarde, que descendem da sugestão, considerada por este sinônimo de imitação⁸⁷. No entanto, o criador da psicanálise demonstra desânimo quanto ao potencial da sugestão e apela à importância da libido, construindo a hipótese de que as relações amorosas constituem a essência da psique das massas, pois Eros é quem mantém tudo coeso no mundo⁸⁸. Dada esta assessoria por Eros, na investigação arguta do retorno aos sentimentos crus da horda primitiva, Freud conclui que a massa tem forte vocação para a aceitação de afirmações categóricas, sem mediação contextual ou histórica, o que ele ilustra mencionando uma expressão idiomática alemã sobre adaptar-se aos agressores para não se tornar deles vítima: „*Mit den Wolfen Heult*“⁸⁹. Para Freud, embasado em Le Bon, a queda brusca do nível de racionalidade do indivíduo em meio à massa proporciona um inevitável retorno à horda primitiva que, como os lobos, depende de um líder para se movimentar. O fascínio em relação ao *Führer* (líder), seu “prestígio”, como demarca Freud, afeta diretamente as massas e as paralisa. Por conseguinte, o trabalho do líder fascista, nos ordenamentos humanos é facilitado pois, sob hipnose coletiva regressiva, o grau de violência das massas está assegurado. Afinal, nas massas, o indivíduo se protege e escapa da punição pelas barbaridades que comete. Não é demais lembrar que o líder fascista é aquele que sabe se aproveitar do carisma artificialmente conquistado junto às massas, fazendo uso das técnicas da propaganda para sustentar as ideias mais rebaixadas de usurpação do lugar do outro.

Em termos de manipulação da libido, é a repressão sexual que serve à união da massa, visto o impedimento da relação a dois dar lugar ao amor do *Führer* (líder) e, assim, ele se torna a força motora da unidade em um grupo. Ou seja, os privilégios do *Führer* são formados graças à condenação do gozo individual, sendo ele o receptor de toda a energia libidinal em forma de seu contrário, o ódio, uma inversão lógica que se dá justo porque se trata de uma energia não realizada harmonicamente, de modo positivo. O papel do *Führer* é especialmente

⁸⁷ Freud (2017, p. 73) destaca dois termos em alemão para sugestão: „*nahelegen* [sugerir, insinuar, dar a entender] e *Anregung* [incitação, estimulação, sugestão]“.

⁸⁸ Daí, como veremos, que Marcuse vai escrever mais tarde a obra chamada “*Eros e Civilização; uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*”.

⁸⁹ Em tradução literal: “Uivar com os Lobos”. Freud (2015), como um bom observador da vida natural toma essa comparação aos lobos como citação por saber que nas alcateias os lobos vivem, caçam, comem e dormem juntos, praticando em comunidade as rotinas da sua trivial existência animal. Na tradução do ditado à versão do português podemos encontrar “Maria vai com as outras”, uma típica fala atribuída a quem não tem opinião sobre coisa alguma (Freud, 2017). Mesmo não sendo a tradução literal do que Freud exemplificou, o ditado bem interpreta o original, uma vez que é perfeitamente entendível, dado ser uma expressão idiomática que cabe à cultura brasileira.

debatido por Freud na obra de 1921 que, neste ponto, assegura ter avançado para além das percepções de Le Bon, o criticando por ter minimizado a importância do tema.

Mas Freud também critica a interpretação de Trotter, autor que toma o impulso gregário por base para entender o comportamento humano. Para Freud (2017), a melhor interpretação seria considerar a organização humana enquanto comportamento de horda, o qual leva a entender que nas massas se manifestam sinais comuns de regressão da atividade psíquica (capacidade intelectual debilitada, afetividade desenfreada, falta de moderação e ultrapassagem de limites emocionais). Já Trotter leva a concluir que o importante é que o sujeito se sinta parte de um rebanho, lugar em que um líder se une ocasionalmente. O instinto gregário teria a função de integrar impulsos primários que abrangem, ainda, a autoafirmação, a nutrição e as necessidades sexuais. Mesmo não concordando sobre a secundarização do líder, Freud (2017, p. 122) conclui, a partir de Trotter, que “a consciência de culpa e o sentimento do dever seriam os patrimônios característicos de um ‘gregarious animal’”, onde a inveja original teria dado lugar ao “espírito comunitário”⁹⁰. Na leitura de Freud, Trotter focara-se nas agregações mais gerais do homem como “animal político”, segundo a definição de Aristóteles. Nesta chave, quando os indivíduos se unem não sob as determinações de um líder, mas sob uma associação geral para usufruir das coisas com base em critérios de justiça e igualdade, teríamos uma organização social agregadora de distintos interesses.

Por isso, ao analisar as massas, Freud (2017, p. 128) se opôs à visão de Trotter, dizendo que o homem “é antes um *animal de horda*” (*Urhorde*)⁹¹, que exige ser dirigida por um líder. Portanto, a constituição da horda, diante das características assinaladas por Freud, requer um líder despótico que centraliza as benesses para si, sendo essa formação originária de organização social aprimorada a cada vez que se conjura um sistema totalitário. Nas massas, o papel do ódio associa-se ao da identificação, onde os indivíduos enxergam motivações para a formação de uma coesão grupal, conjurando um pacto que redime o “pecado original”, como descrito em *Totem e Tabu*. Ao ser um mecanismo de ligação emocional original, a identificação se manifesta via sintomas, pois “aspira por dar ao próprio eu uma forma semelhante à do outro

⁹⁰ “O sentimento social repousa na transformação de um sentimento inicialmente hostil em uma ligação com ênfase positiva que tem a natureza de uma identificação” (Freud, 2017, p. 122).

⁹¹ Darwin se torna conhecido em 1911 e sua teoria tem como marca essencial a contestação dos conceitos fundamentais religiosos. Freud utiliza essa categoria darwiniana – *Urhorde* – como forma de posicionar-se a favor de Darwin, visto existir na época um movimento das escolas religiosas nos EUA contra a teoria evolucionista. Para Freud era importante reagir ao fundamentalismo religioso demarcando posição contra a dominação religiosa iminente nas escolas. Embora datadas, manifestações dessa natureza urgem ser resgatadas para enfrentar o período obscurantista no Brasil, onde o total desrespeito ao princípio constitucional do Estado laico instaurou um mando religioso nas escolas de fundo basicamente político. E a questão de longe é bem sabida. Não é a liberdade religiosa. Mas uma rota favorável ao fanatismo, isto é, quando o credo é trabalhado no sentido de suprimir a validade de outras instâncias de verdade da vida social.

eu tomado como ‘modelo’” (Freud, 2017, p. 100). Na dinâmica da horda, mesmo que os seguidores do líder possam almejar a autoridade, a associação de sentimentos via a identificação é necessária à coesão grupal, tendo como resultado a eleição e exaltação de um líder cujas características são as mais temerosamente autoritárias dentre o grupo todo.

O *Führer*, para Freud um representante de “baixa estatura”, representa a inabilidade do grupo para lidar com os seus próprios sentimentos, advindos da constituição interna, batizados com requintes de sua história social particular. Isso pois, no entendimento do pai da psicanálise, o estabelecimento de um líder com tais facetas, perpassa pela compreensão do “eu ideal” (*Ichideal*) e do “ideal do eu”, em que o primeiro se refere a um ideal de onipotência ou identificação, com personalidade transmissora de autoridade e orgulho, enquanto o segundo é um modelo a partir do qual o sujeito se conforma. O líder déspota encontra solo fértil para firmar “aspirações sexuais direcionadas” (*zielgehemmten Sexualstrebungen*) (Freud, 2015, p. 71; 77) ou de meta inibida para com a massa, porém duradouras. Esse processo é resumido pela “fórmula da constituição libidinosa das massas” (*Formel für libidinöse Konstitution der Masse*), em que Freud esboça haver a projeção do “ideal do eu”, constituída individualmente a partir da figura do pai, para um único objeto externo na massa, alimentado diante das objetificações individuais (Freud, 2015, p. 78). Na relação de enamoramento fascista, os indivíduos passam a portar e exaltar características do líder, como formas de falar, vestimentas e comportamentos sociais, rescindindo o seu eu, que dá lugar ao ideal do eu do líder.

O líder despótico, que representa um “ideal do eu”, haja vista que a formação psíquica que o embasa é distinta da exigida na constituição do “eu ideal”, move as massas pelo conformismo com o pouco que ele oferta ou representa. O formatar dessa figura imagética do líder perpassa por um processo de sedução e criação de dependência para com seu subordinado, nos moldes do que Freud qualificou como um processo de hipnose que, exercido coletivamente, permite a submissão automática e, por conseguinte, a instauração do domínio autoritário. As idealizações adotadas correspondem a modelos que suspendem a realidade, ao ponto de, no caso da transferência desse processo à figura do líder, o enamoramento que lhe é próprio funcionar associado à sugestão e à hipnose coletiva, com fins de dominação psicológica.

A sedução que a hipnose do líder provoca tem papel importante nisso, pois faz os membros da massa acreditarem que o pouco que ele lhes oferta irá, logo, trazer uma enorme carga de realização, quando todas as suas expectativas serão atendidas. A hiperestimulação sexual conduz com sucesso esse projeto de captura e domínio, falsificando o juízo dos afetados sobre o objeto – o líder – amado: pelos méritos psíquicos que se julga que o líder tem e pela maneira como ele se insere no lugar do ideal do eu. A diferença entre a relação hipnótica, uma

entrega irrestrita de caráter enamorado que exclui a satisfação sexual, e o simples enamoramento em que essa satisfação existe, é definitiva para o sucesso do déspota. É justamente o automatismo dessa relação que impede o indivíduo mediano, integrante da massa, a elaborar uma reflexão mais apurada sobre aquilo que ele está reproduzindo e, por conseguinte, que sociedade seus sentimentos rasos estão edificando. Essa reprodução das características do líder de modo imediatista, irrefletido, através de um processo de contaminação psíquica derivado da participação em um grupo revela o caráter de grande periculosidade das massas, uma vez que o poder violento do líder despótico é pólvora que incendeia as capacidades humanas mais regressivas.

Mas esse domínio não é algo dado a partir de uma instância qualquer. O que tornou esse trabalho de Freud original foi o fato de colocar no centro da análise duas instituições importantes para tal organização social: a Igreja e o Exército. Ele as refere como significativas manifestações de massa que congregam as problemáticas do humano. Ao serem assim destacadas, Freud chama a atenção ao fato de que são instâncias que representam a forma institucionalizada mais acabada que aglutina a força degeneradora do caráter. Freud vai adiante ao dizer que não se trata apenas de perceber em grupos desorganizados um potencial que permite a regressão do indivíduo à horda primitiva, mas de uma nova análise que situa a importância dos representantes legítimos de construção da ordem social enquanto veiculadores e constituidores do potencial regressivo.

É fato que a neurose possui uma reação moral, que é sustentada pelas exigências do supereu. E isso gerou, para os primitivos, o totemismo e os tabus, sendo, em certo sentido, organizativo à união de um grupo social. Mas em se tratando de interpretar as facetas da barbárie é preciso também um olhar por sobre a perversão, por se tratar de uma estrutura da psique mais representativa dela. A barbárie, seja ela a da desordem de uma violência pontual ou a de uma guerra entre dois países ou mundial, tem como propulsora algo para além da neurose, podendo essa estrutura mais problemática, a da perversão, trazer análises interessantes. Daí que percebemos a profundidade da constituição humana sob uma estrutura anterior à da moralidade, associada aos impulsos da infância, que são naturalmente maus. Para Freud (2013, p. 231), mesmo os que são “hiperbons” hoje, tiveram na infância o período mau, “uma fase perversa como precursora e pressuposto da fase hipermoral posterior”.

Houve, portanto, ao indivíduo que segue o caminho da perversão, uma interrupção no seu desenvolvimento, permanecendo na fase que, na formação da humanidade, corresponde à do homem primevo, que se limita à esfera da natureza, da luta hobbesiana, de todos contra todos. Mas esta não é a estrutura predominante à organização social e, dado esse fato,

precisamos abordar mais elementos sobre como ela se desenvolve às custas das desordens individuais. Porém, basta que um único indivíduo com essas características venha a adquirir um papel de domínio e se imponha ao conjunto social com um modelo a ser seguido. Adquire, então, a posição de normalidade neurótica, elevando as condutas a partir do perfil perverso às massas sem que seja por isso imediatamente recriminado, apenas às custas do fascínio que ele exerce.

Contudo, no jogo da sedução despótica cabe observar que, via análise totêmica, retomada não por acaso por Freud quase ao final da “*Psicologia das massas e análise do eu*”, em 1921, o pai da horda primordial é o *Übermensch* (superhomem): guardião da moralidade, homem livre e narcísico, que fazia constar amar aos outros na medida em que lhe serviam. Ao mesmo tempo em que insinuava corresponder esse amor, não era permitido confrontar sua face, dado seu posicionamento hostil e o fato de exigir ser cultuado como divindade. Para Freud, o papel do superhomem foi forçar os filhos a integrarem a psicologia das massas e, ao passo que se enredaram nessa dinâmica, eles passaram a ansiar pela submissão. Para nossas elaborações sobre a psicanálise sociopolítica, uma possível síntese desse percurso analítico do supereu até o momento, partindo do totemismo e alcançando seu auge compreensivo quando Freud elabora sobre a psicologia das massas, pode ser assim esboçada:

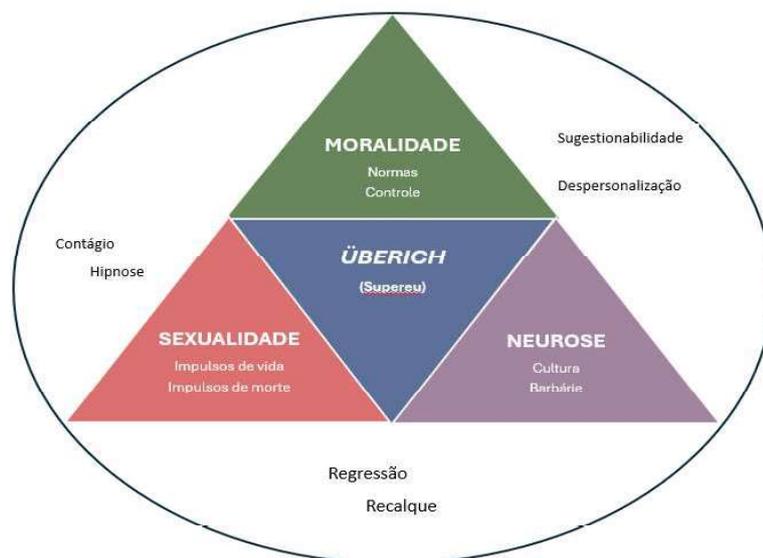


Figura 1: O supereu na psicologia das massas.

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Esta é uma ilustração dos elementos centrais e de manifestações que detectamos circunscritas à formação do supereu, situado na estrutura neurótica e que revela como companhia certos desdobramentos à sexualidade e à moralidade. Podemos aventar respostas a partir do que essa descrição colabora para pensar elaborações sobre o papel do supereu na

relação da autoridade com o autoritarismo, mas não sem considerar, antes, as sequelas da religiosidade enquanto formadora legítima da ordem social. Seguido da instância da religiosidade, como forma de dominação das massas na modernidade, irá se aliar o papel da indústria cultural.

1.3.1. *A ilusão da identidade religiosa*

Ab'Sáber (2021)⁹² analisa que a grande crítica de Freud é a crítica da religião. O pensador refere que o ensaio “*Atos obsessivos e práticas religiosas*”, publicado em 1907, demonstra a posição iluminista de Freud. Ao colocar em paralelo a neurose obsessiva como a religião do indivíduo e a religião como a neurose obsessiva da humanidade, Freud teria desvendado a pretensão da religião em ser um objeto transcendente, única possuidora da verdade. Ao mesmo tempo em que o indivíduo elabora, através da neurose obsessiva, um sistema de defesa elegendo um ritual sem nexos – mas que o aprisiona –, para um conjunto de pessoas que segue um cerimonial religioso a razão em fazê-lo é a mesma: adquirir segurança e, neste caso, alcançar a façanha de ser aceito por um deus. Por isso, segundo o autor, a religião se transformou em um entrave à emancipação, vez que rescinde as possibilidades de autonomia racional. Essa análise coincide com a de Cromberg (2010, p. 28), que também remete ao ensaio supracitado concordando com o paralelismo entre os sintomas da neurose obsessiva e a religião. Para a autora, as críticas de Freud à religião ficam demarcadas já no texto de 1908 como “uma coerção precoce e nefasta da inteligência infantil” e no último escrito de Freud, quando a religião é tratada como elemento tanto psíquico como cultural, ao ser apresentada uma desconstrução do monoteísmo desde a sua origem.

A primeira análise de Freud sobre a religião está em *Totem e Tabu*, em que aponta que um dos aspectos importantes do parricídio das sociedades antigas é o fato de que ele é também o fundador de uma crença religiosa. Como sabemos, as religiões compreendem mitos inaugurais, geralmente abrangendo interpretações a respeito de algo que não está dado a ser vivenciado materialmente por todos. Criam-se então, interpretações fantasiosas sobre os fatos, geralmente histórias bastante confusas e assombrosas, que sustentam um enredo de condenação e salvação. Surge o mito salvacionista, pelo qual se cria uma versão mais elementar de que algo está em perigo e as chances de ser salvo são atreladas ao cumprimento de rituais específicos.

⁹² Professor doutor de Filosofia da Psicanálise no Curso de Filosofia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), tendo recebido o Prêmio Jabuti em 2005 na categoria “Melhor Livro de Psicologia, Psicanálise e Educação” com o livro “*O Sonhar Restaurado: Formas do Sonhar em Bion, Winnicott e Freud*”. Informações: <https://www.youtube.com/watch?v=T6k_OZBU3Ac>.

Com isso, os seres humanos permanecem encarcerados no desespero diante do sofrimento que esta situação provoca e, fragilizados, ficam sujeitos a cumprir uma “pena” para conquistar a liberdade. A religião passa, então, a conferir uma importância à insignificância humana, de sua condição efêmera no mundo, coisa que sem o aparato religioso não seria possível, sobretudo se colocarmos em exame a insignificância da raça humana diante da imensidão do universo. A partir dos humanos, criou-se entre eles e os deuses uma relação de recíproca falsa ou, pelo menos, desequilibrada, visto a correspondência divina com a esfera terrena situar-se eminentemente na esfera da fé, sem ônus de provas.

Aliada às crenças da religião, também a arte e a filosofia são maneiras pelas quais a humanidade encontrou, dentro do processo de construção e de apropriação cultural, saídas para a neurose moderna apontada por Freud (2013, p. 124), senão para resolvê-la, pelo menos tentativas de explicá-la. Compreender a neurose obsessiva como definidora da cultura ou de seu oposto, a incivilidade é, portanto, uma importante contribuição de Freud quando tratamos de nossa hipótese de firmar uma psicanálise sociopolítica. É uma contribuição que, como vimos, já está apontada desde *Totem e Tabu*, sendo um dos eixos genealógicos primordiais à análise crítica da autoridade ao autoritarismo, provando que Freud, em sua leitura sociopolítica, confere um denso embasamento que será desenvolvido nos temas levados à análise pelos autores da Teoria Crítica.

Os fundamentos totêmicos apontados pelo pai da psicanálise perpassam, portanto, por sobre a tríade mito, religião e ciência, a última revista mais tarde por Adorno e Horkheimer (1985) como a religião do desencantamento do mundo. A visão animista seria uma teoria psicológica que explica a essência do mundo e se caracteriza, em sua faceta mágica, pela onipotência dos pensamentos, mesma força motivadora da neurose obsessiva, ao passo que acomete as pessoas via uma espécie de superstição, em que se criam pensamentos que subsistem no indivíduo, independentemente do que se passa na realidade. Nas palavras do autor, há uma relação direta com o elemento do desejo ou desdobramentos da libido a partir de seu estado primevo:

podemos ousar a tentativa de comparar os estágios de desenvolvimento da visão humana de mundo com os estágios do desenvolvimento libidinoso do indivíduo. Assim, tanto no que respeita à cronologia quanto ao conteúdo, a fase animista corresponde ao narcisismo, a fase religiosa corresponde àquele estágio do encontro do objeto caracterizado pela ligação com os pais e a fase científica tem o seu correspondente pleno naquele estado maduro do indivíduo que renunciou ao princípio do prazer e, adaptando-se à realidade, busca seu objeto no mundo externo (Freud, 2013, p. 144).

Enquanto nos âmbitos social ou individual reinou uma autorização à arrogância animista de considerar o mundo por essa visão narcisista – que é operada pela religião e pelos

mitos –, fazendo dele aquilo que devaneios arbitrários desejam, a sensibilidade à investigação científica esteve pouco afetada. Assim caminhou a humanidade até o chamado iluminismo, elegendo seus totens e tabus pela força teocêntrica. O animismo é um aspecto que deixou nos seres humanos a marca da insensibilidade à diferença como pré-condição e, por outro lado, demarcou a propensão a formações identitárias pela identificação com um outro, que lhe é familiar⁹³. Com isso, a interpretação de mundo formulada pelos humanos prefigura-se dualmente acabada, de modo que é natural pensar que nada de novo há a aprender, e por conseguinte, a fazer de diferente daquilo que sempre foi feito.

A roda da evolução e do progresso humano – incluso todos os problemas do termo progresso⁹⁴ –, ao ter o animismo como engrenagem fundante, extingue seus elementos positivos devido ao obscurantismo da certeza. Então, o não-científico passa a contemplar apenas um modo arbitrário de conceber o mundo, facilitando com que os indivíduos coloquem em prática na sociedade aquilo que lhes vêm à mente. E, sem que se tenham regras rigorosas associadas ao emprego de métodos de investigação consistentes sobre a realidade, os próprios seres humanos as modelam segundo suas arbitrariedades. Quando encontram essa facilidade, convergem a um modelo de sociedade cujas regras estabelecidas pelo exercício do papel do supereu, resultado também de um desejo elaborado coletivamente, imbuído de pulsões contraditórias, encerram as relações em padrões moralmente referendados.

A ilusão da identidade religiosa se torna uma dessas âncoras de moralidade. Freud (2010b [1930], p. 148) irá escrever, n' "*O mal-estar na cultura*", que o supereu, como uma nova autoridade, domina sabiamente o eu, atormentando-o por estar em pecado “com os mesmos sentimentos de medo”, ficando “à espreita de ocasiões para fazer com que seja punido pelo mundo exterior”. Em adição, a identidade religiosa, artificialmente criada pelos humanos, constitui-se em um lugar onde o pensamento, pelo desânimo com a diferença, se encerra em aspectos de moralidade restritos, tão limitados quantos forem os modelos de ideal do eu nela residentes. Essa ilusão, portanto, é uma assessora feroz à manutenção de um “supereu social”, que pelo medo impõe um modelo uniforme à existência da vida, inibindo o próprio desenvolvimento da intelectualidade.

Nos termos do que podemos qualificar como supereu social, ao mesmo tempo em que existe uma constituição formada por uma certa aliança com a cultura, ela perpassa pela

⁹³ Lembrando que o familiar joga um papel com o seu oposto, o infamiliar. De fato, não são raras as vezes em que os indivíduos se agarram a comportamentos completamente opostos ao que carregam em sua razão por mera segurança, criada por todo um conjunto social que lhe circunda.

⁹⁴ Na visão de Adorno (1992b), o progresso afirma a identidade do espírito dominador, mas infringe injustiça ao não idêntico à medida que se refere à totalidade de uma unidade forçada.

consciência de culpa. Segundo Freud (2010b, p. 151), o sentimento de culpa origina-se de duas fontes: “o medo da autoridade e o posterior medo do supereu. O primeiro obriga a renunciar à satisfação de impulsos; o segundo, além disso, compele à punição, visto que não se pode esconder do supereu a persistência dos desejos proibidos”.

É o que insere a humanidade num *dever-ser* sem compromisso com o indivíduo na coletividade, uma vez que esta captura os desejos individuais e os encerra em um espectro padronizante, avassalador da diferença. Essa formação de um padrão atomizado de relacionamentos na era moderna só vem sendo sofisticado conforme a tecnologia permite, resultando no paulatino esvaziamento do espaço público. De outra parte, devemos lembrar que o exercício da autoconservação está facilitado na modernidade enquanto caractere incapaz de olhar para a necessidade do outro, pois ‘salvar a própria pele’ firmou-se como a ideia propulsora das relações sociais.

Mas mesmo que a natureza da ação social tenha se tornado individualizante, isso não elimina o nosso entendimento de supereu social, pois essa é uma configuração que resulta do avanço para um modo de autoconservação nas sociedades modernas. Laender (2005) analisa que Freud apresentou a abordagem sobre o supereu no conhecido texto, “*O Ego e o Id*” (1923), na assim chamada “segunda tópica”, significando uma readequação da primeira, em que ele desenvolveu o conceito pensando a função do ego relacionado à libido⁹⁵. Esse segundo momento é onde ele retrata uma espécie de consciência especial identificável através dos atos dos neuróticos obsessivos que agem reprimindo o ego em face das pulsões sexuais. Assim, já de posse de observações que o levaram ao conceito de impulso de morte, a formação do supereu fica decodificada em termos de proibição:

O que fica bem marcado é a formação do superego dividida em duas fases. A primeira, a fase identificatória primária objetual, em que o ego se apodera dos investimentos do id, pega-os para si para depois projetá-los nos objetos e, em seguida, introjeta-os pela identificação. A segunda fase compreende a resolução do complexo de Édipo, quando surge a instância super egóica propriamente dita, com a internalização da lei paterna e o aparecimento do sentimento inconsciente de culpa, gerado pelo masoquismo moral, que representa uma força poderosa para a submissão do ego (Laender, 2005, p. 67).

A autora reforça que, quando Freud escreve, em 1933, sobre a dissecação da personalidade psíquica fica mais claro o papel da melancolia na cisão do supereu com o ego, sendo aquele resultado de energia emanada do id, representando uma consciência que julga. Essa lei paterna que o superego assume, uma herança do complexo de Édipo é, também, introjetada pelas instâncias sociais que os humanos foram capazes de elaborar. Representam o

⁹⁵ Em: “*Sobre o narcisismo: uma introdução*” (1914).

que há de subjetivo na cultura humana, que teve nos totens a marca inaugural. Para a nossa ideia de supereu social, a coesão existente à articulação do supereu demonstra uma trajetória que, inevitavelmente, descamba no autoritarismo como resultado, constituindo quaisquer parâmetros da autoridade apenas uma parada anterior ao derradeiro final.

Daí que, além da religião, também a política faz as vezes dos totens nas sociedades modernas, que articulam a manutenção da força e domínio do supereu. Aqui, ficam claras quais operações se dão para esse domínio do supereu: há, historicamente, uma conexão entre os elementos simbólicos e os materiais que servem à elaboração de uma conduta moral social ideal nas sociedades. A crítica comparativa de Freud, quando analisa a religião e os fundamentos da ordem instituidora do ideal de família, também fica clara, o que depois reverbera em como gerimos o social:

Como no caso do totemismo, também aqui a psicanálise aconselha a dar crédito aos crentes que chamam o deus de pai, assim como chamavam o totem de antepassado (...). Com a instituição das divindades paternas, a sociedade órfã de pai se transformou pouco a pouco na sociedade organizada de maneira patriarcal. A família foi uma restauração da antiga horda primordial, e também restituiu aos pais uma grande parte de seus antigos direitos (Freud 2013, p. 214; 217).

Mesmo com a superação do totemismo, no espectro social maior, as divindades continuavam coordenando as ações das então famílias, grupos menores reunidos consanguineamente. A ordem religiosa é herdada e permanece inserida na família, sendo parte do que Freud compreende como originário dos povos primitivos. Os hábitos das famílias evoluem de modo que os sacrifícios ficam restritos às oferendas, suas práticas sendo ressignificadas e repetidas pela estrutura da igreja. Os deuses que a compõem passam a estar bem acima dos humanos, distantes de qualquer possibilidade de interação com eles, por isso venerados via seus representantes na terra, mais tarde representados pelos governantes. O papel que, antigamente, era desempenhado pelos sacerdotes, no caso da igreja, passa a ser dos reis, no caso do Estado. Quanto a isso Freud bem destaca: “temos de dizer que a vingança do pai derrubado e repostado se tornou dura; o domínio da autoridade se encontra no seu auge. Os filhos subjugados aproveitaram a nova situação para aliviar ainda mais a sua consciência de culpa”. São, portanto, “tempos de renovada autoridade paterna” (Freud, 2013, p. 218).

Tais tempos seguem, em seu caráter renovado, um circuito de repetição do trauma, em que se intercalam sacrifícios de humanos e de animais, conforme o que tem lugar em cada época da humanidade. Mas, preservam em sua essência, a consciência de culpa alimentada pelos rituais estabelecidos e crenças religiosas, cujos totens são os primeiros símbolos concretos e os tabus a forma subjetiva de sua operação nas sociedades. O próprio desempenho fundamental da autoridade está, nesse eixo, mais uma vez, soterrado por práticas autoritárias.

Portanto, autoridade e autoritarismo são duas faces de uma mesma “moeda”: a moeda das relações de dominação que figura na história humana de diferentes épocas, segundo valores que lhe são atribuídos pelos aparatos sociais. É uma moeda lapidada ao longo de séculos e sobre a qual Freud dedicou uma minuciosa análise genealógica⁹⁶.

Para esta neurose social do tipo auto infligida, como a motivada ao se associar a sistemas fechados da religião, por exemplo, quanto mais intensamente um indivíduo deseja a morte do outro, tanto maior é o sofrimento que toma para si quando não exerce esse desejo devido a retenção dos impulsos ensinada no processo civilizatório. Por outro lado, o autoritário reativo do “tipo leve” padece ao mesmo tempo do impulso de morte contido na civilização, e não projeta em si a morte do outro, mas se torna o tipo que mais colabora para a destruição da cultura, da moral, da família e do outro em quaisquer das particularidades. A individualidade do outro lhe afeta tão profundamente – e Freud já alerta, quando teoriza sobre o recalque, que aquilo que nos outros nos incomoda é uma parte que nos pertence também – que seu impulso não é extingui-la em si, mas, por autodefesa, projeta a violência no outro, e acaba o aniquilando, mesmo que subjetivamente. No tocante ao autoritário reativo do “tipo intenso”, podemos inferir que projeta diretamente, de modo mais incisivo, o desaparecimento do outro, sendo tipicamente o perfil do líder despótico, que motiva ações em prol desse desaparecimento.

Em se tratando de o autoritarismo ser uma distorção provocada na chave neurótica para a ocorrência de relações sociais opressoras e prejudiciais, o resultado dessa distorção é o exercício da autoridade pelo avesso, resultado de uma neurose obsessiva em nível social. Ela se externaliza pelo cultivo dos fundamentalismos⁹⁷ próprios de sociedades conservadoras, que se transformam em doutrinas (religiosas, políticas, das seitas) que não são nada mais do que um “mundo de fantasia mais prazeroso” (Freud, 2013, p. 125). Essas constatações de Freud sobre os caracteres do fanatismo, que também funda as práticas de uma sociedade autoritária, ficam mais claras quando o tema é tratado à luz da obra de 1927, *O futuro de uma ilusão*. Cromberg (2010, p. 26) detecta que nessa obra Freud pretendia afastar a psicanálise dos padres, para que não fosse confundida “com o campo sagrado das terapêuticas da alma”.

⁹⁶ Para Engels (2019), a família teria uma função autônoma na subestrutura social. Produzir e reproduzir o que de imediato se faz necessário para manter a vida é algo que depende de certos meios e ferramentas para que aconteça, bem como da própria produção de seres humanos. São estes dois tipos de produção que dependem, para ele, do trabalho e da família, esta sendo engolida pelo modo de produção capitalista, ao qual passa a servir penosamente.

⁹⁷ Para Türcke (1995, p. 51-52), o fundamentalismo surge na “tentativa de proporcionar aos indivíduos desenraizados e inseguros novamente o apoio psíquico, remendando com massa de vidraceiro precisamente aqueles fundamentos, que estão se esboroando. O fundamentalismo invoca o que já está abalado. Justamente por isso ele insiste com tanta virulência nele. Não quer saber nada de objeções contra as suas convicções, pois ele mesmo as percebe de maneira excessivamente dolorosa. O fundamentalismo é o desmentido esforçado da sua própria dúvida, uma fé repassada de descrença e por isso não apenas uma fuga da modernidade, mas uma das suas facetas mais típicas”.

Freud é resolutivo na ideia de inseparabilidade entre cultura e civilização, nela unindo o saber acumulado pelos humanos sobre a dominação da natureza e a capacidade de criar instituições reguladoras das relações. O que medeia essa estruturação, para ele, é o grau de satisfação dos impulsos, que desempenha um papel importante na negociação com a cultura, da qual o humano é, também, um potencial inimigo, uma vez que “as criações humanas são fáceis de destruir, e a ciência e a técnica que as construíram também podem ser empregadas na sua aniquilação” (Freud, 2010a, p. 38). Embora o domínio da natureza externa possa ter sido empreendido com efetividade, isto é algo bem distinto do comando da psique, que Freud reconhece ser um entrave significativo do processo civilizacional, sendo as instituições culturais mantidas apenas via procedimentos coercitivos para direcionar o trabalho e as paixões.

A reflexão sobre os elementos de constituição da cultura parte das vias econômicas de sua formação às psicológicas. De fato, não há como assegurar um lastro material de uma cultura sem que se tenha uma sustentação pela sua elaboração primeira, que emana do pensamento, constituindo-se os meios de coerção ou recompensas um “patrimônio psíquico da cultura” que, porém, está envolto em frustrações, privações e proibições de desejos impulsivos (Freud, 2010a, p. 44). Aqui chegamos ao cerne de nossa questão, quando observamos que o autor constata que as mais antigas renúncias às pulsões (o incesto e o desejo de matar) foram paulatinamente interiorizadas ao passo que o supereu as cerceou em seu rol de proibições, sendo ele fortalecido a cada geração que nasce. Para Freud (2010a, p. 47), “esse fortalecimento do supereu é um patrimônio psicológico altamente valioso da cultura. As pessoas nas quais ele se completou deixam de ser adversárias da cultura para se tornar suas defensoras”. O supereu, então, firmou-se como a instância reguladora das relações humanas para que não recaiam na barbárie.

Contudo, se são as ilusões fabricadas pelas ideias religiosas os mais importantes aspectos levantados por Freud (2010a, p. 52) dentro “do inventário psíquico de uma cultura”, o que lhe permite assim acontecer é o fato dos humanos conferirem um status paterno aos deuses. Recorrem a isso no intuito de se proteger da natureza, do destino e de obter algo como recompensa pelas privações sofridas. Mas, Freud conclui que a moral figura ao lado de preceitos de origem divina, havendo tanto uma instância superior de justiça que recompensa o bem e pune o mal, como há a representação dela em um núcleo divino-paterno, retomando as relações infantis entre criança e pai. Quer dizer, o que Freud detecta é a regressão do ser humano à infância quando ele recorre à doutrina religiosa regrada por um deus como maneira de se atrelar a um padrão fixo de existir, ao passo que alguma coisa que lhe é superior prontamente lhe dita qual conduta comportamental é a correta. São ideias “valorizadas como a posse mais preciosa

da cultura”, as quais devem ser avaliadas pela psicologia em termos da consideração e valor real que possuem (Freud, 2010a, p. 63).

Quando toma posse da herança dos antepassados, vem com ela a carga de ideias religiosas, divinamente apresentadas, que então o indivíduo assume a partir de moldes infantis como maneira de manter com outros um laço relacional a fim de mantê-los próximos e se manter perto deles. Assim, “a motivação psicanalítica para a formação da religião se transforma na contribuição infantil à motivação manifesta dessa formação”, havendo uma relação de ambivalência com o pai: em um lado reside o medo e, no outro, a busca de refúgio (Freud, 2010a, p. 70). De toda forma, embora se constituam moradas específicas do supereu, as doutrinas religiosas distam da razão, carregam uma verdade fechada que exige apenas que nela se acredite, sendo sua eficácia descolada de qualquer interpretação racional. Ela deve-se, antes de tudo, a ilusões derivadas de desejos que as pessoas carregam, que levam adiante crenças distintas, a depender do lugar.

1.4. O supereu no mal-estar: uma análise ampliada

Uma das passagens mais reproduzidas pelos analistas de Freud no tocante à cultura também tangencia sua visão de mundo em relação ao conceito de progresso. A menção à proposição sobre os movimentos das galáxias na idade média, perpassando pela evolução das espécies no século XIX, até a descoberta do inconsciente que, não sem intenção polêmica, trouxeram o alerta sobre a pequenez humana, reduzindo seu ego ao patamar de um estreito tempo e espaço, é tema que contribui à elevação de Freud como um pensador crítico da construção cultural humana. Mas, também, como quem tocou de modo especial na ética política de um tempo envolto em frágeis percepções sobre felicidade e razão. Assim, ao passo que Copérnico, Darwin e Freud se aproximam num mesmo propósito, sustentar o último como teórico central de uma psicanálise sociopolítica passa a ter mais razão a partir da análise crítica de todo um mal-estar posto a nu, conjuntural à sociedade que se modernizava. Até porque a insustentabilidade da razão iluminista, cujo mote é retirar os humanos da miséria, da violência e da esfera das necessidades básicas para lhes ofertar o que há de mais superior à vida plena, passou a ser constante na era moderna.

Nos sofrimentos infligidos pelo corpo, pela natureza e pela sociedade, o pai da psicanálise bem detecta que o que mais impede o indivíduo a suportar a vida é o terceiro, por não conseguir lidar com a frustração imposta pelas ideias culturais e isso resultar nas neuroses,

ficando o alcance da felicidade relegado a um horizonte distante. “O sofrimento que provém desta última fonte talvez seja sentido de modo mais doloroso que qualquer outro; tendemos a considerá-lo como um ingrediente de certo modo supérfluo, embora não seja menos fatalmente inevitável do que o sofrimento oriundo de outras fontes”. Embora o frequente não reconhecimento no tocante a essa terceira fonte, no fato de termos sido malsucedidos na defesa contra ela “por trás disso poderia haver uma porção de natureza invencível – neste caso, nossa própria constituição psíquica” (Freud, 2010b, p. 64; 81).

Talvez por isso a importância do *Überich* como instância reguladora para esse sofrimento, ao passo que se encontra como uma espécie de mediador absoluto entre o princípio do prazer e o da realidade, jogando papel decisivo no controle dos relacionamentos sociais. Daí que a ideia de impulso se liga à autoconservação do psiquismo, figurando como instância assessora do supereu. Afinal, se tratarmos de impulso como reação automática em relação ao que se queira fazer ou negar, isso perpassa por sobre o que de nossa moralidade influencia nesse processo. É mister considerar que a memória não nos trai neste processo, visto que leva ao esquecer do que nos conserva vivos, assim como faz no tocante ao lembrar, agindo como protetora dos nossos desejos e autoconservação.

Esses recônditos da memória e da autoconservação humanas são ilustrados por Freud (2010b) comparando as ruínas históricas da cidade de Roma ao passado psíquico, o que mesmo sendo reconhecido por ele como inadequado, é analisado em termos de uma comparação que deslinda o efeito do tempo. Demonstra que a conservação de algumas coisas e a supressão de outras relaciona-se à existência de condições propícias, sendo mais provável que o passado, via de regra, seja retido em nosso psiquismo. A partir disso, a religião, que na obra de 1930 Freud passa a investigar em termos de quais seriam suas fontes, é deslindada em seus aspectos culturais como sistema doutrinal que visa à completude dos humanos, resultado de traços infantis a serem compensados. A religião é um ato cultural dentro de uma história marcada pelas reações hostis à própria cultura.

Destarte, a religião compõe um sistema cultural formatado pelos humanos para suportar as dores do mundo, composto de três auxiliares: (i) as distrações, (ii) as satisfações substitutivas e (iii) os entorpecentes. Para Freud (2010b), à primeira poderia corresponder a atividade científica, à segunda a arte (e estas duas estão alocadas na ideia de sublimação de impulsos), e, por fim, à terceira, a religião. A resolução do mal-estar da vida caberia a um tripé em que, portanto, a religião figura como o elemento mais forte, o que podemos associar ao poder que ela tem em ser elaborada como morada do supereu enquanto moralidade. E o princípio dessa construção se dá pela necessidade de valorização da vida, atribuindo-lhe uma

finalidade. Esse encarceramento padronizado da finalidade da vida é que resulta no mal-estar, visto a religião

depreciar o valor da vida e desfigurar a imagem do mundo real de modo delirante, o que tem como pressuposto a intimidação da inteligência. A esse preço, mediante a fixação forçada num infantilismo psíquico e a inclusão num delírio coletivo, a religião é bem-sucedida em poupar muitos seres humanos da neurose individual (Freud, 2010b, p. 78-79).

Como visto, a oferta de salvação nesses termos leva a outros sofrimentos. A elaboração de parâmetros culturais doutrinários forma aparatos organizadores de leis que pairam sobre o complexo social, mas resultam na supressão da felicidade quando levam ao autoritarismo. Aliás, o tema da felicidade é por Freud minuciosamente debatido na obra de 1930, que arremata dizendo “que o propósito de que o homem seja ‘feliz’ não faz parte do plano de ‘Criação’”, pois “somos feitos de tal modo que apenas podemos gozar intensamente o contraste e somente muito pouco do estado” (Freud, 2010b, p. 63). Escapar do sofrimento também está ancorado na busca da felicidade que, além do vínculo à uma religião, é tentada pelo consumo de substâncias tóxicas, reconhecidas como recursos que acompanham a humanidade tanto quanto o outro dos desdobramentos desse terceiro auxiliar. E, a depender do ideal do eu formado no indivíduo – ou seja, de supereu – é que um ou outro recurso serão preponderantes ao longo de sua garimpagem em prol de amenizar seus sofrimentos.

A relação da felicidade com o progresso também pode nos dar pistas sobre a análise ampliada do papel do supereu no jogo da modernidade. Para Freud (2010b), o domínio da natureza não assegurou, *sui generis*, a felicidade, tampouco os progressos da técnica galgaram valor econômico a ela. Embora haja, aqui, considerações dialéticas a serem feitas sobre avanços e retrocessos, que seguem sendo executados à luz do amadurecimento de cada localidade, diante dos parâmetros civilizatórios que respeita. Assim, as pessoas podem vir a domar as forças da natureza em seu favor – e quanto mais o fizerem maior serão as possibilidades de explorá-la – como também podem vir a negligenciá-la e sofrer as consequências disso, experimentando toda sorte de miséria. O relapso existente nesta segunda opção não seria a expressão de uma relação imatura para com a estruturação do supereu?

Esta não é uma pergunta que Freud se faz diretamente, mas ele aponta sobre as contradições entre o bárbaro e seu antônimo, o aculturado⁹⁸. Ressalta que ao primeiro não importa sobre limpeza, a ordem e a beleza, ao passo que o humano cuja obra é centrada nesses

⁹⁸ As formas pelas quais os humanos desenvolveram os processos de aculturação vão desde a colonização, envolta em disputas territoriais resolvidas violentamente pelas guerras, os processos imigratórios, bem mais sutis, até as maneiras modernas. Nestas se modificam os modos de vida de localidades pela absorção da cultura de outrem com o uso dos meios de comunicação em massa, tema bem trabalhado por Adorno quando redige sobre a indústria cultural como uma nova forma de dominação na modernidade.

aspectos consegue melhor potencializar suas forças psíquicas. Mas, as “atividades psíquicas superiores” ainda estariam alocadas em “realizações intelectuais, científicas e artísticas”, em que os “sistemas religiosos” ocupam a frente, estando ao lado das “especulações filosóficas” e “de formações de ideal do homem” (Freud, 2010b, p. 95). São elementos que se reúnem para formar uma liga social em que todos são capazes de conviver entre si, o que é permitido quando se elaboram estruturas de mediação jurídica, de justiça, em que prevalece um bem comum resultante da renúncia de impulsos individuais.

Daí que Freud aponta o aspecto regressivo da liberdade individual como algo incivilizado, uma vez que o ímpeto libertário se dá contra a cultura, por ser algo atomizado, resultado de um desejo egóico. A negociação eterna da raça humana, nos processos de civilização, se dá em prol do equilíbrio entre as “exigências individuais e as reivindicações culturais das massas” (Freud, 2010b, p. 99). Então, em se tratando das considerações à análise dos aspectos de desenvolvimento supereu de modo ampliado, devemos levar em conta:

- (i) o controle dos impulsos (desenvolvido pelo senso de justiça);
- (ii) a qualidade de caráter dos indivíduos;
- (iii) as exigências culturais (que se desdobram conforme os costumes de cada conjunto social); e
- (iv) os desdobramentos da libido enquanto forma de estar no mundo, no exercício da sexualidade, em que faz parte a sublimação a outras atividades.

Tratam-se, portanto, de elementos capazes de assegurar que a vida em sociedade não sofra desagregação, uma vez que suas manifestações ecoam no conjunto social, exigindo uma planificação no que tange aos seus comportamentos. O supereu funciona como um imperativo que carrega na ameaça do fracasso a força necessária para uma “confluência que se aninha na subjetividade”, gerando uma combinação incurável e que não cessa de impelir os indivíduos ao mal-estar, exigindo da clínica psicanalítica que suporte a análise do desejo e do inconsciente (Gerez-Ambertín, 2020, p. 16).

As reações do supereu, tanto no apaziguamento do mal-estar quanto na sua fabricação, podem ser dinamizadas por esses elementos/conceitos centrais, conforme ilustramos na figura 2.

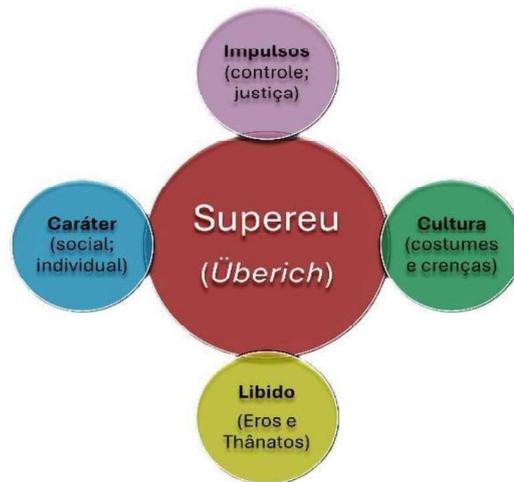


Figura 2: Determinantes do supereu em análise ampliada.
Fonte: elaborado pela autora, 2025.

1.5. Considerações à Teoria Crítica primeva

O objetivo central desse capítulo foi descrever e analisar a psicanálise sociopolítica de Freud tendo em vista a análise crítica da autoridade ao autoritarismo. Ele foi desdobrado em um objetivo específico que o operou, permitindo o desenvolvimento visado: reunir análises que apresentam alguns conceitos de Freud e, com foco na trajetória sociológica do autor, desembocamos na análise do supereu como categoria central para defender nossa tese. Em meio a essa descrição, encontramos algumas respostas sobre o que é capaz, na teoria freudiana, de melhor apontar caminhos à análise crítica da autoridade ao autoritarismo.

Destacamos a existência da insustentabilidade de uma moral única, a qual, quando exercida, planifica os desejos como razão que leva a humanidade à ultrapassagem dos limites da autoridade, encontrando o autoritarismo como resposta. A régua moral é dada tanto por gerações antepassadas às mais novas – que, objetivamente vivas ou não, perduram na construção da consciência – como diante das tensões que são estabelecidas nas relações de poder. Os mais poderosos economicamente têm a razão em suas mãos, pois o grito que ofertam carrega o poder material, que vincula as pessoas a um modo de existir, cuja unanimidade é formada cedendo aos desejos individuais, e tensionados pelas determinações de ordem objetiva e subjetiva. Não é exagero afirmar que uma certa “moral geral”, regida pelo senso comum, busca governar o jogo social. Em torno dela gravitam os interesses de classe, podendo esta moral sofrer mutações conforme se alteram os grupos com maior poder. Ou seja, as regras dessa moral permanecem atreladas a oscilações e arbitrariedades que os acionistas maiores da

constituição que denominamos “supereu social” possam cometer. O supereu social atua como uma certa ética dos donos do poder em um conjunto social, podendo ele tomar o nome de instâncias reguladoras em relações humanas concretas – a exemplo da religião, da escola, das forças armadas – ou conectar-se a questões abstratas – ideias de justiça, tradições ou regras. Atuando concreta ou abstratamente, o supereu social é definidor de uma conduta “correta” ao modo de vida.

Nesse sentido, a análise da passagem da autoridade ao autoritarismo requer operações especiais em conexão com fatos históricos, em correspondência à crítica imanente, que demonstram como se deu a experiência das relações em sociedade e em que direção caminham os determinantes do supereu social. É o que nos desafia para o capítulo seguinte quando, mediados pelos autores da Teoria Crítica, partimos da clássica chave de pensamento que conecta marxismo e psicanálise segundo a perspectiva interdisciplinar e materialista histórica. Respostas distintas serão encontradas na Teoria Crítica primeva para responder à questão geral de pesquisa. De momento, quanto às duas hipóteses levantadas podemos anotar dois aspectos centrais que as confirmam:

O primeiro é que Freud é autor que revela que as construções sociais que levaram à configuração da dominação humana constituem-se também através de forças subjetivas – como uma espécie de argamassa que une os sujeitos em uma complexa rede social que, no entanto, não elimina recursos materiais – que são iniciadas em sua formatação desde as relações sociais do homem primevo. E, sem segundo, que há uma dialética de domínio subjetivo na formação do indivíduo moderno instituída, de um lado, pela sua gênese totêmica e, de outro, pela sociedade da administração total, que se expressa na composição do capitalismo. Um totem toma lugar do anterior, bem como não há o abandono de tabus. A análise do supereu localizada em Freud já nos permite, até este momento, ver que ao ser posto como elemento central dos processos que levam da autoridade ao autoritarismo, conseguimos visualizar a sua força enquanto condutora da ‘evolução’ humana. E aquilo que o supereu se torna no contexto social transforma-se em uma espécie de “panóptico”⁹⁹ que controla as ações das pessoas, estabelecendo autopunições via o sentimento de culpa, inibindo práticas sociais consideradas

⁹⁹ Em recente estudo, Damazio, Maciel Jr. e Rudge (2021) traçam um paralelo entre a ideia de panóptico e supereu, considerando o primeiro não só como construção física, mas representação da concepção política e social de um período que retrata controle e poder mediante a vigilância invisível. Associando ao supereu, tem-se uma articulação de dois conceitos cujo encontro proporciona compreender as mudanças resultantes da alteração do lugar paterno na era contemporânea. Isso pois é pela interdição do pai que o indivíduo é arremessado à instância observadora, julgadora e punitiva do supereu, que representa a cultura, implicando na subjetividade do sujeito.

desaprovadas e das quais as pessoas devem se envergonhar. E esta vergonha é o que resgata o indivíduo dos desejos singulares, restringindo-se ao cumprimento do que é padrão.

Ao seguir pela Teoria Crítica, objetivamos melhor visualizar essa dialética, que caracterizamos como “totêmico-moderna”, e que emerge do inconsciente individual ao coletivo, e vice-versa. É uma relação dialética cujos elementos não circulam sem que se tenha o devido estímulo anímico enquanto um estímulo que se instaura na materialidade da vida concreta, lhe conferindo os contornos singulares que a cultura permite. Portanto, são os padrões subjetivos formados em coletividade que conferem uma tônica consistente às relações humanas, visto serem moldados culturalmente desde a mais tenra idade de uma criança que vai, depois, reproduzi-los a partir do seu núcleo familiar, e ampliá-los no social. Significa que os sonhos, que se não forem sonhados coletivamente, resta o apagamento.

Significa dizer também que a gênese totêmica da humanidade mora em nós. E, independentemente de como esses totens se manifestam nas culturas, o fato é que existem como um padrão geral de elaboração do humano em seu vínculo com o outro. Por isso que dizemos que se forma um supereu social. A mesma categoria psicanalítica que formata nossos padrões individuais de reação ao mundo, mesmo secularizado, passa a pairar por sobre a coletividade, lhe abrolhando um desenho em um primeiro momento, quando as culturas não se conectavam, muito singular, mas que tende à integração em uma única desde que ingressamos nas relações monopolizadas de produção. Daí que a sociedade da administração total se torna um movimento catártico em favor da produção em massa que, pela operação do supereu social, tal como descrito, leva a instituição de padrões de moralidade que atendem um objeto unívoco: a acomodação subjetiva à esfera produtiva, através de quaisquer que sejam os apelos necessários para isso. Daí que nos esclarece continuar a pensar, via a Teoria Crítica primeva, o papel tanto da religião, da família, da economia, da educação, da cultura – indústria cultural, propaganda, entre outros – quanto do Estado e outros aparelhos sociais que servem como guardiões de toda essa estrutura de dominação soldada pelo supereu social.

2. TEORIA CRÍTICA PRIMEVA: DA AUTORIDADE DO SUPEREU SOCIAL

“Incansável, o pensamento começa sempre de novo, e volta sempre, minuciosamente, às próprias coisas. Esse fôlego infatigável é a mais autêntica forma de ser da contemplação. Pois ao considerar um mesmo objeto nos vários estratos de sua significação, ela recebe ao mesmo tempo um estímulo para o recomeço perpétuo e uma justificação para a intermitência do seu ritmo” (Walter Benjamin, 1984, p. 50).

2.1. Aspectos iniciais

Colocamos Benjamin em epígrafe por entender que seu espírito gravita em torno de muitos dos escritos dos autores que aqui elegemos para colocar sob análise. Ele aponta para aspectos do fascismo alemão que vão desde a mera condução de procedimentos de guerra, mas se tornaram questões administrativas a resolver, até o modo como o fascismo se impregnou na luta de classes. São eventos que acabam analisados em termos do empobrecimento experiencial que a humanidade galgou, silenciando vozes que sofreram em meio à barbárie ao protagonizá-la. Um pensamento de passagens que aponta a reprodução técnica como a expressão prática e galvanizada do supereu social, cujo resultado é uma monstruosa criação que veio para ceifar a autenticidade quando permitiu a captura de fenômenos singulares para massificá-los, elevando à audiência máxima o que de pior a humanidade pode coletar.

Nosso intuito neste capítulo é realizar uma análise interessada e comparativa entre os autores da primeira geração da Teoria Crítica aqui eleitos, apresentando as principais frentes por eles investigadas no tocante ao uso e apropriação que fizeram da psicanálise. Há distintos ordenamentos psíquicos em cada período ao qual os teóricos dedicavam suas análises, mas a realidade da exploração capitalista é o eixo que atravessa todas as obras. As análises sobre a concretude da existência humana, definindo as formas pelas quais a dominação se impõe na dinâmica da exploração capitalista são, portanto, um ponto de partida importante. E, em meio à compreensão da dominação total que a era capitalista impunha, é crucial entender como os autores da Teoria Crítica primeva leram a construção do sujeito moderno, centrado no supereu, de modo que possamos compreender aspectos para além do indivíduo atomizado. A esses aspectos passamos a denominar como os componentes de formação de um “supereu social”. Trata-se de uma conceituação proposta para atentar à leitura de que o conceito de supereu é uma construção emanada da compreensão individual, mas lhe excede, cujo papel é categorizado

como de uma expressão social totalizante. É o resultado da força do supereu como um dos elementos mais influentes na formação subjetiva da moralidade em uma sociedade e que contribui às feições da autoridade ao autoritarismo.

Na nossa investigação, a leitura interdisciplinar da Teoria Crítica via Sigmund Freud nos acompanha na análise do fenômeno da autoridade e sua degeneração em autoritarismo. Assim, para alcançar o que de mais substancial este direcionamento pode ofertar, a atenção ao caráter imanente da psicanálise sociopolítica na Teoria Crítica primeva é nosso fio condutor. Por isso, nosso objetivo é identificar como os autores centrais da primeira geração da Teoria Crítica visualizaram a dialética autoridade-autoritarismo a partir da psicanálise, encontrando pontos que levam à análise do conceito freudiano de supereu. Como objetivo específico, buscar respostas, via elementos que tangenciam seus escritos, sobre as configurações do que passaremos a chamar de supereu social.

Se a Teoria Crítica é uma teoria pensada para confrontar o que há de tradicional e conservador presente na sociedade e na elaboração científica, conforme afirmou Horkheimer (1937)¹⁰⁰, ela remete ao enfrentamento de espaços opressores. Nesse ínterim, no tocante à dicotomia indivíduo-sociedade e em conexão com a psicanálise, Freud auxilia quando realiza reflexões sobre a capacidade limitada que os humanos têm quanto ao alcance da felicidade, já antecipando as dimensões sociais totalizantes que a Teoria Crítica veio a precisar. A dimensão da felicidade está em relação inversamente proporcional ao fato de as relações de autoridade

¹⁰⁰ Vale destacar as principais distinções presentes nesse clássico texto de Horkheimer: a teoria vista do modo tradicional é um sistema fechado de sinais, guiado por modelos pré-elaborados, prevendo o uso de métodos verticalizados de pesquisa, os quais supõem o uso das formulações exatas das ciências naturais como condutoras de investigações. Com isso, em seus achados, a teoria tradicional tem como essência uma produção imediatista e *ahistórica*, pois visa a resultados úteis ao complexo modelar da indústria, que obedece a divisão do trabalho, tal como ela mesma – a teoria tradicional – pratica. É natural, ao seu escopo, que haja separação entre indivíduo e sociedade, o que naturaliza e corrobora as diferenças de classe. Movida por um comportamento voltado à dominação, a teoria tradicional defende verdades acabadas, alimentadas por uma perspectiva dual de sociedade, visão típica de um intelectual conformado, associado à classe dominante. Por outro lado, Horkheimer elenca que o intelectual não conformado, associado à Teoria Crítica, inverte os pressupostos da teoria tradicional: foca-se na abordagem empírico-prática, considerando métodos de pesquisa horizontais e que dialogam com questões sociais, sendo que ele geralmente expõe resultados sem o uso de modelos pré-concebidos, ao que pode abraçar a escrita ensaística como forma de exposição. Tendo a sociedade como objeto, o teórico crítico constrói um pensamento expositivo (*Darstellung*) vinculado ao presente histórico, o fazendo pela contestação de modelos, pois sua abordagem é antissistema e abarcadora da crítica imanente. Ao mesmo tempo em que a teoria se constrói em relação à história, a produção científica da Teoria Crítica é “desinteressada”, devendo isso ser compreendido como uma forma de pensar que não segue padrões que buscam auferir lucratividade com essa produção. Portanto, aqui a divisão do trabalho é contestada e existe crítica às diferenças de classe, uma vez que o mundo é compreendido naquilo que é: como sendo o das relações capitalistas de produção e apropriação da mais-valia do trabalhador. As esferas de organização social são, portanto, compreendidas claramente como propositalmente engendradas para a desigualdade social. Deve a Teoria Crítica, para percebê-lo, estar mediada pelo comportamento orientado à emancipação, denunciando a continuação da miséria humana e visando transformar a sociedade para um nível de convivência humana igualitário. Nisto, ao invés de meras vivências – que são a tônica nos retratos da teoria tradicional –, a experiência como análise histórica está presente na Teoria Crítica, constituindo-se teorias que superam o dualismo, uma vez que as interpretações são emanadas de construções teóricas da classe dominada.

converterem-se em autoritárias. Portanto, quanto mais elevados os desígnios autoritários em um contexto social, maior o controle por sobre a liberdade e, por conseguinte, das avenidas à felicidade, que se tornam cada vez mais estreitados. A busca pela felicidade se transforma em sofrimento. E, vale lembrar que, para Freud, a ameaça do sofrimento e, por conseguinte, a maneira com que a humanidade fabrica a infelicidade, reside em três fontes: (i) nas limitações do próprio corpo humano, que segue a dinâmica da natureza; (ii) nos desdobramentos do mundo externo, especialmente por conter forças superiores e destrutivas as quais não podemos controlar; e (iii) no tocante às relações com o outro (Freud, 2010b, p. 63-64; 80 e ss).

Este terceiro é o aspecto em relação ao qual a Teoria Crítica se dedicou intensamente, quando suas construções abraçam leituras também da sociologia, da economia e de outras áreas. As relações em sociedade constituem-se, segundo Freud, na forma mais dolorosa de sofrimento que o ser humano possa viver, pelo fato da extrema dificuldade em gerenciar seus limites, associados ao inconsciente e às circunstâncias e contingências encontradas no contato com o outro. O indivíduo pode reagir distanciando-se do outro, num movimento em que opta pela solidão de modo voluntário, ou então, passa a negociar em suas relações, nem sempre nisso sendo bem-sucedido. Entrementes, as relações se desdobram do ponto de vista social para formas de sofrimento que não podemos evitar. Isso pode ter como resultado, se formos pensar, por exemplo, em sistemas de governo, saídas pelo “extremismo de direita”, que abraçam formas de Estado autoritárias. Tanto as resoluções emanadas do microcosmo social – da família – quanto do macrocosmo social – do Estado e das instituições que o sustentam, como a igreja, a escola e o exército – são produtos de determinado tempo histórico, mas que tendem a se repetir ao passo que os traumas da vida coletiva não são dissolvidos.

No tocante ao estudo de Horkheimer sobre a autoridade na família, ele integra uma análise do tema no âmbito microssocial, que permite verificar se a família estabelece uma cultura autoritária ou se ela se torna um núcleo de resistência do indivíduo, que o propulsiona uma visão social antiautoritária. Para tanto, torna-se indispensável explorar os elementos do que atrelamos à sua “dialética da autoridade” na análise da família e, a partir dela, em outros aspectos da vida social, trabalhados por Horkheimer, especialmente à luz da antropologia freudiana. Aqui auxilia pensar, também, o paralelismo com os estudos de Fromm, em que cabe perceber que elementos ele integra no conceito de caráter autoritário e que estabelecem relação com o supereu.

Em Adorno, nosso intuito é realizar um breve debate de aspectos dos “*Estudos sobre a Personalidade Autoritária*”, de modo a visualizar a relação desses desdobramentos

conceituais com a psicanálise, incluindo contribuições à luz de Freud para pensar a razão tornada barbárie nas elaborações de “*Dialética do esclarecimento*” quando, junto de Horkheimer, Adorno irá relacionar conceitos como não idêntico e semiformação ao antissemitismo. Outras obras, por óbvio, não são descartadas para seguir nosso fio condutor. Embora Adorno nos traga profícua discussão, o pensamento de Marcuse aparece em paralelo via o conceito de sociedade unidimensional e a convergência do mesmo em direção à formação do supereu na modernidade capitalista, no qual está implicada a incessante luta entre Eros e Thanatos.

A hipótese que levantamos neste capítulo é de que a Teoria Crítica, em sua heterodoxia, não nos permite alcançar uma ideia fechada, no sentido de uma síntese dialética, a respeito das relações indivíduo e sociedade que colaboram à exacerbação da autoridade e chegam ao autoritarismo. Nem mesmo em suas interpretações sobre a psicanálise isso acontece. No entanto, ao identificarmos pontos que levam à análise do conceito freudiano de supereu, podemos alcançar interpretações da relação autoridade-autoritarismo – ou sobre a ruptura que se opera em relação a autoridade que a transforma em autoritarismo –, que dão conta do diagnóstico de uma época. São interpretações que findam em uma chave dialética negativa, a qual, segundo Adorno (2009), é sem síntese, mas as operações presentes nessa relação apontam para vários elementos decisivos à constituição do supereu social.

Mostraremos que na dinâmica firmada pelos comportamentos da psique humana e que alcança desdobramentos na vida social agem diferentes aspectos, sendo que as práticas da vida social são codependentes de fatores internos e externos. As sínteses inequívocas são ilusões, até porque, como refere Adorno, a razão e a verdade não coincidem (Buck-Mors, 2011). Daí que, quando remete a uma ordem conceitual como não verdadeira, o filósofo a associa à aparência de identidade, levando à necessidade de pensar a crítica imanente como realizadora de rupturas com a ilusão de uma identidade total. Nesse sentido, podemos encontrar correspondências à ideia de uma sociedade que, imanentemente, se movimenta em forma de pêndulo, numa busca sisífica¹⁰¹ de equilíbrio, mas que insiste em estacionar na barbárie em vários momentos da sua história.

¹⁰¹ Segundo Camus, que relata essa mitologia grega em 1942, “os deuses condenaram Sísifo a empurrar incessantemente uma rocha até o alto de uma montanha, de onde tornava a cair por seu próprio peso. Pensaram, com certa razão, que não há castigo mais terrível que o trabalho inútil e sem esperança. (...) Esse mito só é trágico porque seu herói é consciente, o que seria a sua pena se a esperança de triunfar o sustentasse a cada passo? O operário de hoje trabalha todos os dias de sua vida nas mesmas tarefas, e esse destino não é menos absurdo. Mas só é trágico nos raros momentos em que se torna consciente. Sísifo, proletário dos deuses, impotente e revoltado, conhece toda a extensão de sua miserável condição: pensa nela durante a descida. A clarividência que deveria ser o seu tormento consoma, ao mesmo tempo, sua vitória. Não há destino que não possa ser superado com o desprezo” (Camus, 2023 p. 192;195).

2.2. Horkheimer e a dialética da autoridade

Podemos entender a questão da análise da autoridade em Horkheimer como sendo tratada nos moldes metodológicos do procedimento progressivo-regressivo marxiano. Ele dedica-se a encontrar elementos que enfrentassem no nazifascismo, firmando interpretações vinculadas ao marxismo heterodoxo, recompondo a história humana em uma frente antropológica, nem sempre linear. Essa é uma perspectiva que se desenvolve em grande parte na Teoria Crítica através de Max Horkheimer, cuja proximidade com Friedrich Pollock¹⁰² o coloca como um dos nomes de maior influência nos desdobramentos da Escola.

Ocupante da “cátedra de Filosofia Social” (Jay, 2008, p. 63), em suas investigações sobre a teoria social do indivíduo, Horkheimer participou, dentre outras, da obra coletiva „*Studien über Autorität und Familie*“ publicando, em 1936, um de seus mais destacados textos, „*Autorität und Familie*“. A problemática que envolve a obra é desenvolvida sob os eixos de análise da economia e da psicanálise, onde Horkheimer (1936) parte da cultura para analisar o papel da autoridade e da família no contexto da sociedade burguesa. Com isso, ele pretendia extrair respostas de porque a classe operária identifica-se com os padrões autoritários e como a autoridade se constitui a partir da família, convergindo a um determinado *status quo* na manutenção de relações sociais conservadoras. Além de “*Autoridade e família*” (1983 [1936]), texto central para nós, também cabe lembrar dois outros textos essenciais à fundamentação teórica da Escola de Frankfurt: o discurso de Horkheimer ao tomar posse na direção do Instituto, “*A presente situação da filosofia social e as tarefas de um Instituto de pesquisas sociais*” (1999

¹⁰² Os dois mantiveram uma amizade que durou cerca de sessenta anos, até o falecimento de Pollock, em 1970. Jay (2008, p. 44) ressalta que “a complementaridade de suas respectivas personalidades [Pollock, estável e obsessivo, e Horkheimer, instável e temperamental] foi uma das fontes do sucesso do *Institut*”. Dentre as análises relevantes de Pollock, que influenciam Horkheimer, destacam-se textos como o que trata das possibilidades e limites do Estado capitalista, que polemiza a relação entre economia e modo de produção na constituição da democracia (Pollock, 1989). Segundo Regatieri (2015), trata-se de um debate que ganha corpo em 1941 quando da participação de Pollock em uma conferência em Columbia, na qual participaram também Marcuse, Gurland, Neuman e Kirchheimer (estes sendo exímios conhecedores da filosofia do direito), tendo sido publicados textos deste último e de Pollock na edição de 1941 do *IfS*. Ali ficava clara a preocupação quanto às possibilidades de o capitalismo planejar-se, ao que Pollock, no artigo acima mencionado (1989), que também compunha a revista, argumenta que a entrada de monopólios privados e a interferência do governo tirou de cena o comércio e empresa livres, inaugurando-se um modelo definido pelo totalitarismo de um lado e, do outro, pela ordem democrática. Regatieri (2015, p. 9; 12) analisa que o perigo diagnosticado por Pollock seria o da tendência de os problemas econômicos serem administrados politicamente, embora as crises econômicas sejam, assim, reduzidas. Diante dessa coordenação consciente ou economia de comando, a sociedade adentra na administração científica, em que o fracasso do planejamento econômico se transforma em um problema administrativo e a racionalidade técnica acaba por incrementar a dominação social.

[1931]) e o texto onde elabora a proposta programática da escola, “*Teoria Tradicional e Teoria Crítica*” (1980 [1937]).

Segundo Lowenthal (1989), o crítico literário do instituto, foi sob a liderança de Horkheimer que o *IfS* esteve engajado na pesquisa empírica desenvolvendo diversas temáticas para compreender processos sociais, podendo ser elencadas ainda as funções da comunicação cultural e de massa, suas formas de reprodução e padrões estéticos. Assim, a tônica das investigações presentes dava-se por sobre a padronização de comportamentos, cujas análises pelo enfoque psicológico e antropológico traziam respostas inéditas, tendo inclusive levado Horkheimer a um interesse particular pelo fenômeno da regressão, profundamente debatido por Freud. Localiza-se, assim, na imersão em questões psicanalíticas, um importante condutor de boa parte de sua obra, que é a luta contra a barbárie e a dominação, também tema de seu livro “*Eclipse of reason*” (Horkheimer, 2002 [1947])¹⁰³, que retoma a discussão precedente colocando as ações autoritárias na conta da razão instrumentalizada.

Diante dessas elaborações intelectuais de Horkheimer como figura central da Teoria Crítica e das obras e autores interconexos do período, podemos dizer que a relação entre autoridade e autoritarismo é pressuposta na dialética da história humana e se revela claramente na compreensão que o conjunto desses autores expressa ao diagnosticar a realidade de seu momento histórico. A relação autoridade-autoritarismo pode ser apresentada como uma constelação sócio-histórica em movimento dialético, cujas facetas que a compõem merecem descrição.

2.2.1. *Fromm versus Horkheimer nos Studien*

Observamos que a produção horkheimeriana dos anos 1930 é fortemente atravessada pela entrada de Erich Fromm no *IfS*, que ingressa na psicanálise nos anos 1920 em Berlim e, ao final dessa década e início de 1930 manteve a posição de um freudiano de esquerda, tendo se unido a Reich e Bernfeld para conectar a teoria das pulsões de Freud à teoria marxista de classes (Wiggershaus, 2002). Fromm foi o primeiro na Teoria Crítica que agregou a análise psicanalítica para compreender a relação entre a estrutura libidínica e a econômica. Mas não podemos ignorar a importância de Wilhelm Reich que, entre 1928 e 1938, teria feito “uma das

¹⁰³ Lima e Santos (2018) a referem como obra resultado de cinco palestras feitas por Horkheimer em 1944 na Universidade de Colúmbia, que ele mesmo considerou uma versão popular para a “*Dialética do Esclarecimento*”. No entanto, não teve a atenção merecida nos EUA e só em 1967, sob o título “*Zur Kritik der instrumentellen Vernunft*”, que esta obra de Horkheimer sobre os caminhos da razão vai merecer amplo reconhecimento na Alemanha. Isso se coloca na conta de que, pelo debate sobre a razão instrumental, se tornou um livro que põe o fascismo como herdeiro do liberalismo, reascendendo o pensamento crítico vinculado à escola.

mais bem sucedidas tentativas intelectuais de resolver a tensão entre o psíquico e o social, aquela que foi formulada inicialmente (...) sob o termo ‘freudo-marxismo’” (Marin, 2022, p. 59).

Em seu trabalho, que se compõe de temas ligados à família e à formação do caráter, Fromm discute a crítica da ideologia de Marx na busca de respostas para as razões de grande parte da população aderir ao fascismo. O conceito de ideologia, disposto em termos psicanalíticos, o auxiliou a pensar a formação de constelações sociais que levam à derrota de projetos progressistas. Segundo Marin (2022, p. 103), ele considera os resultados de Reich quando sua tese também encontra afinidade entre “Freud e uma teoria social”, mas vai além justamente na “crítica ao caráter ideológico da pulsão de morte freudiana. A partir de então, a emancipação não é mais pensada em termos sexuais, mas em termos gerais, ou seja, como uma libertação do princípio do prazer em relação às restrições agressivas do capitalismo”.

Em uma fase anterior dos estudos de Fromm, ao desenvolver a relação do indivíduo para com a autoridade “nos *Studien* vemos a gênese do caráter baseada primordialmente nas determinações socioeconômicas sobre o desenvolvimento individual, dando primazia às relações interpessoais regidas pela influência social e não à sexualidade” (Costa, 2018, p. 92). É nesse momento que, segundo Costa, Fromm contribui à Teoria Crítica categorizando três tipos de indivíduo: autoritário, revolucionário e ambivalente. Em 1932, ao tratar na *ZfS* sobre o método e a tarefa de uma psicanálise social, Fromm estabelece relação entre os impulsos sexuais e de autopreservação, atribuindo a estes a necessidade de recursos reais, enquanto àqueles seriam característicos a mutabilidade e permeabilidade, o que ele atribui como fato social de grande relevância, pois permite, por parte das massas, a satisfação de prazeres pautados por razões sociais.

Assim, na visão frommiana dos anos 1930, os impulsos podem ser elaborados pela classe dominante, sendo incluídos, excluídos ou modificados de acordo com razões socioeconômicas, bastando que a essas razões seja dado um conforto suficiente para que não haja questionamentos. Ao mesmo tempo em que reconhece a luta de classes, Fromm também atribui à família o papel de agência psicológica da sociedade, pautando a necessidade de trabalhar as diferenças na estrutura psíquica de distintos estratos familiares. Portanto, para ele, o entendimento da família não deve ser feito com base em padrões analíticos universalizantes do complexo de Édipo – embora este proporcione uma constituição ideológica –, mas a partir da situação socioeconômica e em respeito às condições histórico-materialistas dos indivíduos.

No período em que é um dos líderes dos estudos sobre autoridade e família, numa fase marcadamente “freudo-marxista”, é que Fromm (1936) irá aprimorar o conceito de caráter

autoritário, relacionando-o ao sadomasoquismo como um traço do caráter humano. Este seria o fundamento pulsional que leva à personalidade autoritária, uma vez que ao sadomasoquista pertencem os traços de provocar o sofrimento e de sofrer, ser subserviente e cumprir o papel de autoridade. Está presente, nesse jogo dicotômico, a realização libidinal desse tipo de personalidade, não sem que a agressividade seja externalizada, sempre direcionada aos mais fracos.

Uma vez o indivíduo não tendo chances de investir contra quem está posicionado hierarquicamente acima dele, acaba por encontrar compensação em sujeitar quem está abaixo, exercendo por sobre ele sua tirania. Ao ler Fromm, Rouanet (2001, p. 56) reforça que “o caráter sadomasoquista crê na onipotência do passado. O que foi, continuará sendo; revoltar-se contra as leis que desde sempre, e por toda eternidade, regem a existência é sacrilégio ou demência”. No sustentáculo dessa tradição encontra-se a atitude religiosa, que garante lugar ao sentimento de culpa, de modo que esta estrutura faz parte do desenvolvimento humano que Freud acompanha em seus escritos. A crítica de Fromm, portanto, era à existência de uma sociedade determinista, que mantinha as estruturas de dominação estanques, elas agindo sempre em favor dos privilegiados nesse processo.

Rouanet (2001) menciona a virada entre as possibilidades de ascensão das classes subalternas no capitalismo liberal e o monopolista, que restringe a mobilidade social diante da concentração de riqueza, facilitando a ascensão do autoritarismo. Fromm (1936) condiciona o aumento das manifestações do caráter sadomasoquista à crescente autoritária justamente devido ao acirramento dos conflitos nas relações sociais e sua fragmentação em hierarquias. Os indivíduos passam a desejar relacionamento com seu superior, seja ele representante de uma nação ou de uma raça, visando a uma gratificação a partir disso. Assim, a fórmula da chegada ao papel e a importância do *Führer* no nazismo alemão estaria esboçada desde o contexto do capitalismo monopolista, bem como inspirada na estrutura familiar burguesa, que as classes mais empobrecidas absorviam. É uma ideia que carrega relação de proximidade com a genealogia de Freud sobre a formação da horda primordial.

Nesse ínterim, é Fromm quem resgata a importância do indivíduo quando representa o mais fielmente possível seu ímpeto narcísico. Trata-se de uma caracterologia que descamba do pessoal para o social, coadunando com os valores ideológicos gerais vigentes. Dessa modelagem do caráter social sadomasoquista é integrante

a socialização, primeiro na família, e depois pelos diversos aparelhos de Estado, visa à produção em massa de estruturas de caráter individual tão próximas quanto possível do caráter social sadomasoquista, o que assegura a sobrevivência do sistema de poder e o desenvolvimento da base econômica (Rouanet, 2001, p. 58-59).

Fromm admite que a formação do caráter do indivíduo pertence a estrutura edipiana, o supereu encontrando a sua constituição pela interação com valores paternos e sociais, estes sendo negociados com a autoridade exercida externamente. Como preconizou Freud, há o uso da projeção e da identificação nessa construção social. Mas Fromm estabelece uma certa oposição à ideia de haver um mecanismo psíquico universal quando aponta o desenvolvimento da pulsão como emanada do fato dos indivíduos adaptarem-se passivamente às estruturas sociais, definidas pela ordem econômica. Ele delinea esses processos nos *Studien*, tomando por base as relações entre autoridade e família, que muito servirão a Horkheimer, e nisso reside um ponto comum entre os dois (Marin, 2022). Tanto que Horkheimer também defende a importância da família na formação do supereu à medida que ela é quem realiza a interiorização da autoridade no indivíduo, o que faz com que se submeta à autoridade externa abusiva como consequência de um eu enfraquecido. No entanto, as conclusões de Fromm na linha da psicologia social devem ser vistas de modo historicizado:

A especificidade da psicologia social é ter percebido que a relação entre a autoridade interna e externa é *dialética*, o que quer dizer que os conteúdos dos seus polos não são dados de antemão. A socialização mediatizada pela família, via autoridade paterna, se faz pela introjeção da autoridade externa, que veicula os valores da ideologia dominante. A sociedade capitalista forma um tipo de indivíduo do qual ela tem necessidade e que deve reproduzir sua estrutura libidinal (mais tarde, seu caráter social) sobre seus filhos por meio do Supereu, que é sempre projetado de novo sobre as autoridades. O Supereu introjeta a autoridade e a projeta em seguida para fora, permitindo assim o deslocamento da figura do pai sobre aquela do professor, depois do Führer. A condição que permite à sociedade capitalista autoritária exercer sua subordinação autoritária é a fraqueza do eu (Marin, 2022, p. 119-120).

Segundo Rouanet (2001), a análise de Fromm em 1936 permite perceber que o indivíduo deseja o que é desejado na sociedade, ao passo que também exorta o que a sociedade considera reprovável. Isso também implica dizer que a leitura de Fromm carrega uma perspectiva dialética de um freudismo clássico em relação ao papel do superego:

Se o Superego é a autoridade externa interiorizada, esta deve sua eficácia, em grande parte, à identificação projetiva pela qual o indivíduo atribui às instâncias externas de poder as características de força e de infalibilidade inerentes ao Superego. Por sua vez, essas instâncias, assim transfiguradas, são de novo introjetadas, reforçando o Superego, que se alimenta, assim, de sucessivas projeções e sucessivas identificações, sempre renovadas (Rouanet, 2001, p. 59-60).

Nesse aceite e historicização de categorias da psicanálise de Freud, Fromm constata o reforço à permanência da ordem social classista, sendo ela resultado do enraizamento de um modo de produção que passa a constituir a tônica do modo de vida das pessoas¹⁰⁴. Além dessas

¹⁰⁴ Vale destacar a análise de Fromm (1979, p. 127-128) sobre a criticidade do pensamento de Freud: “a psicanálise de Freud era um pensamento crítico, principalmente em relação às ideias então predominantes em psiquiatria, que tomavam a consciência como o dado básico. Mas o pensamento de Freud era crítico num sentido muito mais amplo. Atacava muitos dos valores e ideologias da Era Vitoriana, atacava a noção de que o sexo não era assunto de investigação racional e científica, atacava a insinceridade da moral vitoriana, atacava a noção sentimental de

considerações, Fromm (1979) estabelece um paralelo entre Freud e Marx, em que firma a ideia de “inconsciente social”, cujos traços da consciência humana, para o primeiro, são determinados por questões fisiológicas e biológicas e, para o segundo, devem-se à estrutura histórica e socioeconômica. A conclusão que Fromm (1979) extrai dessas determinações é de que o medo do isolamento é o que mais influi no comportamento das pessoas. Isso permite reforçar a nossa leitura sobre o “supereu social” que governa a psicologia das massas no capitalismo até hoje, como veremos melhor desenvolvido adiante.

Contudo, o fato que distancia Fromm da Teoria Crítica em 1939 é o desacordo com Horkheimer quanto à rejeição da construção de Freud sobre a teoria da pulsão de morte, o que significava o abandono da teoria da libido. Horkheimer faz uma leitura mais pessimista da sociedade, próxima de Freud, e acaba recuperando com Adorno, nos escritos da “*Dialética do esclarecimento*”, categorias importantes ao pensamento de uma filosofia negativa para pensar a emancipação inscrita no real, como agressividade, narcisismo e pulsão de morte (Marin, 2022). Ou seja, o desencontro se dá pois, enquanto Horkheimer pensa por sobre a realidade concreta das formas de vida com Adorno, Fromm manteve-se associado à psicanálise sem o debate da libido para concluir sobre a emancipação. É o que ele faz mais concretamente na obra “*Escape from Freedom*” mais adiante, em 1941, segundo assinala Marin (2022, p. 121).

Mas não é só Horkheimer que reflete sobre as distinções com o psicanalista do instituto no que tange às concepções em debate. Fromm é posto por Adorno na categoria dos revisionistas da psicanálise, caracterizados por buscarem desestruturá-la internamente, retirando-lhe as contradições que a deixavam viva e, com isso, sua capacidade crítica e analítica é minimizada. Segundo Freitas (2016), é o que Adorno deixa claro em uma palestra proferida em 1952, intitulada “*Psicanálise Revisada*”, também ressaltando que Erich Fromm, na companhia de Karen Horney, criticam que a psicanálise de Freud figura apenas dentro do modo de vida burguês. Pisani (2004, p. 44) denuncia o esquema revisionista como “‘positivista’, na medida em que toma a realidade dada como ponto de partida, sem questioná-la em seus fundamentos. Ele aceita as premissas desta sociedade sem mostrar que esta impede (...) a realização de suas premissas”.

Em adição, conforme a análise adorniana, há “um rebaixamento do teor crítico da psicanálise que teria como origem um desvio epistemológico” ocasionando esse revisionismo

“pureza” e “inocência” da criança. Mas, como já dissemos antes, seu ataque mais importante foi dirigido à ideia de que não existe nenhum conteúdo psíquico além da consciência. O sistema de Freud foi de desafio às ideias e preconceitos existentes. Inaugurou uma nova era do pensamento, correspondendo ao progresso das Ciências Naturais e da arte. Poderia ser chamado, nesse sentido, de movimento revolucionário (...).”

“uma certa tendência à ‘sociologização da psicanálise’ que, abrindo mão dos fundamentos metapsicológicos centrados no indivíduo, incorrem num esvaziamento conceitual” (Freitas, 2016, p. 36-37). Esta sociologização da psicanálise denunciada por Adorno, Costa (2018) também analisa como um movimento que levou Fromm a diminuir o poder crítico da psicanálise. Talvez porque ele mesmo – derivado do ingresso da sociedade na esfera do consumo onde a psicanálise se tornara mais um produto – não acreditasse tanto assim no potencial social e político da teoria de Freud, mesmo reconhecendo que cientistas sociais e escritores (a exemplo de Thomas Mann) a abraçaram fervorosamente (Fromm, 1979). Contudo,

poucos o consideravam um intelectual à altura de alguém como T. W. Adorno, e ele nem se tornou um titã dos assuntos acadêmicos como Max Horkheimer nem foi guru de um movimento, como Herbert Marcuse. Nunca deu à estética o valor que lhe dava Adorno e, ao contrário de Horkheimer, empregava seus talentos organizacionais fora da universidade; ao contrário de Marcuse, além disso, ele não estava satisfeito com a “grande recusa” nem com qualquer concepção utópica hostilmente separada da realidade (Bronner, 1997, p. 253-254).

O fato é que as obras de Fromm permitiram aos dois autores centrais da Teoria Crítica o alcance de muitas reflexões sobre o espectro autoritário, ao que passamos a aprofundar sobre os elementos psicanalíticos no pensamento de Horkheimer.

2.2.2. Elementos psicanalíticos desde *Autorität und Familie*

Nas análises de „*Autorität und Familie*“ (Horkheimer, 1936) fica claro que o caráter autoritário repressivo do tecido social tem sua base estruturante no seio familiar, cuja violência faz com que haja cessão ao poder do mais forte – aqui representado pelo pai –, tanto objetiva como subjetivamente, mesmo que sua requisição seja absurda. Seguindo uma análise de fundo psicanalítico, ao verificar as motivações da violência, Costa corrobora que, já na infância,

a criança é obrigada a introjetar ou interiorizar uma excitação sexual, portadora de um significado que ultrapassa sua capacidade de absorção biopsicológica. O desejo sexual do adulto é produto de uma evolução física e de uma história psíquica que a criança não pode apreender em toda sua significação. Há um dom excessivo que se antecipa à solicitação. Há uma oferta de sentido, feita em nome daquilo que o adulto deseja e imagina que a criança deseja, que invade o mundo interno infantil como um corpo estranho. Este excesso, não podendo ser metabolizado psiquicamente, é vivido como puro afluxo de energia (no sentido metapsicológico estrito), com uma tonalidade emocional violenta. O desejo dos pais, embora necessário e inevitável, é sempre violentador. Esta seria a razão pela qual se postula a inelutabilidade da violência na gênese e estruturação do psiquismo (Costa, 2021, p. 29).

De modo semelhante, Musse (2021, p. 270) analisa o texto de Horkheimer, referenciando a naturalidade com que é tratado o poder paterno na coordenação das relações capitalistas. Nesse lugar, “a socialização da criança – promovida no interior de um núcleo familiar hierarquizado em termos de mando e obediência – mimetiza a estrutura social, interiorizando a submissão à autoridade, estabelecendo-a como hábito.” É uma interpretação

que, para o autor, está relacionada ao fato de, na teoria de Freud, os desdobramentos da psique serem decisivos na relação entre pais e filhos, como também com outras pessoas do circuito familiar. Musse (2021) acrescenta a importância da contribuição do “complexo de Édipo” na formação da subjetividade, assim como o papel da repressão e da sublimação. Apontamos o complexo anteriormente, também ao observar a segunda tópica freudiana e o desenvolvimento do supereu que, para Freud, no texto *o Ego e o Id*, de 1923, neste ponto é retentor do caráter repressor do pai, em intensidade perceptível na medida da expressão de um sentimento (in)consciente de culpa.

Disso depreendemos a relevância da interpretação de Horkheimer, que afirma ser a família a primeira instância mediadora dos comportamentos autoritários que, em maior extensão, serão depois reproduzidos no tecido social, podendo resultar em distintas expressões de violência. Ao tecer respostas do porquê obedecemos, Horkheimer (1936) enumera a hierarquia e a violência como dois importantes fatores que agem interconectados para que o ser humano elabore a sujeição ou a submissão. Nesse ínterim, trata-se de compreender a hierarquia como imposta violentamente, fazendo valer uma autoridade praticada de maneira artificial, sendo isso algo com que o indivíduo cresce e que ele reproduz, naturalizando os padrões postos em prática nesse circuito.

A introjeção do sentimento de culpa por não obedecer, por óbvio joga um papel importante nesse processo, retroalimentando práticas sociais que, amarradas umas às outras, mantém os indivíduos presos em um circuito de assujeitamento a vontades alheias às suas. Essa dimensão, que podemos associar ao papel do supereu, Horkheimer não debate nesses termos, mas fica compreendido quando fala no uso da hierarquia para impulsionar a produção e desenvolver a consciência individual. Haveria uma “autoridade disfarçada e mediada [que] foi, durante longo tempo, impiedosa, porém historicamente racional” (Horkheimer, 2015, p. 207). Ao analisar as pulsões nos *Studien*, Fromm (1936) associa o recalque (*Verdrängung*) a um modo de defesa realizado pelo supereu e que opera condenando impulsos em estratos sociais desfavorecidos. O resultado é que o papel da autoridade está acima daquilo que é racional, facilitando o despencar para a barbárie, a depender de quem exerce o papel de mando. Relembrando que, para Freud, conforme a psicologia das massas o mando está nas mãos de um sujeito de estatura medíocre, sendo então mais visível a facilidade com que toda uma nação – a Alemanha no nazismo e a Itália no fascismo – recaiu na irracionalidade.

Estendendo a configuração dessa razão à sociedade, que se amplia conforme as tensões de época são engendradas, a submissão passiva e resignada de muitos a um sistema que está para poucos é reveladora dos meandros da violência constituidora da luta social pela

autoconservação. É um aspecto que se amplia em sociedades nas quais poucos detém os meios de produção. Contudo, a intensidade com que a violência é empregada pode ser inversamente proporcional em relação à sua percepção direta, uma vez que o seu caráter pode estar implícito e não explícito em uma prática. Ao demonstrar que a autoridade está disposta naturalmente via a configuração patriarcal das sociedades ao longo da história humana, Horkheimer revela a amplitude com que o seio familiar é o cerne histórico da obediência servil na realidade concreta mais ampla. E isto contribui para manter e conservar a exploração como principal característica do modo de produção na sociedade capitalista, uma vez ela sendo patriarcalmente embasada¹⁰⁵. Portanto, a dimensão egóica da autoconservação não faz superar o fato de que se defina, pelas elaborações do supereu, um sujeito autônomo como resultado. Pelo contrário, o papel repressor do pai vai sendo deslocado para as mais diversas formas de hierarquia e submissão.

A hierarquia se transforma no aspecto cultural necessário à extração da força de trabalho, cabendo à cultura cimentar ou, controversamente, dinamitar uma estrutura social. O diletantismo da cultura, por sua vez, se justifica precisamente porque, ao mesmo tempo em que preserva uma suposta autonomia, visa a uma consolidação artificial de partes muito distintas da sociedade. Esta imbricação falha entre autoridade e autonomia é mais profundamente abordada pela dialética do senhor e do escravo de Hegel, apresentada por Adorno e Horkheimer (1985) na obra de 1947, „*Dialektik der Aufklärung*“. Se recorrermos ao escrito original de Hegel, vemos que o que o autor demonstra e apresenta (*Darstellung*) é o vagar do *Espírito* humano pelo reconhecimento ao longo da história, no qual a luta entre senhor e escravo¹⁰⁶ é a figura mais representativa da tessitura do caminho contraditório em busca da liberdade. Nos faz lembrar que, na dialética da história o “senhor” nem sempre é ‘divino’ e, portanto, padece de certo impedimento em direção ao autoritarismo. E isso, frequentemente, faz com que a trajetória humana esteja imbuída de um potencial de possibilidades ampliadas, que se põem em luta constante para enfrentar o circuito da mera sobrevivência.

Para alcançarmos mais completamente o movimento da autoridade ao autoritarismo em Horkheimer – e que, aqui, também implica tocar, ao mesmo tempo, nas ponderações de Adorno – e, por conseguinte, a percepção que podemos formular em relação ao supereu faz-se

¹⁰⁵ Mais tarde, com Adorno, ele irá refletir sobre os primórdios da estruturação patrimonialista: “Já é uma sociedade patriarcal, [aquela] baseada na opressão dos fisicamente mais fracos, mas ainda não organizada segundo o critério da propriedade fixa e de sua hierarquia; e é a ausência de vínculos entre os habitantes das cavernas que explica a ausência de uma lei objetiva e assim justifica a censura homérica da desconsideração recíproca, característica do estado selvagem” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 61).

¹⁰⁶ A dialética do senhor e do escravo é a parábola filosófica da “*Fenomenologia do Espírito*”, em que esses dois oponentes representam, para Hegel, figuras que designam momentos dialéticos entrelaçados, expositores da formação do indivíduo para o saber, que precisa apresentar-se como o fundamento do reconhecimento social universal, o que está inscrito na própria história da cultura do Ocidente.

necessário explorar mais sobre conceitos, também vistos enquanto categorias, que dele podemos depreender: cultura, autoridade, família, indivíduo, sociedade e Estado. Em relação ao primeiro, a compreensão de uma cultura engloba as manifestações gerais de comportamento emanadas por um grupo social. Em sua globalidade, as distintas sociedades, tanto as existentes em paralelo histórico, como as desencadeadas em diferentes épocas, definiram um determinado percurso à história da humanidade.

Não se trata de uma trajetória formulada ao mero acaso, mas condicionada por interesses econômicos dominantes. Assim, ao falar da cultura, Horkheimer a associa a uma unidade relativamente estruturada por aspectos internos e peculiares de dominação que, longe de serem metafísicos, encontram sua razão de existir nos processos materiais concretos da vida em sociedade. Cada período é sujeito tanto a nuances psíquicas internas dos indivíduos, como institucionais mais amplas, o que confere a cada cultura uma particularidade imanente a sua existência, estabelecendo-se eixos de ação e comportamento social que gravitam em torno dos condicionantes econômicos que lhe atingem.

Em primeira instância, divisões subjetivas impostas pela igreja e regimes políticos distintos se fizeram reivindicadores de uma verdade histórica. Mas, ao longo desse andar, as determinações econômicas provaram-se formadoras da condição essencial da construção de qualquer cultura e, no que tange a esta materialidade, Horkheimer concorda com Marx. O avanço civilizatório depende diretamente do grau de apaziguamento aos condicionantes sociais colocados pelo poder economicamente dominante, o que se dá graças à aceitação da estrutura social pela maioria. Daí a importância da cultura para viver em sociedade, como elemento *a priori*, no sentido de pertencer à formação elementar do sujeito desde a mais tenra idade, para anuir a uma espécie de contrato sociocultural, onde cada cultura impõe a si mesma as necessárias cláusulas a serem cumpridas. Destarte, como “uma estrutura dinâmica, dependente e especial em todo processo social”, a cultura é um conceito que Horkheimer (2015, p. 184) coloca como necessário à compreensão crítica e interessada da sociedade.

É interessada porque faz com que se percebam a reverência aos antepassados, cultivada no próprio seio familiar, como fato decisivo dos desdobramentos da produção enquanto forma até mesmo imbuída de religiosidade¹⁰⁷. Mas ao mesmo tempo em que engendra a construção do progresso, a cultura é elemento que obstaculiza as relações. Exemplo disso é dado por Horkheimer (2015) ao discorrer sobre a cultura indiana como um sistema bárbaro que, em paralelo, estabelece uma ordem libertária através da crença religiosa.

¹⁰⁷ Não é por acaso que Weber já irá apresentar em antes, em 1905, a obra sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo, em que tematiza o ascetismo religioso como elemento central à manutenção da ordem capitalista.

Aqui podemos ver a concessão de Horkheimer a Walter Benjamin, que com acurácia e complexidade analisou o fenômeno da cultura enxertada pela barbárie. A célebre afirmação de que os oprimidos vivem em permanente estado de exceção é pano de fundo das formulações de Benjamin (1987) em suas teses “*Sobre o conceito de história*”, sistematizadas pela ideia, de fundo dialético, de que todo o documento (*Dokument*) da cultura é também um documento da barbárie¹⁰⁸. Isso é pressuposto dentro de uma certa antropologia freudiana nos marcos psicológicos de *Eros* e *Thanatos*, que repercutem no dilema entre autoconservação e sacrifício (Marin e Nobre, 2012). Essa concepção benjaminiana leva a uma visão de tendencial inseparabilidade entre terror e civilização (Tar, 1977), diagnóstico e mesmo prognose que figura como um dos fortes elementos da Teoria Crítica de primeira geração. Embora não podemos ignorar que em Benjamin há o momento da cultura como arte, em que se pode entender que coabita uma recepção e uma transmissão, bem como uma relação com o presente que a mantém viva (Gagnebin, 2009). Desta maneira, a cultura pode ou não, naquilo que persiste, se direcionar à construção de uma sociabilidade autoritária.

De modo semelhante, para Horkheimer, a cultura é elevada a elemento capaz de alimentar ou aniquilar um novo modo de produção, já que tem o poder de pavimentar novas qualidades individuais ou sociais. Nas suas próprias palavras:

Fortalecer no íntimo dos próprios dominados o necessário domínio dos homens pelos homens que determina a forma da história até agora, foi uma das funções de todo o mecanismo cultural das diversas épocas; o resultado é que a fé na autoridade, como condição sempre renovada deste mecanismo, constitui na história um motor humano, em parte produtivo, em parte destrutivo (Horkheimer, 2015, p. 191).

Já no que tange à sua percepção sobre a autoridade, se para Marx a mudança econômica é o motor da história, para Horkheimer, em adição, a operação desta mudança entrelaça-se à renovação da condição de uma autoridade culturalmente estabelecida. Mutável a cada tempo e em aspectos peculiares, essa autoridade mantém em essência uma formatação hierárquica típica de cada tempo histórico, mas que não descuida da necessidade de renovar a esfera produtiva. Pelo contrário, está completamente voltada a ela.

Para Horkheimer (2015, p. 191), a autoridade é “uma categoria dominante no mecanismo conceitual histórico”. Assim decisiva, é uma categoria que figura protagonista em momentos históricos precedentes e está associada a formas de subordinação de uma classe sobre outra, tendo como combustível um poder que sujeitou a vida material da maioria dos homens à

¹⁰⁸ Jeanne-Marie Gagnebin (2009, p.151-152) observa que esta tese já consta em um escrito anterior para a revista do *IfS*, em 1937, tratando-se de ensaio sobre Eduard Fuchs, encomendado por Adorno e Horkheimer, onde Benjamin é crítico quanto a uma concepção de cultura como herança – questionada em sua feição natural-tradicional, ao mesmo tempo em que a defende como acumulação auxiliar na luta proletária –, e denuncia o crescente positivismo que se instaura na social-democracia, incapaz de enxergar a real função da técnica.

miséria. Ao passo que “todas as relações e formas de reação se achavam sob o signo da autoridade”, existe uma dialética entre a compreensão das relações de autoridade e seu estabelecimento com o tempo histórico e suas especificidades sociais.

Assim, a autoridade para Horkheimer é uma categoria contraditória e nisto reside um tópico importante a observar para nossa tese, da operação que permite pensar a passagem da autoridade ao autoritarismo. Esta é uma chave dialética que nos mostra como a autoridade resulta tanto em “interesse real e consciente de indivíduos e grupos” como também é um elemento que eterniza a miserabilidade destes, aferrando-os material e espiritualmente ao longo de distintas épocas. Podemos dizer que, quando recai nesta determinação é que o autoritarismo emerge sob a forma de “autoridade como dependência”, denotada por “um conjunto de relações e ideias sustentadas artificialmente e há muito falseadas que contrariam os interesses reais da comunidade”, em qualquer tempo ou época (Horkheimer, 2015, p. 193).

O pensador continua sua reflexão, denominando que as faculdades intelectuais humanas são devedoras de relações de autoridade quando esta, em nome da razão, permitiu a evolução da humanidade. Mas a miséria a que muitos foram submetidos, já no período absolutista, estendida até hoje, contrastando com a riqueza de poucos, evidenciou uma libertação apenas particular da humanidade. A liberdade autoafirmada de um liberal é desmistificada quando Horkheimer afirma que este é menos senhor do que imagina ao se diferenciar do escravo, pois é muito menor a distância entre o que se acha livre e aquele que não tem a liberdade. Mesmo denunciada, esta suposta ilusão de liberdade na sociedade moderna moveu as relações humanas para o precipício sem que se notasse, muitas vezes, a iminência da barbárie. Um pouco depois, em seu texto programático de 1937, Horkheimer redigiu sobre os juízos existenciais (*Existenzialurtaile*), acusando o sistema adaptativo a que a humanidade se curvou diante do aprimoramento das relações de troca:

Formulado em linhas gerais, este juízo existencial afirma que a forma básica da economia de mercadorias, historicamente dada e sobre a qual repousa a história mais recente, encerra em si as oposições internas e externas dessa época, e se renova continuamente de uma forma mais aguda e, depois de um período de crescimento, de desenvolvimento das forças humanas, de emancipação do indivíduo, depois de uma enorme expansão do poder humano sobre a natureza, acaba emperrando a continuidade do desenvolvimento e leva a humanidade a uma nova barbárie (Horkheimer, 1980, p. 144).

Mais adiante, reforça: “hoje em dia, no momento em que todo poder dominante força o abandono de todos os valores culturais e impele à barbárie obscura, o círculo de solidariedade verdadeira mostra-se sem dúvida bastante reduzido” (Horkheimer (1980, p. 153). Em sua intenção de tratar das ações vinculadas à natureza humana, esta é uma análise que também lembra a dialética do Senhor e do escravo, como já dissemos, exposta por Hegel (2016)

na *Fenomenologia do espírito*¹⁰⁹, filósofo com quem o frankfurtiano se depara em seus estudos. Ao pensar sobre o espírito em direção à consciência de si (que se acha em sua verdade na dialética do reconhecimento), Hegel trabalha as manifestações do desejo, no que a sua descrição sobre a dialética do Senhor e do escravo explora como o último se mantém em estado de sobrevivência para escapar da morte. Nisto, permanece a negativa de “independência do objeto em face da pulsão do desejo em busca de sua satisfação” (Vaz, 2016, p. 18), expressão da relação autoritária quando o desejo se encontra em conflito com o mundo exterior.

Por conseguinte, mediante um certo avanço do pensamento e da prática social, não é à toa que a sociedade burguesa valorizou muito mais o trabalhador livre que o acorrentado. Ela fez por abandonar as correntes, pelo menos aquelas visíveis marcadas nos corpos dos escravos e que lhes amarravam ao seu Senhor. Enquanto ao antigo escravo, incivilizada e forçosamente, era ensinada a obediência, o trabalhador livre aprendeu pacificamente a gratidão pelo benefício de trabalhar, reverenciando o patrão cotidianamente pelo trabalho que ele gentilmente lhe ofertou¹¹⁰. Finda que a liberdade, que a autoridade deveria elevar, é restrita a poucos e se transformou em bem escasso no mundo das mercadorias. Os seres humanos foram submetidos a uma vida de exceção – como já verificado via Benjamin – assim tornada pelo autoritarismo que emergiu com força totalizante. E se em meio aos tormentos de guerras isso é mais visível e profundamente sentido, tal estado vive latente no cotidiano do modo de produção capitalista, bastando uma fagulha para retornar incandescente¹¹¹.

Esta constituição social autoritária transformou-se em necessária como mecanismo de legitimação das fortunas das elites do poder, restando às classes inferiores reconhecer o mando do empresário em adaptação à autoridade da economia, solidificada como a “forma da razão na realidade burguesa” (Horkheimer, 2015, p. 202). O fato de a demonstração da autoridade evoluir para o aspecto econômico não foi nada mais do que resultado dos

¹⁰⁹ Trata-se de obra escrita pelo autor doze anos antes do texto sobre a fenomenologia do direito. A incursão sobre a dialética do Senhor e do escravo consta na Parte I da *Fenomenologia do Espírito*, Capítulo IV: A verdade da certeza de si mesmo.

¹¹⁰ Cabe lembrar de uma das mais recentes publicações de Ricardo Antunes (2020), *“O privilégio da servidão”*, em que, em um diverso conjunto de estudos, o autor diagnostica justamente os laços que enredam o trabalhador contemporâneo e o assujeitam à esfera produtiva. Para o autor, a contraposição e impedimento efetivos dessa realidade “só serão possíveis se a humanidade conseguir recuperar o *desafio da emancipação*” (Antunes, 2020, p. 318).

¹¹¹ O excurso oitavo das teses sobre o conceito de história versa que: “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no [século] XX ‘ainda’ sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável” (Benjamin, 1987, p. 226).

investimentos libidinais humanos em prol de uma racionalização focada em resultados acumulativos, gerando autoridade ao deus dinheiro. Quem o detém em quantia ilimitada, também forma um poder autoritário sobre o conjunto social que atua.

Em uma sociedade configurada historicamente para a divisão social em classes, concentrando poder nas mãos de poucos, tudo aquilo que é possível mudar passa-se dentro da esfera estrutural de um supereu vinculado à autoridade econômica. Mudam-se alguns aspectos do jogo em que alguns ganham e muitos perdem, apenas trocando a parte inerente à barbárie de lugar, mas objetivando mantê-la no cumprimento de sua função primordial: garantir aos vencedores que vençam. Se o detentor dos meios de produção for um Estado, ou então, um ou mais indivíduos sob a configuração de sociedades anônimas, as diferenças no tocante à dominação podem não variar quando a intenção é perpetuá-la.

Por isto, como ressalta o filósofo, no tocante à observação sobre a estrutura industrial, é mister tornar natural que as funções de direção sejam agradáveis e as de execução difíceis. Tal distinção passa a integrar a existência de grupos específicos na sociedade, que reproduzem as funções do cotidiano das relações fabris. Assim, como um dos elementos indispensáveis da autoridade, a hierarquia é asseguradora do trabalho produtivo e apressado. Por ela se elabora uma autoridade mediada, como ressalta Horkheimer (2015), mas que já descambou, em seu artificialismo travestido de liberdade, ao irracional típico do regime autoritário. Grande parte dessa problemática reside na naturalização do modo econômico que, na mesma esteira, leva a um modo de aceitação político, pelo qual, a partir de um círculo de relações irracionais, muitas sociedades são retroalimentadas para dar vazão à produção, não importando de qual produto, contanto que, necessariamente, ele traga renda a alguém predefinido. Emanam que a autoridade desempenha, no tecido social, uma relação de exploração própria do modo de produção capitalista, cuja cultura inerente funciona tal como a argamassa que sustenta um edifício: torna-se a ‘liga’ que se interioriza autonomamente na sociedade burguesa. O autoritarismo, assimilado como resultado dessa cultura, é apenas a alocação dos sujeitos transformados em meros objetos coagidos a ela, e reificados. O autoritarismo torna-se ato derradeiro de uma estrutura hierarquizada.

Horkheimer (2015, p. 211) aponta a aceitação do ordenamento social hierárquico como necessidade inquestionável, assim mantida graças ao fato da autoridade ser “insípida e ao mesmo tempo aparentemente racional. A fé ingênua nela expressa-se na imagem de um Deus sábio, cujos caminhos são milagrosos e obscuros.” Construíram-se mitos sobre o ordenamento social, que escamoteiam, sob a alcunha de direitos legalmente adquiridos, os interesses dos que alçaram o poder e a exploração. Mesmo que os direitos sejam o resultado de lutas da classe

trabalhadora ao longo do tempo, que necessita a vigilância constante para que não sejam extintos, muitos deles só existem enquanto autorizados pela classe dominante. É essa subordinação das classes inferiores às superiores que não deve ser esquecida na ordem capitalista de divisão social. Os alheios a essa versão da vida em sociedade colocam nas mãos da história, do acaso ou do destino, o poder de decisão sobre a vida do outro. É uma manobra que se tornou uma espécie de ingrediente de uma fórmula que manipula interesses, a qual, quando assim se instaura, é porque finda como o alimento substancial da constituição de uma sociedade autoritária.

Essa retenção do poder decisório da classe trabalhadora a uma esfera mítica e, por conseguinte, a captura e o controle de grande parcela da população, constituiu-se na meta mais elevada da vida espiritual. Assim, para Horkheimer (2015, p. 212), essencialmente contraditória, a autoridade burguesa buscava resolução em uma ideia mais elevada de forma social capaz de dissociar funções de direção e execução da ordem classista fixa e da dicotomia boa e má¹¹². Resta-nos ressaltar, diante dos moldes burgueses que reverberam ao longo da história, que a autoridade é uma faceta do autoritarismo, sua “cara-metade”. Trata-se de um mecanismo bifronte pelo qual se movem as relações sociais. Enquanto um lado não assume a inclinação prometida – ser tão somente uma autoridade que visa assegurar que haja relações plenas entre as pessoas – a sua manifestação tem sido oposta, próxima da barbárie, quando há negação de liberdade.

Nisto importa, mais uma vez, pensar qual o papel da microesfera social nesse contexto, a família:

Entre as relações que influenciam decisivamente na modelagem psíquica da maior parte dos indivíduos, tanto por meio de mecanismos conscientes como inconscientes, a família possui um significado de primeira magnitude. Seus sucessos formam registros desde a mais tenra idade nas crianças, cumprindo um papel decisivo no desenvolvimento de suas aptidões (...). A família é um dos mais importantes agentes educativos, de reprodução dos caracteres humanos e da vida social, conferindo, também, em grande parte, a capacidade para a conduta autoritária, a qual, por sua vez, depende majoritariamente da existência da ordem burguesa (Horkheimer, 2008, p. 123-124, *tradução nossa*).

Da primeira investigação do *Ifs* emerge o tema “modificações na estrutura familiar”, fazendo Horkheimer perceber que era a autoridade no seio familiar que deveria ser investigada e não a família em si. Mais tarde, isso desemboca nos estudos sobre o antissemitismo (Marcondes Filho, 2011, p. 12)¹¹³. Percebeu-se que, enquanto a cultura e as relações de autoridade são construídas socialmente, esses aspectos mantêm relação

¹¹² Ora, as teorias voltadas à eficiência do trabalho nas empresas fazem isso o tempo todo, o que o pensador não deixou de perceber num tempo em que ainda nem éramos dominados pela inteligência artificial.

¹¹³ Vamos nos dedicar ao antissemitismo no tópico sobre o pensamento Adorno.

indissociável com a família, a primeira instância de relação social acessível ao indivíduo. A reprodução dos padrões culturais e de interação é reciprocamente conectada à família. Na sociedade civil burguesa, a família representa uma instância educacional mediadora para a autoridade, também correspondendo, em nível psicológico, ao desejo de integração e reconhecimento social primevo do indivíduo. Como Horkheimer constatou, é na família que se desenvolvem e transmitem atitudes autoritárias parametrizadas pelo papel paterno, constituindo-se aí a subjetividade de um indivíduo que irá, depois, estender este aprendizado na interação com outras esferas, como a escola e o Estado. Erich Fromm havia, de modo semelhante, desenvolvido aspectos da ideologia, visto que

supõe que o trabalho de ideologização é estruturado por uma política, cujos veículos são, além da família, a escola, os *mass media* e outras instituições da sociedade civil (...). Mas esses aparelhos não teriam qualquer eficácia sem o trabalho prévio de estruturação [caracterológica] que somente a família tem condições de exercer. O aprendizado da autoridade se faz na família; é ela que leva a criança a aceitar a autoridade não somente como a personificação da força mas como a encarnação ética do Bem absoluto. O pai manda porque é forte, mas tem direito de mandar porque seu poder se exerce em nome da moral (Rouanet, 2001, 64; 65).

A criança, por sua vez, ao mesmo tempo em que abandona o princípio da natureza selvagem, pode interiorizar comportamentos autoritários (Sanches e Cadete, 1983), apenas substituindo a forma da barbárie natural por uma artificial. É o caso de cultivar jogos que são, virtualmente, distantes da realidade quando a criança toma parte deles pelas telas. Neste caso, a família se transforma no lugar privilegiado de reificação da autoridade, o que Horkheimer mostra ser absolutamente conveniente aos ditames da dominação capitalista e da construção da sociedade burguesa. A reprodução da ordem burguesa é, portanto, diretamente dependente da constituição autoritária da família, daquilo que por ela se apreende como valor fundamental. Isso pois, suportar a disciplina requerida pelo modo de produção exigiu, desde o início da era industrial, para a divisão das tarefas, um endurecimento espiritual que só poderia frutificar via comportamentos previamente moldados, de aceitação da rotina operária como natural. Mesmo porque, na família autoritária não se reproduz a liberdade de pensamento, mas este é cerceado diante da obediência silenciosa, que se dá desde a imposição de critérios rígidos de comportamento para com os outros até o cultivo de hábitos alimentares ou vestuário.

Mas como observa Canevacci (1985), precisamos considerar que Horkheimer não deixa de reconhecer que o *locus* familiar se mantém como reduto de proteção do indivíduo, podendo residir nela a luta contra a mesma alienação que alimenta. Nas palavras de Horkheimer (2015, p. 225), “se, mesmo no auge da ordem burguesa, a vida social se renovou apenas sob as maiores privações para a maioria dos homens, então a família era um lugar onde o sofrimento livremente manifestado e o interesse lesado dos indivíduos encontrava um refúgio para a

resistência”. Tem-se, portanto, na análise de Horkheimer sobre a autoridade na família, um importante movimento dialético a ser observado, que só pode ser compreendido em suas nuances a partir de uma crítica imanente do papel da família na sociedade.

Integrante dessa dialética, a família deixa de ser um lugar de luta antiautoritária na sujeição da mulher ao homem, pois este passa a exercer duplo domínio: na vida social e na chefia do núcleo familiar. Os traços familiares, então, possuem ligação direta com os do conjunto do sistema social, fato soldado às relações econômicas e às de gênero. Isso se manifesta especialmente na diferença interna da hierarquia familiar tradicional burguesa dos anos 1930, em que as distinções de papéis se dão nitidamente segundo o gênero, o pai sempre visto como provedor e a mãe em papel secundário. Em busca da felicidade familiar, estabelecendo-se laços afetivos por um lado e coercitivos por outro (derivados da agressividade da sociedade patriarcal) assegurou-se essa perpetuação valorativa desse emaranhado familiar. Historicamente, essa relação dialética soldou as mulheres a estruturas de reprodução familiar preconcebidas, firmando-se por algo que podemos vincular à uma ideia de uma sociedade cognitivamente dissonante, que confunde para dominar.

Enquanto isso, no meio social em geral, é a eleição de interesses comuns a defensora de uma sociedade feliz, rebocando as diferenças para uma síntese forçada. No amálgama deste processo, é contribuinte fundamental a personificação da justiça na sociedade e no Estado que, no período hegeliano, reduziram os indivíduos à função econômica, o que requer sua união sob a força do espírito, em especial nos períodos de guerra (Horkheimer, 2015, p. 227). Aliás, são os períodos de exceção que irão constranger ainda mais as famílias ao cumprimento de funções preconcebidas, pelo simples fato de estarem em jogo as necessidades básicas.

Contudo, o modo de pensar burguês compreende a autoridade como qualidade superior, natural e fixa. E a autoridade impõe uma diferença qualitativa a qualquer enunciado, não podendo este ser alvo de qualquer dúvida, visto que o poder da autoridade que o enunciou eleva o dito ao nível de acreditação incontestável. Ao que é dito como verdade pela autoridade, todo subordinado deve acatar sem pestanejar. Em não havendo morada para a dúvida, a autoridade se consolida como um lugar de poder enquanto conhecimento do verdadeiro e da razão. Este perfil hierárquico, cabível à autoridade do pai como modelo do poder na família burguesa tradicional, incluído ser guardião financeiro, é transferido à autoridade política na gestão da sociedade, oferecendo combustível ao Estado totalitário. É um modelo, portanto, que eleva a agressividade no âmbito social também por estar ancorado no patriarcalismo, estrutura em que, tipicamente, as conquistas de território e poder foram alavancadas pela violência da guerra.

Mas nada disso se realiza se ao indivíduo não se conferem os devidos desdobramentos dentro do núcleo familiar. O indivíduo é o átomo dessa que podemos chamar “constelação bifronte”, cujo movimento histórico-social e dialético perseguimos neste texto. Segundo Sanches e Cadete (1983), há uma dualidade paradoxal nas atribuições do indivíduo, apontada por Horkheimer, Fromm e Marcuse na introdução dos „*Studien über Autorität und Familie*“, que resulta numa dupla moral, levando à análise das correspondências entre autoridade e autonomia. Em sua interioridade, o indivíduo seria livre, enquanto na forma exterior, este deve ser submisso ao sistema das autoridades firmadas secularmente, o que pode tanto depositar na sociedade desvios antiautoritários como momentos de submissão incondicional e aceitação da escravidão. Aqui, tem lugar o debate sobre o medo à liberdade, que gira em torno do fato de que

o homem, quanto mais liberdade adquire na acepção de emergir da união original com os outros homens e com a Natureza, tornando-se cada vez mais um “indivíduo”, não tem outra alternativa que não a de unir-se ao mundo na espontaneidade do amor e do trabalho produtivo ou de procurar uma espécie de segurança por meio dos vínculos com o mundo que lhe destruam a liberdade e a integridade do seu eu individual (Fromm, 1983, p. 28).

Um contexto em que a liberdade do indivíduo é restrita, acontecendo apenas na esfera moral interna, provoca a exacerbação das mais perversas formas de submissão, pois se depositam quaisquer perspectivas de liberdade no terreno do dever-ser¹¹⁴, impossíveis de serem elevadas ao terreno do concreto. Dizer, nos moldes de Kant, que se os homens quiserem ser livres simplesmente podem sê-lo, independentemente de sua condição social real, é fato que não corresponde àquilo que efetivamente existe em termos das determinações do contexto social circundante, que é, objetivamente, parametrizado pelos moldes de uma autoridade autoritária. Portanto, na relação entre a autoridade e a autonomia, o indivíduo encontra-se devedor da estrutura social que o condiciona dentro dos moldes da dominação e reificação, sendo sua atuação no mundo do trabalho a esfera limítrofe da liberdade possível.

Contudo, associado ao caráter relevante dos condicionamentos econômicos na construção de qualquer cultura, Horkheimer confere grande relevância à leitura freudiana do poder da psique em sociedade, uma vez que o trabalho em torno da adaptação à ordem social classista é racionalizado subjetivamente. No que tange ao desempenho do seu papel ao longo da trajetória humana, Horkheimer (2015) verifica que, na psique do indivíduo e sua relação para com a autoridade, a intensidade psíquica com que a relação de autoridade é aceita se torna

¹¹⁴ Na “*Dialética do esclarecimento*”, Adorno e Horkheimer (1985) recusam-se a fazer qualquer análise que trate do dever-ser, colocando esta como uma tarefa anteriormente priorizada por Kant, de quem eles se diferenciam neste aspecto fundamental nesta obra que será uma das mais importantes da Teoria Crítica de primeira geração.

decisiva para considerá-la enquanto tal, autoridade. Uma vez efetivando-se a sua recusa, devido a possíveis exageros da parte dominadora sobre a dominada, esta relação degenera em autoritarismo. Destarte, como esta é a menor unidade da vida na sociedade, o indivíduo é passível de ser afetado pelo jogo do complexo maior que o envolve.

Voltando ao referencial materialista de Horkheimer, centrado na teoria econômica da sociedade, vemos uma leitura apresentada, já em 1933, no texto “*Materialismo e metafísica*”, em que o filósofo recorre “à imanência histórica da práxis humana” (Assoun e Raullet, 1981, p. 62). Centra-se na importância de compreender a recíproca transformação homem-natureza como a fonte da evolução social humana através da história, onde na tensão entre conceito e objeto acha-se a liberdade. Para Assoun e Raullet (1981), trata-se da operação do modelo marxiano na Teoria Crítica que proporciona um arsenal que visa à ruptura da estrutura social consolidada pela economia política burguesa.

Segundo os autores, nessa análise Horkheimer utiliza-se de categorias de Marx para criticar as tendências globais da sociedade, estabelecidas pela práxis social, a qual confere aos homens uma dada experiência histórica. Ao relacionar a economia burguesa, a descrição da sociedade efetivada por Horkheimer, além de histórica é, portanto, imanente. Privilegiadamente analisada sob a ótica econômica, para Horkheimer a sociedade seria fruto do desempenho humano reduzido às suas próprias tarefas, visualizadas no movimento inerente de autoconservação da classe trabalhadora. Os elementos da autoconservação, assim desvelados, tem conexão tanto com o pensamento elaborado com Adorno, como com as interpretações de Pollock.

Podemos inferir que a classe operária, objetificada pelo movimento conservador das demais categorias da constelação da autoridade que lhe oferta uma face negativa, passa a não alcançar uma emancipação social efetiva. As relações que estabelece, até mesmo entre seus membros, recaem no autoritarismo como horizonte de seu existir. E notemos que as injunções econômicas moveram a dinâmica social a tal ritmo que o proletariado se integrou ao sistema, o que Horkheimer reconhece em fins dos anos 1960 em prefácio para reedição do texto “*Teoria tradicional e Teoria Crítica*”. Esta seria, para Assoun e Raullet (1981, p. 67-68), uma inclinação schopenhaueriana com que Horkheimer termina resolvendo o dilema de sua teoria, aludindo a história como uma trajetória de decepção e fracasso, na qual, obrigatoriamente, se inscreve uma dívida para com a humanidade.

Nos escritos de “*Autoridade e família*”, Horkheimer inscrevia-se na análise de categorias que operam no conjunto da sociedade e demonstram a necessidade de urgentes modificações, denunciando a autonomia reificada da autoridade. As relações de autoridade

seriam, para ele, construídas socialmente e correspondentes ao modo de produção capitalista típico da era burguesa. Quanto mais o modo de produção oprime o operário, produtor de mercadorias, mais os padrões de autoridade se convertem em normas autoritárias. De outra parte, em Adorno e Horkheimer (1985, p. 24) encontramos a ideia de que a sociedade reúne relações e emoções entre os homens, nas quais estes “se reconvertem exatamente naquilo contra o que se voltara a lei evolutiva da sociedade, o princípio do eu: meros seres genéricos, iguais uns aos outros pelo isolamento na coletividade governada pela força”. Assessorando o debate sobre a sociedade, ainda podem ser alocados muitos outros aspectos, como o fetiche da mercadoria, outras nuances comportamentais da economia, da cultura, da indústria, da repressão e da desigualdade, todos elementos necessários para compreender a dialética da vida em sociedade.

De fato, Friedrich Pollock, a quem Adorno e Horkheimer dedicaram „*Dialektik der Aufklärung*“¹¹⁵, foi um dos pesquisadores da Escola de Frankfurt que mais influenciou Horkheimer na avaliação sobre o Estado, outra categoria que ele coloca sob análise. Daquele autor se destacam textos como o que trata das possibilidades e limites do Estado capitalista, que polemiza a relação entre economia e modo de produção na constituição da democracia. Horkheimer nomeia o Estado como agente de coação no processo de formulação tanto cultural quanto dos condicionantes psicológico-valorativos para dinâmica da vida em sociedade. É o Estado quem assegura a aplicação de castigos e de recompensas pela obediência e pela desobediência, assim como foi o instituidor e mantenedor do marco familiar. Nesse sentido, o Estado cumpre o papel de instituição cultural que engendra a naturalização do comportamento social de uma época. Para o filósofo,

O ensino de caracteres autoritários, para os quais está capacitada a causa de sua própria estrutura autoritária não pertence à categoria dos fenômenos passageiros, mas aos que têm uma subsistência relativamente duradoura. (...), o Estado atende a educação autoritária em maior medida que antes ou, pelo menos, reduz o papel que antes se cumpria na família, assim como na igreja (Horkheimer, 2008, p. 149, *tradução nossa*).

Horkheimer trata duramente o papel do Estado ao asseverar que quando os despossuídos se orientam pela autoridade pública, o Estado lhes retira o poder decisório. Podemos inferir daí uma dupla captura: a primeira se dá pelo fato dos despossuídos serem propriamente os miseráveis dos quais aparentemente não se tem o quê retirar. A segunda captura é a que se refere ao uso da miséria por parte de uma instituição superiormente disposta, capaz, então, de lhes retirar a dignidade humana. Ao falsamente prometer findar a miséria, o

¹¹⁵ A menção de dedicatória ao colega e amigo aparece tanto na primeira edição, em 1944, quanto por ocasião da nova edição alemã em 1969 (Adorno e Horkheimer, 1969), quando Pollock fez 75 anos.

Estado sujeita os miseráveis ao seu poder de dominação, acorrentando-os novamente. Assim, na esteira de Horkheimer, o Estado de direito moderno deu conta justamente de capturar e acomodar os interesses das classes desfavorecidas, as mais passíveis de ações revolucionárias diante do seu grau de pobreza e grandeza numérica, levando cada vez mais a que essas tivessem menos voz na sua própria mudança histórica.

Mas ainda quanto à categoria Estado, vale referência à tese de Abromeit sobre a transição de “*Autoridade e família*” para a “*Dialética do esclarecimento*”:

O conceito de “capitalismo de Estado” acabou ocupando um espaço cada vez maior nos escritos de Horkheimer, culminando esse movimento de distanciamento em “O fim da razão”, ensaio que seria o limite entre a Teoria Crítica primeira e as primeiras reflexões que levariam à Dialética do Esclarecimento. A centralidade que o conceito de capitalismo de Estado acabou ocupando teve consequências: Horkheimer acaba por abandonar o modelo da “dialética da sociedade burguesa” e desaparecem as distinções-chave que estruturavam seu pensamento inicial (Nobre et. al., 2013, p.161-162).

Se formos pensar que o Estado cumpre, a partir da visão de Horkheimer, também um papel de formação de um supereu que é socialmente instituído, ao qual é designado o poder de decisão na formação da moralidade do sujeito moderno, que vai dos aspectos individuais aos coletivos, isto representa que há uma entrega ou subsunção dos desejos da maioria a uma estrutura maior, controlada por poucos. As demandas individuais em termos de sujeito desejante passam a ser canalizadas em direção a um centro, onde elas são filtradas por uma estrutura de comando.

Este enquadramento requer estruturas rígidas que possam integrar cada uma das categorias aqui levantadas, responsáveis por consolidar relações de autoridade, tanto nos espaços microssociais do indivíduo e da família, como nos macrossociais objetivos, relacionados à sociedade e ao Estado, bem como aos aspectos subjetivos da cultura. Daí que, quando o Estado está associado a um contexto de autoridade que se realiza de modo danoso, passa a veicular a neurose coletiva, promovendo formas de comportamento que escapam da autoridade e convergem ao autoritarismo.

São inúmeros os momentos da história mundial que ilustram a veiculação de atos autoritários pelo Estado, mas o pensamento de Horkheimer sobre o tema se deu na esteira do Estado Nazifascista. “Ao apontar os vários modos pelos quais o capitalismo avançado evitara as previsões de colapso feitas por Marx”, a Teoria Crítica desvendou diante dos elementos psicossociais a sujeição do indivíduo ao sistema e as fontes da violência e “revelou um ceticismo mais profundo acerca das possibilidades de mudança, o qual aumentaria nos anos seguintes” (Jay, 2008, p. 221).

2.3. Adorno e a personalidade autoritária

No embasamento de Adorno aos escritos sobre a personalidade autoritária, Costa (2019a) menciona sobre as obras contributivas do autor à temática, além do livro central, de 1950. Dentre as levantadas pela autora, contribuem às nossas reflexões as obras “*Minima Moralia*”, “*Educação após Auschwitz*” e, em especial, o último capítulo da “*Dialética do Esclarecimento*”, acrescentado à obra posteriormente, em 1947. O retorno da civilização à barbárie, assinalada nos “*Elementos do antissemitismo*”, mereceu em Adorno e Horkheimer (1985) um texto que trouxe as motivações pré-históricas e filosóficas do irracionalismo que compõe a barbárie e que enfrenta a própria essência da razão à qual a humanidade teria chegado. Nesse apanhado, quando compõe os escritos sobre a personalidade autoritária, “Adorno procura analisar as contradições psíquicas de seus entrevistados, reflexos das fraturas da totalidade social capitalista em ambientes democráticos” (Costa, 2019a, p. 16)¹¹⁶.

Contudo, a “*Dialética negativa*” (Adorno, 2009), por se tratar da sua elaboração filosófica final, que resume ideias da última fase do seu pensamento, pode ser colocada como a componente que representa o auge do conjunto de obras de Adorno, que, dialeticamente, é compreendida por meio dos escritos anteriores em muitos de seus elementos. Como um dos autores centrais da Teoria Crítica primeira, Adorno é proponente de um desenvolvimento próprio sobre a dialética, tendo ele cunhado o conceito de “dialética negativa” na década de 1950. Embora o livro de Adorno com a proposta tenha sido lançado só em 1966, como detectou Arriaza (2006), trata-se de uma obra que reúne argumentos de muitos de seus escritos anteriores, nos quais se acham vários elementos da composição da dialética negativa.

Assim, a obra de Adorno pode ser também operada em atemporalidade, em vários dos conceitos sobre os quais ele pensou, como o não idêntico, o antissistema, a crítica da razão instrumental, a crítica imanente, a mimesis e a semiformação, como também já apontamos recentemente (Zwick, 2024). Em meio a esses desdobramentos conceituais, podemos extrair reflexões que o filósofo trouxe sobre a questão humana em termos psicanalíticos, que operam promovendo comportamentos autoritários e que podem apontar para reflexões sobre o supereu no contexto da modernidade. A definição de uma dialética sem síntese deve, aqui, ser valorizada

¹¹⁶ Segundo a autora, os outros textos relevantes à análise da personalidade autoritária são: os escritos sociológicos de Adorno, “*A técnica psicológica das palestras radiofônicas de Martin Luther Thomas*” e “*As estrelas descem à terra*”.

como um aspecto central, o fio condutor das discussões propostas pelo filósofo. Ela é, em grande parte, derivada da leitura social que Adorno estabelece para o seu tempo, imersa em uma negação do que existe positivamente, concentrando-se, portanto, na criação de uma teoria geral de crítica da cultura.

Essa forma dialética que anuncia a vigilância no tocante ao pensamento tradicional que favorece a racionalidade autoritária, por encarcerar as contradições, é que distancia Adorno do dogmatismo e de uma rigidez típica do marxismo “oficial” que tomava conta do Leste Europeu durante o stalinismo, o nazismo e o fascismo. Está ancorada na necessidade que ele enxergou de operar em direção ao mesmo movimento que propôs Walter Benjamin quando reflete sobre a cultura, o qual já destacamos como base à Horkheimer:

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (Benjamin, 1987, p. 225).¹¹⁷

Assim, quando questiona os aspectos normalizados da cultura, a filosofia negativa de Adorno tem como esse contrapelo o pensamento da não-identidade. É um projeto que, em sua perspectiva onto-metodológica preserva os pressupostos de emancipação e transformação social, firmados desde os primeiros anos da Teoria Crítica. Integra esse arcabouço a reflexão crítica sobre a sociedade tecnificada e fundada na racionalidade instrumental, que levou a humanidade ao ingresso em um problemático sistema de abstração da natureza, uma vez que a sociedade burguesa força à adaptação e, por conseguinte, à nulificação do indivíduo.

Em seu adensamento, este é um processo que leva à auto-adaptação (*sich anpassen*), exigindo das pessoas uma postura de sobrevivência ao caos, as fazendo renunciar aos quesitos de uma vida plena, o que envolve constantemente a repressão dos seus desejos. Esse ‘modo de sobrevivência’ é algo que se torna, como o tempo, uma prática ‘normal’ e exercida inconscientemente. De caráter (auto)conservador e autoritário, este é um movimento de conotação política, porém pouco percebido enquanto tal, embora este termo – *sich anpassen* – tenha sido frequentemente usado nos discursos nazistas para expressar a exigência de adequação das pessoas e instituições ao regime. É um princípio em que as manifestações livres pela mudança são prontamente eliminadas, extinguindo particularidades, as quais passam a ser assujeitadas por um receituário geral amorfo e pouco fundamentado de procedimentos, cuja

¹¹⁷ Voltamos a observar que essa tese já residia em texto de 1937, como disse Gagnebin (2009), mas aparece como a de número sete na coletânea das dezoito teses sobre o conceito de história de Benjamin, encontradas com ele no momento de sua passagem mal-sucedida entre as fronteiras da França e Espanha.

razão de sua incompletude é pré-programada. É justamente nisso que reside a sua incapacidade de incluir quaisquer diferenças – de gênero, as físicas, as intelectuais, as políticas, entre outras.

2.3.1. Da autoridade ao autoritarismo à luz de Adorno

Encontramos mais evidências do encarceramento das diferenças nos textos de “*Minima Moralia*”, escritos entre 1944 e 1947, período coincidente à escrita de “*Dialética do esclarecimento*”. Cohn (2019) afirma que, na exposição de Adorno, a vida é analisada em primazia enquanto experiência de construção social, cuja radicalidade do autor recai sobre a análise das coisas insignificantes, até invisíveis, integrantes da vida falsa, partindo do fato de que a forma desta vida já está colocada enquanto tal:

o olhar de Adorno não se volta diretamente para as insuficiências dos indivíduos, como faria uma moral convencional. Para além desse ponto ele vai mais fundo, e suscita, precisamente, a pergunta sobre a forma daquelas condições objetivas. E essa forma é social. Isso remete ao modo como se articula o subjetivo e o objetivo. *Minima moralia* não é um estudo de modos de comportamento nem de costumes, daqueles *mores* que sempre capturam a atenção dos moralistas (Cohn, 2019, p. 19).

Em cada especificidade da “vida danificada”, tomada em aforismo, o autor ainda observa que Adorno, em seu humor cáustico, expõe sutilmente as dores do mundo que estão nas minúcias dos fatos sociais, perturbando e irritando leitores em relação à “frieza burguesa”, ao que “não se trata de ver a moral como índice normativo do caráter virtuoso das ações, nem de oferta de arrimo para a adequada adaptação à ordem das coisas. Trata-se de (...) um exercício especialmente incisivo de posição *crítica*”, de análise “imaneente ao objeto, justamente para permitir apontar para além dele, para o não aqui e o não agora” (Cohn, 2019, p. 20-21).

Por exemplo, no aforismo 129, de nome “*Serviço ao cliente*”, Adorno apresenta a hipocrisia da indústria cultural modelada pela “regressão mimética, pela manipulação de impulsos de imitação recalçados”, ao passo que ela se orienta “pelos consumidores e fornecer-lhes aquilo que eles desejam”. Por outro, lhes impede tomar decisões autônomas, “proclama suas vítimas como juízes, sua autocracia disfarçada ultrapassa todos os excessos da arte autônoma. Não se trata tanto para a indústria cultural de adaptar-se às reações dos clientes, mas sim de fingi-las” (Adorno, 1992a, p. 176). Este papel desempenhado pela indústria cultural corresponde à mimesis falsa e, para Adorno, urge que o sujeito seja resgatado da alienação causada pela racionalidade instrumental, sob pena de continuar estabelecendo com a vida relações imediatistas e inanimadas, tomadas de não racionalidade.

Nessa tomada, Adorno também reflete sobre a divisão serial do trabalho no capitalismo, em que diferentes tarefas, encaixotadas em padrões, eliminam as diferenças sociais. Isso fica claro ao perguntar onde se encontra o proletariado, no aforismo “*Quebra-*

cabeças”, de número 124, concluindo que o capitalismo levou à substituição dos proprietários de indústrias pelos administradores, de conhecimento técnico e que conhecem as ínfimas operações necessárias para a fábrica funcionar. Assim, sem que seja exigida extrema perícia, formou-se uma ideia de que há acesso a posições de comando (típicas da elite) antes inalcançáveis, provocando novas cisões de classe. Os cooptados pelos cargos gerenciais acreditam assumir outra posição social, distinta da proletária, pois são levados a esquecer quão rígida é a ordem econômica.

Tão destacável quanto a crítica às dominações cultural capitalista é a crítica de Adorno ao patriarcalismo. No aforismo 55, “*Poderei ousar*”, o filósofo tematiza a comédia *Reigen*, de Arthur Schnitzler, concluindo que a mulher aparece como o gênero que, histórica e voluntariamente, trocou a liberdade individual pelo amor de um homem, que a forçou a ter essa conduta. O filósofo, através da peça, assevera este ser um permanente estado de angústia: “A sociedade continua a reduzir a entrega feminina à situação do sacrifício, de que libertou as mulheres (...). Ela sabe que, desde os primórdios, por ser a que consente é ao mesmo tempo a enganada”. Assim, para a mulher, “o prazer próprio tem como pressuposto rebaixar-se sem limites, situação de que as mulheres, pela sua angústia arcaica, são tão pouco senhoras como os homens na sua presunção” (Adorno, 1992a, p. 79). Mais adiante, no aforismo 59, “*Desde que o vi*”, aparece a crítica à introjeção dos valores do patriarcado na sociedade burguesa: “o carácter feminino e o ideal da feminilidade, segundo o qual ele está modelado, são produtos da sociedade masculina”. Nesse ínterim, “a sociedade masculina cultiva soberanamente nas mulheres o seu próprio corretivo e, com a sua restrição, revela-se como um mestre rigoroso”, resultando que “a glorificação do carácter feminino traz consigo a humilhação de todas as que o possuem” (Adorno, 1992a, p. 84; 85).

Nesses diagnósticos de “*Minima Moralia*”, que une análises tanto sobre a expressão artística vinculada à indústria cultural, como do industrialismo propriamente dito, o que afeta ou não as mulheres, se destaca o fato de que vivemos em um contínuo de vida mal realizada. Ela está disfarçada pelo imediatismo de demandas trabalhistas, despossuídas de consciência de classe e que levam as massas a ações contrárias aos seus interesses. Em adição, Cohn (2019) chama a atenção para o fato de que o filósofo também tem na análise da infância um objeto especial.

É fato que já concluímos por Freud este ser o lugar em que os indivíduos constroem as primeiras e, talvez, as mais significativas relações com o mundo. Colocar luz por sobre os primeiros anos do desenvolvimento infantil, em que Adorno faz acareação com o *Unheimliche* freudiano, o leva a detectar claramente o como, na sociedade da técnica, o descuido para com

o humano está na ordem do dia: desde a mais tenra idade, os indivíduos são colocados no desconhecimento do mundo, justo para que o normalizem. O resultado é um dano durável, oposto à obsolescência dos produtos da fábrica, derivado do descuido imanente às práticas relacionais com o outro. Os objetos passam a ser superiores em valor, isto impedindo a edificação de uma vida justa. Todo o conjunto social é cúmplice disso, como promotor desse dano. Podemos dizer que a moral social, exaltada pelo supereu socialmente construído é, diante disso, mais uma vez, uma fábrica potente da infelicidade humana.

A análise da sociedade industrial, onde reside a razão técnica que sustenta essa lógica, é o *locus* em que Adorno encontra a crítica ao poderio econômico como propulsor de um progresso que se esconde em aparências e leva o indivíduo à regressão, passo fatal para a barbárie. A tecnologia que se torna elemento de reificação no capitalismo coincide com o seu uso diabólico pelo Estado Nazista, o que leva Adorno e Horkheimer à conclusão de que terror e civilização são inseparáveis, como analisa Tar (1977) ao interpretar a “*Dialética do Esclarecimento*”. Em suas palavras,

a adaptação ao poder do progresso envolve o progresso do poder, levando sempre de novo àquelas formações recessivas que mostram que não é o malogro do progresso, mas exatamente o progresso bem-sucedido que é culpado de seu próprio oposto. A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão. (...) O progresso da sociedade industrial, que devia ter eliminado como que por encanto a lei da pauperização que ela própria produzira, acaba por destruir a ideia pela qual o todo se justificava: o homem enquanto pessoa, enquanto portador da razão. A dialética do esclarecimento transforma-se objetivamente na loucura. A loucura é, ao mesmo tempo, uma loucura da realidade política (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 41; 168).

Nessa esteira, os esquemas mercantis, que seguem o método positivista da razão calculada, mais tarde reforçados pela captura da indústria cultural, não deixaram opções ao pensamento. Fragmentada desde a relação do humano com a natureza até as relações do chão de fábrica, a racionalidade moderna abriu as portas do universo da exploração e da alienação.

Tal realidade requer que se façam movimentos para dissolver o real impenetrável, que sejam tanto exercícios de pensamento como de ações concretas. Acompanhando a escrita com Horkheimer sobre a indústria cultural que, como dissemos, integra o “*Eclipse da Razão*” (2002), Adorno (1992a) também irá pensar a noção de mimesis para criticar a ideologia do consumo, degradante da força essencial vital. Trata-se de uma análise em que aparecem aspectos da vida danificada (*beschädigten Leben*), que cristalizam visões de mundo, visto a regressão mimética negativa conferir prejudiciais desdobramentos ao desenvolvimento do indivíduo, pois cerca sua autonomia e reforça a lógica capitalista. Adorno (2009) vai conclamar a dialética negativa para atuar no resgate da mimese positiva – enquanto expressão do

conhecimento verdadeiro –, pois o pensar pelo não idêntico lhe confere um caráter que nega a violência imposta pela necessidade da identidade.

Na obra conjunta, eles irão afirmar que a razão, ao passo que recalca a mimese, mimetiza o que não existe mais, visto que “a imitação se põe a serviço da dominação na medida em que até o homem se transforma em um antropomorfismo para o homem” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 55). Neste espectro compulsivo, verdade e aparência se confundem, reivindicando a reprodução de estruturas que findam como doenças sociais¹¹⁸. Se analisada sob a ótica de Marcuse (1973), a estrutura da mimese está associada à promoção da falsa consciência, em que ao indivíduo é imposta uma necessária identificação com a sociedade totalizante, representando nisso a tecnologia o papel de razão personificada: quaisquer produtos oriundos dela prescrevem um modo de vida que envolve o indivíduo e o direciona a práticas sociais predefinidas.

E, para além, de acordo com os frankfurtianos, a repetição do movimento anseia por uma reparação de um passado imóvel, cujo resultado inócuo de tal esforço apenas amplifica o sentimento de culpa. A neurose é instalada em seu completo ciclo. Em reação, há uma justificação moral do ganho de capital que exime o dono dos meios de produção da culpa por explorar, uma moralidade edificada a partir de frágeis argumentos, que levam o interlocutor a sentir pena, por exemplo, diante do esforço empreendido pelo colonizador para chegar na conquista. Afinal, ele enfrentou riscos que quase o levaram à morte e cometeu façanhas inomináveis para alçar o seu objetivo, sendo justo pensar que deve alcançar os resultados que almejou.

No íterim da razão tornada mito, quando nada mais pode ser idêntico a si mesmo, atua o jogo de uma identidade astuciosa, que falseia agarrando-se a uma palavra idêntica – *Ninguém* – para que seja interpretada de modo diferente e permanecer camuflada. Corresponde ao que disse, mais ou menos assim, Ulisses: “*Ninguém é meu nome, portanto, sou ninguém com quem debes se preocupar*”. As palavras “se distanciam do conteúdo que as preenche em cada caso e (...) se referem a todo conteúdo possível (...). É do formalismo dos nomes e estatutos míticos, que querem reger com a mesma indiferença da natureza os homens e a história, que surge (...) o protótipo do pensamento burguês” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 58).

¹¹⁸ No âmbito da análise sobre esses delineamentos da gestão como uma doença social, Gaulejac (2007, p. 229) afirma que correspondem a um lugar em que “o universo da gestão substitui (...) a dignidade pela utilidade, a solidariedade coletiva pela celebração do mérito individual, a honra pela estratégia. Ele transforma as relações humanas em relações comerciais, os cidadãos em clientes que reclamam o que lhes é devido e os políticos em provedores de serviços”.

O não idêntico (*Nichtidentische*) refere-se ao retorno ao que do pensamento foi esquecido, sendo elemento pertencente ao pensamento dialético negativo, também ligado ao aspecto antissistema de Adorno. Na filosofia adorniana, isso engloba a compreensão da complexidade das diferenças, atuando em solidariedade com o outro, que não pode ser reduzido a um rótulo, um *ticket* – como afirma mais tarde com Horkheimer. O princípio da identidade é o fiador da adaptação e faz com que o gênero humano se volte “contra si mesmo” (Adorno, 2009, p. 129). Urge questionar pré-conceitos que, unilaterais, tornam-se uma fonte indissolúvel de atos autoritários, uma vez que, ao enquadrar o outro em uma identidade pré-definida, o fazem recusar a sua própria essência, levando à impossibilidade de existir como humano em níveis equiparados aos demais. A realidade passa a ser empresariada não só nos espaços industriais, mas em todas as dimensões da vida há regência dos comportamentos via essa ditadura do supereu social, que facilita o escalonamento dos humanos conforme padrões morais hierarquizados.

É no íterim das análises sobre o não idêntico que Adorno integra suas reflexões à psicanálise, afirmando que, a partir do que se reprime, é disposto um interlocutor externo para a cultura, que resgata a felicidade diante da própria promoção da infelicidade pela repressão. O perigo disso, segundo Perius (2008), é tornar a psicanálise um lugar esvaziado da crítica e que serve à mera adaptação ao quadro da sociedade administrada, pelo fato de ditar normas a componentes tão subjetivos da vida. Por isso, em Adorno a psicanálise deve, sem pestanejar, abarcar o não idêntico, cumprindo o papel de questionar essa totalidade uniformizadora e alienante típica do projeto burguês, sustentador de uma identidade cuja totalidade é falsa. A dialética de Adorno abrange, portanto, a defesa da atenção ao sofrimento do mundo, em que as determinações ideológicas que pairam por sobre a sociedade merecem ser exumadas, partindo de considerações sobre toda a história que lhe justifica.

Assim, na obra final de Adorno, existe a possibilidade de um segundo iluminismo, “uma ‘autoiluminação do iluminismo’ (*‘Aufklärung der Aufklärung über sich selbst’*)”, uma vez que se instala uma crítica da razão iluminista através de si mesma, conforme afirmou Schippling (2004). Disso resulta o uso autônomo da razão, que a autora analisa em termos de prevenção sobre conceitos pré-pensados (*das Vorgedachte*). E isso leva a um exame crítico e permanente que permite abertura ao não idêntico, “o que implica a aceitação de ideias e sistemas alheios ao seu próprio pensamento”, tornando “possível a existência de uma sociedade mais tolerante e mais humana” (Schippling, 2004, p. 137).

No entanto, façamos o movimento progressivo-regressivo para compreender o que se quer dizer nessa obra tardia de Adorno: há uma incursão de Adorno e Horkheimer (1985) a

partir do perfil heroico aventureiro relacionado ao indivíduo burguês, equiparando mito e esclarecimento na primeira parte da obra. O fazem justo para alertar que “o mito original já contém o aspecto da mentira que triunfa no caráter embusteiro do fascismo e que esse imputa ao esclarecimento”, em que “a oposição do ego sobrevivente às múltiplas peripécias do destino exprime a oposição do esclarecimento ao mito” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 49). Ulisses é o personagem metafórico que expressa a limitação da vida humana diante das forças da natureza que, ao mesmo tempo em que busca o reconhecimento de sua identidade, adota a negação dela em nome de sua autoconservação. O *ego*, que reclama pela identidade, acaba por encontrar na sua própria negação um modo de vida, isso sendo um excelente retrato metafórico para o abandono dos desejos, necessário ao assalariado. O não idêntico ao sistema capitalista tem que se perder para, em alguma coisa que não é mais sua essência, se preservar. É uma renúncia que tem um preço, equivalente àquele pago pela criança quando forma o supereu ao internalizar a lei paterna, onde submete o ego a um sentimento de culpa inconsciente em que, nesse caso, a astúcia age também como um antecipador em nome da autoconservação.

O mito do sacrifício em nome de um divino passa a ser secularizado, pois o sacrifício humano é transferido ao âmbito mundano, cujo padrão está dado pelas relações de troca, coisificando o indivíduo, que renuncia sua singularidade em prol da ideologia da identidade. O mesmo fenômeno que se opera em nível individual à formação do supereu atua em nível coletivo, por isso o denominamos, nesta tese, de supereu social. Sua formação integra um movimento que permite visualizar a figura do *Führer*, que Freud analisa, como a mais perfeita encarnação do mito, apenas tradução da nova realidade vinculada à sociedade capitalista. Aquele que a massa diviniza, o líder que representa os interesses comuns, é parte integrante de uma dinâmica que, por um lado, tem como componente o processo de ataque ao não idêntico e, do outro, busca pela afirmação de uma mentira posta como verdade absoluta, camuflada por uma identidade planejada.

Isso não quer dizer que esta figura do líder aparece apenas na personificação, mas pode ser transferida para o modo de vida como um todo, desde encarnando produtos como práticas. A identidade mercantil, da produção fabril, age realizando o sacrifício humano em meio à própria aceleração típica de sua racionalidade, cuja “irracionalidade tão invocada do sacrifício exprime simplesmente o fato de que a prática dos sacrifícios sobreviveu à sua própria necessidade racional, que já constituía uma inverdade” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 53). O mito racionaliza o sacrifício, o torna necessário, uma determinação emanada das estruturas firmadas pelo ordenamento do supereu. O sacrifício elimina a consciência de si, entronizando os meios como fins, fazendo o indivíduo anular o que lhe mantém vivo, se tornando, por

consequente, um serviçal das demandas alheias. É algo que ele faz repetidamente na esteira da neurose obsessiva em nome do progresso, do aumento das forças materiais e espirituais, tornando a renúncia a marca fundamental da história da civilização. O personagem metafórico de Adorno e Horkheimer (1985, p. 55), “não pode jamais travar luta física com os poderes míticos que continuam a existir à margem da civilização”, devendo aceitá-los, comungar com eles, num ato de renúncia aos seus desejos egóicos. Até mesmo porque, “quem, para se salvar, se denomina Ninguém e manipula os processos de assimilação ao estado natural como um meio de dominar a natureza sucumbe à *hybris*”¹¹⁹ (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 63).

Esse excesso de eu ocasionado pela *hybris*, contrapõe-se à estruturação do supereu, que controla e visa colocar um padrão de existência ao indivíduo. Quando, mais adiante, os autores adentram nos aspectos da indústria cultural, há que se perguntar até que ponto essa estruturação do supereu não foi invertida e, ao tornar-se uma forma de dominação social, trouxe como resultado um círculo de manipulação de amplo espectro. Assim, essa desmedida característica da *hybris* se tornou algo espalhado por todos os cantos, fazendo sucumbir aos seus encantos todo o humano que se acha como um desajustado na esfera produtiva capitalista. Com isso, estabeleceu-se um “terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade”, o que corresponde ao “poder que os economicamente mais fortes exercem” se tornando a razão técnica “o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 100).

Tais realizações da modernidade estão focadas na racionalidade técnica que conquistou para si um espaço próprio. E, como apontou Benjamin (1987), residem em meio aos procedimentos artísticos e repercutem tanto por sobre as obras de arte seculares como nos avanços cinematográficos, ocasionando a perda da *aura*. Não à toa que Adorno e Horkheimer (1985, p. 104) irão concluir sobre um baixo nível cultural a que essa massificação das manifestações artísticas levou na Alemanha, país em que “a paz sepulcral da ditadura já pairava sobre os mais alegres filmes da democracia”, uma vez que

o filme adentra o espectador entregue a ele para se identificar imediatamente com a realidade. Atualmente, a atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor

¹¹⁹ A *hybris* é tratada pela filosofia grega antiga como um problema de desmedida. Na visão de Platão, sucumbir à *hybris* remete a um afastamento da essência humana, cedendo aos “prazeres dos sentidos” e às “alegrias excessivas”. Além de Platão, Aristóteles também teria entendido a questão sob a ótica psicológica, também o conceituando pela vertente ética e política. O primeiro filósofo apresenta o problema da *hybris* em “*Fedro*” e nas “*Leis*”, colocando que se trata um ato de “desrespeito humano à sua própria estrutura ontológica”, havendo uma remissão à ideia de justiça e temperança, que ele traz d’“*A República*”. Já Aristóteles, teria mantido a análise da *hybris* semelhante a Platão, referindo que se trata de uma “ameaça à natureza racional do homem”, mas “acentua o aspecto ético da questão e suas implicações políticas a partir de uma discussão mais profunda sobre a formação do homem”, tendo refletido na obra “*Virtudes e vícios*” sobre a *hybris* como incorreção que leva os humanos a buscarem por prazeres sem se importar com a desgraça que causam aos outros (Santos, 2019, p. 15-19).

cultural não precisa ser reduzida a mecanismos psicológicos. Os próprios produtos – e entre eles em primeiro lugar o mais característico, o filme sonoro – paralisam essas capacidades em virtude de sua própria constituição objetiva (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 104).

A idolatria promovida em direção à violência da indústria cultural gerou uma idiotização tamanha das massas que fez ascender com maestria o líder fascista. Ele se constituiu no melhor resultado que a era tecnológica conseguiu ofertar ao consumo dos distraídos, pois “as massas logradas sucumbem mais facilmente ao mito do sucesso do que os bem sucedidos. Elas têm os desejos deles. Obstinadamente, insistem na ideologia que os escraviza” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 110). Nessa ideologia, Adorno (2009) encontra uma identidade total ilusória que acompanha o conceito, expressamente no que reside a necessidade de combater a intenção doutrinária adaptativa da ideologia, que visa com esse procedimento enquadrar conceitos pelo pensamento *a priori* sobre eles, impedindo que se forme a visão crítica.

Contudo, ao tratar do indivíduo manipulado, Adorno e Horkheimer descrevem um sujeito atrelado às determinações sociais que negam suas particularidades. Assim, para eles, “a unidade da coletividade manipulada consiste na negação de cada indivíduo”. E acrescentam:

A dominação defronta o indivíduo como o universal, como a razão na realidade efetiva. O poder de todos os membros da sociedade, que enquanto tais não têm outra saída, acaba sempre, pela divisão do trabalho a eles imposta, por se agregar no sentido justamente da realização do todo, cuja racionalidade é assim mais uma vez multiplicada. Aquilo que acontece a todos por obra e graça de poucos realiza-se sempre como a subjugação dos indivíduos por muitos: a opressão da sociedade tem sempre o caráter da opressão por uma coletividade (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 30-31).

Essa dominação total, cujo caráter de manipulação é incapaz de gerar efetivas experiências, joga a favor do autoritarismo, cuja unilateralidade de pensamento impede uma existência mediada reflexivamente. A análise sobre a construção de uma sociabilidade autoritária também é tratada por Benjamin, via um dos conceitos que lhe é mais caro, o de experiência, o qual apresenta como acontecimento autônomo. Ele assim o qualifica apontando o esvaziamento da própria formulação de conhecimentos, colocada em xeque por ter se distanciado da empiria e se restringido a recortes reducionistas. A ausência de uma experiência absoluta leva à pobreza da linguagem, que se torna incapaz de invocar palavras que despertem para a vida experiências ao sujeito e o engrandecem. Tampouco ele (o sujeito) é capaz de filtrar o que lhe traz riqueza verdadeira alimentando o espírito.

Nesse apanhado, Benjamin (1987) desvincula a experiência de subjetividade, deixando claro que aquele conceito se refere à recepção pura, despossuída de intencionalidade ou artifício forjado pelo sujeito. Sem uma experiência substantiva, os indivíduos não têm como distinguir nem evitar a presença dos elementos do fascismo. Nessa direção afirmou, no ensaio “*A obra de*

arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, que no bojo de uma “estética da guerra” a humanidade “em sua autoalienação atingiu o ponto que lhe permite viver sua própria destruição como um prazer estético de primeira ordem. Eis a estetização da política, como a prática do fascismo. O comunismo responde com a politização da arte” (Benjamin, 1987, p. 194, 196). A crítica à estetização da política, ser substituída pela politização da arte, como já apontamos, é, portanto, o que dará ao indivíduo forças para perceber o mundo como se apresenta efetivamente desde os bastidores.

Isso remete à explicação sobre o indivíduo de caráter manipulador, o típico líder do período nazifascista, feita por Adorno nos “*Estudos sobre a personalidade autoritária*”, assim resumida por Marcondes Filho:

Manipuladores seriam pessoas que veem os equipamentos técnicos como ‘carregados de libido’, que não transferem nenhuma afetividade aos demais, ao contrário, são inclementes diante do outro. Veem tudo com olhos da organização e não pensam duas vezes se tiverem de liquidar maciçamente contingentes inteiros de pessoas, pois o fazem através de meios administrativos, à distância (Marcondes Filho, 2011, p. 15).

Visando identificar o fascista em potencial e o que o torna passível à propaganda antidemocrática, nesta investigação Adorno também foi levado a pesquisar a ideologia que leva os indivíduos à ação autoritária ou não, concluindo pela necessidade de uma “teoria global da personalidade” terminando por esboçá-la. Então, para Adorno (2019; 1950), a personalidade é uma organização de forças que repousam dentro do indivíduo, às quais atribui uma consistência. Tais forças possuem necessidades que variam em quantidade para cada indivíduo e interagem conforme padrões harmoniosos ou conflitantes firmando, assim, preferências ideológicas, devendo-se considerar o impacto do meio social à formação dessa estrutura.

No entrelaçar das análises da personalidade, da consciência e da ideologia, Adorno identifica o núcleo concreto do autoritarismo, contribuindo de modo fundamental para deslindar o perfil do caráter fascista. Isso é operado desde seu diagnóstico dos mecanismos de produção do preconceito antissemita, que traz a lume a irracionalidade disposta em diferentes manifestações, como a estereotipia, o pseudoconservadorismo e a standardização. Diante disso, passa a ser possível concluir que o indivíduo de tipo manipulador se prova como o mais desejável à racionalidade da sociedade capitalista.

2.3.2. *Entre ideologias e personalidade: o supereu “expropriado”*

As análises de Adorno nos “*Estudos sobre a Personalidade Autoritária*”, realizados no período de exílio nos EUA, revelam uma sociedade americana conjunturalmente movida pelo fascismo no período da Segunda Guerra Mundial. Costa (2019a, p. 14) destaca que Adorno embasa os argumentos da obra na relação entre autoritarismo e o clima cultural ensejado pelo

“modo capitalista de organização socioeconômica”, apontando para uma singular atualidade do tema. Além disso, a pesquisadora refere ser este um estudo que se realiza a partir de 1944 também na esteira de textos anteriores da Teoria Crítica, uma vez que Adorno o constrói em correlação às temáticas de Fromm, Pollock e Horkheimer, especialmente considerando os “*Estudos Sobre Autoridade e Família*”.

Nesse sentido, vale fazermos uma breve incursão sobre o preconceito detectado nas entrevistas realizadas nos estudos sobre a personalidade autoritária. Adorno (2019; 1950) refere que, nessa pesquisa, era visada a busca de uma unidade estrutural entre a ideologia e os traços psicológicos dos entrevistados que levasse à identificação da personalidade autoritária. Ao arrolar uma lista de características antissemitas, o que se descobre é que as pessoas entrevistadas as subscreviam, quando aderentes ao perfil, ao serem enumeradas tais características a elas:

Talvez a apresentação de afirmações antissemitas extremas como se não fossem mais condenáveis, mas algo que poderia ser razoavelmente discutido, funcione como uma espécie de antídoto para o supereu e possa estimular a imitação mesmo nos casos em que as próprias reações dos indivíduos seriam menos violentas (Adorno, 2019, p. 243).

Na criação inconsciente de um objeto de destrutividade haveria uma consistência de elementos que formam uma orientação estereotipada, em que o antissemitismo é respirado no clima cultural da época após a segunda guerra nos EUA. Para Adorno (2019), isso conflita claramente com os valores oficiais daquela democracia. Ele passa a relacionar os elementos funcionais do preconceito antissemita, que acontece em termos de ambivalência – rebeldia x autoritarismo –, também aparecendo, aqui, o quesito da *Unheimliche* conceituada por Freud quando, tanto o judeu quanto outros “diferentes” (negros, mexicanos, gregos ou armênios), aparecem como motivo de preconceito. Ainda em meio a essa funcionalidade do antissemitismo surge a mania de perseguição e/ou paranoia, que significa uma paixão negativa pelo alvo, ao qual se destina uma carga elevada de agressividade. Como elemento curioso, o filósofo destaca a transferência de pressão social sofrida por parte de quem a enfrenta no cotidiano, como tendência comportamental que aparece ao final da avaliação sobre o quesito funcional do antissemitismo.

Um segundo aspecto levantado por Adorno (2019) é a criação de um inimigo imaginário por parte de quem exercita o preconceito antissemita. Ele se desdobra via fantasias persecutórias, que incluem fatos como o de que os judeus vão dominar o mundo e fazer mal às pessoas. É demarcada especialmente pela ideia de que lhes falta empatia pela democracia, enquanto sobra agressividade nos negócios, o que inclui dizer que seriam trapaceiros e astutos. Aliado a isso, está a concepção da onipresença dos judeus que conflita com a insuportabilidade da sua presença como intrusos – eles são alocados no terreno do não idêntico, segundo o termo

de Adorno (2009) – não raro os associando à ideologia política do comunismo, considerado altamente condenável. Adorno (2019, p. 263; 264) conclui ser esse elemento da fantasia resultante da inabilidade para com a experiência, que forma um complexo hiato com a estereotipia, a qual torna a visão das coisas confortável ao ser um mecanismo que permite a formulação de distorções quando “se alimenta de fontes inconscientes profundas”. Em reação a essa construção de estereótipos “deve-se reconstituir a capacidade de *se ter* experiências para evitar o crescimento de ideias malignas no sentido mais clínico e literal possível”.

Adorno busca interpretar as razões da existência do antissemitismo no conjunto das irracionalidades que promove, apontando que ele seria fruto de uma alienação dos indivíduos do ponto de vista intelectual em relação ao conjunto social. Ele provoca uma desorientação que carrega, em paralelo, o medo e a incerteza, sendo a estereotipia uma resposta para retomar o controle das coisas. Ao aparecer a personalização, já elaborada enquanto rejeição da existência do judeu como humano, surge uma receita ampla à solução: ela é acessível e resolve rapidamente o (pseudo)problema em uma chave social alienante, embora sob uma máscara de experiência científica amadurecida. Para Adorno (2019, p. 267), as pessoas com tendências fascistas colocam-se na posição de terem elucidado “um enigma ainda não resolvido pela humanidade” e “apresentam aos seus parceiros de discussão a segurança absoluta daqueles que cortaram os contatos através dos quais qualquer modificação de sua fórmula poderia ocorrer”. A estereotipia serve-se de um retorno ao primitivo cujo apelo a certa magia é atrativo por ser simples e ao mesmo tempo drástico, resultando em um preenchimento narcísico e emocional, que retira do indivíduo sua capacidade crítica, objetifica e manipula o outro em favor de algo que parece justo.

Outro elemento relacionado por Adorno se refere à elaboração de “duas categorias de judeus”, procedimento tomado por ser o preconceito algo que, em tudo, está sempre dividido em dois – ou preto ou branco; ou profissional ou negociante; ou honesto ou corrupto; ou amigo ou inimigo; ou bom ou mau –, e também se configurar pela ideia de preservar objetividade, bem como resistência ao que não seria permitido. Nas palavras do filósofo,

Devemos esperar que a ideia de “duas categorias” sirva como uma improvisação para superar o hiato entre a estereotipia geral e a experiência pessoal. Assim, os “bons” membros do *outgroup* seriam aqueles que o sujeito conhece pessoalmente, enquanto os “maus” seriam aqueles que se encontram em uma maior distância social (...), mas será visto que a ideia de “duas categorias” é, em muitos aspectos, tão vaga e abstrata que nem sequer coincide com a divisão entre o conhecido e o desconhecido (Adorno, 2019, p. 276).

Essa construção estrutural de um estereótipo é calçada por padrões que mantêm uma distância e ordem segura nas coisas, o que possui como fundamento o papel do supereu

enquanto instância de moralidade pronta para receitar ao indivíduo um saber-fazer relacional-social. Por óbvio, não está excluído dele o padrão cultural que leva à divisão dualista, pelo contrário, podemos dizer que as exigências do supereu encontram nele uma (in)devida ancoragem. Em sua dialética, essa correspondência ao padrão converge ao negativo, à pulsão de morte, pelo fato de haver na elaboração do padrão preconceituoso um gozo egóico do supereu, que leva a destratar o *Outro* – tomado como oponente – por motivações construídas socialmente, desintegrando-o como ser humano. Para Adorno, enquanto agência psicológica da sociedade no indivíduo, o supereu “assume regularmente um aspecto de universalidade que facilmente aparece ao sujeito, impulsionado [*driven*] por desejos de gratificação instintiva, como uma ‘lei rígida’”. A isso ele acrescenta que na formulação do preconceito há uma discrepância entre experiência e estereótipo pouco esclarecida e que, portanto, não se tem uma explicação integral sobre a adesão ao preconceito, devendo-se atentar a “razões psicológicas mais profundas” (Adorno, 2019, p. 284-285).

Na formulação do preconceito joga papel muito importante o da ideologia, capturando o supereu. Entra em disputa o que é aceito do ponto de vista cultural e o que democracia e igualdade preveem. Adorno o pormenoriza na linguagem psicológica como uma luta de tendências pré-conscientes ou reprimidas do *isso (es)* com o *supereu (Überich)*, em suas definições moralizadoras. Na manifestação do antissemitismo o lugar do supereu é tomado pelo *es*, resultando que o promotor do preconceito é, concomitantemente, seu juiz. Daí que no nazismo, há um encontro entre moralismo racionalizado e impulso de morte, pois

a expropriação do supereu pelo caráter fascista, com subjacentes sentimentos de culpa inconsciente que devem ser violentamente silenciados a qualquer preço, contribui decisivamente para a transformação da “discriminação cultural” em uma atitude insaciavelmente hostil que se alimenta de anseios [*urges*] destrutivos. Há um índice claro da conquista do supereu pela ideologia antissemita: a afirmação de que a responsabilidade por tudo o que os judeus têm que sofrer e, mais particularmente, pelo genocídio cometido pelos nazistas recai sobre as vítimas e não sobre seus perseguidores (Adorno, 2019, p. 289-290).

Como exemplo de um sistema totalitário, o nazismo não teria se desenvolvido sem a convergência identitária de várias manifestações de um supereu assaltado por aquela ideologia, extensivamente propagandeada. Para conjurar práticas coletivas, que já especificamos como sendo as de um supereu social, podemos, então, denominar que este percurso se constitui na trajetória própria da elaboração de um “supereu social totalizante”. Defini-lo assim parece redundante, dados os argumentos até agora, mas trata-se de qualificar um supereu que não enxerga mais limites na violência promovida para compensar o sentimento de culpa.

A ansiedade por transformar tudo em um sistema único é o sentimento que toma posse do antisemita e de todos que agem pelas vias autoritárias. Adorno afirma que, no desassossego desse objetivo, são indivíduos que não medem a desproporcionalidade entre o desejo de punir – um moralismo punitivo que retira toda e qualquer inibição que estancaria o ímpeto destrutivo – e a culpa que sentem por fazê-lo. É necessário haver a “crítica imanente e transcendente” para entender o que se pretende ao pensar na ideia de antissistema como recurso que expõe tanto “a inverdade do sistema, sua afirmação de identidade, quanto de fazer a crítica da sociedade que o engendra” (Silva, 2006, p. 57), recurso que, se aplicado, poderia resgatar os indivíduos do ódio compulsivo.

Para Adorno, urge a crítica imanente ao sistema nazista, que é também urgente a todo sistema autoritário, visto a necessidade de se contrapor à não verdade de totalitarismos, que, dada a desumanidade que carregam, exigem reação aos julgamentos preconceituosos. O antisemita, em sua atitude paranoica, permite até que haja um tribunal de verificação dos “crimes” da vítima, mas apenas para preencher uma legalidade superficial das ideias embutidas no sistema. Mas a verdade do sistema já está prevista como ideia de justiça quando “o supereu do extremista foi transformado em uma agência [*agency*] extrapunitiva de agressão desenfreada” (Adorno, 2019, p. 303).

Ainda nessa investigação do preconceito nos estudos qualitativos de ideologia, na análise do que seria o burguês desajustado, Adorno enfatiza que se trata de uma leitura a partir de um público que, em sua maioria, é de trabalhadores oriundos da classe média. Eles, no entanto, ao verem os judeus como intermediários no circuito econômico, não os consideram membros merecedores da qualificação “burguesia”, sendo-lhes destinado o qualificativo de “desajustados”, pessoas que violam a ética burguesa e usurpam daquele espaço social que ocupam. Este colocar do outro na esfera subalternizada, para a visão psicanalítica da Teoria Crítica, pode ser justificada pela formação de indivíduos precários, de ego fraco, que constituem formas de vida repressoras e designam aos que lhes ameaçam o papel de criminosos que devam ser mortos. E, para isso, o indivíduo de ego fraco e inseguro no mundo não se furta ao uso de toda criatividade humana para criar estereótipos e, a partir delas, justificar a promoção de toda sorte de violências contra um *Outro*, o qual não reconhece em sua dignidade humana. Foi esse o clima cultural que governou as ações do holocausto dos judeus na segunda guerra em terras germânicas e que mereceu a atenção da Teoria Crítica, cabendo-nos avançar sobre os aspectos que sustentam as práticas autoritárias.

2.4. Teoria Crítica e Supereu Social: notas com Marcuse

A esta altura cabe-nos recolocar a questão sobre se o conceito de supereu pode, de fato, ser visto como central à Teoria Crítica primeva, contribuindo no esboço às análises sobre o trajeto da autoridade ao autoritarismo. Visualizar essa centralidade a partir das leituras dos autores fundadores do *Institut* e a contribuição disso à nossa tese é algo que requer algumas notas que perpassam também pelo pensamento de Herbert Marcuse, que levou a cabo desde uma interpretação filosófica do pensamento freudiano até uma análise aprofundada da moderna sociedade industrial. Essas interpretações estão registradas em suas duas mais destacadas obras: “*Eros e Civilização*” (2010) e “*Ideologia da sociedade industrial*” (1973), publicadas respectivamente em primeira versão nos anos de 1955 e 1964.

Tendo o seu ingresso no *Institut* datado de 1933, Marcuse é um dos primeiros pensadores da Teoria Crítica que aproximou a psicanálise da política. Ele o fez intensamente em sua própria prática ao ser expoente da contracultura como um dos personagens centrais dos movimentos do maio de 1968, tornando-se uma liderança teórica importante à juventude da época¹²⁰. Ele detectou que a psicanálise era uma ciência que nascia paralela à entrada da humanidade na revolução industrial. Para ele, o ingresso científico nessa nova configuração – a análise das questões existenciais do indivíduo – serviu à conformação das pessoas à extrema exploração que vinha se estabelecendo nas relações de trabalho na indústria nascente.

O ano de 1968 se transformou numa referência crucial de nossa tradição, tanto política quanto teórica, na medida em que marcou uma ruptura fundamental com as formas de pensar e de agir que nos caracterizavam até então. Pode-se afirmar que o *desejo* invadiu o campo da política e as práticas sociais de maneira inédita. Se [ele] sempre esteve na flor da pele nas conjunturas revolucionárias da modernidade (...), nos anos de então a *revolução* implicava transformar a existência como um todo, revirando os corpos e os espíritos numa escala muito mais vasta, que não se [restringia] aos meros

¹²⁰ Thiollent (1998) descreve o maio de 1968 como uma experiência de mobilização coletiva da juventude, mas também individual, iniciada por jovens universitários em um contexto de crise, no qual aconteciam lutas políticas globais. A contribuição de Marcuse chegou à França, epicentro do movimento, através da tradução da obra “O homem unidimensional” naquele ano, conferindo lastro para questionar ideologias difundidas nas ciências sociais, como o positivismo e o funcionalismo. Marcuse (1978) declarou em entrevista (disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=4jFIfJBKdaw&t=21s>>) que não se considerava o mentor dos movimentos de maio de 1968, mas um sistematizador das ideias que faziam parte daquela época. Atribuiu aos próprios estudantes do período a força do movimento, dizendo que não necessitavam de qualquer figura paterna que os motivasse a protestar contra as injustiças, devastação ambiental, precariedade da educação e inúmeras crueldades existentes. Em adição, ele considerava o papel do forte anti-intelectualismo que se fazia presente na sociedade, que condenava os pensadores ao desprezo e inferioridade. Para Bronner (1997, p. 284), “Marcuse nunca foi ‘guru’ da Nova Esquerda [pois] seu pensamento era radical demais para um movimento cuja visão de mundo dependia de um vago conglomerado de liberalismo assistencial, populismo, romantismo e anarquismo (...). Apesar disso, Marcuse tocou num ponto sensível de um modo que nenhum outro jamais fez.”

rearranjos das forças políticas em contorno na cena social. Era esta a sua grande novidade, a sua originalidade, a boa nova da conjuntura revolucionária dos anos 1960 (Birman, 1998, p. 78).

Embora “*Eros e Civilização*” seja obra escrita na década de 1950, apenas na década seguinte é que ela adquire a projeção de leitura difundida no tecido social, em grande parte pelas mãos da juventude. Mesmo não sendo uma leitura acessível, Marcuse adquire relevância ao tratar de uma crítica importante a um momento histórico – e que alerta sobre o compromisso de uma psicanálise política, que também defendemos neste trabalho – no qual as mazelas da sociedade industrial já mostravam prejuízos sociais importantes.

O fato de as pessoas sofrerem opressões da indústria cultural, calcada nos moldes da sociedade patriarcal, em que pesam questões de gênero e diversidade, merecia atenção, urgindo que se desse voz ao sofrimento, como afirmou Adorno em 1966, e não o contrário. Nesse sentido, Marcuse se colocou em uma vertente de estudos distinta em relação à denominada corrente neofreudiana, interessada em psicoterapia, à qual Erich Fromm estaria associado, sendo essa inclinação um dos motivos que o distanciaria da Escola de Frankfurt mais tarde. Associar-se ao marxismo na obra de 1955 já era a tônica da contribuição de Marcuse sobre a fundamentação psicológica da autoridade nos anos 1930 – dados os seus extensos estudos sobre Hegel e Marx e a participação em „*Autorität und Familie*“ –, que o levaram a questionar a interpretação dominante sobre a psicanálise de Freud. Junto com Norman O. Brown, Marcuse teria revelado as implicações críticas e revolucionárias da teoria psicanalítica, até mesmo de modo mais substancial que o primeiro (Robinson, 1971)¹²¹.

Mas, para além de apenas sintetizar ou correlacionar freudismo e marxismo, como defendeu Robinson (1971), em *Eros e Civilização* Marcuse faz muito mais. Ele empreende “uma análise complexa e fundamentada” que “deve ser entendida no contexto da crítica marxista da sociedade de massas contemporânea, mas de um marxismo não ortodoxo”. A “relação entre o marxismo e a teoria freudiana, na obra de Marcuse, deve ser entendida como sendo dois momentos que se *completam* e se *refutam*” (Pisani, 2004, p. 26; Rouanet, 2001). Segundo Pisani, enquanto o marxismo interpreta a base social do processo de alienação e de

¹²¹ Na escrita de Robinson (1971, p. 116-117): “Na década de 1950, apareceram três livros que puseram em questão a interpretação dominante de Freud: “*Freud and the Crisis of our Culture*”, de Lionel Trilling, “*Eros and Civilization*”, de Herbert Marcuse, e “*Life Against Death*”, de Norman O. Brown (...). Todos os três autores concordaram em que o elemento decisivo, em Freud, encontrava-se nas suas últimas incursões meta-históricas, isto é, justamente naquelas obras que os ortodoxos consideravam não-científicas e os neo-freudianos condenavam como reacionárias. Brown e Marcuse levaram a cabo uma análise sistemática da teoria psicanalítica, a fim de revelarem as suas implicações críticas, mesmo revolucionárias”. O autor avalia que a obra de Marcuse se destaca tanto em extensão quanto em profundidade, reconhecendo, porém, que a obra de Brown é mais elegante, empregando autoridades literárias com maior eficácia. Como ponto comum, os dois dedicaram-se à ambivalência entre Eros e Thanatos a partir da psicanálise e merecem aprofundamento quando se quer compreender sobre a violência na emergente sociedade industrial.

exploração do indivíduo no modo de produção capitalista, Marcuse detecta, através da psicanálise, sua base psíquica. E essa inclinação, que representa o diálogo entre indivíduo e sociedade, possui uma fundamentação que inclui devidamente Marcuse como um importante autor vinculado ao marxismo heterodoxo na Teoria Crítica, que justo por isso foi capaz de interpretar precisamente as categorias psicológicas apontadas por Freud como categorias políticas. Ele foi, aliás, um pensador voltado à *práxis* social, buscando não só entender seu tempo, como também atuando na dimensão de uma utopia concreta, sob inspiração de Ernst Bloch¹²².

Daí que extraímos alguns pontos em que Marcuse (2010) nos auxilia a explicar o conceito de supereu social e sua contribuição na transição da autoridade ao autoritarismo. Quando recusa o revisionismo neofreudiano, ele baliza a possibilidade de rescindir um estatuto conformista da teoria de Freud, que mantém e naturaliza a coisificação do indivíduo na sociedade em prol da produção capitalista. Trata-se de contestar o chamado à ideológica da identidade, também denunciado por Adorno (2009), que impõe a aceitação de uma realidade falsa como verdadeira, cujo grave sintoma é encarcerar a diferença. A formação identitária e os procedimentos sociais que o desejo planificador dos humanos conjecturou, como já vimos, é um mecanismo instituído ao modo de vida tão intensamente que sua eficiência se traduziu para o exacerbado produtivismo. É uma configuração social que solapa não só o tempo e a qualidade da existência do indivíduo, como também a forma de construção coletiva predominante no capitalismo, que tem danificado enormemente a natureza do planeta.

Quando avaliamos esse quadro social, entendemos, junto com Pisani (2004), que Marcuse não inscreve na psicanálise de Freud conteúdos que lhe são exteriores, mas analisa de modo imanente as transformações históricas que atingem as concepções freudianas, fazendo delas uso para criticar a realidade e a própria psicanálise. Assim, ele associa o procedimento de Freud e Adorno¹²³ ao pensar os seus conceitos para além deles, quando os coloca em imanência com a realidade concreta. É assim que surge, a partir do conceito freudiano de *princípio de realidade*, o conceito de *princípio de desempenho* ou de *rendimento*, do conceito de *repressão* irá emanar o de *mais-repressão* e, a partir do conceito de *sublimação*, Marcuse irá redigir sobre

¹²² A “utopia concreta” aparece como uma consciência dialética do que ainda não chegou a ser, mas visualizadora de uma possibilidade nova aberta para frente, portanto, em uma direção emancipadora (Münster, 1993). Adotar o projeto da utopia concreta significa colocar-se “contra o provincianismo e contra a certeza. Esse projeto se fundamenta na esperança e na disposição de reconhecer que o potencial para a emancipação rompe as restrições de todo o sistema fixo e acabado. Seu pensamento se recusa a aceitar qualquer coisa como simplesmente dada” (Bronner, 1997, p. 90).

¹²³ Na Dialética Negativa, Adorno (2009) reporta a importância de resistir aos excessos autoconfiantes dos subjetivismos contemporâneos propondo pensar com os conceitos para além deles. Ou seja, a sua filosofia se resguarda criticamente no interior de um fundamento materialista.

a *dessublimação repressiva*. São traduções possíveis para a realidade que passou a interpretar, quando na humanidade duas guerras eram recentes e a reconstrução exigia esforços para criar outras riquezas.

Os conceitos que o autor segue desenvolvendo a partir de Freud são, portanto, desdobramentos da leitura crítica que desnaturaliza processos históricos, lhes atribuindo especificidades imanentes aos componentes próprios de um tempo e de uma sociedade:

a) *Mais-repressão*: as restrições requeridas pela dominação social. Distingue-se da *repressão* (básica): as ‘modificações’ dos instintos necessários à perpetuação da raça humana em civilização. b) *Princípio de Desempenho*: a forma histórica predominante do *princípio de realidade*. [Nele] está subentendido o fato fundamental de *Ananke* ou carência (*Lebensnot*), o que significa que a luta pela existência tem lugar num mundo demasiado pobre para a satisfação das necessidades humanas, sem restrição, renúncia e dilação constantes (Marcuse, 2010, p. 51).

Todo indivíduo, ao perpassar pela ação de um outro, seja pela linguagem, por elementos simbólicos ou materiais, é posto em contato com o *princípio de realidade*, que contrasta com o *princípio de prazer*. Deparar-se com este princípio limitante ao pleno prazer, segundo Marcuse (2010), é um grande trauma que acompanha o gênero humano. E, desde sua ontogênese e filogênese, é uma estrutura que molda as ações sob o signo repressivo, o que levou os humanos a formularem racionalmente a dominação.

Contudo, é patente que o “triunfo sobre o princípio de prazer jamais é completo e seguro”, o que faz com que “o inconsciente [retenha] os objetivos do princípio de prazer derrotado”, embora haja dissonâncias dessa retenção de acordo com percepções culturais e/ou individuais (Marcuse, 2010, p. 36). Além da recepção da violência que a repressão enseja ser diferentemente sentida para cada pessoa dentro do seu ambiente cultural, cada época histórica desafia distintamente os indivíduos. Então, se, por exemplo, em meio aos desafios dos tempos iniciais da industrialização o adoecimento por alcoolismo era comum, na geração do trabalho virtual as doenças mentais compõem um importante sintoma da neurose social.

Diante disso, o *princípio da realidade* com o qual os indivíduos se depararam na modernidade está, para Marcuse, associado à necessidade do emprego de *mais-repressão*. Marcuse cunha o termo justo pelo grau de repressão que os donos do poder no capitalismo, em suas exigências de sobretrabalho e baixos salários, empregaram por sobre a classe trabalhadora. O contraste deste princípio com o *princípio de prazer*, que é evidente em Freud, compreende os processos mentais da infância e se torna tão maior quanto é a repressão, havendo sempre um retorno ao reprimido na conduta humana. O resultado é que, em cada ciclo do andar humano, a repressão se torna maior. O tempo histórico que Marcuse presenciou, de extremos confrontos em duas guerras mundiais, trouxe a ele tais elementos. E os seus desdobramentos assim o foram

não apenas devido a questões econômicas, mas também em função da estrutura psíquica humana, composta pelo desejo. E o desejo fora suficientemente explorado pela propaganda fascista para alcançar os ganhos superfaturados de uma guerra.

Vejam como Marcuse (2010) interpreta a teoria das pulsões de Freud a partir de seu clássico texto, *O Ego e o Id*. Na transição do *princípio de prazer* ao *princípio de realidade* – do instinto à razão –, o *id* representa os instintos primários/inconscientes atemporais e destituídos de moralidade e o *ego* desempenha papel de adaptação do indivíduo à realidade; negociando-a para torná-la palatável ao *id*. Ao oferecer segurança, o *ego* coloca o *princípio de realidade* no lugar do *princípio de prazer*. Por sua vez, o *superego*, a instância mental oriunda do *ego*, constrange este a exercer seu papel, sendo a formação do *superego* uma reação infantil em relação à parentalidade, que se dá em detrimento da fragilidade do próprio *ego*. À formação do *ego* e do *superego*, Marcuse (2010, p. 81) aponta “força, identificação, repressão e sublimação” como colaboradoras.

Dessa forma, “as repressões cedo se tornam inconscientes, como se fossem automáticas, e uma ‘grande parte’ do sentimento de culpa mantém-se inconsciente”, unido ao fato de que “o desenvolvimento autônomo dos instintos é congelado”, constituindo-se essa a fórmula “re-acionária” (Marcuse, 2010, p. 49). Derivada dessa explicação freudiana via Marcuse, estendido ao âmbito social da modernidade, podemos *des-cobrir* como se dá a formação mítica de crenças sociais e, por conseguinte das estruturas autoritárias que alimentam o superego social.

Em primeiro lugar, trata-se de uma lógica em que as estruturas sociais futuras sempre visam a repetição das passadas e, em segundo, tem-se que a força do *superego* rejeita o passado idealizado, ao passo que impõe uma adaptação punitiva. O filósofo assim argumenta:

Filogenética e ontogeneticamente, com o progresso da civilização e com a evolução do indivíduo, os vestígios de memória da unidade entre liberdade e necessidade ficam submersos na aceitação da necessidade de não-liberdade; racional e racionalizada, a própria memória submete-se ao princípio de realidade (Marcuse, 2010, p. 50).

A função da memória no modo de vida que se leva no momento presente de um indivíduo é fundamental, pois guarda os registros como verdade, por vezes a única e absoluta verdade da vida, e uma mudança nessa conduta vai depender da sua capacidade em exercer o pensamento dialético. Pelos registros de Marcuse, isso parece ser bastante difícil, dado que a síntese da memória aponta para o conformismo de uma liberdade privada. Ademais, o *princípio de realidade* se converte – ou se atualiza – no *princípio de desempenho* para Marcuse (2010), denotando que a mais marcante construção existencial da espécie, a dominação do homem pelo

homem, alcançou êxito. Isso quando a *mais-repressão* passou a figurar como nova forma repressora dos instintos, estes sujeitos às mudanças históricas.

Ao se deparar com os elementos filogenéticos – aqueles ligados à origem da repressão civilizacional –, Marcuse recuperou a história do complexo de Édipo e do sentimento de culpa pelo parricídio, apontando para a dominação, não apenas a familiar (exercida por um pai), mas a estatal (desempenhada por um governante), que se origina quando o complexo primevo microssocial é estendido ao conjunto macrossocial. Essa dialética civilizacional está enredada em um ciclo inquietante “de guerras, perseguições ubíquas, antissemitismo, genocídio, intolerância e a imposição de ‘ilusões’, trabalho forçado, doença e miséria, no meio de uma riqueza e conhecimento crescentes” (Marcuse, 2010, p. 83).

Nesse ínterim, o filósofo aponta que o Supereu atua diretamente na luta entre *Eros* e *Thanatos*, fazendo as vezes daquele quando realiza o trabalho cultural e deste quando há a luta contra o pai. Portanto, em uma leitura estendida, as lutas empreendidas socialmente representam a relação de agressividade com que os filhos mataram o pai na família, sendo isso uma figura metafórica para representar o progresso social, tanto negativo quanto positivo. A *mais-repressão* se conforma à adaptação produtiva, atuando para suprimir os instintos crescentes de morte na modernidade. Ela é operada por instituições, como a da família patriarcal monogâmica, e estruturas, como a da divisão do trabalho hierárquico e o controle público do âmbito privado. Assim, a *mais-repressão* tem a ver com o controle quantitativo da sexualidade, ao passo que o *princípio de desempenho* se relaciona com a dimensão qualitativa da repressão sexual, reflexão que confere a Marcuse a maior originalidade em sua escrita, conforme aponta Robinson (1971, p. 159).

Marcuse afirma que essa repressão qualitativa se caracteriza por uma perversão que levou à dessexualização do corpo, sendo necessário ressexualizá-lo para que o indivíduo resista à exploração econômica desembocando na vitória de *Eros*. Embutido nisso existe, também, uma ideia de não instrumentalização do corpo para a produzir uma prole, uma vez que a liberdade sexual é defendida em termos de liberdade ampla e como um ato de resistência na sociedade produtivista e consumista. Os comportamentos *outsiders* da sociedade, considerados desvios, seriam, portanto, um chamado à crítica social. Esses desviantes são necessários em um contexto apontado por Marcuse como de grande potencial autodestrutivo na história, provando que a humanidade é capaz de alçar alguma saída de situações de exploração sempre que souber atentar às diferenças.

Enganchado nesse mesmo circuito, mais adiante, Marcuse anuncia a necessidade de uma *sublimação não repressiva*. Ao passo que, “para Freud, o conceito de sublimação refere-

se ao destino da sexualidade sob um princípio de realidade repressivo”, sendo ela “uma alteração na finalidade e objeto do instinto”, quando não imposta repressivamente, a sublimação seria exercida sem a necessidade de dessexualizar o indivíduo. Há nesse pressuposto uma negação da produtividade e do desempenho. Por conseguinte, “a reativação da sexualidade polimórfica e narcisista deixa de ser uma ameaça à cultura e pode levar, ela própria, à criação cultural, se o organismo existir não como um instrumento de trabalho alienado, mas como um sujeito de autorrealização” (Marcuse, 2010, p. 180; 183).

Nisso tudo, a luta de Eros pela civilização – a pulsão de vida sempre experimentando retirar do palco da existência a pulsão de morte – é apontada por Marcuse como uma luta política. Nessa perspectiva, ele considerava a importância da reavaliação de categorias marxistas, desde a própria racionalização da produção, que descambou para a extração maior da mais-valia e implica no aumento da produção por um lado, e da alienação, por outro. Ao pensar a categoria da alienação englobando uma concepção socioeconômica, o autor acaba apontando o aspecto fetichista da reprodução social. Assim, ao passo em que já não se tem mais consciência completa do processo de produção de uma mercadoria, o indivíduo também não se dá conta de que empobrece não só ao vender sua força de trabalho, mas quando se vê obrigado a disponibilizar o seu ativo mais precioso: o tempo. Nesse diapasão, Marcuse

representava um desafio intelectual. Convocava as pessoas a pensar além do que lhes tinham ensinado. Deu à “alienação” um sentido palpável e fez com que os jovens enxergassem o “sistema” em que estavam crescendo. Mas, acima de tudo, talvez ele nos deu uma imagem. *O homem unidimensional*: essa foi a personagem central de centenas de canções de *rock* e mil poemas que articulavam o veio cultural do movimento (...). Não interessa que outros já haviam demonstrado que a consciência revolucionária da classe trabalhadora fora desarmada, ou evidenciado o poder onipresente da “indústria cultural”. Foi Marcuse quem, por mais difícil que fosse seu texto, deu aos jovens uma imagem que eles conseguiram apreender. (Bronner, 1997, p. 284, grifos do autor).

Diante desses apontamentos, torna-se patente que é no contexto da crítica à sociedade industrial que a teoria de Freud adquire força para Marcuse, “na medida em que ela apresenta o conteúdo da satisfação negada aos indivíduos e a impossibilidade de sua realização na sociedade” (Pisani, 2004, p. 43). A satisfação plena das necessidades materiais e espirituais é um projeto bloqueado à maior parte das pessoas no contexto do capitalismo, pois no espaço curto de uma vida cada segundo dela é sorrateiramente subtraído no circuito da produção. A alienação promovida na esfera produtiva e pela indústria cultural promovem a inclusão do indivíduo em um sistema de exploração que Marcuse bem compreendeu.

Se observarmos a obra de Marcuse, de 1941, “*Some social implications of modern technology*”, encontramos que “a racionalidade individualista dissolve-se entrando em seu lugar, nas sociedades modernas, a racionalidade tecnológica, com alta concentração de poder

econômico e alto desenvolvimento tecnológico, fazendo com que o indivíduo tenha de se adaptar à máquina” (Marcondes Filho, 2011, p. 190). Assim, na correspondência entre individualismo e tecnologia há uma compulsão à alienação, sendo possível afirmar que os sobreviventes são indivíduos tão mais atomizados quanto capazes de entrar no jogo autoritário.

Este é um processo galgado paulatinamente na história. Na obra de Marcuse de 1964, “*O homem unidimensional*”, observamos alguns tópicos à análise sobre o iluminismo que nos auxiliam. Segundo Rouanet (2001), na análise da sociedade industrial e, por conseguinte, dos aspectos culturais que a sustentam, Marcuse aproxima-se de Adorno e Horkheimer. Mas, também se aprofunda, pois, é nele que surge a ideia de dominação totalitária, característica da sociedade unidimensional, em que o poder aparece diluído nas estruturas sociais, invisibilizado ou obscurecido em meio à racionalidade administrativa. É o que será analisado em chave semelhante na teoria do poder de Foucault, que generaliza à análise organizacional da sociedade a ideia de *Panóptico*, inicialmente referenciada como a arquitetura elaborada no século XVIII por Jeremy Bentham, em sua filosofia moral, para controlar as prisões.

Rouanet (2001) observa que é na classe operária que Marcuse vê mais presente a unidimensionalização, uma vez tendo sido ostensivamente comprada pelo proletariado a ideia de prosperidade global no capitalismo avançado. Resulta que o proletariado integrou os valores capitalistas como modo de ação e, também, ideologia. Com isso, a classe operária teria abandonado a ideia de classe “para si”, tornando-se uma mera classe “em si”¹²⁴, o que a fez abraçar o inimigo. Claro que a esse processo de construção ideológica teve papel importante o direcionamento do pensamento das massas, realizado pela propaganda, tanto aquela em prol do modelo de Estado Nazifascista, como para estabelecer padrões de consumo de mercadorias. As ideias se tornaram mercadorias que, subjetivamente consumidas, fabricaram outro modo de vida no qual as mercadorias produzidas concretamente servem à exaltação egóica (social).

Nesse diapasão, a unidimensionalização da cultura é outro dos sintomas que foi apontado por Marcuse (1973), frisando o fato de que a classe operária foi engolida pelos determinantes do sistema capitalista. A cultura fora transformada em elemento positivo ao se trazer à luz apenas o seu lado feliz e harmonioso. Nesse encarceramento do lado negativo da cultura, transferia-se “para o plano espiritual um conceito de liberdade irrealizável nas

¹²⁴ A classe para si configura-se como aquela que, “consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta na defesa destes”. Isso ocorre quando “a classe trabalhadora se torna sujeito autônomo”. Por sua vez, a classe em si define-se como uma “população cuja condição social corresponde com determinado lugar e papel no processo produtivo, e que, independentemente de sua consciência e/ou organização para a luta na defesa de seus interesses, caracterize uma unidade de interesses comuns em oposição aos de outras”. Quando a massa de trabalhadores passa da condição de ser uma classe em si e se torna uma classe para si, significa que adquiriu algo chamado consciência de classe (Duriguetto e Montañó, 2011, p. 97-98).

condições sociais existentes, inibia a compreensão totalizante dessas condições e contribuía para perpetuá-las”, realizando-se em amplo espectro a formação de uma cultura ideológica no sentido de falsa consciência (Rouanet, 2001, p. 203).

Assim, o que fora analisado por Adorno e Horkheimer como indústria cultural, em Marcuse passou a ser visto como cultura afirmativa, transformada em bem cultural – ou de consumo – e, uma vez sendo unidimensionalizada ao consumo das massas, perdeu seu caráter crítico (Pisani, 2004). No entanto, não é porque se tornou cultura de massa que a cultura se transformou em acrítica, mas porque ela foi instrumentalizada para servir ao capital. E, assim, popularizada, a cultura passou a ser desenhada com um caráter único e mais palatável à maioria dos indivíduos, impedindo que eles possam criar uma visão multifacetada dela, que poderia revelar o que há por trás da sua unidimensionalidade. O desenvolvimento de uma visão incontestável da cultura – termo que inclui desde as obras de arte, como produções teatrais, do cinema e, mais recentemente, as produções veiculadas pelas redes sociais – tornou-se um elemento poderosamente contributivo à transformação da autoridade em autoritarismo.

É uma dinâmica que alimenta o supereu social que, como uma extensão do superego individual, é forjado pela ideia de segurança. Quando abraça o *princípio da realidade*, lugar em que tudo que serve à objetiva repressão é posto em um sistema, quem fica de fora do sistema do superego social é alvo direto da não-liberdade. O grau de êxito dessa dominação unidimensional, que o controle qualitativo da repressão sexual (*princípio de desempenho*) enseja, aparece traduzido nos dividendos da especulação financeira, distribuída aos acionistas de empresas que controlam o poder. Os dominadores deste jogo que coordena a vida em sociedade outorgam-se também donos do saber e seu domínio fica garantido mediante a manipulação ideológica, em meio a qual se retira a autoridade de qualquer saber que se pretende anunciar a partir da periferia do não idêntico, lugar onde residem as diversidades, as denominadas minorias (que são na verdade majorias) e demais categorias desviantes do padrão.

Para uma leitura crítica dos elementos do supereu social, a psicanálise sociopolítica, da qual tratamos no capítulo anterior, aparece aqui operada por Marcuse em seus elementos de luta social. A luta é necessária para a alteração do quadro imposto pela ditadura das máquinas em suas linhas de produção, que despejam produtos para um mercado que sequer existe, mas passa a ser criado mediante sedutores e orquestrados apelos ao desejo individual de consumo. Afinal, não há nada mais recompensador para o supereu do que uma promessa de recompensa pela *mais-repressão* que se aceitou, cujos frutos parecem enriquecer as pessoas. Comunidades de consumo que atendem às (supérfluas) necessidades passam a ser referência à constituição de normas de funcionamento do supereu social.

Ao invés da luta por emancipação social, o que se desenvolveu desde a sociedade industrial, a reboque do consumo, foi uma contundente tentativa de extinção das referências dessa luta. Igualdade social e emancipação foram reduzidas a um denominador comum, totalizante das negociações mercantis. A individualização do indivíduo, tornando-se egocentrado e solidário apenas dentro do limite do campo mercantil, o qual designa-lhe cifras pelo seu empreendimento que olha o próximo, passou a ser a conduta que move a libido contemporânea.

2.5. Supereu social: uma síntese equívoca

Ao analisar e comparar ideias de autores da Teoria Crítica primeva, consideramos que: (i) suas distintas interpretações e aprendizados sobre a psicanálise pertencem a lugares, situações sociais e momentos específicos, portanto, frutos de crítica social imanente; (ii) que o pensamento desenvolvido por Freud pertence a um período científico importante, devendo os conceitos inaugurais da psicanálise serem vistos como frutos colhidos pela legião de autores que o sucedeu. Mesmo que a heterodoxia da Teoria Crítica não leve a sínteses fechadas, percebemos elementos que revelam uma unidade crítica. Ao considerar as abordagens adorniana da dialética negativa, a leitura de Horkheimer pela frente interdisciplinar, as interpretações de Marcuse sobre aspectos da sociedade unidimensionalizada, resumindo os apontamentos tanto das obras de 1955, como de 1964, e, na parte que não descambou ao humanismo radical, as ideias de Fromm sobre o caráter, todos trazem elementos fundamentais à interpretação da emergência do autoritarismo sob o olhar da psicanálise.

O trajeto da autoridade ao autoritarismo se torna mais claramente perceptível se tomado como embasamento a categoria do supereu, no que podemos apontar, existe no conjunto dos autores uma síntese equívoca. Ou seja, não é possível estabelecer uma síntese inequívoca sobre os desdobramentos conceituais da Teoria Crítica sobre a nossa temática, uma vez que se tratando de uma frente importante de análise, nessa análise do supereu podemos captar as distintas manifestações da razão interna e externa do indivíduo autoritário. Como avisou Adorno (2009), não podemos colocar o conceito em um sistema, pois isso seria pecar com a sua não identidade e, portanto, excluir do conceito a parte que melhor lhe interpreta.

Dessa premissa em diante, ampliar o conceito do supereu social em prol de uma razão sistemática seria encarcerá-lo em limites pré-definidos, um exercício determinista que não auxilia na apreensão dos quesitos que movem a dinâmica da autoridade ao autoritarismo.

Compreendê-lo devidamente corresponde, então, ao exigido comportamento crítico da Teoria Crítica, o que envolve apreender também as manifestações sociais em meio a eventos políticos e históricos, como previsto pela ideia de diagnóstico de época e, ainda, conjugar essas manifestações no que tangencia o caráter emancipatório. A partir dessas premissas fundantes da Teoria Crítica, em consideração especial aos elementos metodológicos de Adorno, de uma dialética sem síntese e da crítica imanente, ensaiamos uma possível representação sobre os aspectos que compõe o supereu social desde o supereu, elaborado no indivíduo a partir da estrutura do *id* e do *ego*.

O que Marin (2022) nos ajudou pensar anteriormente como caráter social em Erich Fromm adquire, para nós, relação com o processo de formação do que chamamos supereu social. No seu conjunto, os autores da Teoria Crítica primeva aqui mencionados colaboram no estabelecimento dos elementos contributivos a esse conceito, sobre os quais sintetizamos algumas considerações para encerrar esse capítulo.



Figura 3: Categorias do supereu social.
Fonte: elaborado pela autora, 2025.

Nenhum dos elementos do supereu social vinculados à autoridade externa estaria bem articulado e faria correspondência com a autoridade interna se não fosse embasado em uma sociedade patriarcal, para Horkheimer o cerne da obediência civil. Na formação do supereu social, cujo caráter resulta da horda primordial – em seus mitos tornados razão e da razão que regride aos mitos –, e da incessante luta entre *Eros* e *Thanatos*, há, portanto, uma dialética da autoridade em que se visualiza a assimilação de padrões da autoridade externa para a interna e vice-versa.

O papel da identidade tem figura central desde o eixo conceitual do patriarcalismo manifesto na horda primitiva. A identidade resulta da exclusão forçada ou inconsciente, por parte do indivíduo, daquilo que não é aceito socialmente, sendo resultado do conflito dos interesses individuais com a renúncia ao não idêntico. Destarte, para se formar uma identidade o seu negativo tem de ser suprimido, o que é um movimento empreendido socialmente. Por isso, o não idêntico, como categorizou Adorno (2009) é parte do antissistema da identidade. Não corresponder à identidade que o grupo exige, como também vimos, incorre no sentimento de culpa.

Assim, emerge a integração das massas a uma unidade mítica, o que se tornou um ingrediente central na fórmula de constituição do supereu social autoritário, que emana de um *eu fraco*, carregado de sentimento de culpa. Doravante, ele reproduz a lógica subordinada advinda da horda primordial, segundo posto pela teoria freudiana: existência de um pai primevo como o dono do primeiro domínio, que passou a ser social quando os filhos tomam seu lugar e estes, por sua vez, formaram outras autoridades, sendo este o sequenciamento genealógico que levou à sociedade moderna.

A visão de Horkheimer sobre a estrutura familiar, que sustenta a social, corrobora essa perspectiva, sendo o aprendizado microssocial a base para o desempenho individual no âmbito macrossocial. A categoria da regressão, que também compõe a paleta conceitual de Horkheimer, leva-nos a entender melhor a retomada dos aspectos da horda primordial por Freud à análise da modernidade. Como guardião da moralidade, o ‘pai’ da horda desempenhava o papel da dominação masculina e naturalizava a dupla moral sexual típica da ordem patriarcal. O desempenho da horda primordial e do patriarcado andaram em paralelo, na mesma sintonia, conferindo à dominação as feições de violência e hierarquia típicas do gênero masculino.

Narcisicamente autocentrado, o pai tornara-se objeto de culto, sua *hybris* lhe permitindo buscar livremente os prazeres que só a ele estariam autorizados, mesmo que os privilégios de sua posição diminuíssem e desgraçassem tudo aquilo que não lhe fosse idêntico. E as tentativas em substituí-lo pela gestão coletiva dos ‘filhos’ não resolveram definitivamente as desigualdades, mas criaram totens e tabus que persistem como crenças mitológicas. As sociedades patriarcais, berços de espectros autoritários assim se fazem por serem hierarquizantes, nascerem sob o signo da desigualdade e, portanto, nelas está a gênese da formação econômica capitalista que se usa das estruturas primordiais para a reprodução.

Quando tratamos de Horkheimer e da dialética da autoridade, suas análises são demarcadas pela não linearidade, podendo-se encontrar elementos vinculados aos desdobramentos de um supereu social em vários momentos distintos, os quais são conectados

tanto a questões psicanalíticas quanto antropológicas ou econômicas. Tratar dos limites do Estado Capitalista esteve na ordem do dia para Horkheimer, em especial na década de 1940, quando emergem as discussões sobre o capitalismo monopolista. A sociedade passa, neste momento histórico, a ser demarcada por práticas de convivência social não antes sentidas. Passa a existir na sociedade norte-americana um irracional paralelismo entre democracia como sistema de Estado (na qual, como saída, o fracasso do sistema econômico se une à resolução de problemas sociais de modo administrativo/calculado) e totalitarismo de mercado (“versão *soft*” do fascismo e nazismo vividos na Europa).

Pela sua configuração, o supereu social mantém-se com base em premissas que gerem uma sensação de liberdade, por meio do uso de aparatos ilusórios, que podem ser implantados através da propaganda, da falsa ideologia, ou da aceitação de uma ordem natural para as mazelas sociais, sempre apontando para a saída correta. O recurso individual de autoconservação, por outro lado, supõe que o melhor a fazer é integrar a massa, não se distinguindo dela e repetindo a ordem social vigente. Exemplos são a adesão a crenças religiosas, a submissão das crianças a um sistema de ensino-padrão, ou a ideia de servir a ordem do Estado por meio do serviço militar como elemento primordial do exercício da cidadania. Tudo isso perpassa pela necessidade do indivíduo ser reconhecido por um líder, dado o esforço que empreendeu para atender as normas por ele estabelecidas, não raro ditadas.

A reprodução técnica compõe esse diapasão e, como já dissemos, é uma expressão prática e galvanizada do supereu social, e seu sucesso está ligado ao emprego de métodos como repetição de tempos e movimentos, inaugurados pela sociedade industrial no início do século XIX, com foco na massificação de tarefas produtivas. Trata-se de uma metodologia que trouxe a reboque a criação de um pensamento único para a vida em sociedade. Além de vastamente tematizada por Walter Benjamin, sob o enfoque da obra de arte, a reprodução técnica aparece como um elemento cultural totalizante, quando Adorno e Horkheimer evocam o debate sobre a razão instrumental que se torna barbárie. Também aparece fortemente quando Marcuse desdobra os caracteres do homem e da sociedade unidimensional, ao passo que aponta para a dominação totalitária presente na racionalidade administrativa que, metaforicamente falando, reduziu a paleta de cores do mundo à escala de cinza das linhas de produção, visíveis, entre outros, no “Modelo T” fordista¹²⁵.

¹²⁵ A produção do primeiro carro popular da história – o Modelo T, de Henry Ford, cuja única cor ofertada no mercado era o preto por questão de economia na sua produção – nos momentos inaugurais da era industrial, em 1908, demarcou o início da produção seriada de mercadorias nos Estados Unidos. A produção do veículo alcançou a América Latina em 1919 e no ano seguinte representava mais da metade da frota mundial.

Maria (2022) constata que o estabelecimento de um padrão distinto de integração social aparece nos textos escritos por Horkheimer nos anos 1940, quando verifica que a massa trabalhadora abraça mais fortemente a ética do trabalho diante da impotência gerada pela ascensão dos oligopólios e monopólios. O modo de produção originário da empresa taylorista e fordista, portanto, se associa à cultura de massas, uma formulação operada, processada e aprimorada pela indústria cultural. Seu intuito é limar o pensamento crítico, tornando a sociedade crente de uma visão unívoca sobre qualquer assunto, sendo a conduta básica, então, simplificar a complexidade social, reduzindo-a a poucas premissas de ordem técnica. A indústria cultural possui também um caráter regressivo, uma vez que busca agregar uma quantidade enorme de colaboradores para sustentar essas premissas. Este caráter, que une regressão e adaptação, já é apontado pela visão psicanalítica como necessário para que na massa sobrevivam as ideias simplórias sobre condutas e modos de vida ideais/padrão. É um contexto em que elaborações complexas, mesmo explicando mais devidamente sobre a verdade, são incapazes de serem amplamente sustentadas. Para isso, colabora o desprezo ao pensamento científico de ordem subjetiva, desenvolvido por áreas do conhecimento subjetivo, facilmente batizado com a pecha de não científico.

O alvo dessa conduta é fazer viver apenas o tipo de conhecimento correspondente à dominação econômica e/ou material e psíquica do indivíduo, que aceita se adaptar devido à semiformação que lhe constitui, sustentada a partir da pobreza de experiências, como ressaltou Walter Benjamin. A dicotomia entre *Eros* e *Thanatos* que aparece nas análises culturais desde Freud e que se estende aos autores da Teoria Crítica revela a crítica imanente da cultura como ponto nevrálgico à formação do supereu social. Seja vista como cultura afirmativa ou negativa (Marcuse), terror/barbárie ou civilização (Benjamin), autoconservação ou sacrifício (Adorno e Horkheimer), trata-se de uma dialética que aponta o desequilíbrio embutido na categoria da autoridade, e que mostra no seu conteúdo formativo deformações que resultam no autoritarismo.

Da sociedade unidimensionalizada resulta o apagamento da luta de classes, acomodando os interesses dos trabalhadores à esfera produtiva e salários reduzidos, o que facilita compreender como a naturalização de uma identidade total fundou os sistemas nazista e fascista enquanto duas das expressões mais perversas da extinção do que não lhes é idêntico. Essa “pausa” no sistema de produção de mercadorias para selecionar as pessoas que devem viver e as que merecem morrer, estendendo a prática de medição de tempos e movimentos nas linhas de montagem para a verificação das medidas de corpos humanos, revelou claramente os perigos da exploração capitalista em sua fusão ao Estado. A gestão de qualquer Estado se torna

autocrática toda vez que faz o descarte de todos que não correspondem ao padrão, seja ele político, econômico, social ou apenas estético.

Ao se tornar a conduta nodal que opera o supereu social, o autoritarismo é resultado tanto do desenvolvimento ao extremo do princípio de identidade, como da semiformação, pois remove o espírito sensível próprio do que é humano. O semiformado causa enorme prejuízo ao carregar a sensação de que tem conhecimento sobre o que fazer para resolver conflitos sociais pois, por possuir uma formação danificada, tem sua psiquê reduzida ao automatismo da sociedade administrada. O supereu social assume essa configuração e, assim categorizado, governa a psicologia das massas no capitalismo, graças à capacidade de operar a identificação. A identidade total que lhe é imanente é assegurada pela repressão e pela sublimação. Para aclarar esse sequenciamento genético do supereu social autoritário, possuidor de uma hierarquia violentamente imposta, além da sociedade unidimensional, colaboram os achados de Marcuse sobre a mais-repressão e o Princípio de desempenho.

Destarte, essa dezena de desdobramentos caracterológicos que apontamos ao supereu social, como já dissemos, corresponde às operações presentes na ruptura da autoridade, que a transforma em autoritarismo. Essa ruptura, que se dá gradativamente no tecido social, elevada à potência do corpo social, resulta na barbárie. O indivíduo é posto na mesma situação da síndrome do sapo fervido. Alavancar o autoritarismo como resultado é, portanto, forçar a uma síntese cujo critério é a planificação própria da identidade totalizante para a aniquilar. Já em „*Autorität und Familie*“ se mostrou evidente a adesão ao conservadorismo, sua difusão por meio de um sistema comunicacional massificado e a emergência da razão instrumental-regressiva. Os desenvolvimentos da vida em sociedade eram, claro, azeitados pela união entre libido e economia com a ideologia dominante, se recorrermos a Fromm. Daí que a autopreservação, como vê Fromm, ou a autoconservação, conforme tratado na “*Dialética do Esclarecimento*” mostram seu papel. Mesmo que os indivíduos busquem emancipar-se, a autoconservação se torna o movimento de toda uma sociedade, se tornando algo bastante limitado à situação da classe social. A autoconservação atomizada carrega um caráter egocentrado e não contribui ao avanço social, impedindo a emancipação da coletividade.

Alcançar saídas mais inclusivas atentando ao não idêntico, de modo a preservar a *sublimação não repressiva* é posto como um desafio permanente da humanidade. Uma vez que isso não se cumpre e a identidade tem sido a meta preservada pelas armadilhas do supereu social, de configuração autoritária, à liberdade resta o aprisionamento que, não raro, é defendido pelo próprio prisioneiro, carcereiro de si. E o soterramento do não idêntico aparece no horizonte

da barbárie atual como normalidade, como passaremos a verificar no capítulo seguinte, analisando os autores que trazem elementos da Teoria Crítica primeva para o tempo de agora.

3. A PSICANÁLISE SOCIOPOLÍTICA REVISITADA NA BARBÁRIE ATUAL

„Es gibt viele Arten zu töten. Man kann einem ein Messer in den Bauch stechen, einem das Brot entziehen, einen von einer Krankheit nicht heilen, einen in eine schlechte Wohnung stecken, einen durch Arbeit zu Tode schinden, einen zum Suizid treiben, einen in den Krieg führen usw. Nur wenig davon ist in unserem Staat verboten“ (Bertolt Brecht, 1968, p. 466).¹²⁶

3.1. Aspectos iniciais

Em termos contemporâneos, a etimologia da palavra autoridade corresponde ao exercício do domínio tanto social quanto político em uma sociedade, pautada por diferentes normas e hierarquias, a depender dos costumes vigentes em um povo ou nação. Em uma concepção saudável de política, este exercício deveria resultar no equilíbrio das relações entre as pessoas, preservando os espaços públicos e limites pessoais, a integridade humana e assegurando os direitos conquistados com o chamado Estado moderno. Em sua faceta social, a compreensão da autoridade não é muito diferente, pois a exemplo de temas como hábitos alimentares, vestuário, festividades culturais e até mesmo religião, há obediência a um poder hierárquico relacionado a crenças, rituais, tradições ou costumes. Esse poder hierárquico pode ser visto em relação dialética com a autoridade, de modo que ambos – poder hierárquico e autoridade – definem condutas de ação.

Se formos tratar de atender finalidades sociais que atuem em favor do desenvolvimento pleno da vida, nas duas esferas que destacamos – a social e a política –, os desígnios da autoridade interfeririam na direção de decisões essenciais que favorecem seus aspectos positivos. Contudo, o controle, a submissão e o assujeitamento do outro a condições desumanas e inaceitáveis tornou-se frequente e tem sido aprofundado pelo modo de produção de mercadorias vigente no capitalismo, em especial diante da neoliberalização da economia. O modo de produção atual está, definitivamente, imbricado à instrumentalização do modo de vida das pessoas, não havendo mais uma faixa divisória clara entre trabalho e descanso, privado e público, causando essa confusão uma série de patologias, tanto individuais como sociais.

¹²⁶ “Existem muitas formas de matar. Você pode enfiar uma faca na barriga de alguém, sonegá-lo pão, não o curar de uma doença, colocá-lo em uma moradia ruim, levá-lo à morte trabalhando, forçá-lo ao suicídio, conduzi-lo à guerra, e assim por diante. Poucas dessas coisas são proibidas em nosso Estado (Brecht, 1968, p. 466, *tradução nossa*).”

Nesse contexto, urge compreender que elementos integram o diagnóstico atual, esclarecendo quais as facetas da constituição das relações de autoridade se transformam em autoritarismo e que movem e garantem a reprodução social do modo de vida atual. As análises de Freud e a apreensão dos elementos da psicanálise pelos autores da Teoria Crítica primeva revelaram as nuances de um tempo cujo grau de complexidade social é considerado, se não reduzido, ao menos distinto em relação ao que temos hoje. A globalização econômica, as políticas transnacionais, a reconfiguração das fronteiras por critérios tecnológicos e empresariais, mediante a atuação das *Big Techs*¹²⁷, todos são fatos integrantes de um outro complexo paisagístico da dominação atual.

Não se trata de pensarmos, para hoje, que haja uma “evolução” nas relações indivíduo-sociedade, pois se assim dissermos poderíamos facilmente alocar a relação autoridade-autoritarismo no século XXI em uma gradação superior, positivamente derivada daquela do início do século XX, que também teria sido positiva. Ocorre que, em se tratando de perceber criticamente as relações sociais, é inevitável diagnosticar o quão danoso é o contexto social atual e os distintos termos em que a barbárie se faz presente, cujas formas de trânsito comportamental continuam gravitando em torno da neurose social. Além de manter seus aspectos originários, calçados em problemáticos aspectos morais, nesta neurose o controle não só permanece ainda ligado às ações de uma economia libidinal historicamente constituída, como tem aprimorado suas manifestações, tornando-as cada vez mais sofisticadas.

Nos cabe afirmar que, na análise da dialética autoridade-autoritarismo pela herança freudiana da Teoria Crítica elaborada, hoje precisamos responder quais aspectos estão salientes na relação autoridade-autoritarismo que persistem da herança freudiana nas análises da Teoria Crítica e que se aprimoram. E nisto, perceber como e porque o segundo elemento se caracteriza pela barbárie que vence e capitaneia a história. Isso implica em identificar interpretações que sejam capazes de dar conta do fenômeno autoritário no âmbito social, enquanto manifestações das massas agora mercantilizadas, e político, que é capturado por fenômenos também de mercado. Para as duas esferas, a social e a política, a ótica da psicanálise sociopolítica contribui em seus elementos destacados anteriormente.

¹²⁷ No documentário intitulado “*O dilema das redes*”, lançado pela plataforma de *streaming* de vídeos *Netflix* em 2020, são apresentados detalhes da atuação de destacadas empresas de alta tecnologia, entre elas: *Facebook*, *Instagram*, *Pinterest*, *Google*, *Youtube*, *Tik Tok*, *Linkedin*, *Firefox*, entre outras. Ficam em destaque no documentário práticas de propaganda manipulatórias associadas ao modelo de negócios das *Big Techs*. Elas tanto induzem o consumo de produtos, como fabricam a adesão a ideias políticas, reconfigurando, em termos macrossociais, a atuação de governos ao redor do mundo e, de modo microssocial, causam doenças mentais, como o vício das pessoas nas redes sociais até a indução a práticas de homicídio, suicídio e automutilação.

Avançaremos para contribuições capazes de retratar os sintomas do Brasil autoritário de hoje *versus* os entraves que eles encontram mediante os desdobramentos do seu oposto: a tentativa de elaboração da cultura, que permanece resistente com a emergência de propostas sociais de expansão social em meio ao estado de exceção. Quer dizer, o elemento político retrata uma luta constante entre Eros e Thanatos, civilização e barbárie a qual cabe caracterizar sociologicamente à luz das leituras precedentes aqui elaboradas. Do lado da barbárie, no Brasil de hoje, em termos de pressupostos aceitos ou que reivindicam aceitação, há o trabalho intermitente em prol de um certo “retorno do recalcado”: fazer valer ideias conservadoras de educação ((re)emergência das escolas militares), política (ascensão da extrema direita) e religião (reprodução da dominação da psique, interpretada pela ótica do mal estar na cultura que Freud nos ensinou) no âmbito social e que reforçam e são reforçados pelas manifestações das massas; por outro lado, há as ideias conservadoras que se desdobraram no âmbito político, cuja gravidade leva ao enfraquecimento da estrutura civilizacional construída em sociedade, firmada pelo modelo de Estado democrático de Direito. Precisam ser apontados os perigos dessa decadência em uma nova barbárie, assessorada por um aparato armamentista tão invisibilizado quanto danoso, que molda distintos planos no planeta.

Ao diagnóstico atual podemos, assim, alocar elementos que demonstrem novos desdobramentos no tocante ao desempenho do supereu social. No tempo de agora, onde se unem a velhas práticas outras configurações micro e macrosociais, no que a dominação virtual tecnológica é a que grita mais alto – todo indivíduo possui um *e(x)sperto* computador de bolso –, nossa hipótese é de que podemos situar o supereu social para além de um patamar de “mais-desempenho” – resultado dos esforços da “mais-repressão”, característica apontada por Marcuse às décadas precedentes – e o visualizar como um supereu social total. Alcançar esse conceito requer, portanto, que investiguemos referenciais que atualizam o tema da autoridade e do autoritarismo na Teoria Crítica, em que optamos por algumas das frentes de debate que podem melhor nos assessorar na descrição do que está para além da nova configuração psíquica do supereu, apontada como supereu social anteriormente.

3.2. Para além da nova configuração psíquica do supereu

Nessa seção trataremos dos desdobramentos caracterológicos a serem atribuídos ao supereu social total como força dominante que organiza todo o modo de vida no século XXI. As especificidades que favorecem a barbárie permitem elaborar um panorama atual a respeito,

mas não sem apontar suas deficiências. Algumas questões nos tomam de assalto: a quais manifestações devemos atentar no diagnóstico da era tecnológica hiper conectada, tomando em consideração que se trata de uma configuração social cujas raízes são postas a nu por Adorno e Horkheimer nas análises sobre a indústria cultural? Como o uso da tecnologia nas redes sociais potencializou o autoritarismo que navega do individual ao social, difundindo novos governos autocráticos, impulsionando um autoritarismo globalizado, pelo qual se veicula governos extremistas em muitas nações do mundo? Qual o efeito dessa conexão em rede sócio virtual quando se recorrem a valores individuais conservadores em uma cultura como a brasileira, especificamente? O debate entre micro e macro, individual e social, autoridade e autoritarismo tornou-se uma “barra de rolagem infinita”, seguindo os moldes das redes sociais, e sempre reproduzindo o passado sem que haja possibilidades de resultar em tonalidades distintas das já conhecidas na história?

Não começamos exatamente buscando respostas a essas questões pois, primeiramente, trata-se de perceber com maior clareza uma problemática anterior que as funda, que compõe nosso ponto inicial de atenção: a permanência solidificada das bases patriarcais da sociedade para consolidar a estrutura do modo de produção capitalista, enquanto ato contínuo ao que vem depois. Patriarcalismo e capitalismo são dois traços constituintes do mundo moderno que permanecem ainda unidos a despeito das lutas feministas. E, reagindo ao fim da internalização da autoridade, eles têm se reinventado, inclusive com a colaboração de abordagens progressistas, para reproduzir as relações e reeditar a exploração.

Como segundo ponto, podemos pensar nas colaborações da estrutura neoliberal que se estende para além da economia capitalista, tornando-se o mais novo modo de adjetivação generalizante da vida. É uma estrutura assentada na anterior, ocupando e explorando perfeitamente suas características de dominação. Ela acaba redividindo o mapa social, pondo menos pessoas do lado dos opressores, tudo em acordo com uma redivisão do mapa geográfico, em que não importam tanto os ordenamentos territoriais vinculados ao conceito de nação. O *Outro*, como representante da não identidade, é elemento marginal, posto de fora desse sistema, cuja máxima é a financeirização de tudo.

O terceiro aspecto que vale explorarmos reside na ordem subjetiva que sustenta esse mundo assim objetificado, atrelado à racionalidade neoliberal, o que nos leva a pensar no potencial do familismo autoritário. É uma formatação social que facilita tomar todos os valores humanos como ativos financeiros, pois o comportamento agressivo de mercado passa a ser um valor deste as relações de afeto familiares. Autodomínio, autocoerção e autoculpabilização são

apenas alguns dos termos derivados da autoconservação típica do capitalismo liberal que habitam no universo do supereu social total, que retratamos.

3.2.1. O fim da internalização da autoridade: patriarcado e capitalismo unidos

Em 1977 Jessica Benjamin, uma das principais desenvolvedoras da Teoria Crítica na atualidade, tematizou o problema da internalização da figura da autoridade com base na psicologia social de Adorno. Tratou-se de estabelecer duas críticas fundamentais, a primeira à noção de internalização da figura da autoridade como formadora da ordem psíquica do supereu, que teria sido superada por uma nova ordem social. Dela emana a questão sobre se o autoritarismo é decorrência inevitável ou não, quando a internalização da figura de autoridade já não se faz presente. A segunda crítica estabelecida pela autora é à nostalgia da autoridade paterna, autoridade cujas premissas analisadas na Teoria Crítica primeva mediante a compreensão da dinâmica social via o complexo de Édipo, estaria superada. Em suma, a questão de Benjamin (2017; [1977]) consistia em investigar se toda a autoridade é autoritária (nos termos fundados pelo patriarcalismo?), unindo-se a isso, reflexões sobre a formação cultural e estrutura de produção. Emergem dessa complexidade questões filosóficas profundas entre os autores abordados nesta chave, as quais buscamos colocar sinteticamente.

No seu texto, a autora chama a atenção a quatro pontos centrais, que sintetizamos a fim de apresentar os principais argumentos e contribuições sobre o que seria uma nova composição psíquica do supereu. O primeiro ponto engloba o fato de que o paralelo entre as teorias de Marx e Freud é mais complexo que aparenta ser, tendo emanado, da tentativa de Adorno e Horkheimer em explicar esses autores, uma leitura que abrange a ideia de internalização da autoridade. Tal direção os fez concluir paradoxalmente que “a rejeição da autoridade só pode acontecer através da sua aceitação prévia”, o que equivale a dizer que o potencial regressivo humano (ligado ao *es*) demanda a existência da razão como repressão e destruição. Assim, “a razão, a própria possibilidade de resistência, está implicada na dominação” (Benjamin, 2017, p. 156; 157). Nesse ponto, Benjamin (2017) retoma a passagem de Freud sobre as três fontes de sofrimento da humanidade, assinalando que na interpretação de Adorno a natureza e a razão não se reconciliam, sendo central à Teoria Crítica analisar o “impasse da autoridade”, que reverbera à visão que os autores descrevem sobre a cultura moderna.

Destarte, uma vez verificada a oposição entre autonomia e aceitação da autoridade, é impossível a sobrevivência da inclinação autônoma no capitalismo, pois trata-se de um sistema que demanda assumir postos pré-pensados, retirando do indivíduo sua singularidade ao

imputar a ele o aceite conformista da tarefa emoldurada. Definida por Benjamin (2017) como uma conformidade paulatinamente consistente, esta é uma conduta social que acomoda o exercício da razão instrumental e arrefece o ideário emancipatório que enfrenta a dominação, sendo uma prática que têm sobrevida a partir da razão tornada irracional, instrumento de dominação e não de libertação. Para a autora, ao passo que a internalização da autoridade permitiria o surgimento da rebelião ao sistema dominante, o seu oposto, a autoridade não como elemento internalizado, mas exercício direto sobre o indivíduo, causa a exclusão da possibilidade crítica, necessária à formação do sujeito revolucionário. Assim, o prejuízo da autoridade como não internalização está dado como efeito máximo da dominação, cujo exercício aparece nos sistemas de Estado Nazista e Fascista.

De outra parte, a autora aponta que, em havendo autoridade internalizada, há correspondência dela com os pressupostos de Freud quando teria visto um avanço no desenvolvimento do ego, que levou à formação do superego e, por conseguinte, do sentimento de culpa que regula as relações sociais. Mas a vida familiar, condição prévia da estruturação do superego já não mais existe – lembrado que o texto de Benjamin é de 1977 –, o que é apontado por Horkheimer em 1949, quando redige sobre o autoritarismo na família hoje, pouco anos depois. Dito nas palavras de Benjamin, o novo tempo, nos anos 1970, seria aquele em que

a despersonalização crescente das relações sociais no capitalismo tardio, o declínio do pai empreendedor e individualista minou a organização familiar na qual estava baseada a internalização da autoridade. A internalização é substituída pela direta conformidade a uma pressão externa. De modo similar, a falta de oportunidade para identificar-se com as figuras parentais eficazes e amorosas conduz a uma falha no desenvolvimento do Eu (Benjamin, 2017, p. 160-161).

Na ótica da autora, isso significa que os pensadores da Teoria Crítica primeva teriam reconhecido a transferência da formação educacional para a impessoalidade de organizações extrafamiliares, como a escola, os meios de comunicação em massa catapultados pela indústria cultural, ou às instituições estatais. O domínio dos impulsos inconscientes passou às mãos dos próprios opressores, o que Adorno destacou em várias passagens dos “*Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*” como, por exemplo:

Na sociedade totalmente socializada, a maioria das situações em que as decisões ocorrem é pré-delineada, e a racionalidade do eu é rebaixada à escolha de um passo ínfimo. Sempre se trata de nada além de alternativas mínimas, de evitar desvantagens mínimas, e é “realista” quem toma tais decisões corretamente. (...) Cuidadosamente protegido através da manipulação da mirada do eu, o inconsciente, em sua pobreza e indiferenciação, coexiste de modo feliz com a padronização e o mundo administrado. Por isso os protagonistas totalitários não são de forma alguma aqueles gênios tal como são tratados por seus subalternos. Eles operam em conjunto não apenas com os batalhões mais fortes da realidade e com os inúmeros interesses efêmeros dos indivíduos, mas também com aquelas tendências psicológicas que melhor se compatibilizam com o inflexível princípio de realidade (Adorno, 2015, p. 93).

Em suma, deste primeiro ponto apontado por Benjamin, conclui-se que quando abstraídos dos seus próprios desejos os indivíduos integram uma sociedade sem integração efetiva, pois suas vontades, que são dominadas por forças externas, foram capturadas em prol de outros interesses. O fracasso da autonomia individual enfraquece também a identidade coletiva, segundo a análise dos escritos de Benjamin (2017) sobre Adorno e Horkheimer, reduzindo o indivíduo que luta por emancipação ao comportamento liberal. Na sociedade burguesa perdeu-se, então, o lugar em que “a internalização, embora em arranjo com a autoridade, foi também uma fonte de autonomia do Eu sem a qual a luta por emancipação não poderia ser travada” (Benjamin, 2017, p. 162). O progresso social vinculado à modernidade também está demarcado por formas mais sofisticadas de dominação das mentes, demonstrando que a era burguesa se engendra por meio de uma aparência mais *soft* de controle por sobre os corpos. É uma espécie de “maquiagem” das estratégias de dominação que, justo por terem se tornado mais camufladas, passaram a incidir de modo menos perceptível por sobre os indivíduos, provando uma aplicação diferenciada da psicologia das massas.

Natureza humana e razão entram em pauta no segundo ponto apontado por Benjamin (2017), elementos que seriam nodais na dissolução do impasse entre razão e autoridade. Desde que a esfera da produção de mercadorias entrou em voga, a natureza humana foi associada à ética do trabalho, o que é analisado como fetiche da mercadoria, que aliena o indivíduo da relação com a natureza e consigo próprio. De outra parte, na criação da psicanálise, como forma de compreender o sofrimento psíquico, Freud teria estudado os impulsos básicos como próprios da natureza humana, associando o caráter de fetiche ao Id, que “ocorre quando a dominação do Eu é vista como uma reação, ao invés da causa da natureza primitiva do Isso” (Benjamin, 2017, p. 163).

Já ao analisar os autores de “*Dialética do esclarecimento (DE)*”, Benjamin conclui que, ao tentar dominar o Id, o Ego não internalizado possibilita que a destruição ascenda, sendo esse processo resultante do Id objetificado, que surge na teoria de Adorno e Horkheimer “como única fonte de conflito através do qual o Eu pode progredir” (2017, p. 164). É algo que a autora aponta como um divórcio das funções do Ego e do Id, um processo que pode ser revertido pelo reconhecimento recíproco das necessidades do Ego e do Id. Daí que a autora introduz sua leitura sobre a necessidade de “reconhecimento mútuo da subjetividade”, acusando que é preciso desmistificar aquilo que sujeitos criam para outros e os aliena. Assim, para ser entendida a dominação, o processo social de alienação da necessidade básica por reconhecimento na primeira infância deve ser investigado junto aos partícipes da socialização.

A ótica apontada por Freud, em que o Id é governado pelo princípio de prazer, dá-se em termos de relações entre sujeito e objeto degeneradas, ao passo que a sociedade é quem cria seres humanos que externalizam sua natureza de determinada forma. Mas falta aos autores de *DE*, segundo Benjamin (2017), declarações sobre a composição do mundo externo, restringindo-se às suas considerações à razão como um processo ontológico de luta contra a natureza externa, que se volta ao indivíduo quanto entra em embate com sua própria natureza interna. Daí que nos autores de *DE* tanto a razão como o desenvolvimento do Ego se encontraram com a ideia de autopreservação, ignorando um conceito de intersubjetividade, que se torna caro a Benjamin (2017); para ela Adorno e Horkheimer não superaram “o dualismo sujeito-objeto do qual, no ponto de vista deles, em última instância, emerge a dominação”, o que resulta como única alternativa a auto adaptação do indivíduo, não alcançando os meandros do que seria “o processo intersubjetivo de alienação” (Benjamin, 2017, p. 169;170).

Como terceiro ponto destacado pela autora encontra-se o fim da internalização da autoridade, que deve ser analisado sob o paradoxo da razão, que se tornara repressiva, irracional e dominadora, ao invés de força libertadora. Esse paradoxo é posto em discussão com base na ideia de esgotamento do Ego, disposta em “*Eclipse da razão*” por Horkheimer, que tematiza a internalização de modo dual, como reflexividade e destruição da consciência racional. De outra parte, Benjamin (2017, p. 172) aponta que, para o frankfurtiano, a dissolução do Ego bloqueia “uma solução ao conflito pulsional em que se forma a consciência moral” e a identificação com valores estereotipados assume posição. Por sua vez, na interpretação da autora sobre a escrita de Adorno, o Ego e o Id assumem posição de derrota e vitória, respectivamente. Significa que, no desempenho do Ego, o autocontrole é desnecessário para que o sistema capitalista funcione, sendo essa função transferida para o inconsciente, o Id.

Na esteira de Adorno, na sociedade pautada pelo irracionalismo fica claro à autora que o Ego não tem possibilidades de funcionamento, ensejando o controle das percepções, ideia que também coincide nas duas obras centrais de Marcuse, envolvendo os conceitos de “mais-repressão” e “dessublimação repressiva”. Em suma, “tanto Marcuse como Adorno parecem ter em mente a ideia de que a repressão da percepção ou da cognição é tão vital para a dominação como a repressão do desejo” (Benjamin, 2017, p. 176). Ao colocar em comparação esses dois autores da Teoria Crítica primeva, a filósofa assinala que Adorno não avança para além de um Ego inconsciente como base da elaboração cultural, composta de autoconservação, sendo as forças sociais responsáveis por suprimir a tendência de emancipação. Marcuse, por sua vez, teria explorado o Id e a libido como potenciais avanços ao princípio do prazer, defendendo um Ego não instrumental e sociável, reconciliando utopicamente razão e natureza.

Assim, para a autora, o pensamento de Adorno declara o fascismo como uma deficiência na internalização, permanecendo, nesta condição, o superego desempenhando papel impulsivo, sendo ele assessorado pelo narcisismo, a expressão da fraqueza dos indivíduos. Mas o autor teria desconsiderado, nisso, a análise de “sentimentos de terror e abandono” e/ou também “de expressões secundárias de necessidades que se tornam alienadas e distorcidas através da interação social” (Benjamin, 2017, p. 181). E, entre outras ponderações, a crítica da filósofa ao frankfurtiano é que ele não vê a internalização da autoridade como um processo de individuação, confiando nela como construtora de autonomia, quando na realidade nesse processo há uma internalização de perda da consciência, também deixando de diferenciar espontaneidade de obediência.

A análise da formação do ego e do superego em Freud, que se dá pela teoria das relações objetais, é o último ponto debatido por Benjamin (2017). Nele a autora percebe que as análises da Teoria Crítica primeiramente os referem como dois elementos que se internalizam no indivíduo de modo fragmentado. Daí que o superego seria resultado de uma “divisão precoce e drástica do Eu no curso das relações objetais pré-edípicas” recurso que a criança adota como defesa moral para negar o terror. Isso estaria conectado tanto ao afeto como à cognição para que a autoridade seja cumprida e ocorre em detrimento do princípio de desempenho, não do reconhecimento, impossível de internalização. Dada essa constatação, a autora refere a visão adorniana como impregnada de um “bom eu”, portanto, não fascista, o aproximando da análise de frommiana “dos fenômenos de impotência, mas tenta afirmar que a experiência real é uma base inadequada para a compreensão psicológica” (Benjamin, 2017, p. 184-185).

Dada essa crítica, a autora aponta à necessidade em considerar o desamparo como relacionado à validação e ao reconhecimento, cuja reação se dá em resposta à ação do outro, lugar em que figuram importantes o afeto e a interação comunicativa. O que Benjamin quer dizer com essa passagem é que o indivíduo depende de interações e construção coletiva para desenvolver racionalidade e consciência, refazendo a leitura freudiana sobre o sentimento de culpa:

Para Freud, a culpa persiste e o indivíduo culpa a si mesmo porque persiste o desejo inconsciente pelo proibido. Mas a verdadeira fonte de culpa e autocensura é a consciência persistente de ser tratado injustamente, a negação da integridade e do direito da autoridade. “Eu não tenho culpa” é o sentimento pelo qual a vítima continua sendo punida, o sentimento que transforma a impotência em uma luta interna (Benjamin, 2017, 187-188).

Daí que, para a autora, o medo figura como central na repressão e faz obedecer à autoridade, já que o indivíduo toma consciência de que não possui poder para convencer outras pessoas do seu lugar, passando então a associar-se àquele que o tem. A força movente do

autoritário reside, nessa interpretação, no forte sentimento de injustiça por suas demandas não terem sido ouvidas/cumpridas. Este se constitui em um diagnóstico contundente em se tratando de observarmos uma das principais motivações para ingresso da Alemanha no nazifascismo, por exemplo, bem como para muitas características fundamentais do fascismo, que já nomeamos a partir de Stanley (2020).

Em adição, o próprio Adorno, para a autora, teria reconhecido que o comportamento autoritário não é oposto à autoconsciência e ao autocontrole, mas base para a repressão, embora o filósofo não tenha resolvido bem sobre quais são as origens e os critérios do irracional. Contudo, ao abandono da figura paterna poderia angariar uma análise mais positiva se atualizada a leitura da Teoria Crítica, colocando carga não no domínio do Id agressivo, mas na força do Ego autônomo, constituído sob o signo de uma sociabilidade sem coerção. No entanto, a sociabilidade não nata contrasta com a ideia da individualidade como um produto social, sendo tais percepções da Teoria Crítica, para Benjamin (2017), demarcadoras da inevitabilidade da dominação. Coincidem com Freud, fazendo-a concluir que “somente uma posição de pessimismo sobre a natureza humana, com sua resignação concomitante à necessidade de autoridade, permite uma posição da qual a autoridade pode ser criticada” Benjamin (2017, p. 192).

A autora destaca ainda que as análises de Adorno a partir da psicanálise não enxergam o amor como reconhecimento do valor da dor do outro. É uma posição que, se tomada, permitiria que se captasse “a experiência subjetiva de impotência do lado de dentro, bem como o efeito da ação humana sobre o sujeito indefeso como um fenômeno social objetivo” Benjamin (2017, p. 194), pondo a agressividade do indivíduo como expressão alienada do que sente. Nesse ponto, no embate entre necessidade não atendida de amor, a reação do Ego e da razão fazem pensar na racionalidade instrumental como o princípio que move o todo social, não existindo na teoria freudiana um princípio que enfrente o desempenho e se ocupe do desenvolvimento intersubjetivo. Diferente de Adorno, essa posição pessimista não diferencia natureza e relações socialmente estabelecidas, culpando a natureza, ficando o fascismo sem uma interpretação adequada.

Benjamin (2017) finaliza, então, retomando a importância de uma teoria da internalização que explique a formação do Ego em um padrão que bloqueia a mudança das regras na sociedade, reforçando que a luta libidinal em busca do objeto de realização significa dar vazão e sentido à vida. As manifestações autoritárias, assim como adoecimento e tantas outras mazelas sociais são resultado de uma estrutura relacional em que há uma negação da luta do objeto, o que na interação social não é reconhecido como necessidade, distorcendo até

mesmo os impulsos violentos, que levaram ao fascismo. É preciso, segundo a autora, tratar do desamparo social, por sobre o qual a Teoria Crítica, em especial o pensamento de Adorno, não foi capaz de dar respostas.

Situada no campo da “crítica psicanalítica feminista a membros da Teoria Crítica”, Costa (2019b, p. 352) une-se nesse debate, trazendo ideias tanto de Jessica Benjamin como de Nancy Chodorow, destacando aspectos que revelam o ponto de vista patriarcal dos autores primevos. Um dos principais é a naturalização da maternidade, colocando a mulher no papel perpétuo de explorada na esfera do capitalismo. A dificuldade em gestar a desigualdade social parte, portanto, de questões de gênero não consideradas anteriormente, cujo enfrentamento deve se dar pela adoção de uma “maternagem compartilhada” que, além de promover equidade, permitem rever “as noções de identificação e papéis de modelo no universo infantil” (Costa, 2019b, p. 352).

O foco dessa leitura atual sobre a Teoria Crítica primeva é a análise das estruturas sociais soldadas inclusive teoricamente. Com base em Chodorow, Costa (2019b) aponta que o declínio da autoridade paterna, diagnosticada pelos primeiros autores, resulta em uma transformação psíquica, que retira o pai do complexo edipiano, modificando também a formação do supereu. A autora acrescenta a leitura de Benjamin (2017), cabível para interpretar a transformação de comportamentos sociais, antes racionais, que agora se tornam desvios dos impulsos agressivos via o procedimento de dessublimação, resultando na externalização de um supereu regressivo.

Pensemos: se a sublimação é caracterizada pelo desvio da finalidade pulsional na qual a agressividade não seria diretamente descarregada, mas desviada, a formação do supereu, enquanto uma instância psíquica, pode ser considerada como um desvio da meta pulsional agressiva que não foi descarregada na situação social do complexo de Édipo. Dessublimar o supereu, então, seria retomar as pulsões agressivas anteriormente sublimadas, levando-as à sua meta primeira de descarga pulsional direta em violência real (Costa, 2021, p. 499).

Disso decorre que “podemos notar como as instituições sociais, principalmente em governos autoritários, acabam por explorar componentes psíquicos e inconscientes em suas organizações”, uma vez que “aspectos da metapsicologia dos pseudoindivíduos teriam sido apropriados ou absorvidos pela estrutura social em favor de determinadas finalidades socioeconômicas capitalistas” (Costa, 2019b, p. 358-359).

À Benjamin (1977) também não escapam as percepções da clássica obra Christopher Lasch, “*A cultura do narcisismo*”, a quem acusa de voltar a se apegar ao patriarcado depois do diagnóstico de Horkheimer sobre sua falência, tendo colocado na cota das feministas tal “declínio”. Para Lasch, o fato de o patriarcado não ter mais sucesso como outrora seria culpa

exclusiva das mulheres. Uma vez que a crítica às mulheres é não terem promovido a manutenção da estrutura familiar, demarca-se nos teóricos progressistas uma “nostalgia do poder patriarcal”, obra resultado dos empreendimentos feministas (Costa, 2019b, p. 360). Por conseguinte, Benjamin (1977) destaca que são duas as condutas que impedem as reflexões sobre a emancipação no que tange ao desenvolvimento do indivíduo: por um lado, a conduta que internaliza o modelo patriarcal e, por outro, a volta ao fascismo e outros moldes autoritários com toda força.

Costa (2019b) analisa que as conexões entre patriarcado e capitalismo merecem reflexões sobre o que os une à reprodução social, algo que as críticas dos autores mencionados não apontaram. Contudo, a inferiorização da mulher na sociedade é uma questão apontada já nos clássicos “*Manuscritos econômico-filosóficos*”, na discussão sobre propriedade privada e comunismo:

Na relação com a *mulher*, como *presa* e criada da luxúria coletiva, se expressa a infinita degradação na qual o homem existe para si mesmo, pois o segredo dessa relação tem a sua expressão *inequívoca*, decisiva, *manifesta*, revelada na *relação do homem com a mulher* e na maneira como é concebida a relação genérica *imediate*, *natural*. A relação imediata, natural, necessária do homem com o homem é a *relação do homem com a mulher*. Nessa relação genérica *natural*, a relação do homem com a natureza é imediatamente sua relação com o homem, bem como a relação com o homem é diretamente sua relação com a natureza, a sua própria determinação *natural* (...). Do caráter dessa relação decorre a medida em que o *homem* [se tornou] e concebeu-se como *ser genérico*, como ser humano; a relação do homem com a mulher é a *mais natural* relação do homem com o homem (Marx, 2017 p. 234, grifos do autor).

Não podemos deixar de assinalar que esta obra marxista revela muito da dinâmica interna da reprodução das relações sociais e os mecanismos que as possibilitam, emanando-se do modo de produção capitalista uma série de sequelas, demarcadas por Elbe (2017) como sendo tanto morais como psicossociais, as quais inevitavelmente recaem sobre o elo mais fraco da sociedade. As mulheres, mesmo com o suposto progresso havido diante da falência da figura paterna, o qual Jessica Benjamin¹²⁸ categoriza como uma estrutura patriarcal em que passa a ser ausente da figura do pai, continuam forçadas às funções de outrora. Diante desse diagnóstico, “isso significa dizer, em outras palavras, que o declínio da autoridade paterna produz transformações na constituição do supereu, mas não modifica essencialmente a constituição dos papéis de gênero” (Costa, 2019b, p. 362).

A própria autora havia, em seu texto de 1978, referenciado o clássico “*O Capital*” para refletir sobre a perda de protagonismo na vida social na discussão de Marx sobre alienação e fetichismo da mercadoria no capitalismo. Aliado a isso, o autor ressalta o desaparecimento

¹²⁸ Nesta reflexão, Costa (2019b) faz referência a outro texto clássico de Jessica Benjamin, “*Authority and family revisited: or a world without fathers*”, datado de 1978, também por nós citado abaixo.

dos indivíduos em meio ao processo de acumulação do capital, uma vez que a circulação de mercadorias se deu a partir da despersonalização, pois trata-se de trocas entre coisas, não entre pessoas (Benjamin, 1978, p. 37). A máquina de moer carne do capitalismo não distingue gênero, uma vez que essa distinção já emanou da própria estrutura do patriarcado, que historicamente se encarregou de fazê-lo disso à medida que mantém as relações autoritárias entre homens e mulheres como a base da produção de mercadorias e da reprodução social. Assim, as práticas de divisão sexual do trabalho se consolidaram e estão manifestas desde o estabelecimento de remunerações, até a distinção dos tipos de trabalho mais adequados a cada um, além do controle moral. Cimento e fundação do modo de produção inerente à era industrial, o patriarcado, enquanto um sistema de dominação masculina, intersecciona-se com a personalidade autoritária, agora no capitalismo neoliberal¹²⁹.

3.2.2. *A personalidade autoritária neoliberal: a nova ascensão da barbárie*

Ao encontro do trato das questões de gênero no contexto atual está a nova configuração social, voltada à neoliberalização da economia, a qual afeta indelevelmente o modo de vida no século XXI. Essa nova ordem está imbuída de um tipo de organização psíquica bastante específica, definida a partir do que Gandesha (2018) classifica como “personalidade autoritária neoliberal”, que exploramos nesta seção. O autor pensa essa noção historicamente e a vincula a dois aspectos centrais: o aumento da desigualdade socioeconômica e a ascensão do populismo autoritário ligado a movimentos políticos de direita.

Considerando os EUA, o autor aponta que a tecnologia atua em favor da concentração da riqueza, que passou a ser centralizada nos 10% mais ricos do país, sendo que o padrão produtivo mostra fortes indícios de que a desigualdade será acentuada mais ainda no futuro. Isso incide sobre o segundo ponto, uma vez que Gandesha (2018) percebe a influência da crescente desigualdade sobre a ordem política, destacando a França, na Europa, e os EUA, na América do Norte, como exemplos de mudanças recentes. Uma realidade que se atualiza no presente, visto a segunda eleição de Trump, em 2024, cujo governo continua sendo calcado em

¹²⁹ Em um país latino-americano como o Brasil, essa intersecção tem significado mediante uma história em que as mulheres só puderam ingressar na educação básica em 1827, em cargos públicos em 1928 e conquistar o voto apenas em 1932. No contexto mundial da saúde, a América Latina é alçada na década de 1960 pelas políticas de saúde feminina com a chegada da pílula. Em contraste, foi apenas em 1977, que a indissolubilidade do matrimônio se tornou possível no país mantendo-se, porém, o domínio do seu corpo com uma regra como a da possibilidade de anulação da união matrimonial até 2002, se constatada a ausência do hímen. Aliada a todas essas violências subjetivas, a violência objetiva contra o corpo de mulher só encontra alguma possibilidade de combate mais efetivo em 2006, com a promulgação da Lei Maria da Penha e, mais tarde, em 2015, pela Lei do Feminicídio. Embora as conquistas mais recentes como o reconhecimento da violência política de gênero (2021) e a extinção da permissão do cônjuge para realizar laqueadura, diante da estrutura disponível no Estado brasileiro ainda existem muitas limitações para evitar a violência e promover dignidade às mulheres.

uma agenda racista, xenofóbica e anti-imigração. A deportação de grande quantidade de pessoas não nascidas no país¹³⁰ e a ameaça de construir um muro separando a nação do México são mostras dessa escalada autoritária em um dos maiores centros econômicos mundiais da atualidade.

Sobre esses fatos que acirram hoje a democracia norte-americana, Gandesha (2018) havia se debruçado quando manifestos os indícios autoritários no primeiro governo Trump, eleito em 2016, e que perdurou entre 2017 e 2021, tratando de suas motivações a partir dos dois aspectos enumerados. Conforme o autor, o radicalismo de direita, alimentado pelos partidos neofascistas carrega um ideário antissistema¹³¹, mas ancorado na manutenção da propriedade privada e que age nas trincheiras abertas, mas desocupadas, pelos movimentos anticapitalistas de esquerda. A suscetibilidade da massa populacional a esse tipo de radicalismo, para o autor, está associada ao desprezo em relação a saídas democráticas, uma vez que é em meio à democracia recente que a desigualdade se acentuou. Os discursos radicais se fazem dos palanques da democracia, por exemplo, atacando estrangeiros, ao que Gandesha menciona a chave de análise freudiana, *das Unheimliche*, na interpretação das condutas autoritárias atuais. O outro passa a ser excluído nos mesmos moldes em que

a propaganda nacional-socialista retratou os judeus, o populismo de direita contemporâneo constitui o outro em termos desumanizantes, as pessoas são projetadas (...) como insetos e vermes que ameaçam sobrecarregar e destruir o corpo político e podem ser confrontadas apenas por políticas excludentes que ocasionalmente exigem a suspensão da legalidade constitucional. Como Max Horkheimer e Theodor Adorno sugeriram (...), isso constitui o impulso para eliminar o não idêntico; na tentativa de colocar a natureza sob o domínio do controle técnico e da maestria, qualquer resíduo de natureza descontrolada ou, de fato, incontrolável, que permaneça, provoca uma resposta automática de repulsa (Gandesha, 2018, p. 2, tradução nossa).

A imposição de métodos econômicos para exercer o domínio em países centrais não difere nos periféricos em sua base autoritária, que remonta ao passado histórico. Mas, há uma importante distinção gradativa quando lembramos que, no caso do Brasil, como originário da colonização, é um país engendrado a partir da formação de uma burguesia latifundiária. Responsável por grande parte da cota de desigualdade desde o colonialismo e, por conseguinte, das práticas sucessivas de dominação e negação do não idêntico, essa camada dominante agiu

¹³⁰ Desde que Trump assumiu o segundo mandato, muitas deportações de pessoas não nascidas nos EUA são conduzidas à revelia da justiça norte-americana e com ações violentas por parte do Estado, como acusa John (2025).

¹³¹ O pensamento antissistema desses movimentos radicais de direita não carrega semelhança com a ideia de antissistema de Adorno (2009), proclamada na “*Dialética Negativa*”. Aqueles movimentos estão próximos do anarcocapitalismo e alimentam a ideia de que quanto maior o drama da desigualdade e da convulsão social, mais acessível está para a extrema direita assumir o poder com o apoio popular, extraindo produtividade. Para Adorno (2009), o fundamento do pensamento antissistema é enfrentar o totalitarismo do sistema e se trata de enfrentar as mazelas do Estado capitalista, trabalhando pela existência de um espaço ao não idêntico que, em sendo uma alternativa às feições capitalistas, promove olhares às diferenças e trabalha em prol de inclusão e igualdade social.

sob a égide de uma identidade verticalizante visando atender aos interesses econômicos do capital estrangeiro. A naturalização da hegemonia burguesa foi facilitada pela ideologia do colonialismo¹³², em que o determinismo histórico foi simbolicamente firmado. Essa configuração, centrada em pressupostos de construção nacional verticais, obedece a uma relação de recepção e reprodução da dominação em que, ao promover o “encobrimento do Outro” (Dussel, 1993), tanto material quanto simbolicamente, a recusa do não idêntico salta aos olhos quando se abrandam as práticas violentas dos considerados descobridores.

Destarte, guardadas as devidas proporções entre a realidade norte-americana e a brasileira, houve uma redução da singularidade de diferentes etnias a apenas nomenclaturas que distinguem “eles” e “nós”, como leu Stanley (2020), sendo isso o suficiente para o exercício de inclinações autoritárias, que interpretam como necessidade preterir aquele que não é idêntico. Isso não é completamente novo, pois na condução das relações de produção, a inferiorização do *Outro* para explorá-lo se naturalizou desde os processos escravagistas, cometidos tanto nos EUA, país de primeiro mundo, como no Brasil, onde a escravidão se dava sob a ocultação do tráfico negreiro. Divulgou-se, no país colonizado, uma versão paradisíaca, cujo mito fundador “lança-nos para fora do mundo da história” (Chauí, 2001, p. 67 e 63). Já no país colonizador, a supremacia da nação tem-se provado mediante decisões que motivam cisão social e guerras entre nações até o presente.

Associada à versão que naturaliza a expulsão dos imigrantes no primeiro mundo, negando a alteridade do *Outro*, bem como em relação aos fatos do país periférico, a personalidade autoritária neoliberal atua pela planificação de valores. Liberdade, emancipação, laicidade, alteridade, democracia ou igualdade são conceitos atrelados, agora, à lógica mercantil. Associa-se à concretude da vida social àquilo que Adorno já categorizava como uma mimesis falsa, em que

o momento ineliminável da mimesis que é intrínseco a todo conhecimento e a toda prática humana ganha a consciência, uma tal consciência torna-se não verdade quando a afinidade que, em seu caráter ineliminável, está ao mesmo tempo infinitamente distante, posiciona a si mesma positivamente (Adorno, 2009, p. 131).

Este itinerário, inerente à lógica da dominação do homem pelo homem que, independentemente das fronteiras, manteve suas prerrogativas no tocante ao domínio de povos “desenvolvidos” sobre os inferiorizados, se reforça mediante a prática neoliberal. Ela, que se

¹³² A ideologia do colonialismo previa que “o conjunto de ideias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar a sua dominação sobre as áreas de que se haviam apossado em ultramar e que dominavam direta ou indiretamente, gerindo-lhe os destinos, pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre eles ou as suas metrópoles” (Sodré, 1984, p. 98-99).

tornou uma forma de poder assumida por *gestores*¹³³ em todos os cantos do mundo em que foi possível, agora age no intuito de suprimir definitivamente a importância de fronteiras territoriais e dos Estados-nação. A instrumentalização da democracia pela lógica econômica neoliberal fica clara quando a prática dominante seguiu a contramão de pressupostos de reconstrução social anunciados nos anos 1970 que, segundo Gandesha (2018), previam que as relações sociais seriam sólidas ao serem embasadas pelos mecanismos do mercado, os quais se supôs que por si apenas seriam capazes de combater as irracionalidades emanadas das esferas estatais. Ele chega a enumerar a conceituação de Wendy Brown sobre a *mercantilização da democracia*, a qual aprofundaremos na próxima seção. Mas, já sabemos que a ideia de livre mercado ou autorregulação da economia é uma prerrogativa smithiana tão rasa quanto falsa.

Para Gandesha (2018), é um projeto que, frustrado, resultou no aumento da agressividade, humilhações e na ascensão do sentimento de culpa. Isso pois, da comercialização ideológica do neoliberalismo meritocrático – sustentador da ideia de que basta o indivíduo esforçar-se para alcançar a vitória de seus empreendimentos – resulta o desdobramento de falácias, o pensamento superficial e as condutas imprudentes. Integrando esse diagnóstico, a liberdade anunciada no escopo neoliberal foi cerceada por valores econômicos que fizeram adensar e proliferar traços do perfil autoritário. Em função disso, Gandesha (2018) anuncia a necessidade em retomar os estudos de Adorno (2019; 1950) sobre a personalidade autoritária, para melhor delinear os prejuízos associados ao perfil autoritário atual do contexto neoliberal. Ao criticar a vinculação desses estudos a conceitos freudianos tradicionais, o autor propõe a abordagem baseada na teoria de Sandor Ferenczi sobre a identificação com o agressor, que envolve submissão e acomodação em resposta à insegurança social, sendo uma relação firmada não apenas por vínculo libidinal. A identificação, nessa chave, também acontece por uma necessidade advinda de diversos ataques à segurança do indivíduo.

¹³³ As ideias que conferem aos gestores empresariais as melhores propriedades para administrar o Estado estão inclusas no pacote da ideologia neoliberal que, na corrente desenvolvida na área da administração pública, chamada “Nova Gestão Pública”, promoveu no Brasil uma aliança social-liberal nos anos 1990 e a uma abordagem consensual pragmática, voltada à resolução da crise fiscal. Ela levou a operar a reforma do aparelho do Estado de 1995, que buscou deslocar o papel da burocracia no Brasil. A ideia – ideológica, porque sem lastro material real – era superar o Estado burocrático, o que jamais aconteceu. As críticas à burocracia, que carregavam um peso de roubo da vida, deram lugar a algo muito mais sofisticado, pois o que se desdobrou dali para diante, na realidade foi concentrar o processo decisório em gestores pragmáticos, apenas comprometidos com o objetivo da eficiência na gestão do Estado, numa continuidade mais rebuscada da visão economicista. Com isso, ao mesmo tempo em que se perseguiu o intuito de direcionar a configuração do poder para outras frentes, em especial a econômica, fez-se nada mais do que reeditar o jogo, aparentemente neutro, da suposta separação entre política e administração, colocada como uma necessidade para que o todo social avançasse. Sanar as dificuldades da gestão pública que, no fundo, se relaciona à gestão da desigualdade, veio a ser mais uma vez argumento que encobriu interesses empresariais. Foi uma brecha para empresários assumirem e se legitimarem sem maiores questionamentos no governo do Estado, servindo suas empresas sob o discurso de que estão atendendo os interesses públicos.

A identificação com o agressor, para o autor, é o elemento central para entender a personalidade neoliberal contemporânea, já tendo sido assinalado por Adorno depois de 1933 como um comportamento adaptativo diante da iminência de totalitarismos que, no limite, forçaram ao refúgio ou imigração de muitos para escapar da morte. À época, a identificação com o agressor seria, portanto, a adaptação necessária ao próprio filósofo, forçado a se exilar nos EUA, constatação que Gandesha (2018) ilustra citando a crítica de Adorno à positividade de Hegel. Para o autor de “*Dialética Negativa*”, a postura reflete sobre a negatividade como crítica ao que se aparenta como positivo, mas na realidade não é. Conforme Gandesha (2018), essa obra final de Adorno gravita em torno da ideia de identificação com o agressor, cujo embasamento ele tirou da força de seu próprio Ego.

A obra sobre personalidade autoritária desenvolvida nos EUA tem, portanto, um fundo de protesto e revolta contra a fascistização do mundo, visando apontar com precisão as consequências do domínio da técnica à gestão das necessidades da vida no contexto mais avançado do capitalismo contemporâneo. Conforme Gandesha (2018), a demanda aumentada por dessublimação repressiva, diagnosticada anteriormente por Marcuse, provocou uma escalada autoritária, em associação com a precarização e a insegurança, traços sociais acentuados pela ordem neoliberal. Ao passo que se cria um vínculo libidinal entre um grupo e um líder, o estado de exceção permite o controle das emoções por parte do líder, que tem o perfil tirano exigido pelas práticas agressivas do neoliberalismo. Afinal, sem que se tenha um certo grau de agressividade, nenhum indivíduo se destaca no mercado e fracassa, dizem em coro os *coaches do sucesso*.

Portanto, em sua reedição agressiva, o contexto neoliberal demanda reconstruir o esboço da personalidade autoritária, percebendo que suas novas nuances, as quais se formam a partir da perda de estabilidade que existia no *Welfare-State*, conferem ao indivíduo uma feição de que não possui mais muito a perder. E, se não há propriedade, família ou valores sociais que assegurem uma razoabilidade em suas atitudes, a personalidade autoritária neoliberal revoga a civilidade ao espectro primitivo. Para compreender esse quadro, Gandesha (2018) retoma os aspectos da formação da subjetividade apontados na “*Dialética do Esclarecimento*”.

O primeiro, a *identificação*, está relacionado ao seria hoje saber fazer a melhor adaptação ao princípio do desempenho, de modo a não se tornar um perdedor, mas adquirir a excelência na competitividade. O trabalhador bem identificado com seu trabalho dá seu sangue sem questionar. Melhor ainda se for autogerido. Esse aspecto se associa ao segundo, a *introjeção* que, atuando melhor do que antes, promove uma autopreservação em nível tão agressivo que o indivíduo tem sua capacidade de agir reduzida. Ele se torna um autômato a

serviço da hiperprodução de bens. Como reflexo, o terceiro aspecto, a *dissociação*, é manifestado quando apenas se sobrevive e os indivíduos reproduzem a rotina de exploração via o trabalho intermitente. Nessa tríade caracterial, a sociedade se transformou em um conjunto autômato de pessoas que atuam como *zumbis*, comportam-se como mortos-vivos. Para o autor, isso fundamenta o apagamento de oposições democráticas e leva as pessoas a se associarem a movimentos e partidos autoritários, de caráter extremista a populista que, sem a devida mediação, passa a ser a postura adotada para alcançar uma resolução imediatista aos problemas socioeconômicos em ascensão.

Tal comportamento é resultado de uma dissolução paulatina do que as pessoas entendiam como redes de segurança, apoio e solidariedade, uma vez que a lógica do mercado – essencialmente competitiva – refuta laços de irmandade, pois os considera sinais de fraqueza. Assim, cada um se blinda com a ilusão do sucesso e vai às ruas apoiar aquele líder que se mostra forte, esbraveja receitas prontas e superficiais para que as questões econômicas tenham a mais rápida resolução e uma vida em busca das realizações pessoais continue fluindo. A postura violenta desse líder autoritário, não raro enfrentando normas constitucionais legais de um país e a própria racionalidade, não é vista como afronta à vida, mas sinal de um caminho – aliás, o único possível – para eliminar os entraves ao desenvolvimento pessoal. A formação da personalidade autoritária neoliberal está, portanto, fundada em um esforço coletivo do poder dominante, acionado por uma ideologia que não destoa dos processos inaugurais da produção fabril, à qual foram associados procedimentos de dominação vinculados ao controle psicossocial. Compreender o adestramento à personalidade autoritária neoliberal requer, assim, voltar às raízes da formação capitalista.

Os níveis de controle na esfera produtiva capitalista operaram desde cedo, na organização científica do trabalho e estenderam-se até a chamada flexibilização das relações de produção. Portanto, eles evoluíram junto com o desenvolvimento de métodos de produção, lastreando de modo importante a formação da personalidade autoritária neoliberal. As inúmeras formas de controle do trabalhador, já experimentadas e instituídas desde os primeiros passos da revolução industrial, delinearam uma complexa ontologia das formas e processos de controle econômico, político-ideológico e psicossocial do indivíduo. Em especial em relação ao controle psicossocial, levaram a processos subjetivos de controle que solaparam a psique, além dos objetivos, como apontou Faria (2010)¹³⁴.

¹³⁴ No quadrante dos processos de controle subjetivos ligados ao controle psicossocial, Faria (2010, p. 131) destaca que, relativa à forma de controles físicos, localizam-se as atitudes/comportamentos e os sofrimentos psíquicos somatizados; na forma de controle normativo, estão o recalque e os valores assimilados; na forma de controle por

Esses esquemas castradores, elaborados internamente nas fábricas, escaparam para fora, tornando o cidadão um indivíduo “flexível” primeiro no corpo, depois na alma, o que formou uma concepção política que o envolve em uma massa manipulada e agressiva. Se na indústria os seres humanos foram reduzidos a peças descartáveis de uma engrenagem, transformando-se em peças úteis apenas quando há fruição da ordem do capital, na ordem neoliberal, truncada na sua faceta social, que está envolta à empresarização de tudo, isso passou a se refletir na conjuntura da sociedade. No mundo em que a empresa se tornou um ser e as pessoas ferramentas automatizadas, quando pessoas se tornam peças que não mais se encaixam ou não mais *funcionam* como deveriam, a sua substituição passa a ser natural e inevitável. É uma ordem que está embasada pelas práticas da necropolítica, diagnosticada tanto por Mbembe (2018)¹³⁵, como por Miranda (2021), em reflexões que revelam os perigos das práticas neoliberais em produzir sistemicamente a morte, em escala industrial.

A produção reificada, que está envolta ao fetiche da mercadoria e obscurece o sofrimento do trabalhador, demonstra seu prejuízo quando é força que constantemente move a despolitização, descambando a retratos estereotipados do mundo. Apresentam-se os indivíduos, massacrados pela esfera produtiva e sem capacidade de reflexão crítica, dualizações simplificadoras da realidade e correlatas a um totalitarismo mercadológico que reforça o solapar da inteligência humana, iniciado na fábrica. A personalidade autoritária neoliberal torna-se, assim, a expressão do indivíduo médio nesse contexto, e veiculadora de versões de verdade restritas a divisões abstratas, mas que transmitem os comportamentos ideais de uma inclusão seletiva que, frequentemente, obedece a uma padronização prévia. São constructos perfeitos destinados ao público médio que integra a massa trabalhadora e que, por expressarem o senso comum, adquirem forte adesão na massa oprimida.

Foi justamente a reunião em fábricas que permitiu à indústria capitalista massificar padrões de ação social total – sendo o supereu social total ancorado por uma esfera hiper moralizante – que delineia uma falsa democracia no instante em que limita a própria cultura

resultados, localizam-se os compromissos e a cumplicidade; no que tange à forma de controle participativo, o envolvimento e o comprometimento; quanto à forma simbólico-imaginária, as fantasias, as projeções inconscientes e as suposições de desempenho; nas formas de controle por vínculos, a identificação inconsciente, as relações amorosas (libidinais), o sentimento de pertença e a transferência egóica ou do aparelho psíquico e; por fim, destacam-se formas de controle por sedução monopolista, quanto as quais tem-se a submissão, a conformação e a credulidade no saber dos dirigentes.

¹³⁵ O pensamento do filósofo camaronês é enraizado no materialismo histórico, o que o faz ver as políticas da morte como parte de uma estrutura maior que opera por sobre os países colonizados. Fundadas em violência, especialmente de caráter racial, são políticas regidas pela ideia de fazer viver e deixar morrer, em que o destino dos indivíduos não está em suas mãos, mas na do Estado autoritário, que elege inimigos com base em critérios ficcionais, sendo eles biológicos, ideológicos, técnicos ou burocráticos. O resultado são genocídios em massa em vários países, dizimando povos e culturas, restando como saldo positivo aos dominadores ocupar seus territórios.

como mercadoria. O ditado de comportamentos é facilitado agora, no século XXI, diante da cultura cibernética, que adensa e hipostasia a tecnocracia. Ao mesmo tempo em que banaliza as criativas conexões e realizações humanas, como, por exemplo, a obra de arte, a indústria cultural desde os primórdios perturbou os sentidos e dificultou a capacidade de discernimento, implicando num julgamento distorcido sobre a coerência das coisas. Esse procedimento, já assim apontado por Adorno e Horkheimer (1985), aguça os desejos e facilita com que se desenvolva a necessidade do supérfluo, gerando uma sequência de desequilíbrios que se tornaram completamente incontroláveis. Assim, a natureza da personalidade autoritária neoliberal tem seus primeiros apontamentos fundacionais também nas práticas da indústria cultural, que massificou pensamentos e se traduziu pela fabricação da identidade via manipulação retroativa das necessidades para alçar uma suposta unidade do sistema no que o esquematismo se torna decisivo:

a verdadeira natureza do esquematismo, que consiste em harmonizar exteriormente o universal e o particular, o conceito e a instância singular, acaba por se revelar na ciência atual como o interesse da sociedade industrial. O ser é intuído sob o aspecto da manipulação e da administração. Tudo, inclusive o indivíduo humano, para não falar do animal, converte-se num processo reiterável e substituível, mero exemplo para os modelos conceituais do sistema. O conflito entre a ciência que serve para administrar e reificar, entre o espírito público e a experiência do indivíduo, é evitado pelas circunstâncias (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 83).

Esse procedimento, responsável não apenas pela captura dos corpos, mas da alma das massas, que sucumbem ao mito do sucesso, tem como pano de fundo o controle imperceptível exercido pelo supereu social, do qual tratamos anteriormente e que, como já anunciamos, passa a ser diante do quadro atual, qualificado como “supereu social total”. Trata-se de uma realidade em que a sociedade é transformada em um arquipélago carcerário, a vigília é auto infligida e constante, sendo esta uma marca do presente modelo de vida. Ele se firma via um totalitarismo da técnica ou tecnotalitarismo, que controla a subjetividade do indivíduo com o uso das redes sociais. Essa se constitui na nova roupagem do que, antes, estava no ordenamento da reprodução técnica, como conceituado por Walter Benjamin. Se não há produto à venda, mesmo sendo ele uma reprodução tosca da valiosa obra de arte, quem é o produto é o próprio indivíduo, como conclui o documentário dirigido por Orłowski (2020), “*O dilema das redes*”. Enquanto são distraídos, o produto humano ou o indivíduo mercadoria compra todo o conjunto de vestes da personalidade autoritária neoliberal, aprendendo o ódio como sentimento banal e saindo assim pelas avenidas de qualquer lugar.

Sustentada na ideia de Horkheimer, de que o autoritarismo estará presente enquanto houver capitalismo, Costa (2021, p. 500) encontra já no final da carreira de Adorno, em 1967, a presença de análises que remetem a esse “aspecto destrutivo do capitalismo”. A “ênfase passa

a estar no desejo de destruição”, com morada especial na personalidade radical de direita e alucinada. “Seu lado fanático fomenta um estado de alma apocalíptico, torcendo pela catástrofe social que justifique a instalação plena de uma sociedade fascista (...), nutre fantasias de fim de mundo” que contrastam com o tipo manipulador, um indivíduo “frio, processual, distanciado das emoções e vinculações humanas, inclinado à organização e ao uso da tecnologia para fins administrativos, preocupado que as coisas ou a economia funcionem, doa a quem doer, matando quem precisar matar” (Costa, 2021, p. 502).

Ainda no que tange o tipo autoritário neoliberal, tem-se uma retirada do vínculo no que diz respeito ao propósito de adequação à sociedade repressora anterior, sendo essa propriedade potencializada individualmente. No entanto, essa “noção de indivíduo autônomo aproxima-se de uma ideologia quase impossível de ser realizada” (Costa, 2021, p. 505). Mesmo assim, alcançar o sucesso a qualquer preço é uma ideia decisiva à personalidade autoritária neoliberal, que atua no convencimento para a certeza da ascensão que, por outro lado, exige do consumidor desse sistema que não se dê “momentos em que pressinta a possibilidade da resistência” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 132). Assim, o contexto autoritário de controle e dominação abarca até mesmo uma vagueza que vai, conforme o caso, do acaso ao planejado, de modo que se aglutinam no complexo social os efeitos desejados pelo emprego generalizado da ideologia vendida no neoliberalismo.

Ao analisar a personalidade vinculada à ordem neoliberal, Gandesha (2018) ainda observa que se trata de uma experiência traumática que leva grupos a serem colocados como objeto de medo e ódio. A ascensão do autoritarismo atua como um sistema social defensivo em direção ao desconhecido. Uma vez que a escassez, a desigualdade, a insegurança – inclusive a provocada pelas mudanças do ecossistema – levaram a identificações paradoxais, resta a mimética de atitudes autoritárias. Partir da autoridade ao autoritarismo é, então, a resposta necessária em tempos de declínio econômico do padrão de vida, e “a constituição da subjetividade neoliberal implica tornar cada indivíduo cada vez mais responsável por seu próprio sucesso ou fracasso” (Gandesha, 2018, p. 14). Esta também é uma prática que retira todo o sentido da concepção matriarcal de respeito à natureza, entoada por movimentos de preservação ambiental que consideram o ser humano integrante do ecossistema e que o deve preservar para que sua vida continue. No caso do fracasso, quando não individualmente administrado, tem ainda como resultado a culpabilização do estrangeiro, um *outro* em que se deposita toda inabilidade em lidar com a diversidade a partir de princípios de autoridade, descambando-se inevitavelmente ao autoritarismo.

Costa (2021) corrobora essa análise, concluindo com Gandesha (2018) sobre a dispensa do supereu re-externalizado no líder, que agora é reinternalizado no ego, de modo que cada tipo autoritário se torna imbuído de um grau próprio de tirania. Então, como resultado da construção do supereu social, sobre o qual concluímos anteriormente, agora, no supereu social total, há um espelho que o reflete para dentro – o supereu social total se torna “extrassevero”, como afirma Costa (2021) –, assumindo o perfil autoritário com inegável convicção, como modo de enfrentar a sociedade neoliberal. A autora reflete que, em contraposição a essa forma hiper exigente surge a melancolia ou depressão – esta vista como “o outro lado do desempenho” (Dardot e Laval, 2016, p. 366) –, que se desenvolve quando o indivíduo se dá conta de que vive em meio a uma estrutura na qual a realização é inalcançável. Do outro lado, ela observa surgir o que Adorno caracterizou pela síndrome psicopata: “sua principal marca é a insurreição contra autoridades externas, mas não de uma forma que promova a autonomia” (Costa, 2021, p. 508). Trata-se de uma personalidade inescrupulosa que luta movida pela ambição de poder, antipatia total em relação ao outro, e até mesmo cinismo. Ela é inflada pela certeza de merecimento daquilo que, na sua vagueza e arbitrariedade, considera justo para si, seja um bem material mais imediato, ou um cargo de presidência. Para consegui-lo, cobra e culpa a todos que possam ser vistos como empecilhos, não importando o grau de violência a ser empregado.

Assim, a esfera da produção capitalista dentro do neoliberalismo, que pertence a outro tipo de organização psíquica, uma vez remetendo à ideia de reinternalizar o superego, levou à perigosa combustão das estruturas da democracia quando fez retornar no conjunto social os movimentos extremistas, constituídos de uma agressividade cada vez mais forte. Se a reinternalização do superego capturou definitivamente a pouca esperança da formação autônoma e de emancipação social, ao invés de fazer o indivíduo encontrar saídas às contradições psíquicas ou empreender reflexões internas, é algo a se pensar. O fato é que, quando diante das práticas emanadas de Estados autoritários, as sociedades passam a facear a iminência de uma nova barbárie, agora ditada pelo mercado, resta saber até que ponto há possibilidade efetiva de resgate da autonomia. O aproximar-se da realidade como ela é, em sua dor concreta, em que salta aos olhos o não idêntico, carrega como desafio principal a necessidade de uma formulação efetivamente engajada no enfrentamento do sistema e na luta pela emancipação que, queremos investigar, até que ponto ainda é possível quando vinculada ao Estado democrático.

3.2.3. *A subjetivação neoliberal: supereu social total no familismo autoritário*

As manifestações de inúmeras práticas autoritárias atuais encontram-se em meio à forma econômica mais avançada do capitalismo, situada no contexto neoliberal, que se totalizou como lógica de ação social predominante. A ela podemos vincular as expressões de um supereu social total, que une as características que levantamos quanto ao supereu social, acrescentadas de todos os traços de dominação exercidos no contexto atual, que enredam o sujeito em uma totalidade que funciona, basicamente, pelo controle subjetivo-econômico. O neoliberalismo é um novo totalitarismo. E as suas determinações e especificidades como modelo econômico e os embates que ele alcança, dilacerando uns e elevando outros modelos políticos, têm sido objeto de reflexão para diferentes autores. À disposição, hoje temos obras que analisam desde o âmbito microssocial (familiar) em que a dominação é exercida para controlar politicamente a sociedade, até análises macrossociais, que buscam interpretar o exercício do poder no Estado-nação.

Os autores que atualizam a temática da autoridade e do autoritarismo em suas complexidades têm abordado amplamente suas manifestações em nível mundial (Jameson, 1997; Harvey, 2007; Klein, 2008; Dean, 2009; Brown, 2015; 2019; Brown, Gordon e Pensky, 2018; Dardot e Laval, 2016; 2017; Fraser e Jaeggi, 2020; Stanley, 2020; Empoli, 2021; Levitsky e Ziblatt, 2018; 2023; Fraser, 2024). Assim, não nos faltam análises de todo tipo de sequelas causadas por esse movimento antissocial que não deixa de estar enraizado na barbárie primeva, mas na contemporaneidade assume as nuances de uma ordem econômica também bárbara. Nos atentaremos à construção do modo de subjetivação atrelado à racionalidade neoliberal, em que nosso esforço será para qualificar mais claramente o que chamamos de supereu social total, constituído a partir da ideia de familismo autoritário. Uma busca que nos exige atentar aos escritos atuais da Teoria Crítica que englobam a conjuntura social, política e econômica do século XXI. Em um primeiro momento, recorreremos a Brown (2015) que, em uma visão de base foucaultiana, entende o modelo econômico que vivemos, o neoliberalismo, como uma ordem de razão normativa que ascendeu e tomou forma de governo, ditando práticas de mercado a distintas esferas da vida humana. Para a autora, mesmo que a mercantilização não seja o efeito mais crucial do neoliberalismo,

a racionalidade neoliberal disseminou o *modelo de mercado* para todos os domínios e atividades – mesmo onde o dinheiro não está em questão – e configura exhaustivamente os seres humanos como atores de mercado, sempre, somente, e onde quer que estejam, como *homo oeconomicus* (...). Economização generalizada de domínios, atividades e assuntos até então não econômicos, mas não necessariamente mercantilização ou

monetização deles, então, é a assinatura distintiva da racionalidade neoliberal (Brown, 2015, p. 31;32, tradução nossa)¹³⁶.

Resulta que, segundo a autora, onde quer que o indivíduo esteja atuando, a racionalidade neoliberal o faz exercer um raciocínio econômico, inclusive na esfera política, o que transformou o sistema democrático em mais um valor de troca mercantil. O desgaste que se formou em relação à democracia liberal, justamente porque seus princípios de liberdade não puderam ser cumpridos, abriu flancos para formas democráticas radicalizadas, uma total contradição ao que prometia e que, segundo a autora, se tornam as únicas possíveis em meio ao sistema mercantil agressivo imposto pelo neoliberalismo. Para a defesa inicial desta tese, Brown (2015) assinala a incompatibilidade entre democracia e neoliberalismo, uma vez que a democracia se situa no lado oposto às ditaduras, ao fascismo e ao nazismo, assim como ela está em relação ao neoliberalismo, tornado no modelo global de governança. À nossa tese, podemos acrescentar que “da autoridade ao autoritarismo” não é um percurso em que uma manifestação vai harmoniosamente ao encontro da outra, mas que estão de encontro, chocando-se tragicamente.

Trata-se de uma racionalidade cujo sistema valorativo econômico alterou toda compreensão das práticas humanas, fazendo o indivíduo tomar forma de capital humano. Focado na competitividade, ele estende suas ações para além de ser empreendedor, pois sua busca é por estratégias para aumentar o valor do seu ego. A lógica neoliberal transforma, assim, os seres humanos em um ativo financeiro, em que o narciso olha no espelho e vê um cifrão. A vida pessoal e social assume, com isso, coordenadas econômicas, e as referências políticas, próprias da democracia liberal, são desfeitas, conforme Brown (2015). A presença do neoliberalismo nas mais diferentes esferas da vida também é um fato analisado por Dardot e Laval (2016) como racionalidade que molda a sociedade em termos de cultura empresarial e criou uma nova subjetividade, focada na instrumentalização do *Outro*. Ela transformou desde a relação do indivíduo consigo mesmo ao introjetar nele um modo de subjetivação embasado na competição:

O sujeito neoliberal em formação (...) é correlato de um dispositivo de desempenho e gozo (...). Não faltam hoje descrições do homem “hipermoderno”, “impreciso”, “flexível”, “precário”, “fluido”, “sem gravidade”. Esses trabalhos imprecisos, e muitas vezes convergentes, no cruzamento da psicanálise com a sociologia, revelam uma condição nova do homem, a qual, para alguns, afetaria a própria economia psíquica (Dardot e Laval, 2016, 321).

¹³⁶ “Neoliberal rationality disseminates the *model of the market* to all domains and activities – even where money is not at issue – and configures human beings exhaustively as market actors, always, only, and everywhere as *homo oeconomicus* (...). Widespread economization of heretofore noneconomic domains, activities, and subjects, but not necessarily marketization or monetization of them, then, is the distinctive signature of neoliberal rationality.”

Firma-se um contexto em que cada indivíduo se torna uma entidade competitiva que precisa maximizar seus resultados, vendendo-se como mercadoria em troca de uma renda sem qualquer garantia trabalhista. Toda a lógica empresarial passa a ser centrada no trabalho de uma única pessoa, devendo ela esforçar-se para corresponder a todos os setores de uma empresa, isso inclusive sendo objeto de instituição de normativas legais em vários países do mundo¹³⁷. Ao ser humano empresariado – pois agora cada um é empresário de si – não é permitido adoecer nem física, nem mentalmente. É uma realidade em relação à qual Dardot e Laval (2016) asseguram, em contraposição à análise weberiana, que a jaula de aço não foi abandonada, mas cada indivíduo construiu uma para si. E esse fato lhe garante um espaço de competição, que exige ministrar falhas e adaptar-se às demandas do mercado, visto que “a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição” (Dardot e Laval, 2016, p. 331). Aqui, podemos ressaltar que apenas sobreviver é o foco, não mais ansiar por uma vida plena, que permita planejar lazer, férias, ócio criativo, esportes e estudo, com tempos espaçados e tranquilamente.

Constitui-se essa em uma modalidade de autodomínio cuja ética do sucesso requer reforçar o ego a todo momento (*Yes, I can do it!*), o colocando a serviço da financeirização, ao ponto que sua força tenha como resultado o sucesso, supostamente conquistado através de autonomia plena e liberdade. Uma promessa que faz trabalhar mais, tornando a própria ideia de fazê-lo o suficiente para usufruir a vida um atentado contra si mesmo. A empresarização de si, conduta em que o trabalhador que se enxerga como uma empresa, não é nada mais do que “um *processo de valorização do eu*” a partir de uma ética individual que corresponde ao tempo de incertezas que vivemos (Dardot e Laval, 2016, p. 335). As competências, ações, sucesso ou fracasso, todos são desdobramentos de como esse ego é autogerido que, assessorado por outras empresas, também individuais e reconhecidas por nomes comerciais – de gurus, *coaches*, doutrinas ou escolas –, promovem uma cultura capaz de fazer o indivíduo se mover devidamente na racionalidade neoliberal, visto o treinarem para ela por meio de receitas prontas. Segundo os autores, esse sistema se sustenta por estar calçado na coerção de natureza econômica e financeira, que se “transforma em *autocoerção e autoculpabilização*, já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece” (Dardot e Laval, 2016, p. 345).

¹³⁷ O surgimento da normativa das MEIs no Brasil, pela Lei complementar n. 128, datada de 19 de dezembro de 2008, regulando a atividade comercial dos microempreendedores individuais, foi o correlato em termos legislativos que corroborou a conduta de mercado neoliberal no Brasil. Em 2023 as MEIs representavam 73% do empresariado no Brasil.

Mas esse autodomínio total integrante da racionalidade neoliberal não seria tão promissor se não fosse a “ideologia da competência” que, segundo Chauí (2014a) tem sido sustentada desde os primeiros momentos da revolução industrial. Ela se tornou tão mais forte quanto introjetada nos processos culturais e de formação universitária da classe trabalhadora no contexto da sociedade neoliberal. Segundo a autora, essa ideologia possui como critérios a divisão fragmentada do conhecimento, conversão dessa fragmentação em poder e o uso do poder da competência especialista para o controle dos considerados incompetentes, os intimidando política e socialmente. Ao mesmo tempo em que é ideologia, a competência também figura como um mito, sendo “incompatível com a democracia social, política, econômica e cultural” (Chauí, 2014a, p. 118). O que é mais exemplar disso do que um advogado que defende o feminicídio utilizando-se do discurso de defesa da honra e outros artifícios retóricos que culpam a vítima?

A dinâmica da ideologia da competência leva a essas excrescências, que remetem a uma subjetividade do indivíduo que é comprometida em termos de sua formação quando o ensino passou a centrar-se em resultados eminentemente financeiros e a ser ofertado como um serviço. Essa foi uma prática operada à medida que a escola fundamental e de nível médio ficou “reduzida à tarefa de alfabetizar e treinar mão de obra barata para o mercado de trabalho”, ensinando-se o como das coisas sem perguntar o porquê. E, no ensino superior, por um lado localiza-se na criação de empecilhos ao acesso público e, por outro, no comprometimento da sua qualidade, à medida que os parâmetros de criação de novos conhecimentos passaram a ser atrelados à lógica competitiva do mercado neoliberal (Chauí, 2014a, p. 98).

Torna-se visível o quanto essa secundarização do interesse público pela lógica empresarial é tornada possível quando os parâmetros educacionais são reduzidos à semiformação, como demarcou Adorno (2010), que se estende como ideologia da competência no neoliberalismo. E, assim, passa a iludir as novas gerações de que a racionalidade neoliberal é o exercício dos melhores termos da democracia e mundo civilizado. Vale lembrar que ao tratar da semiformação, Adorno (2010) a distinguiu da ignorância, que seria a não cultura, o desconhecimento que aponta que há algo para conhecer. A semiformação é, segundo ele, muito pior, pois confere ao sujeito a impressão de que possui uma formação, porém ela é danificada. Essa falsa sensação de saber na semiformação induz a perda da curiosidade sobre o real, visto o indivíduo já se sentir suficientemente formado e conhecedor da verdade. Assim, o contexto formativo ofertado na sociedade pautada pela razão neoliberal causa uma dissonância cognitiva que não só limita e distorce a compreensão, como facilita que as atividades laborais sejam mais confortavelmente associadas ao desempenho de tarefas técnicas.

Portanto, o modo como são conduzidos os processos educacionais no neoliberalismo é favorável à sua reprodução e à reprodução dos parâmetros autoritários, uma vez que são entendidos como parte natural da conduta na vida social. Eles atuam no reforço do supereu social total, que visa o totalitarismo de mercado. Como a sociedade já era unidimensionalizada (Marcuse, 1973) e agora ela é a tradução de mercado, do âmbito individual ao social, podemos dizer que vivemos no mundo do mercado unidimensional. O pressuposto máximo firmado ao funcionamento padrão do mercado unidimensionalizado é essa planificação de consciências, promovida pelos aparelhos ideológicos do neoliberalismo, todos muito bem engendrados para que nada fique de fora desse sistema. Alimentado pela indústria cultural e todo seu aparato tecnológico circundante, há um reforço do processo de aniquilamento da autonomia do indivíduo, passando ele a ser incapacitado para a experiência formativa, que Walter Benjamin defendia, e se tornando presa de práticas imediatistas, por conseguinte, comprando todo sistema da ideologia neoliberal, então facilmente totalizada como modo de vida desde a estruturação familiar. E o que deixaria esse mercado unidimensional mais feliz do que o gerente de banco que financia seu imóvel, tendo que permanecer “batendo meta” indefinidamente para pagar sua prestação? A ilusão de realizar um sonho pessoal acaba sujeitando integralmente o tempo de vida desse indivíduo, que o está parcelando e o entregando paulatinamente ao opressor que nem é reconhecido como tal. Esse opressor impessoal, e ao mesmo tempo tão pessoal, é o melhor dos mundos criado pela personalidade autoritária neoliberal, um *Unheimliche* que não reclama a sua negação, nem a afirmação. E, com isso, se torna a evolução da identidade, a forma originária da ideologia (Adorno, 2009).

A semiformação, em sua acriticidade, expande as fronteiras dos valores tradicionais, pelos quais também se encontram facilitadas as ações técnicas como as saídas possíveis às questões políticas, já que o aprendizado social se deu em um quadro de liofilização da aprendizagem e do conhecimento onde, pela extirpação da autonomia, a emancipação se torna inacessível, e persiste o assujeitamento dos indivíduos aos parâmetros mercadológicos. No Brasil, podemos notar o preocupante cerceamento da crítica promovido por essa ideologia deformadora do conhecimento, posto que é

poderosa porque floresce em solo propício: de um lado, o autoritarismo político; de outro, o acesso à cultura letrada erudita e científica como privilégio de classe (o analfabetismo, o pequeno número de pesquisadores, a desqualificação do saber popular evidenciam tal situação) permitem transformar questões políticas em problemas técnico-administrativos que as despolitizam em variáveis de equações esdrúxulas montadas pelos “competentes” (Chauí, 2014a, p. 118).

Nessa inversão de valores humanistas, processo que ocorre nos mais diferentes espaços, longe de ser considerada uma pauta imoral, não há preocupação em formar o cidadão

como tal, já que é uma lógica que visa considerar o ensino como ativo, sujeito a riscos e lucros, tratando assim qualquer outra necessidade (Brown, 2015). Para além disso, à medida que a formação promovida em meio à ideologia da competência resulta em maior controle das ações do indivíduo, corroborando a lógica neoliberal, não podemos esquecer que aqui entra em jogo também uma reconfiguração do poder disciplinar como estabelecido por Foucault. Segundo Safatle (2008, p. 135), esse poder agora é “possível não por meio do vínculo a mandatos simbólicos coesos, mas apenas através da internalização de tipos ideais próprios a situações de anomia”, uma vez que o “funcionamento do setor mais avançado dessa retórica de consumo é apenas uma forma de gestão disciplinar dos processos de subjetivação”, o qual se desenvolve nesse contexto social anômico.

Dardot e Laval (2016) defendem que uma estrutura na qual o indivíduo funciona como empresa também se diferencia da anterior fase do capitalismo liberal porque leva a um novo sujeito, imbuído de um dispositivo específico de desempenho/gozo, em que a figura do empreendedor é cultuada tal qual uma prática esportiva. Ela está em conexão com a sexualidade e o trabalho, sendo às três dimensões dedicadas a reflexões e atitudes que comprovem desempenho, não sem que se testem limites a todo tempo ou se esteja submetido a perigos. Assim, os autores afirmam, desempenho e gozo se tornam indissociáveis na composição do sujeito neoliberal, que é governado por normas de um sistema que, paradoxalmente, não se mostra controlador, pelo menos explicitamente. Porém, ele impulsiona uma carga cada vez maior de energia libidinal, colocando-se a engrenagem da produção sempre em ponto de exaustão para obter o máximo resultado possível.

Em última análise, subjetivação “contábil” e subjetivação “financeira” definem uma *subjetivação pelo excesso de si em si* ou, ainda, *pela superação indefinida de si*. Consequentemente, aparece uma figura inédita de subjetivação (...), trata-se de uma “*ultrassubjetivação*”, cujo objetivo não é um estado último e estável de “posse de si”, mas um além *de si* sempre repellido e, além do mais, constitucionalmente ordenado, em seu próprio regime, segundo a lógica da empresa e, para além, segundo o “cosmo” do mercado mundial (Dardot e Laval, 2016, p. 357).

Quando diagnosticado clinicamente, esse assim denominado – por Dardot e Laval (2016) – “neossujeito”, só acha sua verdade no desempenho, cujos efeitos patológicos são inevitáveis e atrelados a um contexto paradoxal em que instituições que determinavam identidades e limites situam-se em um mundo ilimitado, que já não tem mais parâmetros fixos de controle: todos que surgirem devem ser atendidos. Trata-se de um hiper desempenho, exigido para além do que as exigências de apenas “vestir a camisa da empresa” previam, pois agora não só se veste a empresa, mas o corpo do indivíduo é a residência da empresa. E, assim, no caso de servir a uma empresa, terceirizando-se, o indivíduo está sujeito, conforme Dardot e

Laval (2016) a alto estresse e diferentes formas de assédio, fatos resultantes também do enfraquecimento da coletividade dos trabalhadores. A individualização de questões comuns está em relação direta com o adoecimento laboral, provocando, por exemplo, o suicídio nos espaços de trabalho, além de depressão, ansiedade, ou ainda, o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH, hoje diagnosticado nas crianças desde o período escolar.

Em relação à TDAH ou ADHS (*Aufmerksamkeitsdefizit-Hyperaktivitätssyndrom*), Türcke (2012; 2016) irá contestá-la como patologia, afirmando ser uma conceituação que “soa como diagnóstico restrito de uma doença, mas trata-se de mera palavra auxiliar para algo incompreendido”¹³⁸ e, como tal, uma distinção enganosa que não foi feita nem mesmo em período traumático como o da segunda guerra mundial. Trata-se de uma definição conceitual estabelecida pela saída especializada a que se agregou o termo “multifatorial” sob o argumento de que seria uma “doença” provocada por diversos fatores. Mas o filósofo avisa que esse diagnóstico leva a pensar sobre o seu oposto, em que devemos nos centrar a compreender o particular, a atenção. O rótulo da doença, então, é contestado, pois assim como ela, outras doenças criadas em meio ao contexto neoliberal devem merecer uma leitura social¹³⁹.

O alerta do filósofo remete a reflexões mais profundas sobre os prejuízos que a cultura neoliberal, que cria e rotula doenças para medicá-las – extraíndo ainda mais a mais-valia do trabalhador quando o força a comprar uma solução ao que o próprio sistema cria –, trouxe para os momentos iniciais da formação da vida humana. O sofrimento psíquico é generalizado a um ponto insuportável, tendo em vista o total comprometimento da subjetividade das pessoas, que não mais têm garantia de solidez e continuidade em nenhum âmbito da vida,

¹³⁸ „Das Klingt wie die prägnante Diagnose einer Krankheit, ist aber bloß ein Hilfswort für etwas Unverstandenes“ (Türcke, 2012, p. 7).

¹³⁹ Para o pensador, a TDAH não pode ser nome alcançado na soma de características isoladas e tratado como transtorno cerebropatológico. Antes, é uma *constelação* (*Sternbild*), cujos aspectos individuais por si só não representam um transtorno, devendo sua compreensão como um distúrbio cerebral ocorrer ao mesmo tempo em que é diagnosticada como distúrbio cultural. Daí que se pode obter mais claramente a explicação do porquê o emprego da Ritalina (dopamina artificial com a qual a doença é tratada, destinando vultuosos lucros à indústria farmacêutica) – para resolver um desequilíbrio suposto como apenas cerebral – não ter melhorias significativas comprovadas. É preciso ter um olhar especial na análise da infância atual pois, segundo o filósofo, trata-se de um momento de apreensão da ritualização do horror elevado ao caráter sagrado, cuja aquisição era esperada pela atenção exclusiva da mãe ao bebê, em que Türcke destaca a interferência da cultura *high tech* no contexto do capitalismo neoliberal que hoje vivemos. Esclarecer sobre essa realidade que exige que sejamos seres multitarefas (*Multitasking*) e sua crise de atenção exige, para ele, um retorno ao paleolítico, de modo que possamos compreender o imemorial processo de construção e manutenção do comportamento social triádico. Devemos ainda dar importância à hominização coletiva (filogênese) que se expressa no particular (ontogênese) em poucos meses a partir do nascimento. A ontogênese individual e o que Türcke chama de “revolução de nove meses” (*Neunmonatsrevolution*) – o período em que a criança desenvolve características racionais que a diferenciam de outras espécies –, não podem ser subestimados. É um processo que envolve a “história naturalizada que, atualmente, cerca de nove meses depois de nascida, toda criança saudável começa a reatualizar” („Es ist naturalisierte Geschichte, die heutzutage jedes gesunde Kind nach etwa neun Monaten zu reaktualisieren beginnt“ (Türcke, 2012, p. 64).

mas precisam entregá-las em termos de desempenho que, para fins do nosso conceito de supereu social total, é configurado como hiper desempenho. Trata-se do que Dardot e Laval (2016) qualificam como um processo de corrosão da personalidade, assim levado a cabo devido ao fato de que, ao cotidiano da vida, esteja imposto o *Dilema de Sísifo* a todos que estão na linha do desempenho, onde só é avaliado como verdadeiramente leal quem corresponde devidamente à tarefa de levar a pedra montanha acima. Do outro lado, também rege no sistema neoliberal o desprezo pela ordem recíproca, refutando a ajuda coletiva, pois cada um é uma entidade de autoajuda.

Ainda incluso nesse mundo sem limites, o universo concorrencial perverso destina como norma o consumo de parceiros aos mesmos moldes de um objeto, sendo isso levado ao caráter de gozo e não “de uma economia psíquica organizada pelo recalque” (Dardot e Laval, 2016, p. 372), como o ordenamento mercadológico anterior previa. Isso porque, como anuncia Safatle (2008, p. 138-139), na era do supereu repressor a resposta era clara: “abrir mão do gozo através do apelo à culpabilidade (...). Mas, em um momento histórico no qual o supereu se funda no imperativo de gozo, somos incitados” a operações peculiares que eliminam os conflitos, o que é feito pela via cínica da flexibilização de normas que pautam a vida a partir da eleição de “uma segunda lei superegóica”, onde identidades são fragilizadas e a insegurança é a regra para extorquir mais-valia.

Mas o que sustenta essa lógica social que generalizou um clima instável, movente da hiperprodução, transformando a racionalidade da ordem neoliberal no *lócus* da eficiência, do cinismo e da indiferença às necessidades humanas, morada especial do circuito autoritário? Ou, parafraseando a pergunta feita por Brown (2015), o que resta dos princípios democráticos ao serem inundados pela racionalidade neoliberal, que se torna a conduta política aceita? Ao lançarmos luz sobre essas que são algumas das questões mais sensíveis de nosso tempo, precisamos abordar a mudança fundamental que se deu quanto à noção do que é bem público hoje, trazido à baila como foco de um debate que reside entre as convulsões geradas pelos pressupostos neoliberais que se opõem e minam os Estados democráticos.

Em sua obra posterior Brown (2019) amplia as análises sobre o conservadorismo na sociedade, percebendo que noções particulares, tomadas a partir da constituição do familismo autoritário no neoliberalismo, transformaram os valores privados em habitantes cativos do ambiente político. Aqui temos um ponto nodal que facilita toda a conjuntura do neoliberalismo: desde a fundação do sistema de bem-estar social, a sua operação dependeu do aparato familiar, de modo que a estruturação da sociedade, patriarcalmente engendrada, não pudesse ser repensada. Ela permaneceu “tradicional”. Assim, parte da estrutura do bem-estar

sempre esteve atrelada ao cuidado dispensado pela mulher, responsável por cuidar das necessidades alimentares dos filhos, protegê-los, acolher idosos e impossibilitados ao trabalho na sociedade. As campanhas de assistência do Estado dependiam, portanto, dessa conjuntura social de acolhimento, vinculada à estrutura familiar patriarcal.

No entanto, com o avanço do neoliberalismo e das pautas feministas, podemos dizer que a falta de estruturação das famílias para enfrentar a rotina de trabalho exaustivo, já típica no capitalismo liberal, vem à tona e passa a compor a agenda de reivindicações socioassistenciais. Ela é denunciada, por exemplo, na tripla jornada de trabalho, assumida pelas mulheres sem que recebam remuneração, também questionada diante da exigência de que as mulheres sejam o gênero exclusivo a ofertar e manter os cuidados familiares, tornando-se submissas ao homem no núcleo familiar, também sem remuneração. Instaure-se, mediante essas e outras contestações atreladas ao domínio patriarcal, uma crise no ramo dos cuidados que se reverte, sob as exigências do Estado neoliberal, em crise financeira e moral.

Uma vez que as pautas feministas se provam atreladas à precariedade do mundo do trabalho, elas acabam por denunciar o que sempre esteve lá: um acobertamento do mais-trabalho, da hiper exploração que historicamente exigiu muito da mulher sem reconhecê-la, nem financeiramente, nem em sua dignidade humana. Um contrassenso que, por óbvio, a racionalidade neoliberal terminou por resolver. Isso pois, em reação, a política neoliberal, que negligencia as necessidades reais do indivíduo em formação – seja flexibilizando nesse ponto um de seus princípios mais evidentes, o mercadológico, seja lhe empurrando goela abaixo princípios educacionais sectários – trabalha pelo retorno e ascensão de estruturas conservadoras para forçar a aceitação, desde as pautas das mulheres, de práticas autoritárias na sociedade, o que passa a ser operado no âmbito familiar quando a voz do patriarcado é endurecida e, no âmbito social, quando governos imbuídos de um radicalismo de extrema direita tomam o poder. O familismo autoritário reconfigura, então, o que Marcuse já havia disposto no quadro da mais-repressão.

Brown (2019) nos auxilia a compreender os termos desse endurecimento, de modo que podemos destacar o familismo autoritário como imprescindível ao exercício do supereu social total enquanto a força subjetiva do aparato neoliberal extensivo a toda sociedade, superordenada por homens brancos. Existe uma apropriação especial em relação a valores histórico-sociais relacionados à ideia de família em meio à racionalidade neoliberal. Não funcionaria sem que se tivesse uma interpretação mítica da história que a própria política econômica neoliberal destruiu, assim ilustrada no contexto norte-americano:

era a imagem de um passado mítico de famílias felizes, íntegras e heterossexuais, quando mulheres e minorias raciais sabiam seus lugares, quando as vizinhanças eram ordeiras, seguras e homogêneas, a heroína era problema dos negros, o terrorismo não estava em solo pátrio e quando cristandade e branquitude hegemônicas constituíam a identidade, o poder e o orgulho manifestos da nação e do Ocidente (Brown, 2019, p. 13).

Esse retorno ao poder centralizado da família foi importante para fazer as políticas neoliberais decolarem. Ao desfazer o *Welfare State*, as lacunas deixadas pela falta de políticas públicas de assistência social só puderam ser compensadas diante do apelo à moralidade tradicional, típica dos movimentos de extrema direita. O apelo aos valores familiares anda ao lado da pregação de valores patriotas, nacionalistas, de liberdade e religiosos, no que contribuem indelevelmente as forças mais conservadoras da sociedade. O modo como esses valores moralistas são reforçados ocorre pela criação de uma “esfera pessoal protegida”, já defendida pelo “neoliberalismo hayekiano [que] é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação”, em suma, “o meio pelo qual a tradição e a liberdade repelem seus inimigos” (Brown, 2019, p. 23; 129).

A autora alerta que, mediante essa prática, o espaço cívico e social passou a ser recolonizado e alterado pela moral que, podemos afirmar, torna a ação do supereu social total o *locus* do hipostasiamento das relações coniventes com o autoritarismo. Daí que surge o “homem de bem”, um indivíduo que defende valores familiares e cristãos dizendo proteger sua esfera pessoal, constituindo-se esse movimento em uma subversão da democracia a partir de práticas antidemocráticas. Brown (2019, p. 142) ainda reforça que, nesse jogo pertencente ao familismo autoritário, “as coordenadas da religião e da família – hierarquia, exclusão, homogeneidade, fé, lealdade e autoridade – ganham legitimidade como valores públicos e moldam a cultura pública conforme se juntam ao mercado para deslocar a democracia”. Trata-se de uma afirmação de aparente defesa do público, cujo objetivo, em essência, é preservar os interesses privados – a família tradicional, homogênea, hierárquica –, o que acaba ditando um padrão unívoco e autoritário à toda sociedade. Nesse jogo comportamental, de exercício do supereu social total, voltamos a observar que brotam características apontadas via Freud no segundo capítulo, como o ressentimento, a agressividade, as neuroses e, sobretudo, os tabus.

É assim que a democracia, conquistada ao longo de séculos e nada perfeita, mas visada como representante das relações de autoridade em uma sociedade, mereceu ataques constantes com a ascensão do modelo autocrático neoliberal como racionalidade política que atrela o povo – *demos* – ao mercado. Entre o exercício da autoridade em democracias e o autoritarismo conduzido pela racionalidade neoliberal, a humanidade tem sido tensionada a

optar pelo segundo, em especial nas conjunturas de crises econômicas, em que a base da pirâmide social paga a conta (pobres, crianças, idosos, mulheres, deficientes, negros). Essa racionalidade, frisamos, calçada pelo desenvolvimento do que caracterizamos como “supereu social total” se edifica, então, na medida em que a racionalidade neoliberal prevê aprimorar a razão instrumental, como foi apontada na “*Dialética do esclarecimento*”, para além das formas monetárias de riqueza, mas tornando a democracia objeto de reformulação profunda, especialmente no quesito da igualdade. O não idêntico passa a sofrer uma reinversão, diante da inversão que já sofria e, se antes nada ao mesmo tempo poderia ser idêntico a si mesmo (Adorno, 2009), agora a identidade é tanto pressuposto da liberdade quanto ameaça a ela.

O lugar da igualdade é tomado pela naturalização da desigualdade, cujos parâmetros se dão a partir de quem vence ou perde no jogo enquanto um capital humano, o que desfaz todo valor da cidadania e esvazia a política. O resultado é que “a substituição da cidadania definida como preocupação com o bem público pela cidadania reduzida ao cidadão como *homo oeconomicus* também elimina a própria ideia de um povo, um demos afirmando sua soberania política coletiva” (Brown, 2015, p. 39). E esse *homo oeconomicus* é o que se desenvolveu a partir da renovação do *homem instrumental*, assinalado por Adorno e Horkheimer. A política não deixa de acontecer, porém é transposta e parametrizada pelos moldes neoliberais, segundo a autora, despossuídos de instituições e público democrático. Dá-se lugar à mercantilização da política, que se move usando de recursos tóxicos, como manipulação, escândalos, superficialidades, corporativismo midiático. Nesse âmbito restrito, o supereu social total se caracteriza como o ápice do autoritarismo inerente ao totalitarismo de mercado. Funciona via a restrição mercadológica, a qual suprimiu a liberdade a anunciando enquanto liberdade de mercado, tornou o governo/empresarização de si a única parte válida da democracia, encarcerando o ego como ativo financeiro.

Contudo, assinalamos que a formação de um supereu social total avança por sobre as características apontadas ao supereu social, à medida em que se ocupa das determinações da racionalidade neoliberal. Podemos então, propor uma ilustração que colabora para entender essa nova formatação da dominação no tempo de agora. Na dinâmica que faz um conceito derivar do anterior estão no lado esquerdo as categorias conceituais relativas ao supereu social, apontadas na Figura 3, que contracenam, à direita, com a releitura que as atualiza para o conceito de supereu social total. Consideramos, no conceito derivado, o que do conceito anterior lhe pertence, adicionado de um fator que o precariza, acentua ou o torna mais agressivo e efetivo dentro do neoliberalismo.



Figura 4: O supereu social total no neoliberalismo.

Fonte: elaborado pela autora, 2025.

O conceito de patriarcado, por exemplo, que se firma pela internalização da autoridade é posto sob juízo por Benjamin (2017), que declara o fim da internalização da autoridade como o passo inaugural da criação de outras referências para a formação do Ego, que se torna frágil. A nostalgia da sociedade patriarcal, externalizada inclusive por autores progressistas, busca recuperar a razão que teria sido perdida quando a humanidade se pôe imersa em sistemas totalitários, como o fascismo e o nazismo. A necessidade em se falar do capitalismo, tal como defendeu Horkheimer, se faz presente quando fica evidente a continuidade de sistemas econômicos como certa ‘evolução’ de Estados e modos de vida autocráticos. Além de forçar a manutenção das mulheres no antigo posto de assujeitamento, a sociedade patriarcal visa conservar os caminhos que se abriram para o modelo de neoliberalização da economia e da vida. Assim, mesmo com toda a mudança de rumo que possa ter havido, ela foi insuficiente para conter as manifestações integrantes de uma nova horda, a tecnológica.

A esse respeito, vale a pena resgatar a contribuição de Türcke (2019), que, seguindo a perspectiva adorniana da Teoria Crítica, lança mão da discussão sobre a formação de comunidades de seguidores digitais ou um “séquito digital” (*Digitale Gefolgschaft*). Trata-se de um comportamento que coloniza todo o espaço da vida, embasando o que o autor denomina como a nova sociedade tribal da era tecnológica¹⁴⁰. Esse modo de interação social virtual

¹⁴⁰ Ao desenhar a configuração da trajetória humana pelo tribalismo das redes sociais, Türcke (2019) enxerga a alta tecnologia como uma selva digital cuja origem emana do taylorismo e sua lógica se sofisticou para a constituição de relações de produção informais, desregulamentação na produção industrial, até a criação de uma nova cultura de aprendizado na era digital. Todos são fatores que contribuem à centralização das questões sociais nas

estabeleceu um retorno à racionalidade de horda sob uma nova roupagem. E, de fato, o que podemos chamar de horda tecnológica se provou ser algo bastante promissor quando muitas das decisões cotidianas foram deslocadas para a vida virtual, especialmente a partir da pandemia, sobre o que o próprio autor reflete três anos depois da obra (Türcke, 2023).

Às manifestações características da horda tecnológica contribuem significativamente os elementos assinalados na figura, da nova configuração de indivíduo, dada pela “personalidade autoritária neoliberal” (Gandesha, 2018). Assim, todos os demais conceitos imanentes ao supereu social total mantêm relação profunda com essa personalidade, que é potencializada pelo retorno de ondas extremistas autoritárias ao redor do mundo que buscam respostas imediatas e violentas à desigualdade socioeconômica que essas próprias condutas sociais bárbaras criaram. O que temos então, é uma totalização dos comportamentos autoritários num contexto de fim da internalização da autoridade, externalizando ao todo social uma moral que se desenvolveu a partir de um supereu genealógicamente danificado por movimentos que miram nessa totalização como seu alvo precioso. E isso, como veremos, está operado de modo bem peculiar na realidade brasileira.

3.3. Neoliberalismo à brasileira: radicalizando uma democracia que nunca foi

A critério de análise de aspectos do autoritarismo no Brasil, vamos redigir sobre alguns desdobramentos do neoliberalismo, dados os facilitadores que levam a um desenho específico à personalidade autoritária neoliberal, um espectro global que, inevitavelmente, alcançou os trópicos. Aqui também os elementos da psicologia das massas operam historicamente para favorecer a dominação. Pautar o processo de construção psicossocial e política, que envolve elementos de ordem institucional, cultural, ideológica e, num plano especial, as determinações econômicas enquanto fundantes das demais esferas que culminaram

plataformas digitais, desde compras em lojas virtuais, contratação de serviços de transporte e a própria administração financeira pessoal a partir de bancos virtuais. Esse caminho trouxe como resultado a emergência de do que autor denomina “clãs virtuais”, e que podem ser exemplificados pelas plataformas que visam afetar cultural e ideologicamente, como a dos *Incels* e *Redpills*, que atacam as mulheres, ou as plataformas de influenciadores políticos, capazes de eleger perfis de *youtubers* ou *coaches* a cargos de governo. O alerta é que, ao invés de uma integração maior de pessoas em comunidades virtuais, essas práticas tribais em redes digitais gerará uma fragmentação social sem precedentes, assim pronunciada pelo autor: „*Bei ungebremst fortlaufender Deregulierung wird die hier skizzierte Plattformwährung nicht ausbleiben. Sie wird die staatliche nicht einfach ersetzen, aber dominieren*“ (Türcke, 2019, p. 178). Em tradução livre: “Essa desenfreada e contínua desregulamentação, aqui descrita como moeda de plataforma, não será abandonada. Ela não irá simplesmente substituir o Estado, mas dominá-lo”. E já o fez em casos visíveis, se pensamos na utilização de algoritmos e perfis falsos para eleger Trump nos EUA e Bolsonaro no Brasil.

no Brasil que hoje temos, foi valorosa tarefa diversamente explorada por muitos dos intérpretes nacionais. Eles enxergaram as mazelas do país pelas lentes de tempos sócio-histórico distintos, sendo interpretações difundidas até mesmo na literatura¹⁴¹. Em leituras críticas mais amplas, que auxiliam na compreensão do neoliberalismo à brasileira, podemos atentar às leituras de Chauí (2001, 2014a; 2014b, 2020), Martuscelli (2015), Saad Filho e Moraes (2018), Schwarcz (2019), Piva (2022) e Souza (2000; 2024). No que tange às problemáticas nacionais analisadas sob o enfoque da psique e dela em associação com as mazelas do neoliberalismo, muitos autores se fazem presentes, como Safatle (2008, 2020a; 2020b), Safatle, Silva Jr. e Dunker (2018; 2021), Birman (2024), Kehl (2020), Tiburi (2016, 2019, 2020), entre outros.

Contemporaneamente, tanto Chauí (2001) quanto Schwarcz (2019) sustentam a ideia do Brasil como país de uma “história inventada”, no qual desdobraram-se, desde as bases da construção de uma identidade nacional enquanto Estado-nação, ferrenhas disputas políticas para operar no senso comum versões ocultadoras do escravismo, tentando encolher o até hoje latente, quando não externado, racismo. Assim, desde seu núcleo genético, o Brasil esteve confinado à uma identidade alienígena, tendo sido uma nação construída via um ciclo vicioso de servidão social, econômica, política e, também, cultural e religiosa, sendo a formação dessa identidade coagida por elementos tanto objetivos quanto subjetivos. Todo esse cerceamento formativo a uma identidade própria e autônoma trouxe possibilidades restritas de desenvolvimento, sempre atreladas a outro país, a partir da predominância de uma “ideologia do colonialismo”¹⁴².

Essa identidade toldada, resultado de uma colonização historicamente engendrada por expressões miméticas de um colonizador, está arraigada no imaginário social, sendo um diferencial que coloca o país no rol dos dominados e explorados pelo poder estrangeiro até hoje, o que foi historicamente possível via uma visão mitológica de país, sustentada por tabus que suspenderam a liberdade e a autonomia. Em termos de gestão estatal, o país percorreu, a partir dessa identidade, uma formação autoritária capitaneada pela classe dominante

¹⁴¹ Os clássicos da literatura brasileira, de ontem como Machado de Assis, Castro Alves, Graciliano Ramos, Antonio Cândido, ou atuais como Jeferson Tenório, que figuram ao lado da literatura escrita por mulheres, como Marina Colasanti, Ana Maria Gonçalves, Heloísa Teixeira e Lélia Gonzalez, são autores que trazem pela literatura questões sociais como as voltadas à raça, gênero e desigualdades. Representam, no caso das escritoras, abordagens que se unem às de autoras feministas mundialmente reconhecidas, como Nancy Fraser, Judith Butler, Ângela Davis, Silvia Federici, Gerda Lerner, bell hooks ou Simone de Beauvoir.

¹⁴² Numa interpretação de Euclides da Cunha, Sodré (1984, p. 98-99) destaca que o que existia era uma verdadeira ideologia do colonialismo: “o conjunto de ideias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar a sua dominação sobre as áreas de que se haviam apossado em ultramar e que dominavam direta ou indiretamente, gerindo-lhe os destinos, pela posse territorial, ou orientando-os ao sabor de seus interesses, pela supremacia econômica sobre eles ou as suas metrópoles”.

patrimonialista¹⁴³, enriquecida por categorias que lhe são derivadas, como o personalismo, o clientelismo, o coronelismo, o mandonismo e o favoritismo. Foi num intenso movimento de cercar o não idêntico, em que se apagaram as características de diferentes povos de um país que é continental, forçando a uma identidade única. Nesse ínterim, as premissas dessa “história inventada” se desdobraram até o âmbito político-institucional, em que assistimos, em 1964, a maquiagem da violência exercida na ditadura empresarial-militar, sem que se tenham punido torturadores e assassinos políticos, como se fez na Alemanha nazista. É uma conduta que, em parte, se desdobrou nos anos recentes nas interpretações da vida política, quando se negou que tenha havido um golpe de Estado em 2016 e uma tentativa de golpe em 2023. Embora, pela primeira vez, possamos caminhar a uma possível direção diversa na história, se o julgamento dos responsáveis pelos movimentos radicais autoritários de 2023 for realizado.

Tanto os fatos mais antigos, que em 2025 completam 61 anos, quanto os recentes, que ainda aguardam desfecho, inserem o Brasil como partícipe da caracterização levantada por Adorno (2020) de um “novo radicalismo de direita”, possível no contexto da personalidade autoritária neoliberal. Segundo ele, esse é um movimento que se dá sob as bases da permanência social dos pressupostos fascistas, em que vigoram a concentração de capital e o medo de um *outro*, que sempre é fabricado e se torna alvo de ataques. Isso demonstra que a democracia, quando disposta como forma de Estado, torna-se apenas formal na realidade atual, pois os embates quanto às diferenças estão na ordem do dia e se intensificam, a depender de quem ascende ao poder no Estado.

3.3.1. *Supereu social total “verde-amarelo”*¹⁴⁴

Podemos dizer que a realidade brasileira nos coloca como partícipes do que poderíamos qualificar como um supereu social total “verde-amarelo”. Trata-se de uma configuração social autoritária específica, que possui suas raízes no que Chauí (2001) qualifica como uma fundação mitológica em relação ao próprio indivíduo, atuando na composição micro e macrossocial da nação. Assim assentada desde o descobrimento, na qual a ilusão da

¹⁴³ Na visão de Weber (2009, p. 148), no patrimonialismo “não se obedece a estatutos, mas à *pessoa* indicada pela tradição ou pelo senhor tradicionalmente determinado. As ordens são legitimadas de dois modos: *a*) em parte em virtude da tradição que determina inequivocamente o *conteúdo* das ordens, e da crença no sentido e alcance destas [...]; *b*) em parte em virtude do livre arbítrio do senhor, ao qual a *tradição* deixa espaço correspondente”.

¹⁴⁴ Utilizamos os termos em alusão à corrente neointegralista é diretamente herdeira do fascismo no Brasil, sendo que integra pessoas denominadas cidadãos de bem, que defendem ao longo das campanhas eleitorais da extrema direita em 2018 o lema “Deus, pátria e família”. Para Gonçalves e Caldeira Neto (2020, p. 194), “alguns traços unem o governo Bolsonaro e o fascismo histórico: o conservadorismo, o anticomunismo, o uso das teorias de conspirações e a visão de mundo baseada na diferenciação entre amigos e inimigos. Por essas razões, por mais que os neofascistas se julguem representados, eles procuram ampliar a presença das duas bandeiras no governo brasileiro”. As cores verde e amarelo da bandeira foram assumidas como identidade desses grupos radicais.

democracia racial foi apenas um dos exemplos derivados, tendo nos legado uma compreensão seletiva do passado, a ideia governante é a de que o indivíduo é resultado de uma conquista pacífica e gloriosa, harmonicamente hierarquizada. É o que, na sociologia de Sérgio Buarque de Holanda (2012, p. 52) é definido pelo conceito de *homem cordial*: “a lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro”. São virtudes que “seriam antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”.

Mas Souza (2000) se desfaz desse conceito ao caracterizar o Brasil como o *locus* de uma “modernização seletiva”, colocando o sociólogo anterior como pensador de uma “sociologia da inautenticidade”, refugiada numa meritocracia ibérica, a qual apenas reproduz privilégios herdados ao tratar o personalismo como elemento natural, vestindo-o como solidário, horizontal e democrático. Essa interpretação é interessante se pensarmos que as características do líder autoritário no Brasil também advêm de uma cultura eleitoral historicamente limitante da democracia. A cultura política privilegia a figura de um líder agressivo, geralmente oriundo das elites patriarcais dominantes, que hoje se apossa das mídias para fazer a propaganda que convence, utilizando-se demagogicamente de retórica democrática. Assim, independentemente de sua plataforma política, o que eleva ao posto de governo muitos indivíduos de perfil déspota é a habilidade discursiva, para o que há um pesado assessoramento das mídias eletrônicas. Não há nada dessa personalidade lhana, retratada como sendo perfil do brasileiro, pois o que se vê sendo representado no espaço público é, muitas vezes, um populismo de extrema direita.

O mito da democracia racial, por sua vez, deve ser entendido psicanaliticamente como associado a um tabu que serve à manutenção de uma sociedade conservada em meio a cerimoniais ou rituais, cujo único sentido é acomodar as coisas segundo interesses geracionais antiquados, preservando-lhes as estruturas hierárquicas e de dominação totalizante. Como nos ensina Freud (2013, p. 77), à medida que um tabu é esquecimento de algo e este algo passa a ser lembrado em seu desejo recalcado, tem-se uma coincidência entre lembrança e tentação, equivalendo isto à transferência ou contaminação por infecção. Assim, por exemplo, foi tratada a escravidão vivida desde o ‘descobrimento’¹⁴⁵ até o final dos anos 1880 no Brasil. Durante

¹⁴⁵ Marilena Chauí (2001, p. 57-58) bem qualifica esse descobrimento como criação de um mito fundador, procedimento que vem ao encontro da análise freudiana sobre os totens e tabus: “a América não estava aqui à espera de Colombo, assim como o Brasil não estava aqui à espera de Cabral. Não são ‘descobertas’ ou, como se dizia no século XVI, ‘achamentos’. São invenções históricas e construções culturais. Sem dúvida, uma terra ainda não vista nem visitada estava aqui. Mas *Brasil* (como também *América*) é uma criação dos conquistadores europeus”.

esse período, quem contestasse o que até mesmo era referendado enquanto política de Estado, seria reprimido por questionar um assunto polêmico no qual não se podia tocar. Sabemos que os tabus sobrevivem por medo, vergonha ou coerção. Assim, a escravização, em termos freudianos, foi um tabu instituído pela força não de autoridade, mas na medida de uma vil força autoritária. E a medida autoritária é nitidamente distinta da primeira, quando se empregaram recursos que feriram a integridade física e/ou mental do povo negro arrancado da África, o assujeitando à obediência a regras com as quais não concordaria sem coerção. Assim, na versão dos escravizadores, brutais opressores, a luta pela libertação empreendida pelo povo escravizado era qualificada como uma contaminação que tomou conta daquele período, sendo sempre punida. Até atingir as esferas legais que lhes asseguraram galgar um degrau para fora desta prática autoritária. Prova de que para mudar, a história sempre deve ser escovada a contrapelo, como já nos advertiu Benjamin (1987).

O como se ultrapassou esse tabu, ao menos no nível legal, pode ser sentido pelos relatos dos historiadores que estudam o conjunto de normas que, paulatinamente, foram concedendo a liberdade ao povo escravizado. Foi um processo carregado de limitações, dor e negligência do Estado para como as condições humanas¹⁴⁶. Do lado do homem branco, na sua versão mitológica como protagonista da história, seu narcisismo o galgava ao posto de destemido aventureiro e empreendedor, que foi alçado ao patamar da meritocracia, portanto, merecendo naturalmente dominar os oprimidos. Ele colocou o negro e o índio, senão de fora da ainda hoje precária esfera pública – naquele tempo inexistente –, bem na periferia. Considerados indivíduos menores, cujo saber sobre seu sofrimento deveria ser minimizado ou ignorado às próximas gerações. O *outro* no processo inaugural do Brasil foi assim, sempre o humano que construiu o país, mas dominado violentamente, objetiva e subjetivamente.

Essa foi uma receita de resultados bem-sucedidos à elite dominante, pois gerou uma cisão social enorme com desigualdades sendo construídas desde a gênese da colonização. E, se formos recorrer a expressões atuais bizarras, como a do “negro racista” ou do “pobre de direita”, que habitam hoje os espaços públicos, das redes sociais e afins, vemos que o espectro semiformativo calou fundo na subjetividade do povo. Hoje, essa formação coaduna com características que levantamos sobre a personalidade autoritária neoliberal em Gandesha (2018), sendo resultantes de um processo histórico que une o passado opressor às características

¹⁴⁶ “O sistema acabou tarde e de maneira conservadora. Apenas depois de uma série de leis graduais, como a Lei do Ventre Livre, de 1871 (...), a Lei dos Sexagenários, de 1885 (...) e finalmente a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. Curta, ela representou uma solução de compromisso. (...) não previu nenhuma forma de integração das populações recém-libertas, inaugurando um período chamado pós-emancipação, que teve data precisa para começar mas não para terminar” (Schwarcz, 2019, p. 29-30).

dessa personalidade. Mesmo não documentados, muitos dos fatos carregados de dor e sofrimento que animaram a histórica real do país, trouxeram implícita a barbárie justamente quando relegados ao esquecimento, tal como assinalado por Benjamin (2009)¹⁴⁷, se são reproduzidos pelas suas próprias vítimas ao serem, mais uma vez, vitimadas pela ideologia neoliberal.

Nessa fábrica, engendradora desse perfil voltado a um supereu social total “verde-amarelo”, onde se gera confusão e exclusão dos lugares de memória, não é demais lembrar a importância da obra “*Casa-grande & senzala*”, de Gilberto Freyre, cuja tese sobre o Brasil paradisíaco Schwarcz (2019, p. 17) assinala ter sido alvo de verificação até da Unesco em fins de 1940. Em contraposição aos registros da imensa barbárie emanada do contexto europeu e africano à época, no Brasil substituía-se a tragédia real intencionalmente por um romance fictício. Retirou-se o país do resto do mundo, numa franca alteração estilística ensejada em moldes a-históricos, grosseiramente arranjados para apagar o fato de sermos o último país a sair do sistema escravagista nas Américas.

Esse conluio dominante continua a esparramar seus efeitos, forçado pelo que chamamos supereu social total “verde-amarelo”, que confere um modo de vida específico à sociedade brasileira, dotada de valores conservadores de família e religião. Nos dias atuais, trata-se de um supereu que sobrevive transformando em tabus temas como o trabalho análogo à escravidão, a extorsão sexual, o crime organizado na política e, em organizações formais, até mesmo os assédios cometidos em ambientes de trabalho¹⁴⁸, que são pertencentes ao desenho da empresa neoliberal. Assim, podem-se enumerar diversas práticas no Brasil neoliberal que são típicas do exercício desse supereu as relações sociais, envolvendo relações de gênero, classe e raça. Todas correspondem a formas de organização social fechadas em uma lógica sistêmica, que visa lucros de diferentes naturezas, à parte superior da hierarquia de poder. Embora visivelmente autoritárias, são práticas difíceis de romper, pois seguem parâmetros culturais grosseiramente facilitados por ditames conservadores aliados à ordem do capital. Em meio ao

¹⁴⁷ „*Es ist niemals ein Dokument der Kultur, ohne zugleich ein solches der Barbarei zu sein. Dem Grundsätzlichen dieses Tatbestandes ist noch keine Kulturgeschichte gerecht geworden, und sie kann das auch schwerlich hoffen.*“ Não há documento de cultura que também não seja de barbárie. O básico neste fato é que nenhuma história cultural alcançou a justiça e é difícil esperá-lo. (Benjamin, 2009, p. 92, tradução nossa).

¹⁴⁸ Por exemplo, o tema do enfrentamento das práticas de assédio moral e sexual nas instituições acadêmicas de ensino superior ainda é tabu em muitos lugares. Apenas recentemente, grupos de acadêmicas organizadas em torno do combate a esse tipo de violência têm se levantado para romper com a proibição direta ou velada sobre esse debate, exigindo que os avanços legais fossem aplicados à essa realidade. Enquanto fora mantido pela lógica do patriarcado, esse é um tabu que resultou em uma sequência histórica de violências contra a inserção da mulher no âmbito da pesquisa científica, embora a prática esteja criminalizada desde 2001.

seu metabolismo, os padrões colonialistas e os patriarcais se fundem na realidade brasileira, resultando nesse supereu total social “verde-amarelo”, de manifestações bastante singulares.

O exercício dos ditames neoliberais via essa configuração tópica de supereu no Brasil tornou indispensável o bloqueio ao ato de conhecer. É a cereja do bolo. Um dos momentos marcantes em que isso ocorre é no período ditatorial, quando a ditadura empresarial-militar foi uma das evidências mais contundentes da recusa e cerceamento do não idêntico no Brasil contemporâneo. Escrever uma história como de fato foi, algo violentamente impedido, seria muito distinto de criar um amálgama mitológico refundando e “dourando” cadáveres¹⁴⁹. Construídas na esteira da falsa ideologia, as versões douradas da história não tardaram alçar a condição de verdade através da propaganda enganosa, mimetizando o que defendeu Goebbels¹⁵⁰. Na esteira freudiana, Adorno (2005) apontou a propaganda fascista como possuidora de ganância narcisista, sugestiva de que os adeptos no grupo estão mais elevados em relação aos de fora. Eles toleram as diferenças internas, canalizando a intolerância por sobre o inimigo eleito. Para Adorno, mesmo que Goebbels não tenha avançado na compreensão da psicologia moderna, tornou-se uma personalidade bastante astuta para seguir o jogo do poder no Estado autoritário, que visa lucros como em uma empresa capitalista, ambos avessos às questões sociais. Isso tudo torna o conhecimento sobre a realidade histórica de um país uma das mais poderosas armas ao enfrentamento dos estereótipos de cunho fascista. E a história contada pelos dominantes negligenciou isso no Brasil, impedindo ao povo acessar claramente sua genealogia.

Para que toda artimanha de dominação engendrada pelo destemido caráter político regressivo vingasse, sempre foi importante conter o avanço do conhecimento emancipatório. Os bloqueios elaborados através da adoção de uma lógica semiformativa à extensão territorial brasileira nos colocaram no paradoxo de, ao mesmo tempo em que vivemos uma era de conhecimento acessível, em sua essência ele permanece inacessível. A partir do átomo social – o indivíduo –, é conduta que se forma tanto voluntária, quanto involuntariamente. Involuntariamente pois a ordem social atual é um produto da história precedente e o cidadão que se forma está imerso nela, envolto em desejos, frustrações e ressentimentos. Mas toda

¹⁴⁹ O período da ditadura, aliás, foi propiciamente ocupado para conter qualquer versão da história brasileira que enfrentasse o sistema, o que é narrado em um curto artigo por Domingues (2004).

¹⁵⁰ Aqui deve-se lembrar que o nazista foi recentemente parafraseado por Roberto Alvim, ao som de Wagner, compositor preferido de Hitler, mimetizando conhecida fala da propaganda nazista. Na ocasião, foi motivo da sua demissão do cargo de Secretário da Cultura no governo Bolsonaro. Uma das frases mais famosas atribuídas ao marqueteiro nazista Joseph Goebbels é: “Quando contamos uma mentira e a repetimos suficientemente, então as pessoas irão, por fim, nela acreditar” – tradução nossa, do original: „Wenn man eine große Lüge erzählt und sie oft genug wiederholt, dann werden die Leute sie am Ende glauben“.

situação se inverte quanto a servidão se torna voluntária, em resposta aos mesmos impulsos, à medida que não se tomam novos caminhos diante do que se pode acessar. Daí podemos voltar à toda discussão sobre a “*Dialética do conhecimento*” para compreender como atua a autopreservação que cobra um preço pela submissão desmedida à racionalidade instrumental e que, no quadro do exercício da personalidade autoritária neoliberal, se totalitariza ainda mais mediante a autocoerção.

Quanto à *Bildung*, na realidade global contaminada pelo mundo cibernético, há uma lacuna de difícil preenchimento. Dados podem até se transformar em informação, mas esta tarda a se transformar em conhecimento, pois isto depende de um processo de reflexão crítica que provoque emancipação. E que atue como pulsão de vida. O aceite de pressupostos fascistas, no entanto, veiculou o bloqueio do conhecer, o que se engendrou pelo bombardeio do raciocínio reflexivo e a vazão à mera reprodução de informações midiáticas como conhecimento e verdade. O aspecto mais moderno dessa configuração está alocado no âmbito da subjetividade, submetendo a opinião pública, com relativo sucesso à ideologia fascista, pelo *cyberdomínio*. Assim, a disseminação de *Fake News* nas redes sociais encontrou lugar cativo quando causou a adesão do narciso particular, que encontra uma audiência privilegiada diante da tela, com ideias fabricadas sob o rótulo de novidade. Quem não quer ser o primeiro a divulgar a nova notícia que revolucionará o mundo? O vínculo do supereu social total “verde-amarelo” é, além de regressivo, também cibernético, cuja zona de controle escapa o território e reproduz um ideário autoritário, manipulado por forças tecno totalitárias. E nunca foi tão irresistível exercer o autoritarismo travestido de autoridade patenteada quanto sob os holofotes dos tempos hodiernos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“(...) exercer um incorruptível inventário científico da situação social, que vise a nada menos do que objetividade, mas que, de forma alguma, se relacione com neutralidade, pois, enquanto a situação objetiva é insuportável para uma quantia esmagadora de pessoas, a sua análise conscienciosa é uma tomada de partido a favor daqueles que com ela mais sofrem. Tentar expressar este caminhar na corda bamba, revelando impietosamente tanto a necessidade de revolução da sociedade capitalista quanto a deficiente força transformadora daqueles que foram confundidos por ela e tornar ambas juntas compreensíveis como o nó górdio da era moderna: isso significa praticar Teoria Crítica” (Türcke, 1995).¹⁵¹

Memorial: fechamento

Como falei na parte inicial do memorial desta tese, o tema pesquisado nasceu, por um lado, de meu ímpeto em conhecer mais sobre a minha origem e reivindicar uma formação integral via o contato com uma cultura “esquecida”, por grande parte dela ter ficado em minha infância. Tal qual referenciei o filósofo Santo Agostinho, esse é um esquecimento que nem sempre é um mero esquecer de algo, pois as coisas estão latentes em nossa memória, até que as acessamos mediante os estímulos corretos. Também Freud aqui neste aspecto contribui ao redigir que “desde que superamos o erro de acreditar que o nosso esquecimento corriqueiro

¹⁵¹ Texto original: *„unbestechliche wissenschaftliche Bestandsaufnahme des gesellschaftlichen Zustands betreiben, die nichts Geringeres will als Objektivität, aber alles andere als Neutralität, denn solange der objektive Zustand für eine erdrückende Zahl von Menschen unerträglich ist, ist seine gewissenhafte Analyse Parteinahme für die, die am meisten unter ihm leiden. Diese Gratwanderung versuchen, die Umwälzungsbedürftigkeit der kapitalistischen Gesellschaft ebenso schonungslos offenlegen wie die mangelnde Umwälzungskraft der in sie Verwickelten und beide zusammen als den gordischen Knoten der Moderne begreiflich machen: das heißt kritische Theorie treiben“*. A tradução do original alemão de Christoph Türcke (1995, p. 2), *„Max Horkheimer und die Versuchungen der kritischen Theorie“* foi realizada por Rosalvo Schütz (2019), para a *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, para a edição especial no volume 10, número 4, centrada no tema “Marxismo e Teoria Crítica”. Schütz (2019, p. 166) resume que no texto, o filósofo herdeiro de Adorno, expõe “alguns elementos centrais da concepção de Teoria Crítica desenvolvidos por Max Horkheimer (...) que oscila num campo tenso que vai desde a possibilidade de revolução até a desconfiança de que, tanto o bloco socialista quanto o capitalista pós-guerra, são constituídos por elementos que tendem à anulação do indivíduo através da constituição de uma sociedade totalmente administrada cujo protótipo ideal foi o fascismo. A radicalidade do pensamento crítico de Horkheimer capta um dilema incontornável para o pensamento crítico: tanto as receitas de revolução quanto a supervalorização das forças do indivíduo e da subjetividade confirmam o *status quo* estabelecido. Enfrentar este diagnóstico radical da nossa realidade apresenta-se como desafio central da Teoria Crítica. Como fazer a Teoria Crítica, neste campo de tensões, conferir voz àquilo que os sistemas calam, sem cair na tentação de ceder para um lado ou para outro, assim como também, sem cair no imobilismo?” Na ocasião desta tradução também contribuimos com a resenha da obra de Türcke (2012), *„Hyperaktiv! Kritik der Aufmerksamkeitsdefizitkultur“*, que alcançou o Brasil em 2016, tendo sido este um trabalho importante que fora desenvolvido em paralelo com o estágio sanduíche, realizado com o professor Türcke na Alemanha.

significa uma destruição do registro mnêmico, ou seja, uma aniquilação, nos inclinamos à suposição contrária, a de que na vida psíquica nada do que uma vez se formou pode perecer”; aprendizados, fatos, pessoas, estão todos na memória sob conserva, podendo voltar à vida ativa em condições apropriadas (Freud, 2010b, p. 50)¹⁵². O movimento desejante em direção a recapturar a memória de uma cultura, a pondo em estado de resgate, é uma das motivações que justificam este estudo. É algo que também está inspirado no que mencionamos no início do primeiro capítulo, que atende as palavras de Horkheimer em alusão ao sujeito empírico na pesquisa:

O pensamento organizador concernente a cada indivíduo pertence às reações sociais que tendem a se ajustar às necessidades de modo mais adequado possível. Porém, entre indivíduo e sociedade existe uma diferença essencial (...). Os homens não são apenas um resultado da história em sua indumentária e apresentação, em sua figura e seu modo de sentir, mas também a maneira como veem e ouvem é inseparável do processo de vida social como este se desenvolveu através dos séculos (Horkheimer, 1937, p. 125).

A Alemanha foi o *locus* da educação formativa autoritária para que *Auschwitz* acontecesse. Involuntariamente, sinto-me herdeira dessa história e, ao saber que há focos nazifascistas que imigraram e persistem nas terras brasileiras, a ânsia em questionar efusivamente as práticas autoritárias se transformou no objetivo dessa pesquisa acadêmica. O dever de combater a triste faceta da herança autoritária germânica é uma disputa que as ciências sociais devem abraçar como um todo, resgatando a consciência crítica cotidianamente. Destrinchar tal acumulado de duas histórias, uma que se alimenta substancialmente dos traços originários de país colonizado, outra do europeu que veio depois, mas colaborou à construção mais recente da nação, assume especificidades que se cruzam. Isso me fez encontrar diferentes facetas do espírito colonial que ainda vivem e persistem anacronicamente no nosso espaço, amplificando-se quando não há resistência pelo pensamento crítico.

No tempo de agora, os fatos inerentes à nossa constituição histórica clamam pelo combate do autoritarismo que, por insistir em se camuflar como algo novo, remete a uma tarefa que deve ser empreendida de todas as possíveis formas. Trata-se de um desafio singular quando penso que habitar um lado do planeta em que o sistema democrático está contaminado pela lógica gerencialista do capitalismo neoliberal, por um lado e, por outro, não houve o abandono do período colonial. Uma das inquietações que permanece é se a péssima alternativa na qual

¹⁵² Ao estudar relações entre o pensamento de Agostinho e Freud no tocante à memória e o esquecimento Conke (2014) refere que, para Agostinho, o problema em mantermos uma memória ou não tem relação direta com a linguagem, em como a assimilamos e qual o significado ela tem para nós. Assim, se a memória surge de um lugar passivo onde um fato foi por nós depositado, é algo que se retira desse lugar mediante um desejo; para além deste lugar de depósito e desejo escondido, para o teólogo, ela seria um elemento que nos escraviza, precisando ser dominada, ao que surge a relação com as interpretações sobre o inconsciente em Freud.

ingressamos no Brasil em 2018, da qual felizmente logramos escapar quando findo essa tese, adicionada da notícia do indiciamento dos responsáveis pela tentativa de golpe à democracia em 8 de janeiro de 2023, alçará o resultado necessário e irá confortar a nação por muito tempo. Porque o fascismo não dorme, se disfarça e está alcançando as novas gerações, carentes da história, cada vez mais cedo pelas redes sociais.

Contudo, passados alguns anos do início da escrita dessa tese, sinto ter cumprido o objetivo deste trabalho, não sem um bocado de períodos de exaustão. Cabe registrar algumas observações sobre o tempo ocupado para realizar o trabalho: iniciei este projeto com uma pretensão de execução menor que o habitual para uma tese, tendo em vista a ilusão de que uma segunda experiência de doutorado poderia ser mais breve, por já ter trilhado caminho semelhante. No entanto, vários acontecimentos ao longo dos anos foram decisivos para estendê-lo, dentre eles: (i) o fato de realizar estágio na Alemanha, que tomou 18 meses na prática, mas angariou um período de preparo anterior, bem como uma readaptação no retorno; (ii) vários desafios inerentes à saúde se fizeram presentes ao longo desse período, inclusive os decorrentes da pandemia de Covid-19; (iii) os desafios em conciliar o aprofundamento necessário às análises com as atividades laborais como docente se fizeram sempre presentes.

A alguns destes acontecimentos, no entanto, posso dizer que se conquistaram ganhos respectivos: (i) ressaltei no início que a experiência de vida no exterior à realização de uma pesquisa é fundamental, o que continuo a defender como parte essencial tanto ao desenvolvimento do tema quanto da leitura de mundo, que se amplia ao interagirmos com diferentes culturas. Nisto, estar na cidade cosmopolita de Berlim, além de ter cursado os seminários do professor Türcke na cidade Leipzig e visitado vários eventos promovidos pela professora Rahel Jaeggi na Universidade de Humboldt, foram experiências extremamente ricas; (ii) na pandemia, quando cada qual que passou esse período sentiu as dores de perdas e a vida posta em suspenso, muitos caminhos foram ressignificados, tendo esse período sido tristemente profícuo para constatar muitos dos achados sobre o tema de minha tese, direcionando uma parte de seu fechamento a algumas reflexões sobre esse período. Uma análise desse momento naquilo que impôs em termos de agenda política repressiva, de caráter irresponsável e ameaçador à vida no país, foi organizada em forma de coletânea pela professora Bárbara Castro (2020), no que redigi um primeiro texto, e parte daquelas reflexões integram parte da seção final da tese (Zwick, 2020); (iii) alguns dos desdobramentos da tese, que estão registrados em outros textos aqui aparecem para pensar o trajeto da autoridade ao autoritarismo, categorizando melhor a psicanálise sociopolítica nos tempos de agora. São reflexões que também compuseram e auxiliaram no amadurecimento das minhas elaborações como docente, em especial na atuação

na pós-graduação, em que as discussões envolvendo Teoria Crítica e Psicanálise têm gerado orientações e publicações durante esses anos.

O encerramento dessa etapa não significa, portanto, apenas o fim de uma tese para ser depositada aos avaliadores, futuros leitores e pesquisadores do campo, mas é uma etapa que demarca, para mim, um ciclo de estudos que trouxe importantes descobertas, que me fazem hoje sentir incluída no campo de estudos da sociologia, pensada interdisciplinarmente. Uma tese, embora seja de escrita individual, é uma construção coletiva, pois a ela contribuem diferentes experiências vividas no tempo, no espaço geográfico, e acompanhadas, obviamente, pelas limitações coletadas no período curto de uma vida. E essas impressões todas são únicas e um pouco delas compartilhei com os leitores no início do texto na forma deste memorial. Ao encerrá-lo, por óbvio as premissas que fundaram a Teoria Crítica ainda permanecem as mesmas, o *comportamento crítico e orientação para a emancipação*, permanecendo como propósitos que a levam para diante. Por esse trabalho, espero ter contribuído nesta seara com uma interpretação relativamente original sobre a barbárie atual, capaz de trazer avanços no conhecimento do campo, para melhor elucidar o papel e o lugar de seus autores. Eles são representantes da figura do Teórico Crítico que surge em meio a uma conjuntura de descontentamentos, o que foi por Demirović (1999)¹⁵³ precisado como um “intelectual não conformista” ou “anti-resignação”, cuja postura foi importante ao levar adiante o estudo da história dos derrotados. E se as novas gerações da Teoria Crítica continuam essa tarefa, há uma esperança concreta que continua sendo alimentada em sua execução.

Pensar a barbárie depois

Como vimos ao longo de nossa tese, a crítica ao autoritarismo em diferentes facetas integra uma das vertentes mais salientes da Teoria Crítica, em que se encontram elementos distintos de análise, mas no propósito comum de externar a indignação mediante condutas que

¹⁵³ Demirović destaca, em entrevista concedida em 2004 a Isabel Loureiro, que a biografia da Teoria Crítica elaborada por Jay tem como horizonte obras até a década de 1940 e Wiggershaus objetiva a escrita de uma história mais completa do *Institut*. Já sua análise situa-se a partir de 1949 como um estudo histórico científico que buscou analisar a prática concreta de Adorno e Horkheimer no campo intelectual, envolvendo aspectos de docência e desenvolvimento do campo sociológico, e que se firmavam pelo esforço em “criar na Alemanha uma ampla infraestrutura para o pensamento crítico (...). Se trata de uma importante prática intelectual, de uma prática teórico epistemológica em sentido materialista. Com base nessa infra-estrutura eles criaram um novo modelo de teoria o qual uniu filosofia, sociologia e psicanálise numa nova Teoria Crítica da sociedade. Para mim essa teoria social é não só importante como ponto de partida para reflexões atuais, mas também é importante o tipo de prática desses autores” (Loureiro, 2004, p. 144).

assujeitam o outro. Desde a Teoria Crítica primeva, os autores se debruçam por sobre as razões do tempo biológico de sua existência, encarnando o clamor por justiça e igualdade diante da denúncia crítica da dominação. Eles e elas estendiam suas reflexões a um complexo tempo histórico do que lhes antecedeu, por vezes também arremetendo a possibilidades para o depois, projeções nem sempre otimistas. É um manifesto em meio ao vigor desse desequilíbrio social, que constrói o abismo entre seres de mesma propensão biológica, mas socialmente distinguidos por meio de elementos materiais/objetivos e imateriais/subjetivos. Assim, os enfrentamentos pautados a partir dos campos de pensamento de Marx e do socialismo científico permanecem atuais.

Consideramos inicialmente que a análise do autoritarismo se insere na perspectiva inaugural da Teoria Crítica, integrante de um momento na Alemanha que gerou profundas e diversas reflexões sobre sua fundamentação social, política, filosófica, psicológica e cultural. Como dissemos, não foi um tema objeto de mera curiosidade intelectual, mas integrante da experiência de vida dos intelectuais daquele momento político-social grave e destrutivo. A luta antiautoritária, manifesta intensamente nos anos 1960, tem sido retomada a cada movimento social regressivo, quer seja o empreendido pelas mãos do sistema empresarial dominante ou aquele oriundo das mãos do próprio Estado, representante desse mesmo sistema. Desde o pensamento de Horkheimer, se enfrentaram tais determinações, pois o “desenvolvimento dialético que pressupunha vivia da hipótese de um processo que se estendesse a todos os domínios, consistindo na repressão e liberação de forças que visavam atingir o melhor estado possível para os homens” (Wiggershaus, 2002, p. 211-212).

Recolocamos a provocação de Sanches e Cadete (1983), disposta na sua introdução à tradução portuguesa de “Autoridade e família”: qual a possível atualidade do texto „*Autorität und Familie?*“ Para início de resposta, a origem desta tradução nos faz lembrar nossa situação passada como colônia portuguesa, do que herdamos inúmeras peculiaridades à configuração do autoritarismo hodierno presente nas instituições brasileiras. A leitura desse texto no Brasil de hoje, adicionadas das atualizações de tantos outros autores presentes ao longo dessa tese, tornou-se frutífera para compreender o nível precário da política veiculada por um Estado de exceção, aqui muitas vezes instaurado sob uma suposta roupagem democrática. Até hoje em muitos espaços se considera o período ditatorial uma revolução.

Mesmo com tais solavancos impressos pelo fazer histórico, também assistimos uma reconfiguração paulatina das relações de autoridade, que acompanharam os movimentos mundiais e se se voltam às máximas autoritárias, hoje em favor da classe capitalista empresarial e à financeirização da economia. São ações influenciadas desde o contexto da família, em que

antigas lutas feministas, como a da legalização do aborto, passam a ser duramente atacadas em várias partes do mundo. Também soou alto nos últimos anos a reestruturação das leis trabalhistas, facilitada pela “uberização”, que se uniu ao retrocesso no tocante a outros tantos direitos sociais, duramente conquistados após mais de duas décadas de chumbo. As perdas dos derrotados são renovadas e, para efetivá-las, basta em muitos locais hoje que a dominação cibernética se mantenha em ascensão.

Nessa conjuntura, o caráter autoritário do Estado brasileiro em poucos anos reacendeu seu lado sombrio já esquecido ou mesmo desconhecido e ignorado pelas novas gerações, que não viveram na pele a repressão da ditadura militar, portanto a minimizam. Possivelmente careça seguir mais de perto a tarefa alocada pela Teoria Crítica, de reelaborar e rememorar as irracionalidades da (des)ordem social, cujas análises podem alertar a humanidade para que o horror não mais se repita, como exigiu Adorno (1977) ao falar da educação após o holocausto. Não tivemos essa conduta como política pública no Brasil, negligenciando a história como ela realmente foi em parte significativa dos espaços públicos de ensino. E hoje, o que se tornou de maior valor é ensinar para empreender.

E com isso, a emergência de estados de exceção, tanto em contexto nacional recente quanto em diferentes partes do mundo, não raro tem sido assimilado por considerável parte da classe dominada, que se resigna e se auto responsabiliza pela tragédia. Torna-se inequívoca a necessidade de repensar a mudança social, o que a Teoria Crítica tem historicamente pautado, mas pensando mais profundamente os fatores atuais que incidem sobre ela em termos de barbárie. Quem ainda hoje pretende integrar esta vertente de pensamento, para elaborar modos de pensar a barbárie depois, carrega a missão de renovar a resistência pela e da crítica. Esse ato de renová-la implica em tomar com força o inconformismo e dar sequência às críticas que contestem as desigualdades e as injustiças sociais e, sobretudo, elevar a luta pela sua supressão no campo da *práxis*. Como escreveu Horkheimer:

diante da percepção dos passos individuais e a conformidade de seus elementos com as teorias tradicionais mais avançadas, a Teoria Crítica não tem uma instância específica para si que não seja para com o interesse propriamente associado à revogação da injustiça social (...). O futuro da humanidade depende hoje da existência do comportamento crítico que, reconhecidamente, contém elementos das teorias tradicionais e dessa cultura que lhe é inerente (Horkheimer, 1937, p. 54, tradução nossa)¹⁵⁴.

¹⁵⁴ Citação original: „Die kritische Theorie hat bei aller Einsichtigkeit der einzelnen Schritte und der Übereinstimmung ihrer Elemente mit den fortgeschrittensten traditionellen Theorien keine spezifische Instanz für sich, als das mit ihr selbst verknüpfte Interesse an der Aufhebung des gesellschaftlichen Unrechts (...). An der Existenz des kritischen Verhaltens, das freilich Elemente der traditionellen Theorien und dieser vergehenden Kultur überhaupt in sich birgt, hängt heute die Zukunft der Humanität.“

E no que contribuímos para pensar a barbárie depois? Ao longo desse estudo buscamos nos aliar a este distinto papel, singularmente assumido pela Teoria Crítica desde a sua fundação, em 1923. Cumprir esta tarefa em uma conjuntura na qual predomina, muitas vezes, um pensamento regressivo ao estado pré-iluminista é pisar em terreno árduo. Mas é pela necessidade do combate à dominação totalitária que ressurgem, inevitavelmente, temáticas como a que nos debruçamos aqui, a fim de melhor compreender suas tonalidades atuais.

Dizer que o exacerbamento da autoridade leva ao autoritarismo é uma alusão que, obviamente, carrega consigo comprovadas evidências históricas que podem ser encontradas ao pesquisarmos sobre o fascismo, o nazismo ou qualquer outro sistema totalitário, descrito em diferentes “ismos”. A pluralidade da Teoria Crítica, notória mesmo entre os intelectuais de sua primeira geração¹⁵⁵, unida à perspectiva de “um Freud sociólogo” nos apontou, como resultados desta pesquisa, pressupostos e direcionamentos diferentes. Trouxemos formulações dos pensadores sensíveis ao tema, algumas cingidas ao diagnóstico dos impasses da práxis, ou ao exercício de uma práxis teórica ou artística, outras apostando na práxis política. Mas em todas, buscamos conexões com a psicanálise, por entendermos a importância dos aspectos subjetivos na elaboração dos concretos.

No início de nossa tese levantamos a hipótese de que a autoridade não é, propriamente, um conceito antitético ao de autoritarismo ou que estabelece com ele distinções apenas de grau. E compreender devidamente suas diferenças, tanto nos aspectos históricos quanto atuais, demanda uma leitura imanente que abarque as causas da transformação da autoridade em autoritarismo. Nos dois capítulos centrais levantamos um aparato conceitual e teórico que, agora, nos leva a corroborar que autoridade e autoritarismo não andam em opostos, embora conceitualmente sejam assim categorizados, até mesmo distanciados por teóricos desconhecedores da dialética. Os elementos históricos e sociais trazidos pela Teoria Crítica, tanto de primeira geração, como os autores vinculados ao pensamento hoje, demonstram transformações sociais que inserem a relação autoridade-autoritarismo nas dinâmicas sociais, vinculadas tanto a expressões econômicas que moldam o Estado e o modo de produção, quanto às imbricações desses elementos para com a estruturação das relações interpessoais da família e nas manifestações das massas.

¹⁵⁵ “Se observarmos as quatro décadas da antiga Escola de Frankfurt em seu conjunto, fica evidente o seguinte: não havia paradigma unitário (...) ao qual se submeteria tudo aquilo que estava implicado quando se fala da Escola de Frankfurt. As duas figuras principais, Adorno e Horkheimer, trabalham a partir de duas posições explicitamente diferentes sobre temas comuns” (Wiggershaus, 2002, p. 35).

As análises que realizamos sobre o autoritarismo nas massas contribuíram de modo indelével para nossos achados posteriores. Elas partiram de uma leitura que concebeu Freud como integrante da elaboração de uma psicanálise sociopolítica, visto a sua dedicação a elementos culturais, mas que não descuidam dos aspectos materiais que envolvem a sociedade. Para tanto, tomamos como base algumas das consideradas “obras sociais” de Freud, nas quais, depois, os autores da Teoria Crítica primeva também passeiam. Buscamos validar duas hipóteses: a primeira, de que Freud contribuiu para os fundamentos do que chamamos de psicanálise sociopolítica ao conjugar elementos capazes de ler as bases psicanalíticas da sociedade para pensá-la politicamente; a segunda, a de que os processos subjetivos que sustentam a formação do indivíduo moderno (autoritário) estão dialeticamente dominados, por um lado, pela gênese totêmica do indivíduo primevo, que resiste no inconsciente individual e coletivo, e, por outro, pela sociedade da administração total, que se expressa na composição do capitalismo, “evoluindo” (ou será regredindo?) até a autocoeção.

Corroboramos essas duas hipóteses reunindo análises que debatem alguns dos conceitos freudianos, que levaram a destacar o supereu como central à tese, visto ser a categoria conceitual que representa a instância de elaboração moral, operando a dialética totêmico-moderna. Na verdade, finalizamos elaborando para o supereu uma constelação de ideias que gravitam em torno dele, tendo nele encontrado explicações que levam à transmutação da autoridade em autoritarismo. Em meio aos debates conceituais de Freud, destacamos a repressão dos impulsos, que engendram a construção da cultura e, também, redigimos por sobre a formação dos tabus e das neuroses, todos como elementos que se estendem à sociedade moderna, cujo aprofundamento dos seus adoecimentos anda em paralelo à complexificação das relações de produção da era capitalista. Aqui destacamos que Freud não apenas já possuía uma visão a respeito das mazelas do progresso tecnológico, as quais vieram a se manifestar com mais intensidade, como também trouxe à tona o elemento da autoconservação, duas das discussões que posteriormente se aprimoram pela Teoria Crítica.

Contudo, verificamos que as elaborações de Freud sobre a autoridade estão soldadas a um conjunto social e político de base patriarcal, o que fica claro, hoje, em vários estudos, tanto os que retomam o complexo de Édipo, como outros que tratam da sua reformulação, apresentando outras proposições à elaboração da psique e a base dos desejos, como exemplificamos pela discussão através de Benjamin (2017). Mas nisto restaram de fora clássicas discussões, como as empreendidas por Lacan ou Deleuze e Guattari, cujas contribuições já demonstraram releituras profícuas sobre a formação da psique e poderão compor estudos posteriores, mais aprofundados, sobre esse tópico.

No entanto, pelas discussões sobre Freud apontamos as doenças psíquicas como contributivas à construção de sistemas autoritários, que estão enraizados na formação totêmica da qual herdou-se a moralidade. Os movimentos em massa se usam dos desdobramentos dessa lógica que levou ao desenvolvimento de um supereu capturador das fragilidades humanas e eleva os propósitos da dominação social à realização, pela via autoritária. Mesmo que o supereu tenha o objetivo de coesão social e vise assegurar padrões de civilidade moralmente impostos, quando alcançamos o conceito de supereu social, relacionamos esse constructo à uma moralidade imposta verticalmente. Isso deixou exposta a fragilidade do argumento moral para sustentar uma ordem social saudável. Afinal, toda conduta embebida de moralidade esconde uma grande imoralidade, em especial quando seu movimento é verticalizante. Daí que a psicologia das massas expõe o que há de recrudescimento nessa ordem social moderna quando, ao mesmo tempo que retira do jogo o supereu como moralidade, o repõe em amplo espectro social regressivo, mostrando como se cria a alma coletiva homogênea, irracional e totalmente suscetível às sugestões autoritárias.

O conluio que engendra golpes de Estado, convocados por líderes de “baixa estatura”, como enumerou Freud, que encontra espaço para ser arquitetado em meio a democracias, pode ser psicanaliticamente compreendido pela elevação da intolerância nas massas. Elas não mais se identificam individualmente como responsáveis por atos de barbárie, ao mesmo tempo que reúnem atributos individuais que geram uma identidade para tais atos, é algo que abre passagem à barbárie, o que assistimos claramente nos atos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. A propaganda fascista, como aprendemos por Adorno e hoje pela história nacional, é fabricada, financiada e carrega os interesses específicos dos donos do poder.

A configuração social voltada à personalidade autoritária neoliberal foi terreno fértil para a elaboração das condutas televisionadas, graças ao controle do gozo individual e sua canalização à violência, o que, quando processo bem efetivado, acaba por reduzir o ser humano a um animal de horda ou, como atualizamos, a um ser definido bárbaro pela “horda tecnológica”. Ordeiras, essas massas tecnologicamente reunidas em nome de um líder, obedecem a ordens difusamente propagadas, assumindo até mesmo personagens idealizados de sua liderança, o que reverbera nas manifestações miseráveis de seu conteúdo medíocre. É uma configuração que leva ao acinte aos direitos humanos e políticos em nome de uma suposta revolução social, mas cujo resultado é repor o poder ao passado autoritário.

É claro que, no caso brasileiro, temos a ilustração caricatural do que Freud teorizou sobre as instituições que alimentam o potencial de uma ordem regressiva, como no exemplo do exército. O protagonismo de uma instituição legitimada pelo modelo democrático na

formulação de um ato que é contra esse próprio modelo (o que em nada nos espanta depois da crítica adorniana à ideia de sistema), causa um atentado bastante sintomático em termos de potencial degenerador do caráter. Mediante a apresentação das justificativas do golpe é que se tornou mais representativo ainda do seu conteúdo típico da estruturação perversa, como diria Freud, mas também difusa em meio à defesa dos próprios atos. As atitudes do líder degenerado correspondem às determinações que estabelecem, pela leitura de Freud, entre o vínculo das massas e a esfera da religião como aparelho ideológico que delinea o próprio caráter autoritário no país hoje, e que insiste em tomar a posse da verdade. O êxito nesse empreendimento sacrificou historicamente a emancipação social e a força da autonomia. O mito da salvação nacional passou a ser incorporado pelas vias religiosas nessa massa artificial, passando por cima da própria diversidade de crenças do país continental que integramos. É um movimento que exercitou o fascismo em sua etimologia, de feixes que se unem para se tornar invencíveis.

Por fim, ainda como consideração para pensar a barbárie depois do que vivemos no eixo Brasil-mundo recente, vejamos o escalonamento da culpa pela lente do conceito de supereu, que fomos assessorando de adjetivações ao longo do trabalho. A fábrica da culpa é um exemplo que demonstra com maior nitidez o estreitamento de um controle social paulatino exercido por sobre o indivíduo a partir da era moderna:

1. Toda vez que a sociedade regride ao animismo, por exemplo, pela elaboração de uma identidade religiosa, está em voga o exercício do supereu social, repressor, e que incita medos humanos mais profundos em nome da obediência a uma ordem predefinida. A psique é dominada de modo eficiente pela introjeção do sentimento de culpa de cunho devoto-religioso que, assim, se desenvolve nos moldes originários como culpa por ter cometido um pecado.
2. Essa culpa primordial se desdobra em outras culpas, se pensarmos que se totaliza, conferindo ação ao que chamamos supereu social total. A culpa passa a ser um elemento totalizante à medida que captura todas as áreas da vida, desdobrando-se em outras culpas: a culpa por não ter cumprido a meta no trabalho; se mulher, a culpa por não ter atendido às demandas do patriarcado (gerado filhos, dedicado a vida ao marido, etc...); se homem, a culpa por não ter construído a família modelo, se adolescente, a culpa por não corresponder ao padrão de beleza ou não se manter sempre jovem. A cada idade, gênero, situação social ou complexidade da qual o indivíduo padece existe um sentimento de culpa fabricado pelo contato com uma ‘autoridade respeitável’ – que pode ser um *coach* – em cada quesito respectivo, que está pronta para

adaptar o indivíduo a um padrão, o controlando nos impulsos de autonomia através do anúncio de alguma punição. Estabelecer sentimentos autopunitivos que soldam indivíduos atomizados por interesses competitivos passou a ser uma regra operativa do supereu social total. A única forma do indivíduo se sentir incluído, e até mesmo reconhecido, passou a ser a sujeição de sua individualidade a um outro que pouco sabe de sua história, mesmo porque o padrão imposto visa apagá-la. Essa espécie de ‘religiosidade secularizada’ difundiu a culpa a todos os modos de vida que ameaçam o sistema produtivo, como um eficiente modo de controle social e busca pela maximização de resultados.

3. No que tange ao supereu social total *verde-amarelo*, temos o aprimoramento das determinações do supereu sendo enriquecidas pelas manifestações nacionais da dominação, em que pesam as características coloniais, invadidas pela personalidade autoritária neoliberal, que descrevemos por Gandesha (2018). Deriva disso, por exemplo, que o descendente africano deve, por um lado, ser punido ao ascender socialmente e, por outro, demonstrar fidelidade à condição de explorado. Outro exemplo refere-se à manutenção da estrutura patriarcal familiar, que por motivos religiosos não é discutida como deveria, o que torna o Brasil um dos países em que o familismo autoritário mostra nefastos resultados, sendo um dos lugares em que mais se cometem feminicídios no mundo¹⁵⁶.

Em sua dinâmica, as punições das culpas aqui exemplificadas são representativas do exercício de uma neurose obsessiva própria de tempos em que o conservadorismo se renova. Isso fora detectado tanto em 1927 por Freud (2013), como é um diagnóstico que se renova pelos autores mais recentes da Teoria Crítica. No conjunto, os textos sociais de Freud e a atualidade da Teoria Crítica acabaram por mostrar a instauração de um certo ‘teocentrismo anacrônico’, operador de sistemas doutrinários no modo de vida do sujeito neoliberal. Amplia-se indefinidamente o mal-estar por um ânimo próprio, típico do auto centramento dessa personalidade hodierna. Referendamos o dito freudiano, do supereu como um rico patrimônio cultural que, entretanto, ao ser cultivado, a cada acréscimo que recebe diante da atualização do diagnóstico de época, deixa mais claro o quanto não atende ao quesito regulador e à coesão

¹⁵⁶ O Brasil ocupa o quinto lugar no ranqueamento mundial, sendo que “em 2024, foram registrados 1.450 feminicídios e 2.485 homicídios dolosos (com a intenção de matar) de mulheres e lesões corporais seguidas de morte” (Almeida, 2025).

social. Diante dessas práticas, a história das sociedades humanas continua a referendar ciclos de novas recaídas na barbárie.

REFERÊNCIAS

- AB ‘SÁBER, Tales. Psicologia das massas e análise do eu: história e política. *Youtube*, 16.11.2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T6k_OZBU3Ac>. Acesso em: dez., 2022.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. (Conferência). São Paulo: Unesp, 2020.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Educação e emancipação*. 4. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Ensaio de psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2015.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Ensayos sobre la propaganda fascista: psicoanálisis del antisemitismo*. Buenos Aires: Paradiso, 2005.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Unesp, 2019.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Kulturkritik und Gesellschaft I/II: Erziehung nach Auschwitz*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1977. S. 674-690. (Gesammelte Schriften, Bd. 10).
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo, Ática, 1992a.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Negative Dialektik; Jargon der Eigentlichkeit*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1966.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. Progresso. *Lua Nova*, São Paulo, n. 27, p. 217-236, 1992b.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Soziologische Schriften II: Studies in the Authoritarian Personality*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1950. S. 143-509. (Gesammelte Schriften, Bd. 9).
- ADORNO, Theodor Wiesengrund. Teoria da semiformação. In: PUCCI, Bruno; ZUIN, Antônio A. S.; LASTÓRIA, Luiz A. Calmon Nabuco (Orgs.). *Teoria Crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2010. p. 7-40.
- ADORNO, Theodor Wiesengrund.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. 6. reimp. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALMEIDA, Daniella. Brasil registra 1.450 feminicídios em 2024, 12 a mais que ano anterior. *Agência Brasil*, 25.03.2025. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-03/brasil-registra-1450-femicidios-em-2024-12-mais-que-ano-anterior>>. Acesso em: abr. 2025.
- ANDERSON. Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed., 10. Reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARRIAZA, Esther Barahona. “Categorías y modelos en la Dialéctica Negativa de Th. W. Adorno: crítica al pensamiento idéntico”. *Logos: Anales del Seminario de Metafísica*. Madrid, v. 39, p. 203-233, 2006.
- ASSOUN, Paul-Laurent; RAULET, Gérard. *Marxismo e Teoria Crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BENJAMIN, Jessica. Authority and family revisited: or a world without fathers? *New German Critique*, Special Feminist Issue, n. 13, p. 35-57, Winter, 1978.
- BENJAMIN, Jessica. O fim da internalização: psicologia social de Adorno. *Dissonância: Teoria Crítica e Psicanálise*, Campinas, n. 01, p. 155-198, 1º Sem 2017.
- BENJAMIN, Walter. Eduard Fuchs, der Sammler und der Historiker. In: KONERSMANN, Ralf (Hg.). *Grundlagentexte Kulturphilosophie: Benjamin, Blumenberg, Cassirer, Foucault, Lévi-Strauss, Simmel, Valéry u.a.* Hamburg: Felix Meiner, 2009. p. 83-116.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v. 1).
- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BERNARDES, Antonio. Quanto às categorias e aos conceitos. *Revista Formação Online*, n. 18, v. 2, p. 165-172, jul./dez., 2011.
- BIRMAN, Joel. A Imaginação, a Fantasia e o Sublime em Psicanálise: leitura de *Eros e Civilização* de H. Marcuse. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v 8, n. 1, p. 75-99, 1998.
- BIRMAN, Joel. *Guerra e política em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.
- BRECHT, Bertolt. *Fünf Schwierigkeiten beim schreiben der Wahrheit*, 1934. Disponível em: <<https://www.gleichsatz.de/b-u-t/spdk/brecht2.html>>. Acesso em: fev., 2024.
- BRECHT, Bertolt. *Me-ti: Buch der Wendungen. Gesammelte Werke*, 12. Suhrkamp: Frankfurt am Main, 1968.
- BRONNER, Stephen Eric. *Da Teoria Crítica e seus teóricos*. Campinas: Papyrus, 1997.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Ed. Filosófica Politeia, 2019.
- BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.
- BROWN, Wendy; GORDON, Peter E.; PENSKY, Max. *Authoritarianism: three inquiries in Critical Theory*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2018.
- BUCK-MORSS, Susan. *Origen de la dialéctica negativa: Theodor W. Adorno, Walter Benjamin y el Instituto de Frankfurt*. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2011.
- CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo*. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 2023.
- CANEVACCI, Massimo. *A dialética da família*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- CAPEZ, Fernando. 8 de janeiro de 2023: um triste dia para a democracia. *Revista Consultor Jurídico*, 12 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2023-jan-12/janeiro-2023-triste-dia-democracia>>. Acesso em: ago., 2023.
- CARONE, Iray. A dialética Marxista: uma leitura epistemológica. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 20-30.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CASTRO, Bárbara. *Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia*. Campinas: Unicamp, 2020. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/omp/index.php/ebooks/catalog/book/139>>. Acesso em: jan., 2024.
- CHAUÍ, Marilena. *A ideologia da competência*. Belo Horizonte; São Paulo: Autêntica; Fundação Perseu Abramo, 2014a. (Escritos de Marilena Chauí, Vol. 3).
- CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. *Avaliação*, Campinas, v. 4, n. 3, supl.1, p. 3-8, set. 1999.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 1. ed. 2. reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Belo Horizonte; São Paulo: Autêntica; Fundação Perseu Abramo, 2014b. (Escritos de Marilena Chauí, Vol. 2).
- CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. *Anacronismo e irrupción*, v. 10, n. 18, p. 307-328, mai.-out., 2020.
- COHN, Gabriel. Mínima Moralía e a quase-moral de quase sujeitos. In: QUERIDO, Fábio Mascaro *et al* (Orgs.). *Teorias Críticas entre passado e presente*. Campinas: IFCH, 2019. (Coleção Ideias 15). p. 17-33.
- COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. 4. ed., rev. e ampl. São Paulo: Zagodoni, 2021.
- COSTA, Virginia Helena Ferreira da. “A personalidade autoritária”: antropologia crítica e psicanálise. 2019a. 329f. *Tese (Doutorado em Filosofia)* – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- COSTA, Virginia Helena Ferreira da. As antropologias autoritárias nas diferentes fases do capitalismo – elaborações a partir de Adorno. *Ethic@*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 489-513. Ago. 2021.
- COSTA, Virginia Helena Ferreira da. Sobre Caráter e Personalidade: as antropologias de Fromm, Horkheimer e Adorno nos anos 1930 e 1940. *Princípios: Revista de Filosofia*, Natal, v. 25, n. 47, p. 87-119, maio-ago. 2018.
- COSTA, Virginia Helena Ferreira da. Sobre o declínio da autoridade paterna: uma discussão entre Teoria Crítica e psicanalistas feministas. In: PARENTE, Alessandra Martins; SILVEIRA, Léa. (Orgs.). *Freud e o Patriarcado*. São Paulo: Hedra, 2019b. p. 351-371.
- CROMBERG, Renata Udler. Prefácio. In: FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. Porto Alegre, LP&M: 2010. p. 21-32.

- DAMAZIO, Sônia Maria; MACIEL JR.; Auterives; RUDGE, Ana Maria. Supereu: a última sentinela panóptica. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 24 n. 2, p. 377-396, jun. 2021.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DEAN, Jodi. *Democracy and other neoliberal fantasies: communicative capitalism and left politics*. Durham, NC: Duke University Press, 2009.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- DEMIROVIĆ, Alex. *Der nonkonformistische Intellektuelle: die Entwicklung der Kritischen Theorie zur Frankfurter Schule*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1999.
- DOMINGUES, Petrônio José. “História nova do Brasil”: um projeto abortado da revolução brasileira. *Novos Rumos*, São Paulo, n. 42, p. 59-63, 2004.
- DUARTE, Rodrigo Antônio de Paiva. *Teoria crítica da indústria cultural*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. IANNINI, Gilson de Paulo Moreira. *Ciência pouca é bobagem: por que psicanálise não é pseudociência*. São Paulo: Ubu, 2023.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- DURIGUETTO; Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. *Estado, Classe e Movimento Social*. 3. ed. v. 5. São Paulo: Cortez, 2011.
- DUSSEL, Enrique. *1492, o encobrimento do outro: a origem do “mito da modernidade”*. Conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1993.
- EARDLEY, Nick; MURPHY, Matt. Como 15 meses de guerra devastaram Gaza. *BBC News*, Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cly99rlnr2go>>. Acesso em: jan., 2025.
- ECO, Umberto. *O cemitério de Praga*. São Paulo: Record, 2011.
- ELBE, Ingo. Trabalho alienado e abstrato. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2017. p. 7-55.
- ELIA, Luciano. *A ciência da psicanálise: metodologia e princípios*. São Paulo: Edições 70, 2023.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.
- EMPOLI, Giuliano Da. *Os engenheiros do Caos*. 1. ed.; 4. reimp. São Paulo: Vestígio, 2021.
- ENDO, Paulo. Prefácio: Totem e tabu e a psicanálise além de suas próprias fronteiras. In: FREUD, Sigmund. *Totem e tabu: algumas correspondências entre a vida psíquica dos selvagens e a dos neuróticos*. Porto Alegre: LP&M, 2013. p. 17-33.
- ENDO, Paulo; SOUSA, Edson. Itinerário para uma leitura de Freud. In: FREUD, Sigmund. *Totem e tabu: algumas correspondências entre a vida psíquica dos selvagens e a dos neuróticos*. Porto Alegre: LP&M, 2013. p. 7-15.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENTREVISTA A HERBERT MARCUSE, 1978. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4jFifJBKdaw&t=21s>>. Acesso em: out., 2024.

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. *Novos Estudos Cebrap*, p. 11-23, v. 2, n. 4, 1984.

FARIA, José Henrique de. *Economia política do poder: as práticas do controle nas Organizações*. 6. reimp. vol. 3. Curitiba, Juruá, 2010.

FLECK, Amaro. Da crítica imanente à crítica do sofrimento. *Ethic@* - Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, v. 15, n. 1, p. 65-84, jul. 2016.

FONSECA, Alexandre Brasil. A Covid-19 e a desinformação que mata. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2TetLjf>>. Acesso em: mar., 2025.

FRASER, Nancy. *Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso*. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na Teoria Crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Bruno Carvalho Rodrigues de. *Psicanálise e crítica social em Adorno*. 2016. *Dissertação (Mestrado em Filosofia)* – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, USP - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. v. 1. Porto Alegre: LP&M, 2012a.

FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. v. 2. Porto Alegre: LP&M, 2012b.

FREUD, Sigmund. *Compêndio da psicanálise*. Porto Alegre: LP&M, 2014.

FREUD, Sigmund. Die «Kulturelle» sexualmoral und die moderne Nervosität. In: FREUD, Sigmund. *Gesammelte Werke, VII*. Vierte Auflage. Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1966. S. 143-167.

FREUD, Sigmund. La moral sexual «cultural» y la nerviosidad moderna (1908). In: FREUD, Sigmund. *Obras completas: El delirio y los sueños en la «Gradiva» de W. Jensen y otras obras (1906-1908)*. v. 9. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1992. p. 159-181.

FREUD, Sigmund. *Massenpsychologie und Ich-Analyse*. 10. ed. Frankfurt am Main: S. Fischer, 2015. p. 31-105.

FREUD, Sigmund. *Neue folge der Vorlesungen zur einföhrung in die Psychoanalyse*. Frankfurt am Main: Fischer, 1991.

FREUD, Sigmund. *O futuro de uma ilusão*. Porto Alegre, LP&M: 2010a.

FREUD, Sigmund. *O infamiliar e outros escritos*. 1. ed.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: LP&M, 2010b.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre, LP&M: 2017.

FREUD, Sigmund. *Totem e tabu: algumas correspondências entre a vida psíquica dos selvagens e a dos neuróticos*. Porto Alegre: LP&M, 2013.

- FREUD, Sigmund. *Warum Krieg?* Der Briefwechsel mit Albert Einstein. Reclam, Universal-Bibliothek: Stuttgart, 2012c.
- FROMM, Erich. *Meu encontro com Marx e Freud*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- FROMM, Erich. Sozialpsychologischer Teil. In: HORKHEIMER, M. et al. *Studien über Autorität und Familie*: Forschungsberichte aus dem Institut für Sozialforschung. Frankfurt am Main: Dietrich zu Klampen, 1936. S. 77-135.
- FROMM, Erich. *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Walter Benjamin, um estrangeiro de nacionalidade indeterminada, mas de origem alemã. In: Márcio Seligmann-Silva. (Org.). *Leituras de Walter Benjamin*. v. 1, 2. ed. São Paulo: FAPESP; Annablume, 1999. p. 201-208.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Walter Benjamin: estética e experiência histórica. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang (Orgs.). *Pensamento alemão no século XX*: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 139-158.
- GANDESHA Samir. “Identifying with the aggressor”: From the authoritarian to neoliberal personality. *Constellations*, p. 1-18, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1467-8675.12338>>. Acesso em: nov., 2023.
- GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como doença social*: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. 3. ed. Aparecida, Ideias & Letras, 2007.
- GAY, Peter. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GEREZ-AMBERTÍN, Marta. Vozes do Supereu na clínica e o mal-estar contemporâneo (paradoxos e trevo do Supereu). *Reverso*, Belo Horizonte, v. 42, n. 79, p. 15-22, jun. 2020.
- GOERGEN, Pedro. Educação instrumental e formação cidadã: observações críticas sobre a pertinência social da universidade. *Educar*, Curitiba, n. 37, p. 59-76 mai./ago., 2010
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 38. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV, 2020.
- GURVITCH, Georges. *Dialéctica y Sociología*. 2. ed. Madri: Alianza, 1971.
- HABER, Stéphane. *Freud sociologue*. Paris: Le Bord de L'eau, 2012.
- HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. 9. ed., 2. reimp. Petrópolis; Bragança Paulista: Vozes; Ed. Universitária São Francisco, 2016.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O homem cordial*. São Paulo, Penguin/Companhia das Letras, 2012.
- HORKHEIMER, Max. A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais. *Praga*, Estudos Marxistas, n. 7, p. 121-132, mar. 1999.
- HORKHEIMER, Max. Allgemeiner Teil. In: HORKHEIMER, Max. et al. *Studien über Autorität und Familie*: Forschungsberichte aus dem Institut für Sozialforschung. Frankfurt am Main: Dietrich zu Klampen Verlag, 1936. S. 3-76.
- HORKHEIMER, Max. *Autoridade e Família*. Lisboa: Copimat, 1983.

- HORKHEIMER, Max. Die Juden und Europa. In: HORKHEIMER, Max. (Hrsg.). *Zeitschrift für Sozialforschung: Studies in Philosophy and Social Science*. New York, vol. VIII, 1939. p. 115-137.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2002.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse of reason*. Oxford University Press, 1947.
- HORKHEIMER, Max. et al. *Studien über Autorität und Familie: Forschungsberichte aus dem Institut für Sozialforschung*. Frankfurt am Main: Dietrich zu Klampen, 1936.
- HORKHEIMER, Max. *Teoria Crítica I: uma documentação*. São Paulo: perspectiva, 2015.
- HORKHEIMER, Max. *Teoría crítica*. Buenos Aires; Madrid: Amorrortu, 2008.
- HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: BENJAMIN, W. et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, [1937] 1980. p. 117-154.
- HORKHEIMER, Max. Traditionelle und kritische Theorie. *Zeitschrift für Sozialforschung*, Paris, J. VI, S. 254-294, 1937.
- HORKHEIMER, Max.; ADORNO, Theodor. W. *Dialektik der Aufklärung: Philosophische Fragmente*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1969. S. 8-336. (Gesammelte Schriften, Bd. 3).
- IANNINI, Gilson; TAVARES, Pedro Heliodoro. Freud e o infamiliar. In: FREUD, Sigmund. *O infamiliar e outros escritos*. 1. ed.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.
- JAPIASSU, H. O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais (1923-1950)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- JOHN, Lucas. Governo Trump garante que combate à imigração continuará: “Não importa o que os juízes pensam”. *Gazeta do povo* [online], São Paulo, 18.03.2025. Mundo. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/governo-trump-garante-que-combate-a-imigracao-continuara-apesar-de-decisoes-judiciais/>>. Acesso em: mar., 2025.
- KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 5. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- LA BOÉTIE, Étienne. *Discurso sobre a servidão voluntária*. São Paulo: Edipro, 2017.
- LAENDER, Nadja Ribeiro. A construção do conceito de superego em Freud. *Reverso*, Belo Horizonte, ano 27, n. 52, p. 63-68, set., 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como salvar a democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

- LIMA, Bruna Della Torre de Carvalho; SANTOS, Eduardo Altheman Camargo. Resenha. A Teoria Crítica na ordem do dia: Horkheimer hoje. *Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 265-271, 2018.
- LOUREIRO, Isabel. Entrevista com Alex Demirović. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 143-148, 2004.
- LOWENTHAL, Leo. Historical perspectives on popular culture. In: BRONNER, Stephen Eric; KELLNER, Douglas MacKay (Eds.). *Critical Theory and Society: a reader*. Routledge: London, 1989. p. 184-198.
- MANN, Michael. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O princípio da razão durante: da Escola de Frankfurt à crítica alemã contemporânea – Nova Teoria da Comunicação III, Tomo II*. São Paulo: Paulus, 2011.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
- MARIA, Fábio de. A integração do proletariado e o “materialismo interdisciplinar”. *Civitas - Revista de ciências sociais*, v. 22, p. 1-11, 2022.
- MARIN, Inara Luisa. Narcisismo e reconhecimento: os rumos da psicanálise na Teoria Crítica. São Paulo: Unifesp, 2022.
- MARIN, Inara Luisa; NOBRE, Marcos S. Uma nova antropologia: unidade crítica e arranjo interdisciplinar na dialética do esclarecimento. *Cadernos de Filosofia Alemã*, v. XX, p. 101-122, 2012.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: CRV, 2015.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2017.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Ridendo Castigat Mores, 1999.
- MATOS, Olgária Chain Féres. *Os arcanos do inteiramente outro: a Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução*. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1995.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MBEMBE, Achille. Necropolitics. *Public Culture*, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1215/08992363-15-1-11>>. Acesso em: jun., 2024.
- MERQUIOR, José Guilherme. Marxismo ocidental. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. (Eds.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MIRANDA, Gabriel. *Necrocapitalismo: ensaio sobre como nos matam*. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

- MOMOT, Maria. *Auschwitz Birkenau: Gedenkstätte und Museum*. Zakopane: Krokus Verlag, 2007.
- MUCCHIELLI, Roger. *Psicologia da relação de autoridade*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- MÜNSTER, Arno. *Ernst Bloch: filosofia da práxis e utopia concreta*. São Paulo: Edunesp, 1993.
- MUSSE, Ricardo. Cultura e sociedade na primeira Teoria Crítica. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 33, n. 2, p. 267-288, mai.-ago., 2021.
- NOBRE, Marcos Severino Apresentação: Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica. In: HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 7-19.
- NOBRE, Marcos Severino *et. al.* Os modelos críticos de Max Horkheimer. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 96, p. 153-163, jul., 2013.
- O DILEMA DAS REDES. Direção: Jeff Orłowski. Estados Unidos, 2020.
- PERIUS, Oneide. *Esclarecimento e dialética negativa: sobre a negatividade do conceito em Theodor W. Adorno*. Passo Fundo, Ifibe, 2008.
- PIEPER, Oliver. O esforço incansável para lembrar vítimas do nazismo. *Deutsche Welle*, (coluna História/Alemanha), 2019. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/3I8zz>>. Acesso em: ago., 2023.
- PISANI, Marília Mello. Marxismo e psicanálise no pensamento de Herbert Marcuse: uma polêmica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, V. IV, n. 1, p. 23-64, Mar., 2004.
- PIVA, Juliana Dal. *O negócio do Jair: a história proibida do clã Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- POLLOCK, Frederick. State Capitalism: its possibilities and limitations. In: BRONNER, Stephen Eric; KELLNER, Douglas MacKay (Eds.). *Critical Theory and Society: a reader*. Routledge: London, 1989. p. 95-118.
- QUERIDO, Fábio Mascaro *et al* (Orgs.). *Teorias Críticas entre passado e presente*. Campinas: IFCH, 2019. (Coleção Ideias 15).
- REGATIERI, Ricardo Pagliuso. Do capitalismo monopolista ao processo civilizatório. A crítica da dominação nos debates no Instituto de Pesquisa Social no início da década de 1940 e na elaboração da Dialética do Esclarecimento. 2015. *Tese (Doutorado em Sociologia)* – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- REICH, Wilhelm. *Die Massenpsychologie des faschismus*. Kiepenheuer & Witsch, Köln: 1986.
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ROBINSON, Paul L. *A esquerda freudiana: Wilhelm Reich, Geza Roheim, Herbert Marcuse*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *Teoria Crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.
- SAAD FILHO, Alfredo; MORAES, Lecio. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SAFATLE, Vladimir. Bem-vindo ao Estado suicidário. *GGN*, 2020b. Disponível em: <<https://bit.ly/2WNUipN>>. Acesso em: jun., 2024.
- SAFATLE, Vladimir. *Bem-vindo ao Estado suicidário*. São Paulo: N-edições, 2020a.

- SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SAFATLE, Vladimir. Theodor Adorno: a unidade de uma experiência filosófica plural. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang (Orgs.). *Pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 159-179. v. 1.
- SAFATLE, Vladimir; SILVA Jr, Nelson; DUNKER, Christian (Orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. 1. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SAFATLE, Vladimir; SILVA Jr, Nelson; DUNKER, Christian (Orgs.). *Patologias do Social: arqueologias do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- SANCHES, Manuela R.; CADETE, Teresa R. Uma Familiarização com a autoridade? In: HORKHEIMER, Max. *Autoridade e Família*. Lisboa: Copimat, 1983.
- SANTOS, Fábio Candido dos. O problema da *hybris* na filosofia grega antiga. *Principia*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 15-25, jul.-dez., 2019.
- SARTRE, Jean-Paul. *Critique de la raison dialectique*. Paris, Gallimard, 1960.
- SCHIPPLING, Anne. “O ‘não idêntico’ da ideia de razão de Theodor W. Adorno e a resultante possibilidade de uma filosofia fecunda para a pós-modernidade”. *Revista Filosófica de Coimbra*, v. 13, n. 25, mar., 2004, p. 129-140.
- SCHMIDT, Alfred. *Historia y estructura: crítica del estructuralismo marxista*. Madrid: Alberto Corazón, 1973.
- SCHÜTZ, Rosalvo. Resumo. *Problemata: Revista internacional de Filosofia*, v. 10. n. 4, p. 166-182, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.7443/problemata.v10i4.49719>>. Acesso em: jun., 2024.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1. ed. 5. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O contexto histórico do diálogo entre Einstein e Freud: um debate filho de seu tempo, de todos os tempos. In: VENTURA, Deisy de Freitas Lima e SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva (Apres.). *Um diálogo entre Einstein e Freud: por que a guerra?* Santa Maria: FADISMA, 2005. p. 7-11.
- SILVA, Eduardo Soares Neves. Filosofia e arte em Theodor W. Adorno: a categoria constelação. 2006. 200f. *Tese (Doutorado em Filosofia)* – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- SILVA, Fábio Pimentel de Maria da. Crítica da autoridade: dominação e emancipação na obra de Max Horkheimer. 2017. 258p. *Tese (Doutorado em Sociologia)* – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SLATER, Phil. *Origem e significado da Escola de Frankfurt: uma perspectiva marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Ed. UnB, 2000.
- SOUZA, Jessé. *O pobre de direita: a vingança dos bastardos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: LP&M, 2020.

STRACHEY, James. Nota introdutória. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas: El delirio y los sueños en la «Gradiva» de W. Jensen y otras obras (1906-1908)*. v. 9. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1992. p. 161-162.

TANEJA, Anjela (Coord.). *Desigualdade S.A.: como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública*. (Informe da Oxfam). Brief Comunicação: Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <<https://11nq.com/DPWpc>>. Acesso em: abr., 2024.

TAR, Zoltán. *A escola de Francoforte*. Lisboa: 70, 1977.

TEIXEIRA, João Gabriel L. C. *A teoria da sociedade em Freud*. São Paulo: EPU, 1991. (Temas básicos de sociologia e ciência política).

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 63-100, out., 1998.

TIBURI, Márcia. *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Record, 2016.

TIBURI, Márcia. *Delírio do poder: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação*. São Paulo: Record, 2019.

TIBURI, Márcia. Jair Bolsonaro e o delírio coletivo. Entrevista a Thais Reis de Oliveira. 2020. *Carta Capital*. Disponível em: <<https://bit.ly/3cIoiso>>. Acesso em: mar., 2025.

TRAGTENBERG, Maurício. Introdução. In: TRAGTENBERG, Maurício (Org.). *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 7-8.

TÜRCKE, C. *Hiperativos! Abaixo a cultura do déficit de atenção*. Trad. Pedro José Antunes. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

TÜRCKE, Christoph. „Digitale Gefolgschaft – Drei Jahre später“. *Following: Ein Kompendium zu Medien der Gefolgschaft und Prozessen des Folgens*, edited by Anne Ganzert, Philip Hauser and Isabell Otto, Berlin, Boston: De Gruyter, 2023, p. 13-16. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9783110679137-002>. Acesso em: jan., 2025.

TÜRCKE, Christoph. *Digitale Gefolgschaft: Auf dem Weg in eine neue Stammesgesellschaft*. München: Verlag C. H. Beck, 2019.

TÜRCKE, Christoph. Fundamentalismo. In: BONI, Luis Alberto de (Org.). *Fundamentalismo*. Porto Alegre: Edipucrs, 1995. p. 51-63.

TÜRCKE, Christoph. *Hyperaktiv! Kritik der Aufmerksamkeitsdefizitkultur*. München: C.H. Beck, 2012.

TÜRCKE, Christoph. Max Horkheimer und die Versuchungen der kritischen Theorie. *Neue Rundschau*, N. 106, H. 3, p. 48-63, 1995.

TÜRCKE, Christoph. *Sociedade excitada: Filosofia da sensação*. São Paulo: Unicamp, 2010.

VAZ, Henrique Claudio de Lima. Apresentação: a significação da Fenomenologia do espírito. In: HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. 9. ed., 2. reimp. Petrópolis; Bragança Paulista: Vozes; Ed. Universitária São Francisco, 2016. p. 11-22.

VERAS, Renata Meira; LEMOS, Denise Vieira da Silva; MACEDO, Brian Teles Fonseca. A trajetória da criação dos Bacharelados Interdisciplinares na Universidade Federal da Bahia. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 621-641, nov., 2015.

WIGGERSHAUS, Rolf. *A escola de Frankfurt: História, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

ZWICK, Elisa. *A Gestão Pública danificada: uma análise crítica à luz da dialética negativa de Theodor Adorno*. Jundiaí: Paco, 2024.

ZWICK, Elisa. A Gestão Pública danificada: uma análise pelo pensamento organizacional crítico à luz da dialética negativa. *Tese (doutorado em administração)* – Universidade Federal de Lavras. Lavras: Ufla, 2015.

ZWICK, Elisa. A Teoria Crítica examina a cultura hiperativa. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, v. 10. n. 4, p. 473-482, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v10i4.49725>>. Acesso em: jun., 2024.

ZWICK, Elisa. O novo coronavírus e o retorno da repressão despótica: elementos de uma leitura crítica. In: CASTRO, Bárbara. *Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia*. Campinas: Unicamp, 2020. p. 380-395. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/omp/index.php/ebooks/catalog/book/139>>. Acesso em: jan., 2024.

ZWICK, Elisa. Reflexões sobre autoridade e autoritarismo a partir de Horkheimer e da Teoria Crítica. In: QUERIDO, Fábio Mascaro *et al* (Orgs.). *Teorias Críticas entre passado e presente*. Campinas: IFCH, 2019. p. 17-33. (Coleção Ideias 15).

ZWICK, Renato. Sobre a tradução de um termo empregado por Freud. In: FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre, LP&M: 2010. p. 189-191.